

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL DE DOUTORADO**

**CAROLINE RIPPE DE MELLO KLEIN**

**A INFLUÊNCIA DO ORDOLIBERALISMO E DA ECONOMIA SOCIAL DE  
MERCADO NO BRASIL. UMA PERSPECTIVA ATRAVÉS DOS ACORDOS DE  
COOPERAÇÃO COM ALEMANHA E DAS FUNDAÇÕES KONRAD  
ADENAUER E FRIEDRICH VON NAUMANN**

**SÃO LEOPOLDO - RS**

**2020**

Caroline Rippe de Mello Klein

**A INFLUÊNCIA DO ORDOLIBERALISMO E DA ECONOMIA SOCIAL DE  
MERCADO NO BRASIL. UMA PERSPECTIVA ATRAVÉS DOS ACORDOS DE  
COOPERAÇÃO COM ALEMANHA E DAS FUNDAÇÕES KONRAD ADENAUER E  
FRIEDRICH VON NAUMANN**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez

São Leopoldo

2020

K64i

Klein, Caroline Rippe de Mello.

A influência do ordoliberalismo e da economia social de mercado no Brasil. Uma perspectiva através dos acordos de cooperação com Alemanha e das fundações Konrad Adenauer e Friedrich von Naumann / Caroline Rippe de Mello Klein. – 2020. 263 f. : il.; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

“Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez”.

1. Ordoliberalismo. 2. Economia social de mercado. 3. Konrad Adenauer Stiftung. 4. Friedrich von Naumann Stiftung. I. Título.

CDU 94(81):33

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

Caroline Rippe de Mello Klein

A INFLUÊNCIA DO ORDOLIBERALISMO E DA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO  
NO BRASIL. UMA PERSPECTIVA ATRAVÉS DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO  
ENTRE BRASIL E ALEMANHA E DAS FUNDAÇÕES KONRAD ADENAUER E  
FRIEDRICH VON NAUMANN

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção  
do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos – UNISINOS.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Hernan Ramiro Ramírez (Orientador)

---

Profª. Dra. Marluza Marques Harres (UNISINOS)

---

Prof. Dr. Ronald Otto Hillbrecht (UFRGS)

---

Profª. Dra. Lidiane Friedrichs (UFPEL)

---

Prof. Dr. Ulrich Helmut Klüh (Hochschule Darmstadt – Alemanha)

*Dedico esse trabalho àquela que nasceu no segundo ano dessa  
tese, por ela, Isabella.*

## AGRADECIMENTOS

O Brasil é um país multifacetado que ainda possui muitos percalços sociais, econômicos e políticos. Com certeza a formação profissional em nível de pós-graduação e doutorado é uma realidade que poucos conseguem alcançar devido a vários problemas estruturais que carregamos como indivíduos e coletividade. Por isso, essa conquista é algo que não é exclusividade do pesquisador, mas sim de uma rede de pessoas que auxiliaram nesse processo de maneira direta e indireta.

Agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim que me concedeu o período de afastamento para minha formação profissional e conclusão do doutorado e meus respectivos colegas, que sempre me incentivaram e me trataram com muito coleguismo e carinho durante essa minha jornada de viagens de Porto Alegre a Erechim e escrita/pesquisa da tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, pela sua excelência, estrutura e tratamento cordial humanístico que tem para com seus alunos, sempre observando as particularidades de cada um para melhor auxílio possível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Unisinos pela concessão da bolsa taxas que pagou minhas mensalidades na universidade, que sem isso não seria possível realizar o curso.

Ao professor Hernán Ramírez que sempre defendeu minha ideia de projeto e acreditou nas minhas hipóteses de pesquisa. Pelo incentivo, fomento à internacionalização, aprendizado e ampliação de horizontes proporcionados durante minha jornada. Desde meu mestrado, sempre me apoiou e mostrou novos horizontes, defendendo minhas ideias frente a outros pesquisadores que não acreditavam muito nelas.

Ao professor Ulrich Kluh da Hochschule Darmstadt que me recebeu junto a sua família em 2017, por três meses, e de 2018 a 2019 por um ano em sua universidade como professora/pesquisadora convidada. Com uma bebê de 9 meses junto, me ajudou nas empreitadas de pesquisa, proporcionou uma gama de contatos importantes para minha formação profissional e construção da tese, além de acreditar no meu objeto de pesquisa e auxiliá-la na adaptação à vida germânica na cidade de Darmstadt.

Ao professor Dieter Plehwe que, desde 2017, arranjou espaço em sua agenda lotada para conversas frutíferas e abrir meus caminhos da pesquisa; a sua esposa que nos recebeu em sua casa e explicou a lógica dos arquivos alemães, o que foi muito importante para essa tese.

Ao meu marido Adriano que cuidou de nossa filha Isabella, nascida no meio do processo do doutorado, e foi para a Alemanha conosco por um ano, indo de cidade em cidade para eu pesquisar nos arquivos e lecionar. Sempre me apoiou em minhas ideias e escolhas profissionais.

Ao arquivista Fabian Theuer que “fechou os olhos” no Instituto Friedrich von Naumann em Gummersbach quando tirei fotos dos documentos, mesmo que não estivesse autorizada. Aos funcionários do Konrad Adenauer que me permitiram pesquisar no acervo da instituição e que, mesmo não falando um inglês muito bom, foram muito solícitos e pacientes comigo, inclusive permitindo a retirada de cópias de documentos não disponíveis a público.

Existem ainda muitas pessoas que fizeram parte desse processo as quais foram muito importantes nesse caminho de 4 anos: minha mãe que ajudou muito em função da bebê e todo sacrifício que fez por mim mesmo com a saúde debilitada, minha sogra Célia que foi conosco para a Alemanha para nos adaptarmos nesse início difícil, a Tania Bernkopf pelas aulas de alemão, aos colegas da Hochschule Darmstadt Morritz e Kaltwasser, aos amigos Luis Noschang e Aline Alquati que nos ajudaram muito lá também nos momentos bom e ruins.

Aos meus bons amigos e colegas do Brasil que me acompanharam no processo de viagens de Porto Alegre a Erechim nas 12 horas de ônibus semanais entre o trabalho e casa, minha querida Isabel Gritti e Martins que sempre deixaram sua casa aberta e me receberam com tanto carinho, à Débora que dividiu sua casa comigo por um ano, ao Fraga pelos conselhos, ao Severo pela palavra amiga e de experiência, não se esquecendo dos inspiradores intelectuais Mairon, Halferd, Fábio e Paulo. Meus queridos alunos e sua paixão inspiradora que possuem pela História, seu brilho, suas pesquisas inéditas. Aos alunos do MST, o Instituto Josué de Castro de Veranópolis pela experiência e vivência no movimento, o debate de ideias, o bom acolhimento. Enfim, a todo o povo de Erechim que me acolheu bem e entendeu minhas situações.

Por fim, às pessoas mais importantes em todo esse processo, os meus pais que sempre tiveram uma vida simples e humilde, mas me proporcionaram todos os recursos possíveis ao seu alcance para que eu pudesse ter acesso à educação e ter uma formação plena – algo que não lhes foi possível, somente um bom tempo depois.

Meu muito obrigado a todas e todos que fizeram parte dessa produção textual e meu próprio amadurecimento em todo esse processo.

*Faça o que tu queres que há de ser tudo da Lei. O Amor é a Lei, amor sob vontade.*

*(Aleister Crowley)*

*Sobre homens cuja alma é livre, a tirania material é impraticável*

*(Eliphas Levi)*



## RESUMO

**Resumo:**Essa tese visa a abordar de maneira prática as relações e orientações econômicas que o Brasil adotou durante o período inicial do regime civil-militar com a Alemanha Ocidental capitalista nas décadas de 60 e 70, seguindo a abordagem Ordoliberal e da Economia Social de Mercado (ESM) como norteadoras para pensar as questões políticas e econômicas do país. É importante ressaltar que o objetivo aqui não é declarar que a ditadura brasileira foi ordoliberal, seria um equívoco, pois foi um regime altamente estadista, mas sim acabou sendo influenciado através dos acordos de cooperação via Estado, e principalmente através dos Institutos think-tanks que atuaram junto a outros políticos e intelectuais no Brasil. Essa tese oferece um panorama dos principais acordos entre os dois países e a intermediação que houve entre os Institutos Friedrich von Naumann e o Konrad Adenauer nesse processo. A teoria ordoliberal da ESM surge na Alemanha no período entre guerras, sendo a revista *ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft (Anuário da ordem diária e social)* a principal difusora desses ideais intelectualmente. Dessa forma, se objetiva analisar como essas ideias e práticas permearam o pensamento político e econômico brasileiro transparecendo nos acordos bilaterais feitos por ambas nações no período supracitado através de uma corrente de intelectuais, pertencentes ou não à política oficial do Estado. Para esses fins, a documentação suplementar da pesquisa são relatórios de cooperação técnica e de capital presentes no Auswärtiges Amt, juntamente com a documentação referente ao Brasil que se encontra no Instituto Konrad Adenauer e Friedrich von Naumann, percebendo como se orientou essa relação via Estado por um lado, e via institutos por outro. A partir da confluência dessas ideias em tentar esclarecer melhor o que seria o chamado “modelo renano” e o de “Freiburg” se tenta observar como a política alemã se orientou e se autoprotegeu sobre os países em desenvolvimento, pois acredita-se que a forma na qual as relações internacionais entre o Brasil e a RFA se articularam tem muito a ver com a maneira em que o próprio Estado alemão era guiado, ousando dizer que boa parte dos investimentos da RFA corroboraram para o chamado milagre econômico brasileiro. É, através do que revelam as fontes diplomáticas entre Brasil e Alemanha pelo meio dos sistemas e programas de cooperação, que ambas as nações acabam por estabelecerem vínculos no sentido técnico e científico, principalmente no que tange à construção de grandes obras e aos usos da energia nuclear no Brasil. Já em relação aos institutos, esses eram atrelados juntamente ao Estado, moldando-o em prol do que acreditavam ser o mais acertado em sua crença, ao mesmo tempo em que promoviam projetos e atividades sem a tutela estatal.

**Palavras-chave:** Ordoliberalismo; Economia Social de Mercado; Konrad Adenauer Stiftung; Friedrich von Naumann Stiftung

## ABSTRACT

This work studies the in a practical conception way of the economic relations and orientations that Brazil adopted during the initial period of the civil-military regime with capitalist West Germany in the 60s and 70s, following the Ordoliberal and Social Market Economy (SME) theories as guidelines for thinking about the country's political and economic issues. It is important to observe that the objective here is not to declare that the Brazilian dictatorship was ordoliberal, it would be a huge mistake, because this was a highly statesman regime, but it ended up being influenced through the cooperation agreements through the State, and mainly through the think-tanks Institutes that they worked with other politicianst and intellectuals in Brazil. This thesis offers an overview of the main agreements between these two countries the influence of Friedrich von Naumannand Konrad Adenauer Institutes in this process. Ordoliberal and ESM theories emerged in Germany in the middle of the two Great Wars, with ORDO magazine: *Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft* (Yearbook of the daily and social order) as the main spreader of these ideals intellectually. Thus, the objective here is to analyze how these ideas and practices enter into Brazilian political and economic thinking, reflected in the bilateral agreements made by both nations in the aforementioned period through a chain of intellectuals, whether or not they belong to the official policy of the State. For these purposes, the supplementary documentation of the research are the reports of technical and capital cooperation present in Auswärtiges Amt, together with the documentation referring to Brazil that is at the Konrad Adenauer Institute and Friedrich von Naumann, realizing how this relationship was oriented by the State on one hand, and by intitutes on the other. Based on the confluence of these ideas we are trying to clarify better what would be called the “Rhenish model” and that of “Freiburg”, we try to observe how German policy was oriented and self-projected on developing countries, as it is believed that the form in which the international relations between Brazil and the FRG articulated have much to do with the way in which the German State itself was guided, daring to say that a good part of the FRG's investments corroborated for the so-called Brazilian economic miracle. It is through research in diplomatic sources between Brazil and Germany through cooperation systems and programs, that both nations end up establishing conections in the technical and scientific sense, especially with regard to the construction of major works and the uses of nuclear energy in Brazil. In relation to the institutes, they were linked to the State, molding it in favor of what they believed to be the most correct in their belief, at the same time that they promoted projects and activities without state supervision.

**Keywords: Ordoliberalismus; Social Market Economy; Konrad Adenauer Stiftung; Friedrich von Naumann Stiftung**

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Volume de DM criado com a reforma monetária.....	85
Tabela 2- Recursos humanos do projeto de pesquisas geológicas em Minas Gerais. ....	135

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Walter Eucken na reunião da Sociedade de Mont Pelérin, em 1947. ....	38
Figura 2 - Visita do Ministro da Economia Ludwig Erhard ao Brasil em 1954 em São Paulo. .....	103
Figura 3 - Antes da Volkswagen do Brasil S.A.....	105
Figura 4 - Produção de tubos na Companhia Mannesmann. ....	105
Figura 5 - Companhia Mannesman e sua automatização. ....	106
Figura 6 - Inauguração do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN). ....	126
Figura 7 - Convite da manifestação contra energia nuclear e o presidente Geisel. ....	160

## LISTA DE SIGLAS

- CDU – União Democrata-Cristã (*Christlich Demokratische Union Deutschlands*)
- CEE – Comunidade Econômica Europeia
- CSU – União Social-Cristã na Baviera (*Christlich-Soziale Union*)
- DM – Marco Alemão (*Deutsche Mark*)
- ESM – Economia Social de Mercado
- FDP – Partido Liberal da Alemanha (*Freie Demokratische Partei*)
- FES – Instituto *Friedrich-Ebert* (do alemão *Friedrich Ebert Stiftung*)
- FNS – Instituto Friedrich von Naumann (do alemão *Friedrich von Naumann Stiftung*)
- IIS – Instituto Internacional Solidariedade
- KAS – Instituto Konrad Adenauer (do alemão *Konrad Adenauer Stiftung*)
- KPD – Partido Comunista Alemão (*Kommunistische Partei Deutschlands*)
- NSDAP – Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*)
- PDC - Partido Democrata Cristão do Chile
- RFA – República Federal da Alemanha
- RM – Marco do Império Alemão (*Reichsmark*)
- SPD – Partido Social-Democrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*)
- TT's – Think-tanks
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 UM RECOMEÇO POLÍTICO-ECONÔMICO NA ALEMANHA: O ORDOLIBERALISMO E SUA TRANSIÇÃO A ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO</b> .....	25
2.1 Pelos meandros de uma nova ordem econômica liberal .....	25
2.2. A ética cristã católica e a crise social do presente na <i>ordnung theorie</i> .....	46
2.3. Os intelectuais da (não) tão nova perspectiva .....	50
2.4. A questão teórica de Hayek e Eucken.....	59
2.5. A Economia Social de Mercado.....	69
2.6. Um olhar sobre a experiência alemã no final da Segunda Guerra.....	75
2.7 A reforma monetária e seus impactos .....	83
<b>3 OS ACORDOS DE AUXÍLIO ECONÔMICO E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ALEMANHA DURANTE AS DÉCADAS DE 60 E 70</b> .....	90
3.1 As relações bipolarizadas e a política externa na década de 60.....	91
3.2 Relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil na “democrática década de 60” .....	102
3.3 Um projeto audacioso: a cooperativa Pindorama .....	112
3.4 A política externa “herdeira de Quadros e Jango” em Castelo Branco .....	115
3.5 A virada diplomática em Costa e Silva.....	124
3.6. Outros projetos na década de 60.....	130
3.7. A Comissão Mista Teuto-Brasileira de 1971 .....	140
3.8. Auxílios financeiros na década de 70 .....	143
3.9. Um dos maiores negócios de exportação da RFA: A cooperação atômica .....	147
<b>4. DÉCADA DE 70: A ATUAÇÃO DOS INSTITUTOS FRIEDRICH VON NAUMANN E KONRAD ADENAUER</b> .....	163
4.1. A lógica operante dos <i>think-tanks</i> na União Europeia, na Alemanha e no Brasil .....	164
4.2. A democracia na América Latina.....	173

4.3.	A formação e atuação da Fundação Konrad Adenauer ( <i>Konrad Adenauer Stiftung</i> – KAS) 186	
4.4.	Intenções, planos e relações do KAS no Brasil, na década de 70.....	193
4.5.	Os projetos da TV educativa do KAS.....	201
4.6.	A formação e inserção do <i>Friedrich von NaumannStiftung</i> na América Latina e no Brasil .....	210
4.7.	A relação de ideias do Instituto Friedrich von Naumann e o Instituto Tancredo Neves .....	217
<b>5.</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>223</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>230</b>
	<b>FONTES .....</b>	<b>249</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>260</b>
	Anexo 1: Debates do governo no Congresso usando gráficos perspicazes, mostrando os interesses mútuos e outros aspectos dos acordos.....	260
	Anexo 2 - Diferenças e proximidades entre as ideias das Escolas de Colônia e Freiburg. 262	
	Anexo 3 - Esquema Social e Econômico da Alemanha após 1945. ....	263

## 1 INTRODUÇÃO

O intercâmbio de informações nas principais cúpulas econômicas e políticas é um fato corriqueiro no mundo globalizado. Percebemos que certas teorias e sistemas provenientes da Europa e Estados Unidos adentram o território latino-americano de maneira transversal ou imposta, como no caso da “Escola de Chicago” no Chile de Pinochet que é mais visível. Dessa forma, pensando no caso brasileiro, a partir da leitura das obras de Roberto Campos e outros economistas-intelectuais que atuaram na década de 60 e 70, se busca perceber como a teoria ordoliberal e social de mercado, entendida aqui como uma variação do capitalismo alemão, se estabeleceu e desenvolveu na Alemanha com o objetivo de consolidar seu modelo através do olhar sob as políticas econômicas do Brasil durante essas décadas nos tratados e projetos de cooperação internacional entre esses dois países e via institutos think-tanks como Friedrich von Naumann e Konrad Adenauer.

Dessa forma, parte-se da hipótese de que houve uma influência no Brasil em aspectos econômicos e políticos, porém essa interferência não pode ser vista tão direta, uma vez que num regime democrático como o alemão não haveria compatibilidade com uma estrutura engessada estatal ditatorial. Para esse modelo de capitalismo alemão, o contato com outras nações em desenvolvimento como o Brasil foi necessário para a manutenção de sua própria existência.

Já em 1952, a partir do chamado “Modelo Renano” de economia social de mercado, ao qual é atribuído *Wirtschaftswunder* ou o milagre alemão no pós-Guerra, a RFA realizou os primeiros investimentos no exterior, sendo o Brasil um dos principais parceiros. Entre julho e agosto daquele ano, a bandeira alemã se fez novamente presente nos portos brasileiros (VIEGAS, 2016, p. 147-148).

Logo, a partir da pesquisa documental com apoio de jornais e bibliografia referencial, se aborda teoricamente o que foi o ordoliberalismo e a economia social de mercado, em especial a sua projeção econômica frente ao Estado e as Instituições a partir dos artigos publicados pelos anais da revista *ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft*, analisando-se, assim, seus primeiros volumes, considerados mais relevantes nessa pesquisa, pois eles exprimem os anseios e a parceria transnacional que esse projeto trazia, uma vez que, não apenas constam artigos de economistas europeus, mas de outras nacionalidades que pertenciam a esfera capitalista, como uma espécie de “rede” transnacional capitalista que incita um “novo” liberalismo. Em consonância com a revista, as principais obras de Walter Eucken são consultadas no sentido de complementar e esclarecer o que seria



o escopo teórico do ordo. Por sua vez, para compreensão da ESM recorre-se aos estudos de Vanberg e Watrin assim como tantos outros para entender como ocorreu essa transição de um modelo ao outro, com sua aplicabilidade visível na atuação de Ludwig Erhard e Konrad Adenauer. Ambos os arcabouços teóricos nortearam as práticas da política externa alemã no pós-guerra, dessa forma, não se analisa aqui apenas essas duas escolas econômicas, mas sim de que maneira influenciaram as relações internacionais que a RFA fez com os demais países, em especial o Brasil.

O ordoliberalismo e o corporativismo são hoje amplamente percebidos como conceitos de regulação técnico-econômica que existem independentemente das propriedades culturais (Lee Mudge, 2008, p. 705). No entanto, esta contribuição mostra que o desenvolvimento de ambas as doutrinas econômicas durante as décadas de 1930, 1940 e 1950 na Europa estava profundamente enraizado em diferentes denominações religiosas. Enquanto os pensadores econômicos protestantes defendiam ideais ordoliberais, os tomadores de decisão católicos estavam inclinados a seguir as idéias corporativistas conforme apresentadas nas ecíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* (Van Kersbergen e Manow, 2009). Para a zona do euro hoje, isso significa que o ordoliberalismo, como um conceito protestante, é usado durante a crise como uma prescrição política por um Norte europeu amplamente secularizado, mas ainda culturalmente protestante, para disciplinar um Sul europeu corporativo secularizado, mas ainda católico/ortodoxo. Isso pode levar a um aprofundamento das clivagens culturais entre as nações europeias, que o projeto de integração europeia tentou tanto superar durante os últimos 70 anos. No entanto, o ordoliberalismo pode funcionar se for apoiado e combinado com fortes instituições de bem-estar - como era o caso no final dos anos 1950 na Alemanha. (HIEN, 2013, p. 350).

Podemos definir o denominado ordoliberalismo como uma espécie de teoria do planejamento que surgiu na Alemanha, posta mais em prática do lado Ocidental, visto que ela é compatível apenas com os preceitos capitalistas da época, como forma de contornar e recuperar o país após o período da II Guerra Mundial, teoria escolhida dentre os mais variados arcabouços teóricos que compunham parte do “teatro epistemológico” da Guerra Fria; a grosso modo, Economia Planejada, Keynesianismo, Escola de Chicago, dentre outros. Por sua vez, esse cânone pode ser considerado uma “genuína receita alemã”. Para muitos, esse arcabouço teórico, mas que também é prático se encaixa no conjunto dos “neoliberalismos”, uma palavra que se tornou “manchada” aos olhos de muitos autores, sendo um sinônimo do lado sombrio do capitalismo, lembrando “cortes sociais” irrestritos, “frieza social” e até por “opressão em nome da liberdade”. Porém deve-se ter alguma cautela em colocar o ordo e a ESM nesse conjunto, pois ambas, mas especialmente o ordo segue uma orientação cristã

direcionada por Walter Eucken, muito influenciado pelo eticista social cristão Nawroth que criticava a liberdade perseguida como uma máxima pessoal (MÜLLER, 2007, p. 99).

O termo “ordo” é derivado do latim, que implica algo que está em relação à ordem interna, em contraste com ordenado “de fora”, ou imposto externamente (GROSSKETTLER, 1989, p. 43). Essa palavra também surge de um jornal acadêmico chamado “Ordo” (tradução para o inglês: *The Ordo Yearbook of Economic and Social Order*, mais conhecidos por *Ordo Yearbook*, ou simplesmente ORDO), tendo sua primeira edição publicada em 1948, por Walter Eucken e Franz Böhm. O conteúdo do jornal dissertava sobre as instituições políticas e econômicas que regiam a sociedade moderna com a missão de gerar debates entre as mais diversas áreas do conhecimento. Além de discutir os pressupostos filosóficos que envolviam a sociedade da época e buscar uma solução para a crise econômica e social instaurada no pós Guerra.

Dessa forma, o termo ordoliberalismo se constituiu dentro dos artigos dessa revista, assim como o, conceito de “economia social de mercado”, associado como consequência do primeiro, e utilizado na Europa Ocidental e a parte Ocidental da Alemanha durante a Guerra Fria. Walter Eucken nunca viu a publicação dos demais volumes (do terceiro em diante, devido ao seu falecimento). No entanto, ele esteve ativamente envolvido em sua criação até o início da impressão, suas idéias sempre versaram sobre regulamentos econômicos específicos, a esse respeito, o próprio Eucken viu e declarou muito claramente que a conclusão do trabalho intelectual preparatório para a ordem da competição e sua implementação prática não pode ser uma tarefa de curto prazo e trabalho de um homem, mas pode ser um trabalho de gerações e uma tarefa da ciência <sup>1</sup>.

Segundo as observações de Rudolf Richter, a Alemanha não aplica hoje as políticas ordoliberais à risca como no pós-guerra, porém, suas práticas de contenção de gastos e da inflação ainda são vigentes em momentos de crise. O interesse no ordo começou a renascer na década de 1970 e 1980 com a Nova Economia Institucional, nas escolas de pensamento cuja pesquisa e cujos temas se sobrepõem aos ordoliberais. (RICHTER, 2000, p. 56). O anuário da “Ordo” continua a ser publicado e conta com uma equipe editorial ampla, sendo vinculado ao Walter Eucken Institute, fundado em Freiburg (1954), hoje publica vários artigos relacionados a economia, sociologia, filosofia e política tanto nos idiomas inglês e alemão.

Dessa forma, nesse trabalho pretende-se compreender melhor em que medidas esses dois preceitos teóricos são internalizados nos institutos think-tanks (TT’s) de cunho político,

---

<sup>1</sup> Prefácio da edição de 1950 escrito por Franz Böhm. ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft, Vol. 3 (1950), pp. IX-XII. Published by: Lucius & Lucius Verlagsgesellschaft mbH

respectivamente o *Friedrich von Naumann* e o *Konrad Adenauer*, e de que maneira eles transpassam esses ideais nas suas ações e missões no Brasil. Para além disso, analisar como as relações diplomáticas e os acordos externos entre ambas as nações foram feitos pensados numa esfera da economia social de mercado, o qual a RFA já professava quando as relações se intensificaram no país.

Tanto o *ordo* como a ESM podem ser considerados como uma teoria inovadora no sentido econômico, pois elencava muitos aspectos do liberalismo político de Hume e Locke, com certas alterações no liberalismo econômico de Adam Smith, ou seja, um liberalismo com uma “*ordo*”, ordem proveniente do Estado, tendo um papel fundamental na economia do país. Para cumprir essa ressalva, é importante analisar quais foram as ações de governantes alemães dessa época como Ludwig Erhard, ministro na Alemanha durante a Guerra Fria que implantou muitas reformas, além de perceber de que forma se gestou tal ideia. Conforme Kitchen (2013), Erhard,

Insistia em afirmar que o Estado precisava interferir para garantir que a livre concorrência não estava sendo indevidamente bloqueada por monopólios e cartéis, e que um amplo Estado do bem-estar social deveria fornecer ajuda aos menos afortunados e superar acentuadas diferenças sociais, mitigando assim as tensões por elas criadas. (KITCHEN, 2013, p. 437).

A tradição ordoliberal é mais conhecida no mundo anglo-saxão como a Escola de Freiburg alemã, ou neoliberalismo alemão, ou mesmo como o fundamento teórico do pós-guerra da economia de mercado social alemã. Seu debate original surgiu no início das décadas de 1920-30, num contexto de crise política e depressão econômica, violência política e austeridade, condições de governabilidade e posições de classe acirradas. Os pensadores fundadores do ordoliberalismo são Walter Eucken, Franz Bohm, Alexandre Rüstow, Wilhelm Röpke e Alfred Müller-Armack. No contexto da Crise de Weimar, eles desenvolveram vários escritos de como o capitalismo deveria operar como uma economia liberal, ou como Foucault (2008) percebeu, sobre como definir, redefinir ou redescobrir a racionalidade econômica das relações sociais capitalistas. Os ordoliberais não queriam um Estado fragilizado ou nulo, mas sim um Estado forte com um “quadro institucional que é o que pode assegurar o bom funcionamento dessa ‘ordem econômica’ específica. De fato, a ausência de um quadro institucional adequado, as medidas de política econômica, mesmo as mais bem-intencionadas, estão condenadas a ineficácia.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 102)

Em suma, o ordoliberalismo afirma a autoridade do Estado como o encarregado de atuar como a mão invisível da economia livre. Liberdade é apenas reconhecida dentro da

estrutura da ordem, que existe apenas a partir de uma autoridade política. Somente com base na ordem pode haver liberdade e pode-se confiar a um povo livre que se ajuste ao mecanismo de preços e autoresponsabilidade. A manutenção da ordem depende de um Estado forte que governe junto aos interesses sociais. Ou seja, o estado ordoliberal é encarregado de remover toda a “ausência institucional” dos mercados e, assim, “despolitizar” as relações de mercado como relações de troca apolíticas e, portanto, também monopolizar o político.

Esses pressupostos se encaixam no escopo do “paradoxo ortodoxo”, pois o ordo reconhece que o Estado deve ser forte suficiente para desempenhar um papel que permita que o mercado seja maximizado, ao contrário de outros preceitos neoliberais, ou seja, um “fortalecimento do Estado para garantir a redução da sua própria intervenção na economia e a expansão das forças de mercado” (WELTMAN *apud* HAGGARD e KAUFMAN p. 82). Ademais, Ramírez (2018, p. 04), expõe a questão do ordoliberalismo como uma teoria mais heterodoxa que tem sua cristalização no Colóquio Walter Lipmann, e posteriormente após a II Guerra Mundial.

Esto matiza mucho más la idea de un neoliberalismo atado a la ortodoxia y al momento en que comienza a madurar, lo que impedía ver sus otros clivajes, como aquel que nos muestra la forma en que se fue amalgamando, incluso con contradicciones y escisiones internas, como ocurriera con parte del Ordoliberalismo y otros alegatos discursivos que fueron empleados en periodos previos a su auge, del que se fueron desprendiendo durante el transcurso histórico del mismo, y el tipo de alianzas que se establecían, las que también fueron mudando según las necesidades que imponían las coyunturas y las propias dinámicas de esos agentes en cada una de las etapas por la que atravesaba. (RAMÍREZ, 2018, p. 04-05).

O Estado, segundo Müller-Armack (1981b, p.102), “tem que ser o mais forte possível dentro de sua própria esfera, mas, fora de sua própria esfera, na esfera econômica, tem que ter o mínimo de poder possível.”<sup>2</sup> O escopo ordoliberal rejeita o liberalismo *Laissez-faire* como uma doutrina da fé que, quando as coisas ficam difíceis, admitem demandas não liberais de bem-estar. Com o pano de fundo da crise da República de Weimar, eles começaram a determinar a “ordem” econômica ou social apropriada ou “sistema” que restauraria e perpetuaria o indivíduo como um empreendedor autoresponsável. Era o objetivo da política social ordoliberal impedir a politização do trabalhador como um proletário e transformar os trabalhadores em indivíduos energéticos, vitalizados e autoresponsáveis. Para os ordoliberais, a tarefa política de sustentar a liberdade do mercado com base no Estado de direito não é

---

<sup>2</sup> Muller Armack na verdade parafraseia Benjamin Constant (1998) em sua crítica ao governo democrático, sendo a posição de Constant um ponto referencial na redação ordoliberal.

suficiente, fundamentalmente, o comportamento do mercado precisa ser incorporado às “forças psico-morais” (RÖPKE, 1942, p. 68) à disposição de uma sociedade competitiva.

Como consequência do ordoliberalismo há a Economia Social de Mercado (ESM), cujo princípio norteador é o cerne da justificação política e ideológica da constituição econômica da República Federal da Alemanha. Surgiu da síntese quase improvável de duas escolas de pensamento menos congruentes: por um lado, uma compreensão ordoliberal da política, por outro, uma ideia do Estado de bem-estar social, fortemente influenciado pela doutrina social católica (WITT, 2012, p. 159). Esse sincretismo sempre levou a interpretações controversas (WATRIN 1979, KASPER 1993, STARBATTY 2004, para citar apenas alguns). Na prática, por um lado resultou em alto grau de liberdade de contrato privado e segurança jurídica, e por outro em elementos de economia corporativa e política. Estes últimos visam a seguridade social, já na luta política que prevalecia na época, o equilíbrio entre a liberdade de mercado e a influência do Estado corporativo e social foi algo almejado pela RFA.

Para classificar melhor as considerações da ESM, faz sentido recordar a relação entre a política regulatória, por um lado, e a política do Estado de bem-estar, por outro. O conceito de Böhm (1951) e Eucken (1952), em que a forma básica da política regulatória é um conceito normativo. Segundo ela, as autoridades políticas em uma economia de livre mercado deveriam limitar-se a estabelecer uma estrutura legal para os agentes econômicos. Isto são as regras da competição, que em certa medida definem as “regras do jogo” para participação no processo econômico (VANBERG, 1998, p. 05). Intervenções por parte do governo ou de seus órgãos administrativos na liberdade contratual devem ser evitadas. A esse respeito, esse conceito de ordem é liberal.

No entanto, o conceito de *laissez-faire* é rejeitado pelo *ordo* e pela ESM. A questão contratual dos indivíduos que fazem parte do mercado não deve ser aplicada sem restrições: acordado em particular, as obrigações legais das atividades econômicas que visam regular a concorrência não devem machucar ou prejudicar o outro. a História causou um medo aos alemães de que o mecanismo de preços possa ser anulado devido à experiência do período de Weimar. Ao mesmo tempo, no entanto, a ideia de concorrência completa, pode vir a impedir que a liberdade contratual seja usada para restringi-la, sendo essa uma tarefa atribuída aos órgãos governamentais. Estes estão na tradição germânica percebido pela lei pública (ou seja, comprometido com o bem comum e imune a tentativas de influenciar interesses particulares). Nesse sentido, a política regulatória de Böhm-Eucken é *ordo/liberal* - ou seja, liberal com limites. Pois como complementa Eucken em 1948 e sucessivamente em 1952, o *laissez-faire* é uma política que nunca foi adequada para resolver os problemas da sociedade moderna, pois

nunca apresentaram solução ao poder em expansão, nem conseguiram assegurar a eficiência econômica no longo prazo. (GERKEN, 2000, p. 11).

A partir desses preceitos, resumidamente colocados aqui é que a Alemanha do pós-guerra se reconstituiu na garantia de um bem-estar guiado pelo Estado para todos seus cidadãos. Essa visão e a maneira em que vai se reconstituir o país é o que se apresenta ao Brasil na década de 60, acabando por influenciar a maneira com que os acordos de cooperação serão pensados. Por outro lado, temos ambos os institutos, o KAS e o FNS que tem suas matrizes e lutam internamente pelo reconhecimento do Estado que se põe na RFA, principalmente no caso do Adenauer, uma vez que seu partido fez parte dessa recuperação democrática. Há uma lacuna historiográfica nessas análises de influência dos TT's alemães no Brasil, esse é um estudo relativamente recente, além da questão do ordo e da ESM terem sido pouco exploradas também em trabalhos acadêmicos no país.

Destarte, com o objetivo de compreender de que forma esses dois arcabouços teóricos influenciaram e se manifestaram de maneira prática no Brasil através da amplitude econômica e política principalmente, recorreremos aos tratados de cooperação internacional entre a Alemanha e o Brasil, localizados no *Auswartiges Amt* em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e parte dos anais da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, pois acredita-se que, enquanto a Alemanha expressava político e economicamente esse ordoliberalismo e a ESM, as cooperações e acordos bilaterais foram influenciados pela prática política doméstica da RFA.

A partir da apresentação desses acordos, outros trabalhos acadêmicos e investigativos poderão surgir, a fim de estudar de maneira mais pormenorizada, levando em conta as particularidades e viscosidades de cada tratado entre ambos os países, como é o caso da fundação da Colônia Pindorama na década de 60, as expedições geográficas pelo Nordeste brasileiro, as questões acerca da urbanização (como exemplo, a tese de Daniele Viegas em relação a Porto Alegre), o incentivo ao trabalho cooperativo (estudo feito por Janine Schwartz), questões nucleares (dissertação de Rafael Brandão), comissões mistas e apoio às universidades e expansão científica.

As pesquisas sobre as relações internacionais entre Brasil e Alemanha no século XX são crescentes e antigas, devido a fato da abertura dos próprios arquivos e a mobilidade internacional dos próprios pesquisadores entre as nações, além claro, das recuperações democráticas latino-americanas que embora sejam deflagradas, em termos “sociais” ainda é algo que caminha lentamente. O principal foco dessas relações Brasil e RFA se pautam nas questões do nazismo e da imigração alemã à América Latina nos séculos XIX e XX,

apresenta-se também muitas pesquisas dando ênfase a rivalidade dentre Alemanha e Estados Unidos no estabelecimento de esferas de influência na América Latina.

Segundo Oliveira (2003, p. 13-16) existem três modelos de interpretação sobre a história das relações políticas e econômicas entre a RFA e o Brasil. Sob o ponto de vista de cientistas políticos brasileiros e alguns historiadores diplomáticos, os laços entre os dois países após 1945 eram “ideais e complementares”, muito em virtude da balança comercial brasileira ser positiva com uma alta taxa de exportação de recursos naturais, os quais a Alemanha necessitava muito por não ter um grande território ou colônias, passando o Brasil a ser um grande fornecedor de matérias-primas e produtos agrícolas. Por outro lado, a Alemanha também almejava um crescimento econômico para si, razão pela qual essas relações bilaterais também eram importantes, pois o Brasil também era considerado uma espécie de potência latino-americana. Na visão de Bandeira (2011) além desse motivo voltado a uma questão primária, há outros três que podem ser elencados:

A Alemanha, competindo com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, possibilitou que o Brasil ampliasse sua margem de autonomia internacional, ao aumentar-lhe o poder de barganha e abrir-lhe novos mercados e fontes alternativas de capitais e tecnologia necessários ao seu desenvolvimento. A formação da CEE e a reunificação dos dois Estados alemães não modificaram, ao que tudo indica, essa tendência, inclusive porque, por causa da superação do conflito Leste-Oeste, a competição dos países industriais, entre os quais o Brasil se inclui, com os Estados Unidos deve recrescer. A Alemanha pode constituir a principal porta para maior penetração do Brasil não só na CEE como nos países do Leste-Europeu, uma vez que, além dos interesses econômicos recíprocos, os partidos políticos, tanto do governo como da oposição, as igrejas e sindicatos dos dois países mantêm estreitas relações entre si (BANDEIRA, 2011, p. 31).

O segundo modelo interpretativo versa sobre as conexões entre a RFA e a América Latina como um todo, pois apenas o Brasil não teria um interesse relevante em virtude de ser subdesenvolvido. Por isso, a estratégia dos intitutos em criar setores internos que eram responsáveis por “cuidar dos negócios” no território latino-americano como um todo, a exemplo disso, a criação do Instituto Internacional Solidariedade (IIS). Após 1949 a RFA mantinha boas relações com os Estados Unidos, a OTAN e o países capitalistas do Mediterrâneo, logo, a política externa da Alemanha deveria estar em consonância com as praticadas pelos EUA nos atos e contratos diplomáticos. As teses que seguem esse modelo acreditam que os norte-americanos por causa da proximidade geográfica, acordos políticos e vínculos culturais e históricos seriam o parceiro mais adequado devendo proteger a América Latina do comunismo.

Na terceira via, alguns acadêmicos<sup>3</sup> declaram que a relação entre a RFA e a América Latina no quesito do desenvolvimento da Alemanha Ocidental não teve grande relevância, porém teve um grande impacto nos países latino-americanos, em termos políticos e econômicos. No caso do Brasil, esse contato e cooperações foram fundamentais para que o projeto de industrialização fosse exitoso. Pois a participação do país na Segunda Guerra foi estratégica para fazer com que o governo brasileiro acreditasse que sua posição poderia influenciar o contexto internacional. De acordo com essa visão, segundo Lima (1982, p. 349-351) esse modelo de “alinhamento automático” foi substituído por um “alinhamento pragmático” na política externa brasileira, principalmente quando se trata das relações do Brasil com os EUA, principalmente no campo da política, da economia e do militar. Esse modelo foi posto em prática no Brasil a partir dos anos 1950 a fim de obter investimentos para alavancar seu plano de industrialização e desenvolvimento, o que causou grande dependência dos EUA. Já em 1956 o capital alemão investido no Brasil era intenso, o que fomentou e neutralizou parte do domínio dos EUA sobre o país.

Colocadas essas interpretações acerca das relações entre a América Latina e a RFA, acredita-se as relações entre o Brasil e a Alemanha seria uma espécie de mescla entre os pressupostos dois e três, pois os investimentos alemães foram muito relevantes para o desenvolvimento e alavancagem do projeto industrial tão planejado desde a Era Vargas. Dessa forma, essa teoria será melhor articulada no capítulo que gira historicamente no período sobre o Milagre Brasileiro (década de 1960 e 1970), a fim de observar como a política e a economia influenciaram as relações entre as nações. Para tal, a documentação do Auswartiges Amt e o Ministério das Relações Exteriores são primordiais para compreender como tais articulações se deram.

Busca-se perceber, nos acordos de auxílio de capitais, como transparecem os interesses ordoliberais e de mercado por parte da República Federal da Alemanha (RFA) Ocidental no Brasil. Com a tentativa de visualizar em que medida esses arcabouços teóricos influenciaram os acordos de auxílio de capital financeiro ao Brasil, para perceber se essa conjuntura alemã pós-guerra teve algum peso nas relações entre ambos os países de maneira mais independente um do outro, contrariando a lógica estadunidense. Dito isso, é necessário recorrer aos acordos de cooperação internacional entre Brasil e Alemanha durante as décadas de 1960 e 1970, localizados no Auswartiges Amt em Berlim em consonância com o do

---

<sup>3</sup> Dentre eles podemos citar Rubens Ricupero (1989, p. 193), Regina Soares de Lima e Gerson Moura (1982, p. 349), Paulo Roberto de Almeida (1995, p. 110), Paulo Vizentini (1995), Theotônio dos Santos (1989, p. 71), dentre outros.



Ministério das Relações Exteriores, pois é através desses tratados de cooperação internacional que ambos os países mostram seus interesses externos e internos, fazendo sentido (ou não) com a política ordoliberal praticada durante esse período, na Alemanha.

Para tanto, esse trabalho parte das relações bilaterais entre o Brasil e a RFA especificamente, não ampliando para o campo da América Latina, levando em consideração a política internacional e sua interação, além da situação doméstica de ambos, principalmente o entendimento do aparato ordoliberal e da ESM. Durante esse período, o Brasil experimentou uma “ruptura política” no seu processo democrático para uma ditadura civil-militar, com uma grande intervenção do governo na economia, maior envolvimento do capital privado nacional e dos fundos estatais no processo de industrialização, além do massivo investimento de capital estrangeiro, o país se auto-promoveu com tecnologia financeira e industrial, e com campanhas de organizações internacionais na garantia de obter uma estabilidade de preços em suas matérias-primas, fortalecendo assim sua visão no mercado internacional como um grande provedor primário, ao mesmo tempo que ideologicamente possuía um desenvolvimento independente na lógica estrutural capitalista. Afim de delinear as mais variadas facetas dessas relações que tiveram sua relevância, mas que, sempre ficaram em segundo plano, podendo ser possível por isso perceber as tensões, diálogos e contratempos dos atores envolvidos na tomada de decisões.

A partir dessas análises pode-se perceber e analisar como o Brasil se beneficiou dessas relações, quais as estratégias da RFA politicamente articuladas com um regime ditatorial no Brasil, qual o papel das relações diplomáticas no acerto dos acordos, como foi a retomada das relações entre Brasil e RFA, como o contato transnacional entre políticos e pessoas da esfera estatal influenciou parte do pensamento político brasileiro.

Numa primeira análise documental, pode-se observar que as contribuições da RFA (no sentido estatal) no processo de desenvolvimento brasileiro foram muito relevantes, principalmente a articulação entre atores de empresas de capital privado da Alemanha Ocidental que investiram no país e sempre tiveram a tutela do Estado. Os esforços de empresários alemães no Brasil foi bem significativo para uma alavancagem econômica, no entanto, quando a ditadura torna-se mais acirrada, os investimentos têm uma significativa queda em sua quantidade. Para preencher essa “saída de capital empresarial” o Estado alemão e os institutos se tornam cada vez mais presentes no país.

Segundo Halliday (1999, p. 15), os estudos acadêmicos sobre as relações internacionais possuem três facetas: as relações entre Estados, relações não-estatais ou transnacionais e relações de interação de todo sistema – organizações internacionais, Estados,

grupos sociais, pessoas jurídicas, etc. A própria terminologia das relações internacionais é por assim dizer, ambígua e abstrata, por isso deve ser tratada com muito cuidado. Num sentido mais estrito da palavra, a política externa pode ser entendida como uma atividade externa entre o Estado e atores para-estatais, onde o governo possui uma posição central no processo de tomada de decisão. As ações e comprometimento desempenhado pelos ministérios e a presidência nessas relações são cruciais, pois essas esferas são articuladoras do processo de celebração de contratos, visitas diplomáticas e políticas de segurança, para citar alguns.

Nessa perspectiva, indo ao encontro de explorar alguns desses “atores que pertencem ao processo diplomático” estão os os institutos Konrad Adenauer (KAS) e Friedrich von Naumann (FNS), ambos pertencentes a uma tipologia política que atuaram muito no Brasil nessa época. Esses institutos serão explorados num outro momento da tese, escolhidos em virtude de sua importância política e abrangência de atuação internacional. É importante salientar que na Alemanha os TT’s operam numa lógica totalmente diferente em relação aos do Brasil.

Em seguida de forma a complementar de que maneira e se houve mesmo uma influência desse pensamento de ambos intitutos no país, busca-se compreender através da documentação do KAS e o FNS quais foram seus projetos e como eles operaram no Brasil. O que nos proporciona esse olhar está expresso nos relatórios e nas missões com a comprobalidade nas matérias de imprensa, partindo do pressuposto de que o contato dos institutos é aparelhado ideológico e culturalmente, sendo presente uma espécie de comportamento “soft power” no teor dessas parcerias com “a capacidade de influenciar o comportamento dos outros para obter o resultado desejado” (NYE, 20014, p. 2).

Ambos intitutos são responsáveis pela difusão do pensamento capitalista alemão e sua relevância tanto no país quanto internacionalmente. O Instituto Konrad Adenauer é vinculado ao partido cristão (CDU) na Alemanha. Essa instituição é muito relevante nesse estudo, pois é grande responsável pela disseminação no pensamento ordoliberal e da economia social de mercado no Brasil e América Latina, além de promover o diálogo entre as duas nações no âmbito de negociações internacionais e de empréstimo de capitais. Algo declarado pela própria fundação que atua “independente e sem fins lucrativos, com base nos valores da União Democrata-Cristã (CDU), partido político alemão. Promovemos a Democracia, o Estado de Direito, os Direitos Humanos e a Educação Política, bem como a Economia Social de Mercado e o desenvolvimento descentralizado e sustentável” <sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Definição sobre si no site do próprio Konrad Adenauer stiftung <https://www.kas.de/pt/web/brasilien/quem-somos>

Já o Instituto Friedrich von Naumman é pertencente ao partido liberal alemão, o FDP, e possui uma ligação com políticos brasileiros desde a década de 60, porém, é mais expressiva sua atuação, principalmente nos meios intelectuais e políticos na década de 70 em diante de maneira mais autônoma. É interessante perceber que essa instituição foi responsável pelo intercâmbio e mediação de vários acordos de cooperação técnica e de capitais entre ambos os países, sendo expressiva sua colaboração na implantação da Energia Nuclear no Brasil e nas conversações com o governo Médici.<sup>5</sup>

E, para fins metodológicos, conta-se com o referencial acerca da história política e das ideias como principais norteadores de pesquisa, uma vez que se analisa como esses arcabouços teóricos se inserem no teatro político da época da Guerra Fria através de intelectuais engajados nesse cenário que transitam de uma esfera a outra, enfim, as concepções de René Remond são válidas na medida em que sua análise sobre a história política, a qual teve um grande momento de renovação na década de 1970, começa a dialogar com as demais ciências, principalmente Ciência Política e Letras, em relação à análise do discurso do político, englobando apreciações econômicas e articulações sociais, pois o político faz parte da vida coletiva, uma modalidade da prática social, em que:

Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos em que se combinam o instantâneo e o extremamente lento. É na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá a reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo. (RÉMOND, 2003, p 07).

Logo, para “organizar” e pensar como essas ideias e conceitos presentes na revista e nas fontes, que transpassam nos intitutos recorre-se às seis categorias pensadas por Harold Laswell em 1948, conhecida como uma verdadeira teoria da comunicação por sintetizar o entendimento dessa área em sua época (BAPTISTA, 2017, p. 191), levando em consideração os aspectos intrínsecos da matéria prima desta análise, do contexto a que as pesquisas se referem e das inferências pretendidas (MORAES, 1999, p. 8). Essa classificação se caracteriza a comunicação a partir de seis questões: 1) *Quem fala?* 2) *Para dizer o que?* 3) *A quem?* 4) *De que modo?* 5) *Com que finalidade?* 6) *Com que resultados?* Dessa forma, podemos pensar em categorias de análise textual para pensar os artigos escritos na revista, embora em boa parte dele seja difícil mensurar a sexta questão “com que resultados”.

---

<sup>5</sup> Arquivo do Instituto Friedrich von Naumman. Ref. 39.A/77. Gespräch das Herrn Bundespräsidenten mit dem botschafter der foderativen republik brasilien, Herrn Dr. Jorge de Carvalho e Silva. Bonn (27 maio de 1977).

De uma maneira simplificada, a pesquisa será iniciada por uma revisão bibliográfica acerca do referencial teórico existente tanto na teoria ordoliberal e da ESM quanto nas políticas implementadas na Alemanha. Para isso, será realizada a leitura de artigos correlatos na revista *Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft*. É importante salientar que, em virtude da revista ser muito extensa e trabalhar com vários assuntos e temas, será aplicado um filtro arbitrariamente pensado para selecionar o material, baseado em autores-chaves (que compõe o escopo intelectual da ideia alemã), como Ludwig Erhard, Walter Eucken, Franz-Bohm, Muller-Armack e Alexander Rustow. Logo, será feita uma explanação e apresentação dessas ideias incorporadas na revista, a fim de perceber como esse pensamento se gestou no campo das ideias naquela época.

Já em relação à pesquisa nos periódicos de Freiburg, vamos observar e produzir uma escrita por meio dessa imprensa, e não da imprensa propriamente dita, dessa maneira, o olhar frente aos textos “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos de utilizam” (LUCA, 2011, p. 114), principalmente no que tange à difusão, às relações com instituições políticas e grupos econômicos financeiros, dessa forma, faz-se necessário recorrer à revista com esse olhar mais crítico, a fim de afirmar ou negar essa hipótese.

Portanto, para analisar a revista, precisamos entender o discurso histórico e o conteúdo que é nela abordado. Com a “análise e a reconstrução discurso político produzido pelos atores históricos, direta ou indiretamente engajados na ação política de seu tempo” (POCOCK, 2003, p. 09), é possível perceber e reconstruir uma tradição de pensamento político por parte de alguns agentes históricos. Precisamos analisar o autor que escreve e as intenções que ele traz na sua escrita, para isso, serão avaliados os artigos dos principais teóricos do ordoliberalismo e dos intelectuais que futuramente serão dirigentes do governo alemão, logo, “o objetivo do tipo de análise preconizado pela Análise de Conteúdo é alcançar uma pretensa significação profunda, um sentido estável, conferido pelo locutor no próprio ato de produção do texto” (ROCHA, 2005).

Novamente, a fim de complementar as análises, faz-se uso da História das Ideias, da construção e resolução do que é o conceito de ordoliberalismo expresso na revista e suas deliberações, partindo do princípio da concepção de que “as ideias resultariam de sua própria essência que, por seu turno, evoluiria de forma dependente apenas do curso da experiência temporal progressista, porém não da intenção pragmática do indivíduo”. (MESQUITA, 2011, p. 07). Enfim, nessa pesquisa, é travado um diálogo entre as ideias e a História Política na qual “é tarefa primordial do historiador compreender e constituir um contexto social adequado

antes de se tornar íntimo das ideias que pretende examinar.”(BARROS, 2007, p. 202). Esse diálogo com a História Política demonstra-se necessário uma vez que ela versa sobre as “transformações da sociedade e as modificações das ideias.” (RÉMOND 2003, p. 13).

Já no sentido mapear essa influência do modelo capitalista alemão, se fez necessário pesquisar nos principais tratados de cooperação entre Brasil e Alemanha, durante as décadas de 60 e 70, localizados no Auswärtiges Amt em Berlim (Alemanha) e no Ministério das Relações Exteriores em Brasília (Brasil). Assim como, para perceber a ação dos institutos TT's no país se recorre a pesquisa documental das relações exteriores deles para com o Brasil. Ao contrário do Auswärtiges Amt, os institutos possuem uma cautela exacerbada em relação a pesquisadores, fotocópias de documentos somente são feitas após autorização da diretoria do Instituto, assim como é feita uma pesquisa prévia do pesquisador em redes sociais e currículo acadêmico.

No Arquivo de Relações Exteriores da Alemanha, o Auswärtiges Amt foi pesquisado os documentos sobre as relações diplomáticas da RFA para com o Brasil durante as décadas de 1960 e 1970. Trabalhando de maneira mais geral os acordos de auxílio de capitais e as missões de estudo científicas que proporcionavam uma grande troca de conhecimento tecnológico e intelectual entre ambos os países, bem como os documentos sobre a conjuntura brasileira produzida na época que nos proporciona a visão de si que a RFA tinha do Brasil, seus governantes e período histórico em questão, excluindo dessa análise os que versam sobre a atuação do Brasil frente a outras nações, como exemplo a posição adotada na questão sobre Israel que compõe grande parte do *corpus* documental presente na instituição, sendo uma possibilidade de pesquisa futura também, porém foge do escopo atual dessa tese. Destarte, há uma gama de documentos do próprio Ministério das Relações Exteriores do Brasil em português nesses arquivos também.

Outro local que possui referências e fontes sobre as relações com o Brasil é a Biblioteca Nacional de Berlim (*Staatsbibliothek zu Berlin*), do antigo lado Ocidental, na chamada Potsdamer platz. Na biblioteca foram pesquisados os volumes da revista *Ordo*, que estão disponíveis digitalmente, além de alguns relatórios do Auswärtiges Amt e da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, além de outras obras que serviram como referência exploratória do conceito do *Ordo* e da ESM.

O arquivo do Instituto Konrad Adenauer (KAS) se encontra na cidade de Sankt Augustin, consideravelmente próximo da academia Theodor Heuss. O acesso às fontes é mais complicado, por se tratar do seu vínculo direto ao Partido Democrático Cristão (CDU) e ser a situação atual no governo, por isso há todo um cuidado em receber pesquisadores e liberar

documentos para serem vistos, e principalmente copiados. A atuação do KAS no Brasil é antiga, consequentemente existem muitos documentos, relatórios e matérias de jornais sobre o país no local, inclusive o KAS possui um acervo volumoso sobre vários países da América Latina os quais possui parcerias, em especial a Argentina e o Chile.

Na cidade de Gummersbach foi visitado o arquivo da Academia Theodor Heuss, vinculado ao Instituto Friedrich von Naumann (FNS) e ao Partido Liberal Alemão (FDP). Esse local possui uma biblioteca especializada em cada país que possui relações com o partido, incluindo o Brasil, com obras sociológicas, econômicas e políticas do país de grandes nomes e escritores brasileiros. Além disso, o arquivo possui uma série de cartas, materiais de imprensa e documentos que demonstram a internacionalização entre o Naumann e políticos brasileiros, o que é mais destacado e inédito são os chamados “Cadernos Liberais” que são abordados nessa tese seus primeiros volumes, mas que também fornecem uma ampliação e novos horizontes de pesquisa da relação do país com o liberalismo alemão a partir da década de 80. A maioria da documentação que antecede a esse período é muito repetitiva com a que se encontra no Auswärtiges Amt, em virtude do partido pertencer ao *Bundestag* na época e coordenar os trabalhos no Brasil via Estado e não via instituto apenas.

Por fim, essa tese, além da introdução, essa tese possui 3 capítulos. No primeiro é trabalhado de maneira mais a esclarecer do que esgotar os principais conceitos e definições acerca do ordoliberalismo e da ESM, retirados em sua grande maioria dos artigos da Revista *Ordo* e dos pressupostos de Walter Eucken, um dos pais fundadores desse arcabouço teórico e sua articulação com a Sociedade *Mont Pèlerin*. Percebendo-se assim como esse trânsito de ideias liberais ocorreu na Alemanha, com o pressuposto de que essa teoria da *ordo* e da ESM se manifestou como algo prático no país, além de ser uma receita pensada levando em conta a realidade histórica daquela nação, com seus preceitos morais e culturais daquela sociedade. Esse capítulo se faz necessário, uma vez que procura esclarecer e explicar melhor de que forma as intenções da RFA para com o Brasil podem ser observadas por sob esse prisma, e em que medida elas influenciaram as relações bilaterais de fato com o Brasil.

No segundo capítulo se trata das relações político-diplomáticas a nível estatal, não trabalhando as particularidades de empreendimentos privados no Brasil por parte da RFA entre ambos os países nas décadas de 60 e 70. Monstrando-se assim uma espécie de panorama geral sobre os principais projetos e missões no Brasil que houveram nessa época, além da troca de conhecimento técnico e intelectual que foi bem forte nesse período também. O capítulo fornece um esclarecimento sobre as relações político-econômicas no final dos anos 50

e ao longo dos 60, com atenção especial às políticas e fomento ao desenvolvimento no Brasil, conflitos diplomáticos e a visão de Brasil que foi construída nessas relações.

No terceiro capítulo se discute a participação dos Institutos Konrad Adenauer e Friedrich von Naumann nessas conexões entre Estados, salientando que mesmo os intitutos sendo fundações alegadamente separadas do *Bundestag*, a crença dos políticos da época como o próprio Adenauer e de Walter Scheell (no caso do FNS) refletem os anseios políticos e os projetos do Estado alemão, pois no caso dessa nação, os TT's políticos funcionam como uma espécie de “braço” do governo nessa época, diferentemente no caso do Brasil, como traz Friedrichs (2019, p. 48) quando trabalha a FGV, o IPES e o IBAD os “quais atuaram para desestabilizar o governo de João Goulart e apoiar a deflagração do golpe civil-militar de 1964, os IPES também são responsáveis pela elaboração de boa parte das políticas da ditadura durante os seus primeiros dez anos”. Logo, através da atuação desses dois TT's no Brasil busca-se compreender como seus projetos e práticas corroboram para espalhar os ideais do ordo e da ESM nos círculos econômicos inseridos na esfera Estatal.

## **2 UM RECOMEÇO POLÍTICO-ECONÔMICO NA ALEMANHA: O ORDOLIBERALISMO E SUA TRANSIÇÃO A ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO**

Nesse capítulo, busca-se entender as principais definições teóricas sobre o que foi o ordoliberalismo e a economia social de mercado, como foram contruídas teoricamente e colocadas em prática no período que sucedeu a II Guerra Mundial com a retomada democrática no país. Para que seja feito essa construção, recorre-se primeiramente aos artigos publicados pelos anais da revista *ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft*. Nessa revista, serão analisados como fontes de apoio os artigos selecionados que versam sobre o que é o escopo do ordoe a ESM, uma vez que são construídos dentro desse periódico, em que se tenta construir e explicar teoricamente o que é e de que maneira se manifesta. Além disso, outras bibliografias foram consultadas para fins de melhor construção e esclarecimento teórico, dentre essas se destacam as produções vinculadas ao Walter Eucken Institut em Freiburg (Alemanha) e outros trabalhos acadêmicos expostos e discutidos ao longo da tese. Logo, esse capítulo visa a perceber de que maneira na congregação desses estudos essa proposição é apresentada e pensada por intelectuais e estudiosos alemães localizados no seu tempo e sua articulação com a conjuntura histórica da RFA.

### **2.1 Pelos meandros de uma nova ordem econômica liberal**

Acredita-se ser proveitoso trazer a discussão sobre a diferenciação entre o que seria a ótica ordoliberal em contraponto ao neoliberalismo, pois ainda há, no campo historiográfico, muitas dúvidas e discussões acerca desses termos, suas semelhanças e disparidades. Em virtude de esse trabalho versar sobre essa temática interdisciplinar, essa discussão se torna frutífera. Acredita-se que “o neoliberalismo é uma escola econômica, e mais que isso, um movimento que busca instaurar a defesa dos valores de uma sociedade de mercado.” (GUTIÉRREZ, 2008, p. 51). Essa afirmação se aproxima da definição ordoliberal econômica, pois, como visto, entre seus postulados, também há esse interesse na economia de mercado livre. Pontua-se que essa “confusão” entre os termos se dá também em virtude de as escolas austríaca (neoliberal), ordoliberal de Freiburg e da ESM de Colônia serem pertencentes à mesma sociedade intelectual, tanto que as três compartilham a maioria de seus teóricos.



Podemos perceber uma dessas aproximações na própria fala de Erhard acerca de ambas as terminologias numa publicação própria acerca desses termos.<sup>1</sup>

Pois se alguma vez houve uma teoria que fosse capaz de interpretar os sinais do tempo e cujas percepções deram um novo ímpeto a ambos competitiva e econômica socialmente, então foi a teoria criada pelos homens conhecidos hoje como neoliberais ou ordoliberais. Eles deram um aumento de peso para o social e aspectos políticos da política econômica e libertou-a da abordagem mecanicista. (GOLDSCHMIDT, 2004, p. 25).

A questão desses meandros entre o neoliberalismo e demais teorias que surgem mais ou menos na mesma época (século XX) é algo que, por vezes, se apresenta problemático também. Para Harvey (2007), por exemplo, o neoliberalismo é um conjunto de princípios macroeconômicos, ele usa o termo “neoclássico” para defini-lo muitas vezes. Colin Crouch (2011) o define como tendo seu núcleo ideológico no pensamento “antiestatal e pró-mercado”, e já Foucault (2006), por outro lado, vê o neoliberalismo como uma prática governamental e como uma forma de autogoverno.

Recapitulando, o neoliberalismo nasceu em função da crise do capitalismo liberal. Entre 1870 e 1930, o liberalismo perdeu sua posição como a ideologia dominante, seu movimento partidário e sua influência. A ideia do liberalismo tornou-se “um palavrão em grandes círculos”, como afirmou o sociólogo Leopold von Wiese, em 1925.

Nos conflitos sociais polarizados, na época da Guerra Fria, os pensadores liberais não desempenharam nenhum papel muito relevante, tal como aborda Hobsbawm (1996), os denominados de “pensadores no deserto”. Eles não podiam empurrar a política na direção desejada nem convencer as massas; também não estavam em postos e cargos estratégicos nos centros de produção intelectual. Não obstante, os liberais se reuniam em seminários particulares de Ludwig von Mises, ou reuniões em menores escalas, e articularam suas objeções ao prevalecente “coletivismo”, eram voltados contra as correntes socialistas e reformadoras sociais, especialmente contra o marxismo e o comunismo da emergente da União Soviética

O movimento neoliberal tem um amplo repertório de conteúdo. Existem diferentes posições em relação à competição, teoria monetária ou conceitos diferentes de mercado e Estado. (MIROWSKI, 2009, p. 120). Apesar da diversidade de abordagens, é importante perceber a diferença entre as estratégias discursivas desses movimentos, perceber que, em

---

<sup>1</sup> ERHARD, Ludwig. Gestern – Heute – Morgen (1961). In: ERHARD, Ludwig. **Gedanken aus fünf Jahrzehnten**. Düsseldorf, Wien, New York 1988, p.696.

primeiro lugar, se situam no campo do neoliberalismo e, em segundo lugar, que compartilham um conjunto de convicções fundamentais. Podendo ser percebidos como uma comunidade de visão de mundo e um coletivo de pensamento com uma abordagem universal: as doutrinas neoliberais são igualmente válidas e aplicáveis em todos os lugares. Para Hayek:

Os princípios do liberalismo não contêm nenhum elemento que o torne um dogma e não há regras rígidas que tenham sido fixadas de uma vez por todas. O princípio que temos é que devemos, tanto quanto possível, confiar nas forças espontâneas da sociedade e recorrer o menos possível a medidas coercitivas, sendo assim é infinitamente variada a aplicação desses princípios. (HAYEK, 1971, p. 40).

A variedade conceitual das escolas e abordagens teóricas é muito diversificada. As primeiras escolas de pensamento são as do ordoliberalismo germano-suíço da Escola de Freiburg (Walter Eucken, Franz Böhm, Leonhard Miksch) e sua ala sociológica (Wilhelm Röpke, Alexander Rüstow e Alfred Müller-Armack) e a Escola Austríaca de Economia (Ludwig von Mises, Gottfried Haberler, Fritz Machlup, Friedrich August Hayek). A partir da década de 1940, a Escola de Economia de Chicago (Frank H. Knight, George Stigler, Arnold Harberger) e a Virginia School, mais conhecida como *Public Choice School*, em torno de James M. Buchanan, G. Warren Nutter e Gordon Tullock.

O neoliberalismo é entendido como um movimento internacional inclui abordagens teóricas como o monetarismo (Milton Friedman, Karl Brunner, Allan H. Meltzer) e a teoria do capital humano (Theodore W. Schultz e, posteriormente, Gary S. Becker). A dupla sueca Eli Heckscher e Bertil Ohlin desenvolveu ainda mais a teoria clássica do comércio exterior, e a liberalização do comércio, dos mercados financeiros de trabalho tem sido parte integrante da formação da teoria neoliberal desde o início é adotada por muitas gerações de *think-tank* neoliberais.

Sob a égide da Nova Economia Institucional da Tradição de Ronald H. Coase, há uma variedade de abordagens que tiveram grande impacto político, como a escolha pública e a teoria dos direitos de propriedade. O fortalecimento dos direitos de propriedade capitalista privada ou os direitos de disposição podem ser percebidos em Armen A. Alchian e Harold Demsetz, os quais argumentam que os bens de propriedade privada ou individual são usados de forma mais eficiente porque os efeitos externos são internalizados, ou seja, os custos incorridos não são suportados por terceiros, portanto, a privatização de propriedade coletiva ou pública é recomendada. A teoria dos direitos de propriedade está sendo desenvolvida pelo peruano Hernando de Soto e aplicada ao sul global (FISCHER, 2016, p. 8).

O economista de Chicago, George Stigler fundamentou e generalizou a desregulamentação. Stigler examinou regulamentação e reguladores de infraestrutura do governo nos EUA (energia, transporte, etc.), com base nisso, ele desenvolveu o chamado teorema da captura regulatória. Afirmar que os reguladores são “conquistados” por grupos que deveriam regular, como grupos empresariais, e que as autoridades podem ser influenciadas porque são politicamente dependentes. Por isso, ele vê a necessidade de uma nova teoria da política baseada na economia que, por sua vez, promoveu ceticismo quanto à regulação e serviu como justificativa para a liberalização de serviços públicos ou controlados pelo Estado (PLEHWE; WALPEN, 1999, 203). A maioria dos membros promotores dessa ideia eram membros da Sociedade Mont Pélerin.

Introduzindo a abordagem de mercado e os métodos econométricos na análise dos processos políticos, a Escola de Virginia ou *Public Choice School*, formulou uma teoria econômica da política. De acordo com Buchanan e Tullock, os partidos políticos e os políticos orientam-se em seus programas como atores que maximizam a utilidade, de acordo com os votos e a busca por outros disponíveis no mercado político. Stigler também usa métodos políticos e matemáticos para avaliar os processos políticos. O mercado deveria ser sob limitação estrita aos métodos de análise microeconômica, ao princípio organizador e regulador do Estado: a privatização dos serviços públicos não é suficiente; o próprio Estado e suas agências são transformados numa empresa na qual os funcionários do Estado não estão vinculados a uma meta geral, mas seguem seus próprios interesses.

Uma característica importante da teoria neoliberal é que ela não versa apenas no sentido da economia restrita. Os defensores intelectuais do neoliberalismo afirmam saber como o todo social deve ser organizado, como indivíduos e coletivos devem ser guiados, ou até produzir verdades sobre o que faz o próprio homem. A natureza radical do neoliberalismo é precisamente expandir suas formas de pensamento e análise em áreas sociais ou esferas da vida que geralmente são compartilhadas por outras filiais científicas e outros métodos. (PLEHWE e FISCHER, 2019, p. 167).

Há diferenças entre os “austriacos filosóficos” baseados em modelos e evidências, e os “intervencionistas liberais” da escola de Freiburg, além dos seguidores *laissez-faire* estilo Mises. Muitos se diferem em questões como a nacionalização de bancos privados em momentos de crise como uma espécie de resgate. Também, na teoria do dinheiro e em questões de poder de monopólio no pensamento neoliberal, o coletivo sempre discorda. No campo da política monetária, estão representadas várias visões concorrentes, no entanto, isso não leva a dissuadi-los de seu contexto neoliberal de origem, como mostra a análise histórica

(SCHMELZER, 2010, p. 38). Diferenças de opinião raramente eram mantidas em público. O coletivo do pensamento neoliberal se resume à seguinte frase: para cada problema, seja econômico, político ou social, há uma solução baseada no mercado, em suma, “tudo é um jogo justo para a mercantilização.” (MIROWSKI 2009, p. 437).

Para Ptak (2009, p. 126), o ordoliberalismo seria como uma “doutrina neoinstitucionalista embrionária adiante de seu tempo”. De fato, parece ter algumas afinidades com as recentes ‘abordagens institucionais’ econômicas ressurgentes, que tendem a voltar a um entendimento mais socialmente fundamentado da economia do que a forma estreita e não sociológica adotada cada vez mais desde a ‘revolução marginalista’. As idéias de Walter Eucken e colegas também são algumas vezes chamadas de “Economia Institucional Alemã” (RICHTER, 1999, p. 8) ou “Escola de Direito e Economia de Freiburg” (VANBERG, 1998, p. 56). Essa terminologia não é surpreendente, dado que o ordoliberalismo está interessado na relação entre lei estadual e mercados, abordando tanto os princípios constitutivos da economia de mercado quanto os princípios regulatórios que a fazem funcionar sem problemas (ASSLÄNDER, 2011, p. 43-44).

Mesmo a economia clássica não ignorou o papel das instituições. No entanto, era geralmente dado como certo que elas estão disponíveis para garantir a execução de contratos (KIRSTEIN, 2006, p. 45). Mais especificamente, David Hume pode ser considerado um predecessor da economia institucional e do ordoliberalismo. Hume destacou o papel geral de um governo solidário para “promover as convenções de justiça e virtude e incorporá-las nas instituições” (DOW, 2009, p. 104). Em particular, Hume sugeriu que a constituição econômica do Estado deveria basear-se em princípios de propriedade privada, liberdade de contrato e responsabilidade pessoal, semelhantes ao ordoliberalismo (RICHTER, 2011, p. 234), assim como Kant.

Kant faz esta classificação de maneira a culminar no povo Alemão como ápice da ideia de sociedade modelo cosmopolítica. Seguindo seu método, pontuando qualidades e defeitos, Kant explicita que “o alemão é, dentre todos os povos civilizados, o que mais fácil e duradouramente se submete ao governo sob o qual está, e é o que mais distante está de buscar a inovação e a insubordinação contra a ordem estabelecida [...] ao mesmo tempo, é o homem de todos os países e climas, emigra facilmente e não está arraigado à sua pátria.” Kant reforça essa ideia de desapego à sua pátria ao afirmar logo em seguida que o alemão “não tem orgulho nacional, nem se apega, como cosmopolita que é, à sua pátria. (AZEVEDO, 2019, p. 197)

O liberalismo é tradicionalmente entendido como “um movimento intelectual que se baseia no individualismo como visão de mundo, vê nele o mais alto princípio social e se

esforça para moldar toda a vida pública” (MESSNER, 1929, p. 968). O “individualismo como visão de mundo” - hoje chamado de individualismo normativo - exige que todos os Estados do mundo sejam considerados como “bons” e “justos” na medida em que sejam considerados pelos indivíduos afetados por eles, ou são considerados “melhores” em outras situações (VANBERG, 1986, p. 115). É a orientação para esse julgamento de valor liberalista que dá às pessoas total poder sob sua própria liberdade. Em casos extremos, ele não precisa mais se curvar a normas não individuais; antes, apenas o indivíduo se torna a “fonte de todos os valores” (BRENNAN e BUCHANAN, 1985, p. 28).

A interpretação do neoliberalismo como um conceito econômico e sociopolítico baseado no valor final da liberdade está equivocada. A liberdade não é o valor pessoal máximo no qual as obras de Eucken e os outros teóricos da Escola de Freiburg se baseiam, mas um princípio ético (social) de justiça na forma do postulado de universalização kantiana, que por sua vez não é justificado de maneira individualista. A rigor, o neoliberalismo não é, portanto, “liberalismo” no sentido definido acima. Em vez disso, com sua orientação normativa em relação ao princípio de generalização da ética, assemelha-se a uma variante da ética social cristã.

A ética, por sua vez, deve analisar os objetos sob o ponto de vista do que deve acontecer, no entanto a determinação das partes materiais se dá de modo completamente a priori. Esta peculiaridade vai ao encontro da afirmação de Dall'Agnol, que Kant não demonstra que a moralidade é real, mas sim apenas determina as condições de possibilidade do funcionamento a priori da moralidade. (AZEVEDO, 2019, p. 103)

Esse termo neoliberalismo poderia ser atrelado à outra palavra-chave, uma espécie de “turbocapitalismo irrestrito” (MÜLLER, 2007, p. 100), que seria uma espécie de capitalismo desenfreado, sem levar em conta aspectos morais ou éticos em sua conduta. Para os teóricos do *ordo*, procurou-se evitar as consequências negativas de uma economia de mercado completamente autossuficiente em sua própria concepção. Em vez disso, eles estenderam sua abordagem a uma ordem competitiva, que deveria definir uma estrutura justa e de longo prazo para a atividade econômica livre dos participantes do mercado (WENTZEL, 2000), como uma alternativa a um capitalismo desenfreado do *laissez-faire*. Em vez disso, os teóricos do *ordo* buscaram uma “terceira via” (RÖPKE 1979, p. 4). Entre o entendimento econômico do

*laissez-faire*, por um lado, e o conceito de uma economia totalitária da administração central socialista, por outro<sup>2</sup>.

A ideia era de um novo liberalismo se justificaria ao longo da década de 20, pois, para alguns cientistas no mundo ocidental, o “velho” liberalismo clássico perdera seu significado nas décadas anteriores e vinha perdendo cada vez mais sua relevância, tanto de maneira prática quanto política – mesmo a uma extensão ainda maior – como uma bússola normativa para as ciências sociais. (HAYEK, 1950, p. 55).

O liberalismo alemão foi escrito durante a Depressão entre 1929 e 1933. Faz parte do discurso de Rüstow no congresso da Verein für Socialpolitik em Dresden em 1932 e o ensaio programático de Eucken publicado no mesmo ano intitulado “Mudanças estruturais no estado e a crise do capitalismo”. Ambos os pensadores apontam que o Estado deve estar acima dos interesses econômicos individuais e buscar a política reguladora a partir da posição de força, ou seja, através dos mecanismos institucionais deve determinar as condições gerais da atividade econômica. (MAÇZYŃSKA, 2013, p. 35)

O imperialismo e o militarismo são aspectos necessários para a aplicabilidade de um sistema liberal na Ordem Mundial, segundo uma ótica materialista histórica tal como a que ocorrera na Primeira Guerra. Para muitos, a guerra faz do liberalismo algo obsoleto. No entanto, em relação a esse período, há a observação de um economista suíço contemporâneo Hans Honegger sobre o “fluxo de pensamentos econômicos”, no qual os princípios de liberdade econômica, a concorrência e o empreendedorismo provocam mudanças que se assemelham a esse novo liberalismo. Tão impressionado, Honegger, em 1925, menciona o conceito de neoliberalismo, o qual nada mais é do que visão e atitude “subversiva” dentro da teoria econômica na Europa. (HONEGGER, 1925, p. 12-15). Dentre os anos de 1920 e 1930, surge um grupo de economistas liberais com abordagens diferenciadas entre si, mas com algumas metas de pesquisa: como esse liberalismo se finda (e se finda de fato), como fazer esse ajuste do liberalismo, se ele pode existir, mas de uma maneira modificada, qual o papel dos governos nessa nova ordem e das empresas de capital privado. (PLICKERT, 2008).

Essas ideias surgem em quatro locais especiais: em Viena, Chicago, Londres e Freiburg. Juntamente com o aumento de fóruns de troca e cooperação, é importante salientar um evento, em 1938, chamado de *Colloque Walter Lippmann* em Paris (DENORD, 2009, p.

---

<sup>2</sup> O termo “terceira via” é enganoso na medida em que o neoliberalismo não é nem “meio capitalismo” nem “meio socialismo” - isto é, uma rota intermediária entre duas abordagens falhadas - mas um conceito completamente independente (RÖPKE, 1965, p. 332).

45)<sup>3</sup>, o qual reuniu uma série de teóricos e economistas que discutiram o que seria esse novo liberalismo, assim, o conceito de neoliberalismo finalmente ganhou forma e se espalhou. Importante salientar que, nesse evento, não há ainda uma escola “formal” neoliberal, uma vez que cada grupo representa interesses diferentes e às vezes contraditórios. Mas o que permanece é que era necessária uma mudança urgente frente ao socialismo, porém, logo esse projeto sofre um fim abrupto devido ao advento da II Guerra Mundial, voltando anos depois institucionalizado, em 1947, na forma da Sociedade de Mont Pèlerin.

Na virada dos séculos 19 e 20, começou a erosão do pensamento econômico clássico. As tendências anticapitalistas, estatistas e socialistas se tornaram mais fortes. A grande depressão de 1929 a 1933 finalmente deu o liberalismo clássico o golpe fatal. O avanço triunfal do keynesianismo começou na ciência. Essa teoria, que muitas vezes contradiz o liberalismo clássico, levou os poucos pensadores liberais restantes a tentarem salvar o liberalismo clássico. O colóquio internacional em Paris organizado por Walter Lippmann em agosto de 1938 foi de fundamental importância. Alexander Rüstow usou o termo neoliberalismo para descrever o movimento liberal que se formava na época. Esse nome deve esclarecer a diferença para o liberalismo clássico e um inaugurar uma nova era no desenvolvimento do pensamento econômico liberal. (MAÇZYŃSKA, 2013, p. 30)

Esse episódio nos levar a inferir que o neoliberalismo possuía três características em sua gênese. Primeiramente, é um fenômeno internacional, pois possui pensadores em quatro partes influentes do mundo, sendo algo característico de seu tempo, o qual não se limita a uma cultura de um país. Em segundo lugar, há uma associação de cientistas preocupados a partir de uma perspectiva individualista que não procuram formar uma equipe homogênea, mas sim autocompreensiva. Em terceiro lugar, esse grupo de personalidades tem por diferentes meios alguns objetivos em comum, tais como: revitalizar o discurso liberal como uma nova ordem de negócios na sociedade, influenciando principalmente as jovens mentes neoliberais, um espírito de coesão e isolamento individual, uma vez que os totalitarismos ainda permaneciam presentes.

Os cientistas neoliberais permanecem ainda em situação desconfortável, principalmente em relação a esse termo; por um longo tempo, suas ideias não tiveram um grande alcance em alguns países como a própria Alemanha que segue sua “receita” de ordem. O termo neoliberalismo é paradoxal, pois, mesmo que tenha um cunho pejorativo forte, ele surge como uma ideia que se propõe a resolver os possíveis desequilíbrios na economia global, portanto, o termo seria como se fosse uma autodesignação do primeiro (o

---

<sup>3</sup> In: MIROWSKI, Philip Mirowski e PLEHWE, Dieter. **The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective**. Harvard University Press, 2009. pp. 45–67

liberalismo ou paleo-liberalismo), inaugurado na geração de Pelerin com suas raízes no Colóquio Walter Lippmann.

A Segunda Guerra Mundial, no entanto, impediu novos debates com o rápido crescimento e amplitude globalizada da teoria de John Maynard Keynes e as abordagens socialistas. Pois apenas dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, que fora fundada a “Sociedade Mont Pelerin” - inspirada por Friedrich August von Hayek (PLEHWE *et all.*, 2009, p. 10-11). O grupo fundador consistiu principalmente dos participantes do colóquio de Lippmann. Além de von Hayek, participaram Wilhelm Röpke, Alexander Rüstow, Frank Knight, Milton Friedman e Walter Eucken. Mesmo assim, surgiram diferenças fundamentais de opinião: Eucken se tornou a pessoa dominante do ordoliberalismo, que vinha se desenvolvendo na Alemanha desde a década de 1940. Os nomes de Knight, Friedman e Hayek (por um breve período) eram representantes da Escola de Economia de Chicago cujo pensamento fora moldado pela Universidade de Chicago e determinada pela doutrina econômica do neoliberalismo.

Dessa forma, pensando a questão do liberalismo na Alemanha e o modelo que fora adotado após II Guerra nos deparamos com o ordoliberalismo, uma teoria econômica gestada após um tempo e aplicada de maneira quase como emergencial frente ao colapso econômico daquele país, sendo uma genuína receita alemã, pensado por alemães para os alemães. Metaforicamente falando, podemos imaginar esse período como uma espécie de “teatro de marionetes” em que cada ator/atriz tem um papel importante para cumprir conforme quem por trás do palco movimentava essas cordas. Por muitas vezes, não deixam de serem apenas marionetes controladas por alguém maior sem ter noção de ser controlado/a. Essa metáfora explica o que seria essa ideia difusa (e quase imperceptível) do ordoliberalismo que move esses atores, sem realmente percebermos quem está por trás de tudo isso ou das instituições. Aí está algo semelhante com os movimentos neoliberais, em que é muito difícil visualizar e apontar quem ou o que seria responsável por espalhar suas ideias.

Quando se fala em ordoliberalismo, pode-se remeter a um grupo de agentes e de políticas econômicas implementadas no pós-guerra na Alemanha que estão associadas à reconstrução e modernização do país. Nessa escola de pensamento, existe uma série de ideias e autores que divergem muitas vezes em alguns aspectos acerca do que traria maior evolução a uma sociedade capitalista, por isso, é equivocado tratar o ordoliberalismo como uma escola igual e constante, dessa forma, essas diferenças e nuances deverão ser pontuadas, pois isso acontece com todas as escolas econômicas que possuem um núcleo “duro” com uma periferia flutuante. A Escola Alemã desenvolveu ferramentas apropriadas para análise e evolução das



estruturas econômicas, porém, a Escola de Freiburg (ordoliberal) insere um novo método revisado de análise da “ordem econômica”, desenvolvendo técnicas contemporâneas para tal.

O ordoliberalismo deve ser pensado na esfera dessa escola onde surgiu. De qualquer forma, a teoria vai além de um mero escopo teórico, passando a ser uma política prática com uma definição científica, podendo ser entendida como uma ação de grupos econômicos ocidentais após a II Guerra Mundial de cunho capitalista, com a preocupação de deixar claras as regras do jogo no que tange às questões da competitividade no mercado e os limites do Estado, algo semelhante à tônica de outras teorias denominadas de neoliberais. Em 1946, uma conversa entre Eucken e a editora Heinz Küpper deu origem à ideia de fundar uma revista científica na qual o problema de uma ordem de economia de mercado fosse discutido. Até hoje, esta revista é publicada como um anuário sob o nome “ORDO. Anuário da ordem da economia e da sociedade “. O termo ‘ordo’ parecia tão atraente que os liberais alemães gradualmente se afastaram do termo original neoliberalismo e se autodenominavam ordoliberais. (MAÇZYŃSKA, 2013, p. 35)

A atividade política desse grupo de Freiburg pode ser pontuada como forte após a II Guerra Mundial. Walter Eucken (1891-1950) foi um intelectual conhecido como um dos “pais fundadores” dessa construção teórica, era membro do conselho científico econômico e administrativo da zona dupla; Franz Böhm (1895-1977), na posição de secretário e posteriormente como membro do novo parlamento alemão como deputado pelo CDU; já o outro personagem que compõe essa tríade do pensamento ordoliberal é Ludwig Erhard (1897-1977), a peça chave na administração econômica, o então Ministro da Economia durante a chancelaria de Konrad Adenauer, especialmente como chanceler também entre os anos de 1963 e 1966, que também é responsável pela introdução da ESM na RFA, sendo um personagem peculiar que congrega ambas teorias e as manifesta em algo prático. Entre suas proposições, a mais relevante foi a de inserir a Alemanha numa economia de mercado – graças às discussões dos membros do Conselho Científico composto por Eucken e Böhm, com uma reforma monetária expressiva em 1948, a liberação da lei de preços e a produção de insumos em larga escala.

Além disso, parte do desenvolvimento conceitual vem da difusão dessas ideias fora de Freiburg, apesar do exílio político, Alexander Rustow e Wilhelm Hopke, tornaram ativo o desenvolvimento científico do pensamento liberal na Alemanha. (STARBATTY, 1994, p. 240). Dentre as publicações responsáveis pela disseminação desses ideais, temos os artigos de Erhard difundidos no *Der Neue Zeitung*, escritos junto a Muller-Armack sobre o potencial

industrial mundial alemão, os escritos de Hopke e a criação do *Ordo Journal* (foco e fonte desse estudo) por Bohm e Eucken, em 1948.

De qualquer forma, durante a ditadura nacional-socialista, não se permitiu o desenvolvimento pleno de tal pensamento ordoliberal, assim como outros (RIETER; SCHMOLZ, 1993, p. 88-91). Na segunda metade do século, três teorias liberais podem ser identificadas na Alemanha (TUCHTFELDT; WILLGERODT, 1994, p. 369-371). A primeira e mais antiga de todas é a herdeira da escola marginalista austríaca que foi a mais ameaçada pelo nazismo, tendo Alexander Rustow e Wilhelm Röpke como membros e difusores desse pensamento; ambos foram exilados por isso. Outro grupo conhecido como a “Escola de Colônia”, engajada, assim como a Escola de Freiburg, em trabalhar com o paradigma liberal, tendo alguns membros migrados para essa cidade, foi a responsável pela criação do termo Economia Social de Mercado (MULLER-ARMACK, 1974, p. 244-251). Portanto é importante ressaltar que a Escola ordoliberal é proveniente dos círculos universitários de Freiburg, enquanto a ESM é pertencente à Escola de Colônia, porém ambas possuíam bons diálogos e intercâmbio intelectual.

Os pensadores do ordo combatiam fortemente as concepções nazistas, inclusive Eucken. Ele apresentava suas opiniões político-econômicas liberais nos círculos estudantis, cujas idéias político-econômicas em 1931/32 combatendo o anti-liberalismo pregado pelo NSDAP. Em uma carta ao seu colega Rüstow em fevereiro de 1932, ele conta sobre um ato que faria publicamente atacando agressivamente com a concepção econômica nacional-socialista numa de suas palestras em Freiburg (DATTE, 2009, p. 73). Nessa carta ele critica o posicionamento do *Reichbank* (Banco Central Alemão) e do governo em seu totalitarismo econômico.

No entanto, a situação atual na Alemanha, que é um estado intermediário insuportável, é completamente impossível. O presidente do Reichsbank considera que ele é um ponto crucial em termos de política econômica (por exemplo, política de reparos) - ao mesmo tempo em que é independente. Essa concepção de Schacht é compreensível a partir do desenvolvimento histórico, mas é simplesmente uma impossibilidade prática (EUCKEN, 1932)<sup>4</sup>

Para Datte (2009, p. 74), essa série de eventos que Eucken promovia em Freiburg criticando o nazismo produziu uma série de documentos e literatura que serviram como base fundadora do ordoliberalismo, em que muitos intérpretes também lêem que ordoliberalismo é

---

<sup>4</sup> Essa carta se encontra nos anexos de um dos artigos da revista *Ordo*. Fonte: DATTE, Uwe. **Walter Euckens Weg zum Liberalismus (1918-1934)**. In: *ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft* (Lucius & Lucius, Stuttgart 2009) Bd. 60. Tradução da autora.

um apelo contraposto a um forte estado antidemocrático e politicamente antiliberal que estava se tornando a Alemanha. No ensaio *Mudanças estruturais no Estado e a crise do capitalismo* (1932), Eucken não precisa explicar por que ele fala de uma crise do capitalismo, pois todo contemporâneo de sua época estava experimentando que a ordem econômica capitalista estava em uma crise séria.

Para esclarecer as questões sobre onde está a origem das dificuldades, é preciso reconhecer que nenhum deles é um problema puramente econômico. É preciso ampliar o olhar e examinar as relações estreitas, sobretudo entre eventos econômicos e políticos do Estado, inter-relações que se tornaram cruciais para a atual situação do capitalismo (EUCKEN, 1932, p. 297).

Eucken mostra que os grupos de poder econômico na Alemanha determinam cada vez mais a política, que as condições arcaicas, nas quais o Estado como órgão do bem comum governa a política, deram lugar a condições nas quais “a economia começou a liderar para assumir o processo de integração de ambos”. Antes disso, no entanto, Eucken havia deixado claro que economia deve ser entendida aqui como a indústria de grande escala altamente monopolista e anticompetitiva. Ele difunde uma contestação de que as indústrias novas e privadas, nas quais possuem “um espírito completamente diferente, uma atitude econômica diferente da das indústrias garantidas por monopólio”, são economicamente, mas não politicamente significativas na Alemanha. O tipo de empresário que aceita a competição tem pouca influência na política e na opinião pública (p. 299). A influência dos grupos de poder econômico nos mercados e na política é ainda maior, o “Estado econômico intervencionista” dominado por eles inibiu a iniciativa dos empresários e a economia nacional regulada por um sistema de preços.

Ele classifica o Estado alemão como intervencionista que têm aos seus apoiadores radicais, incluindo a própria classe trabalhadora que “exige intervenção do Estado, tanto na esperança de melhorar sua situação econômica no presente como para iniciar uma superação futura da ordem econômica de hoje”(p. 305). Esse é o ponto nevrálgico de suas conclusões, em que os grupos de interesse dos trabalhadores apóiam o estado econômico regulatório por meio de suas políticas, tornando-se defensores da indústria em larga escala de uma forma incosciente, com a qual lutam retoricamente com tanta violência. Sob a grande coalizão de intervencionistas, todas as forças criativas e competitivas perdem.

Segundo Eucken, o Estado tem a função primária de estabelecer as regras do jogo: através da criação de uma estrutura, deve garantir que os resultados das atividades econômicas individuais dos participantes do mercado sejam “universais” no sentido do

“imperativo categórico” de Kant, esse julgamento de valor exige que “somente aja de acordo com a máxima pela qual você possa, para ao mesmo tempo, tornar-se uma lei geral” (KANT, 1983, p. 51). Para Eucken (2004, p. 179), ele considera que a “ordem econômica consiste (...) em que as pessoas não são apenas meios para um fim, não apenas partículas do aparato”, e assim escolhem uma formulação que corresponda ao imperativo categórico de Kant.

Já em relação ao socialismo, Eucken é contra esse arcabouço teórico, não apenas por causa dos problemas práticos inerentes à informação e da motivação da ação humana (THIEME, 2003, p. 28), mas também e precisamente por causa de sua imagem acerca do homem. O socialismo, critica Eucken, degrada as pessoas para um mero instrumento de cumprimento de metas no processo de planejamento e controle centralizado na preparação e implementação de planos econômicos (EUCKEN, 2004, p. 126). Esforçando-se para combinar a concentração econômica com a reorganização do Estado, o homem se torna uma coisa e perde seu caráter como pessoa<sup>5</sup>.

Eucken juntamente com suas ideias foi um dos idealizadores que fomentou a criação do primeiro volume do anuário *ORDO*, publicado em 1948, ainda impresso no papel um tanto grosseiro que só estava disponível na época. Os editores Fritz W. Meyer e Hans Otto Lenel iniciaram declarando no prefácio sobre a tarefa do anuário com a frase, “como deve ser a ordem econômica e social na qual uma vida decente e economicamente bem-sucedida pode se desenvolver?”, sendo uma grande busca dos autores que escreviam para esse anuário tentar responder essa pergunta.

No entanto, não apenas essa questão tentava ser respondida, mas também era descrito os anseios da época. No anuário grande parte dos autores renegava “todas as variedades da chamada economia planejada, mais precisamente a economia da administração central”, porém a “economia livre, na qual o princípio do *laissez-faire* é realizado” também foi rejeitada. A economia, distorcida por cartéis e empreendimentos gigantes, assim como todas as formas de intervencionismo político, havia contribuído para a queda da República de Weimar, em consonância com a teoria de Eucken descrita acima.

É precisamente sobre esse aspecto que Walter Eucken é um dos representantes mais influentes da Escola de Freiburg, criticou o liberalismo *laissez-faire* por manter a crença de que o mercado é uma ordem ‘natural’ que ocorre espontaneamente se o Estado não dificulta seu surgimento (FOUCAULT, 2004, p. 55). Pelo contrário, em Eucken a compreensão do mercado e da concorrência está muito em desacordo com a noção liberal de que os mercados

---

<sup>5</sup> Ibidem, p. 177.

constituem algum tipo de ordem natural, que requer proteção contra interferências estatais. Na opinião de Eucken, mercado e concorrência só podem existir se um governo forte estabelecer uma ordem econômica. O papel do Estado deve ser claramente delimitado; mas na área que possui um papel a desempenhar, ele precisa ser poderoso e ativo. Para o *ordo*, o governo é a solução para o problema, desde que seja o tipo certo de governo. Somente princípios constitucionais e regulatórios específicos criados e mantidos pelo Estado podem estabelecer mercados competitivos. Não se trata de reverter os governos para liberar a ordem natural subjacente do mercado. Pelo contrário, trata-se de um Estado forte, criando uma ordem econômica funcional e humana (GOLDSCHMIDT E RAUCHENSWANDTNER 2007; EUCKEN 1932; RÜSTOW, 1953 E 1957).

Os ordoliberalis são a favor de uma política ativamente *anti trust*, a fim de preservar a competição de negócios, assim como manter os mercados abertos para a entrada de pequenas empresas “domésticas” e estrangeiras, reforçando a recusa aos cartéis e controle de preços fixados. Uma das preocupações quanto à economia europeia era como reerguê-la, logo, uma série de intelectuais e referências nas ciências sociais e econômicas começou a pôr em prática e de maneira acadêmica nas suas publicações quais seriam as possíveis soluções para esse problema. Essas discussões sobre uma nova ordem econômica é algo que, desde a crise de 1929, vinha sendo discutido por muitos teóricos na Europa e nos Estados Unidos, principalmente, o acontecimento dessa confluência de ideias pode ser visto na chamada Sociedade de Mont Pelérin que contou com muitos membros da posterior chamada Escola Ordoliberal, inclusive.

Figura 1 - Walter Eucken na reunião da Sociedade de Mont Pelérin, em 1947.



Fonte: Gerken (2000).<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Da esquerda à direita – Milton Friedman, Lionel Robbins, C. V. Wedgwood, Aaron Director, Fritz Machlup, Wilhelm Röpke, Friedrich A. V. Hayek, Miss Salter (secretária), William Rappard, Ludwig von Mises, Walter Eucken, George Stigler, John Davenport e Carl Iversen.

As características econômico-políticas do ordoliberalismo são repetidamente discutidas nesse capítulo, sendo seu objetivo principal o estabelecimento de uma ordem econômica economicamente viável que seja eficiente e produtiva que prometa “prosperidade para todos”. No entanto, isso está novamente inserido numa ordem social decente que atende aos ideais da humanidade, da justiça social e da liberdade. (RÖPKE, 1965, p.70).

Para alcançar este ideal normativo, é necessária uma política social que, através do direito da lei (isto é, o Estado de leis, mas não dos homens), mantém a dignidade humana e a liberdade do indivíduo. Do ponto de vista econômico, é necessário um regulamento da concorrência, que se baseie nas Constituintes e Princípios Regulatórios de Eucken, bem como nos Princípios da Política do Estado, e esteja comprometido com a conquista do consumismo como expressão da liberdade econômica (GERKEN, 2000, p. 4-6). Os Princípios Constitutivos, cuja tarefa é estabelecer um regime de concorrência, são os princípios básicos da constituição econômica: o sistema de preços de funcionamento da concorrência completa, o primado da política monetária e a nivelabilidade dos preços, a abertura dos mercados, a propriedade privada dos meios de produção e o princípio da responsabilidade, a liberdade de contrato (relativa e competitiva), a consistência e a continuidade da política econômica (ou seja, a política de uma família) e a interdependência e a coerência dos princípios acima. Os componentes são complementados pelos chamados Princípios Regulatórios que visam a assegurar que as regras da concorrência permaneçam operacionais em longo prazo. Isso inclui controle de monopólio, política de renda, correção de efeitos externos negativos e correção de reações anormais de abastecimento. Finalmente, a política governamental é limitar o poder dos grupos de interesse.

A ordem econômica é definida como uma “produção legal” e a competição<sup>7</sup> como um “evento obrigatório” ou como um procedimento de avaliação legalmente ordenado (BOHM, 1950, p. 73) que, segundo o autor, deve ser garantido pelo “Estado forte (legal)”, o “poder de controle” que se defende como um interesse particular, como o “guardião das regras da

---

<sup>7</sup> O mecanismo da concorrência não é absoluto no âmbito do conceito ordoliberal. Por conseguinte, está sempre vinculado por certas condições básicas, por exemplo, à garantia de certas liberdades de comércio e liberdade de contrato, política de concorrência do Estado, transparência do mercado, baixas barreiras de entrada e saída e um espírito competitivo. A concorrência exige, portanto, tanto o controle do comportamento anticoncorrencial como os acordos correspondentes (ou seja, acordos de cartel e abuso de poder de mercado), bem como a garantia da liberdade de ação individual. As funções competitivas incluem não apenas a alocação (para isso, as intervenções seletivas e as distorções de alocação resultantes devem ser evitadas) e a função de inovação (ou seja, o modelo de Schumpeter: empresas pioneiras e inovadoras versus imitadores e imitadores ou impor contra concorrência imitativa, mas também – e isso é particularmente importante do ponto de vista ordoliberal – a liberdade (isto é, a possibilidade de liberdade e autonomia dos indivíduos através da redução do poder e a redução do abuso de poder) e a função de controle (isto é, proteção contra uma economia mais permanente O exercício do poder e do processo social para a limitação e controle do poder econômico e, em certo sentido, o mecanismo competitivo é o equivalente econômico ao Estado de direito ordem social).

concorrência” e como “polícia de mercado” (RÖPKE, 1981, p. 227) à proibição de privilégio que segue. É fundamental aqui a distinção entre a ordem e a política de processo<sup>8</sup>, ou de regras (ou seja, projetando as regras no nível constitucional como a tarefa do Estado primário). A intervenção do Estado, se necessária, deve sempre corresponder ao critério da conformidade do mercado, ou seja, a observância e a preservação da integridade do mecanismo de preço (EUCKEN, 1948, p. 45). Outros slogans importantes do ordoliberalismo são o “pensamento em ordem” e as constituições socioeconômicas, o Estado social de bem-estar implicitamente delineado<sup>9</sup> e a “interdependência das ordens”, ou seja, a consideração não resolvida das ordens sociais individuais, a reciprocidade, a compatibilidade da ordem social (de direito liberal) e da ordem econômica (competitiva).

No que diz respeito à concepção econômico-política do ordoliberalismo, a interdependência das ordens nunca se separou do social. Tal listagem e a caracterização podem ser encontradas na maioria dos livros e ensaios sobre o ordoliberalismo. Por outro lado, há apenas alguns textos ou autores, que também abordam os momentos restantes do ordoliberalismo, por exemplo, o momento da crítica social e cultural ou a crise social<sup>10</sup>. Segundo os autores, a crise do ordoliberalismo ocorre quando o Estado é decadente, isolado, pseudointegrado e mal gerido. A crise social abrangente aos olhos dos ordoliberais foi desencadeada pelo progresso gradual da secularização e pelo declínio da fé (pois possui bases cristãs).

---

<sup>8</sup> A política de ordenança refere-se principalmente à formação do quadro institucional e ao enquadramento jurídico em funcionamento. O corpo principal deste tipo de política a longo prazo (isto é, plano de planejamento) é a legislatura. O Estado atua como um árbitro, cuja tarefa é monitorar a observância das regras do jogo. No entanto, as instituições estatais não agem como atores (Böhm 1937, p. 173: o Estado deve estar acima da economia, mas não em si). O corpo principal da política do processo é o executivo. É projetado para curto e médio prazo e destina-se principalmente a transferir pagamentos e processar intervenções. Como consequência, muitas vezes são malfeitas alocações e fixações de preços de mercado, que devem ser combatidas por um aumento do grau de intervenções novas chamados de espíões a intervenção (MISES, 1926/1981). Outros indicadores da política de processos são um aumento da taxa do Estado, um alto grau de regulação burocrática, a limitação dos potenciais de inovação, a redução da flexibilidade adaptativa e a restrição da margem econômica (controle e intervenção nos processos econômicos). (EUCKEN, 1948/1989, p. 45 e MIKSCH, 1937/1947).

<sup>9</sup> O Estado de bem-estar social pode ser caracterizado pelas seguintes características: ajudar a combater a pobreza, salvaguardar a dignidade humana e o mínimo de subsistência (isto é, segurança mínima contra a pobreza e os riscos da vida, bem como a segurança social), garantindo a igualdade jurídica e real e a igualdade perante a lei Proteção das liberdades (desenvolvimento livre da personalidade individual), preservação da autonomia individual, autoresponsabilidade e subsidiariedade, prioridade de autoajuda, redução de dependências, justiça processual e regulamentar, estado de ordenança e ordenança. Por outro lado, o Estado de bem-estar social é caracterizado por uma política econômica paternalista, estática, corporativa e um modelo de segurança social que é sustentável. Essa política é arbitrária, seletiva e de intervenções que incluem aqui também sobre a politização da economia, o princípio da solidariedade e direito e pensamento investido (von Hayek fala neste contexto de uma mudança psicológica em atitudes mentais desencadeados por um Estado poderoso, políticas econômicas igualitárias é baseada no postulado de orientações de resultados). (HAYEK 1944, p. 48).

<sup>10</sup> Este momento de crise social é uma característica contínua dos escritos de Rüstow e Röpke (1953), mas também de Eucken (1946).

Essa crise foi intensificada pelo crescente método de produção em massa capitalista, ou seja, trabalhistas e mecanizados (EUCKEN, 1926), resultando em empresas abstratas e “ótimas” e na erradicação dos trabalhadores industriais proletarizados à medida que as relações foram mudando agora num estado de dependência heterônima, impessoalidade e insegurança existencial sem estabilidade. Esse motivo (altamente real e marxistamente atraente) da crise social está entre uma forma de conglomeração como sub-integração e uma forma de conglomeração totalitarista-coletivista. As causas são sociológicas (ou seja, crescimento populacional e desenvolvimento demográfico, urbanização, emergência de grandes cidades e fluxos terrestres), bem como a história intelectual (ou seja, secularização, advento do individualismo, racionalismo e liberalismo econômico), econômica (revolução industrial, produção em massa, progresso técnico, margem de manobra econômica, inflação e flutuações cíclicas) e fatores econômicos e políticos (como a promoção de grandes empresas e cartéis, políticas sociais estaduais).

Caracterizar o ordoliberalismo e suas estruturas econômicas faz parte de uma tradição do discurso econômico germânico. (TRIBE, 1995, p. 01-08). As contribuições anteriores desse discurso vêm da Escola Histórica Alemã, tendo em Friedrich List uma concepção nacional e histórica oposta aos preceitos do paleo-liberalismo inglês. Para List, uma estrutura econômica apenas pode ser entendida tendo como referência os interesses políticos de uma nação, que, por sua vez, dependem de um estágio econômico de desenvolvimento alcançado. Através do método de análise da Escola Histórica para perceber estruturas econômicas e evolução, é possível observar como o ordoliberalismo se constrói. Ao introduzir um método revisado de análise que leva à definição do conceito de ordem econômica, a Escola de Friburgo finalmente emerge como uma síntese contemporânea dessas ideias.

Logo, o ordoliberalismo surge como uma alternativa pensada no norte e ocidente da Alemanha, em 1938, mas reforçadas e aplicadas nas concepções político-econômicas adotadas pelo país após a II Guerra. Após 1945, a situação da Alemanha era caótica:

De fato, os números das estruturas de proteção social alemãs são eloquentes. Destruído na Segunda Grande Guerra, o país volta a crescer com ímpeto impressionante e já no início dos anos 1950 retoma sua liderança industrial na Europa e seu papel de “locomotiva” do continente. Tal crescimento vem acompanhado da reestruturação de esquemas de seguro-desemprego, proteção previdenciária e assistência à saúde que igualam ou superam, em pouco tempo, os programas similares de países como Suécia e França. (RAIMUNDO, 2009, p. 7).



Após a Depressão de 1929 e as duas guerras, o capitalismo tinha perdido sua credibilidade, e o dirigismo estatal total também; enquanto isso, no lado Oriental do mundo, os exércitos “comunistas” russos ocupavam metade da Europa. Dessa maneira, o ordoliberalismo ofereceu um argumento favorável novamente ao capitalismo, não esse de mercado livre, mas um Estado forte o suficiente e competente em suas habilidades para administrar certos setores do país (RAIMUNDO, 2009, p. 8-10). Ele ajudou a consolidar uma coalizão política contra a nacionalização generalizada e o planejamento central total aos moldes socialistas russos, duas abordagens que disputavam entre si quando a Alemanha estava numa situação delicada em 1945.

Era necessário tomar uma atitude sobre o que seria melhor para se pensar nos novos rumos econômicos e políticos que as nações deveriam desempenhar após I Guerra e principalmente a Crise de 1929, dessa forma, vários encontros e seminários eram feitos na Europa e nos Estados Unidos para pensar nessas questões. Dentre os maiores encontros e debates de ideias e teorias ordoliberais e também neoliberais contemporâneas, sem dúvida, foi a Sociedade Mont Pèlerin. No encontro de 1947, Walter Eucken e Ludwig von Mises discutiram seus pontos de vista acerca do mercado e o papel do Estado: “Eucken e Von Mises representaram, em seus respectivos trabalhos, duas diferentes perspectivas sobre a natureza liberal do mercado, e o papel da economia política, perspectivas sobre diferentes formas de organização”. (VANBERG, 1988, p. 3). Nessa perspectiva, Mises era a favor do livre mercado, já Eucken concebia o mercado livre junto a uma ordem constitucional.

Porém, nesse livre mercado, Hayek faz a distinção do que seriam as políticas que intervêm no processo do mercado e as políticas que procuram “engessar” os processos de mercado. Por isso, Hayek define e diferencia o que seriam as intervenções e interferências no mercado, que cada uma é aplicada de forma diferente e possui resultados próprios quando aplicadas pelo Estado.

Os fundadores da escola de Freiburg enfatizaram que o principal meio pelo qual a política econômica pode procurar melhorar “a economia” é melhorar o quadro institucional em que as atividades econômicas acontecem ou, como é denominada, “a constituição econômica” (EUCKEN, 1932, p. 378). O que motivou o trabalho de Eucken foi um interesse em aplicar conhecimentos teóricos de Direito e Economia para o problema prático “de compreender e modelar os instrumentos jurídicos para uma constituição econômica”. (BOHM; GROSSMANN, 1989, p. 24). Uma preocupação deles era parte do projeto mais amplo de se inquirir sobre os fundamentos constitucionais de uma funcionalidade humana de ordem social, econômica e política, por isso Eucken adotou a palavra latina *Ordo*, um termo

com aparentes conotações do direito natural, o qual pode, no entanto, ser separado de tais conotações e ser interpretado no sentido simples de uma ordem que é desejável para os seres humanos (VANBERG, 1997).

Como já dito na introdução desse trabalho, Ordoliberalismo deriva do latim *ordo*, que significa em relação à ordem interna, em contraste com ordenado “de fora”, ou imposto externamente (GROSSKETTLER, 1989, p. 43). Essa palavra também surge de um jornal acadêmico chamado “Ordo” (tradução para o inglês: *The Ordo Yearbook of Economic and Social Order*, mais conhecidos por *Ordo Yearbook*, ou simplesmente ORDO), publicado pela primeira vez em 1948, por Walter Eucken e Franz Böhm, sendo que o conteúdo do jornal dissertava sobre as instituições políticas e econômicas que regiam a sociedade moderna, com a missão de gerar debates entre as mais diversas áreas do conhecimento.<sup>11</sup>

Dessa forma, o termo ordoliberalismo se constituiu dentro dos artigos dessa revista, além disso, também o conceito de “economia social de mercado”, associado ou sinônimo do primeiro, foi construído no mesmo periódico e utilizado na Europa Ocidental e norte da Alemanha durante a Guerra Fria. Hoje a revista investe no debate de intelectuais de forma interdisciplinar nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas. Como todo jornal acadêmico, o periódico contém artigos e resenhas de livros, tendo uma periodicidade anual, com cerca de 450 páginas por edição.

O ordoliberalismo pode ser dito como um “tipo de” neoliberalismo, porém permite a intervenção estatal, crendo que o Estado tem um papel fundamental como regulador econômico em certos setores. Dessa forma, é necessário que se faça uma breve reflexão acerca do neoliberalismo e o ordoliberalismo, sendo relevante frisar que ambas são teorias distintas, uma vez que o neoliberalismo pertence a uma vertente norte-americana e austríaca em sua gênese. Embora tenha existido um câmbio de ideias entre os intelectuais que participavam desses grupos, em que, na realidade, agora tendemos a pensar que o Ordoliberalismo é um constituinte do Neoliberalismo, como teoria, o Neoliberalismo nega a participação estatal, mas na prática a usa. (RAMIREZ, 2005, p. 394). Já o ordoliberalismo é uma corrente europeia que possui medidas distintas de amparo à economia do país, baseando-se na interação benéfica entre a Administração Pública e a iniciativa privada.

A teoria alemã é mais crítica em relação à economia livre, acreditando que o livre mercado não é totalmente livre, como uma “mão invisível” que guia seu norteamento, mas

---

<sup>11</sup>A revista continua ativa e recebendo artigos, estando atualmente no volume 63, em 2013. Podem ser visualizados seus volumes anteriores no site em inglês. Disponível em: <<http://www.ordo-journal.com/en/index.html>> Acesso em 03 de agosto de 2020.

que esses mercados se tornam competitivos por motivos históricos. A concentração de poder foi colocada nas mãos de empresas públicas e privadas, distorcendo a própria economia, assim, “a viabilidade em longo prazo dos mercados depende de regras limitadas e da intervenção do governo sobre elas”. (RITTERSHAUSEN, 2007, p. 9).

Dessa maneira, segundo Eucken (1932), os regulamentos do Estado podem ajudar os mercados a serem mais livres e, em relação a sua própria teoria, defendeu o capitalismo, mas disse que o Estado tem um papel necessário para desempenhar através da regulação de certos setores, tais como a moeda, os preços e a taxa de juros. Buscava-se assegurar preços estáveis, protegendo os direitos de propriedade, a garantia de responsabilidade ilimitada para os capitalistas investidores ousados para que tenham seus lucros e possam reinvesti-los no país.

Quando se fala nos expoentes do chamado ordoliberalismo, podem-se listar Ludwig Erhard, Walter Eucken, Hans Grossmann Doerth, Franz Böhm, Willhelm Röpke, Alfred Müller-Armack e Konrad Adenauer, todos voltados para a Escola de Friburgo. A teoria ordo programou o chamado “Milagre Econômico Alemão”, na década de 1950, prevendo que o mercado deve ser controlado, e não ser livre totalmente como previsto pelo liberalismo clássico, mas sim, o Estado deveria ser o seu provedor de forma a garantir a concorrência e a estabilidade monetária (GERKE, 2000, p.12). Dessa forma, essa teoria ordoliberal dá origem à Economia Social de Mercado, pois combina termos do liberalismo clássico com a economia planejada.

Dentre as políticas do ordoliberalismo estão: uma política monetária independente, o controle de cartéis e monopólios, o abandono do protecionismo, uma política econômica estável e previsível, uma imposição redistributiva, a correção das reações anormais dos mercados por parte do Estado, de forma que venha a intervir, responsabilizando-se por suavizar as flutuações conjunturais e facilitar as adaptações estruturais da economia de mercado e planificar ou dirigir o processo econômico, tal como na economia soviética.

Viktor Vanberg, atual diretor do Instituto Walter Eucken e Professor de Economia da Universidade de Friburgo, explica que o objetivo dos ordoliberais é criar condições para que a mão invisível que Adam Smith havia dito possa fazer seu trabalho. Isto implica um foco em questões constitucionais:

O ordoliberalismo da Escola de Freiburg parte da premissa de que a ordem de mercado é uma ordem constitucional, que é definida por seu quadro institucional e, como tal, está sujeito a (explícita ou implícita) escolha constitucional do Estado. O paradigma político é baseado na premissa de que a política econômica deve melhorar o quadro de regras e a

constituição econômica de tal forma que promova um bom funcionamento e resultados econômicos, em vez de trazer resultados apenas através de intervenções específicas para o processo econômico. (VANBERG, 2011, p. 07).

Os objetivos do ordoliberalismo são: moldar a economia por meio da formulação das regras do jogo, seguida da sua preocupação de que forças do mercado livre podem dar origem a instituições indesejáveis em forma de cartéis. Eles enfatizaram que o seu programa não era o *Laissez-faire*, que Franz Böhm definiu como uma abordagem jurídico-política em que todos os contratos são cumpridos, incluindo aqueles destinados a reduzir ou eliminar a concorrência, pela fixação de preços ou acordos de cartel entre as empresas. (PEACOCK, 1989, p. 15).

O *Laissez-faire* é um conceito que defende, de maneira mais geral, que apenas uma estrutura mínima é necessária para garantir uma economia de mercado benéfica. Porém, é necessário um quadro mínimo e um conjunto de regras jurídicas que definam claramente os direitos pessoais e de propriedade e que proíba a coerção, o roubo e a fraude, contando com um aparelho de execução que garanta cada operação a partir do qual surgem as instituições de forma voluntária e, portanto, mutuamente benéfica. (BOURGIN, *et al*, 1989, p. 56-57).

Os teóricos diferem entre si sobre estas matérias, Eucken, por exemplo, queria menos ênfase de transferência de renda nos programas que Müller-Armack fez, bem como os liberais. Eucken discute que, no princípio de *laissez-faire*, pode haver práticas e pequenas ações diferenciadas em relação às recomendações políticas ideológicas, voltadas mais para esquerda ou conservadoras. Porém, Eucken demonstra ser claramente a favor de um Estado mais ativo na formação econômica, mais do que o Estado como “vigia noturno”. (VANBERG, 2011).

Eles reconheceram que os cartéis muitas vezes surgiram a partir da política governamental, embora Eucken “superestime o surgimento de monopólio no setor privado e subestima a criação e promoção de monopólio por meio de atos discriminatórios de governo”. (SALLY, 1998, p. 113). Sally (1998), acrescenta que a sugestão para a criação de uma agência governamental antitruste com o objetivo de monitorar e acabar com as empresas e as práticas monopolistas é talvez o aspecto mais “não realista e defeituoso do trabalho de Eucken em seu início na Escola de Friburgo”, porque ele confunde o conceito teórico de “concorrência perfeita” entre empresas pequenas com uma norma política útil. Entretanto,

segundo Eucken (1932, p. 134.), “em muitos setores da indústria alemã, os cartéis desapareceram imediatamente assim como as tarifas”.

Por fim, segundo as observações de Rudolf Richter, a Alemanha não aplica hoje as políticas ordoliberais à risca como no pós-guerra, porém suas práticas de contenção de gastos e de inflação ainda são vigentes em momentos de crise. O interesse no ordoliberalismo começou a renascer da década de 1970 e 1980, com a Nova Economia Institucional nas escolas de pensamento em que pesquisa e temas se sobrepõem aos ordoliberais. (RICHTER, 2000). O anuário da “Ordo” continua a ser publicado e conta com uma equipe editorial ampla. O Walter Eucken Institute, fundado em Friburgo (1954), hoje realiza pesquisas sobre ideias liberais clássicas.

## **2.2. A ética cristã católica e a crise social do presente na *ordnung theorie***

Segundo o teólogo católico romano Oswald von Nell-Breuning, o ordoliberalismo tem sua definição formal e principalmente negativa de liberdade, porém não vincular liberdade com responsabilidade pessoal e ética (NELL-BREUNING 1954, p. 91). Segundo o teólogo, o adjetivo ‘social’ no termo Economia Social de Mercado é apenas uma “folha decorativa” ou “música de fundo teórica” (1975, p. 224). Porém Worsdorfer (2010, p. 25) discorda dessa ideia.

Os topos da massificação são expressos por muitos defensores do Ordoliberalismo como parte do assunto da “crise social do presente” (para: *Gesellschaftskrisis der Gegenwart*); de acordo com isso, a perda de modos de vida religiosos e a supressão da religião em público levaram a uma crise sustentada de significado e orientação. Suas características incluem um vazio interno generalizado, um niilismo ético e um distinto declínio de valores. Argumenta-se que é necessária uma reforma religioso-espiritual e a criação de um novo modo de vida social, que permitirão superar a crise espiritual e preencher o vácuo ético-religioso. Aqui, e em outros lugares, fica clara a direção cultural e sócio-crítica metaeconômica dos argumentos ordoliberais (...). Pois Eucken alerta contra a relativização da noção de verdade, a relatividade do conhecimento e o perigo de a ciência perder sua função criativa e ordenadora (acusação de relativismo). (WORSDORFER, 2010, p. 22-26)

O Estado deve cumprir tarefas de reforma social e sócio-políticas - um aspecto que, aos olhos de von Nell-Breuning, carece completamente da concepção ordoliberal de governo,

concentrando-se apenas na política econômica baseada no fetichismo do crescimento (p. 234) Von Nell-Breuning, portanto, conclui que o ordoliberalismo está apenas defendendo um 'capitalismo socialmente temperado' (p. 237), para usar um termo introduzido por Götz Briefs (1932, p. 120), longe de ser uma verdadeira mudança de paradigma. Em uma etapa posterior, von Nell-Breuning amplia sua perspectiva e incorpora também uma crítica geral à economia convencional. Em um artigo datado de 1975, von Nell-Breuning afirma que a teoria econômica de hoje, com sua desculpa paleoliberal do mecanismo de mercado, levaria a uma despersonalização de cada participante do mercado e a um esgotamento dos seres humanos (1975, p. 462).

A falácia do mercado anônimo e abstrato e a dimensão única do modelo *homoeconomicus* incorporam uma heteronomia de longo alcance do indivíduo (controlada por forças externas) e um determinismo econômico na maneira como cada participante do mercado reage apenas a sinais do mercado, como um computador programado ou uma máquina automática. O ser humano é degradado e humilhado a um objeto passivo de um processo nomológico que confunde a competição como um instrumento de ordenação com a competição como um princípio de ordenação onipotente e onipresente. (EUCKEN, apud RUSTOW, 1955, p. 53-55).

No entanto, von Nell-Breuning admite que a posição de Franz Böhm e especialmente seu conceito de autonomia privada é semelhante ao da ética social católica. Ele conclui parte do pressuposto de que Böhm representa um 'ordoliberalismo autêntico', em que aí sim existiria uma ampla compatibilidade entre o ordoliberalismo e a ética social católica.

O segundo representante da teoria social do catolicismo que vale a pena mencionar é ainda mais radical do que von Nell-Breuning. É Egon Edgar Nawroth, um padre dominicano, que culpa o Ordoliberalismo por sua harmonia pré-estabelecida, respectivamente, por sua recém-fundada fé na harmonia na forma de ordem competitiva (NAWROTH 1961, p. 11). Além disso, ele critica a reivindicação ordoliberal de absolutismo, seu fundamentalismo de mercado pseudo-teólogo, o conceito individualista de sociedade, a noção de obediência e submissão de mercado (isto é, primazia de mercados), o discurso da economia como metafísica transcendental e a absolutização da economia. No centro de seu argumento estão a acusação da liberdade ordoliberal, o primado da liberdade econômica e a noção de justiça social meramente reduzida a uma base utilitária e de mercado com uma concepção mecânica da justiça.

Algumas das objeções levantadas contra o neoliberalismo como um todo podem ser verdadeiras, sem dúvida. No entanto, a maioria deles pode ser rejeitada quando relacionada ao ordoliberalismo alemão. Por exemplo, Röpke recua contra a economia apologética, o imperialismo econômico, o estreitamento econômico e o fetichismo do crescimento (Röpke

1944, p. 385) e recusa explicitamente o modelo do *homooeconomicus* (Röpke 1955, p. 447) devido à sua mera busca de lucro material e egoísta e seu reducionismo. No total, Eucken rejeita o imperialismo econômico, a ignorância dos economistas e a separação interdisciplinar, ele se opõe a uma imagem neoclássica, teórica dos jogos, da análise de custos de transação da humanidade, retratando o homem como um maximizador de utilidade bruta individualizado. Além disso, ele rejeita o capitalismo irradiação sem verificações. Em contrapartida, ele considera o crescimento econômico não um objetivo em si e argumenta contra a glorificação do individualismo, egoísmo e materialismo. A busca do interesse próprio só deve ser alcançada dentro de limites legais, políticos e morais específicos (Hayek, 1941, p. 32). Por fim, Böhm (1937), condena o individualismo materialista, a busca imprudente de lucros, a glorificação do egoísmo econômico e a sociedade vil.

A ética social é, portanto, nada mais que o equivalente a uma ética falaciosa, em conformidade com a concorrência, os critérios de justiça estão sujeitos ao mercado e a justiça comutativa é definida principalmente em termos negativos, possibilitando e promovendo processos de negócios. Um outro ponto de crítica é a predominância do princípio da competição, a “absolutização mítica e ideológica dos automatismos competitivos” (p. 141), o que leva a uma negligência do reconhecimento de uma estrutura societária. Finalmente, Nawroth critica a idéia de homem proposta pelo ordoliberalismo (pp. 246), na visão dele, a ideia ordoliberal de homem repousa sobre o individualismo e o atomismo. A sociedade é apenas o agregado de vários indivíduos livres, autônomos e interessados em cooperar apenas com o único objetivo de obter benefícios mútuos (WÖRSDÖRFER, 2010, p. 6).

Em outro artigo publicado por Bernhard Emunds (2010, p. 5)<sup>12</sup>, diretor do Nell-Breuning Institute trabalha os pressupostos que existe uma distinção sutil no que diz respeito ao fundamento antropológico do ordo, o catolicismo desaprova a concepção ordoliberal de homem, que parece à primeira vista repousar no atomismo e no individualismo. Além disso, o ordoliberalismo é acusado de materialismo e consumismo. A ética social católica define o indivíduo como um ser social, com sua capacidade de se comunicar e cooperar dentro de uma comunidade e de declarar solidariedade com os outros; segundo, de acordo com a doutrina social católica, a economia é mais do que uma pura troca de mercado, ou seja, o mercado funciona como subsistema de instrumento e a sociedade consiste em mais do que isso. No caso do ordo, o homem seria unilateral, inserido dentro do bojo da economia, negligenciando

---

<sup>12</sup> EMUNDS, Bernhard. Ungewollte Vaterschaft. Katholische Soziallehre und Soziale Marktwirtschaft in: **Ethik und Gesellschaft**. Wem gehört die „Soziale Marktwirtschaft?“ Herkunft und Zukunft einer bundesrepublikanischen Erfolgsformel, 2010, p. 1-26.

o homem como um ser social, ou seja, o social é inserido na esfera da economia (EMUNDS, 2010, p. 12).

Nesse contexto, o ordoliberalismo é acusado de postular um reducionismo da sociedade para a economia e de reduzir os processos da economia para o mercado. Por fim, outro tópico que Emunds destaca em sua crítica é a denominada ‘ordem profissional’ que foi postulada pela ética social católica como o tipo ideal de ordem, mas completamente rejeitada pelos principais defensores do ordoliberalismo que apóiam os postulados da competitividade (EUCKEN, 1952, p. 145). Para além das divergências entre a ética social católica e o ordoliberalismo, existem alguns paralelos em ambos os tipos de ética, pois buscam combinar o princípio da subsidiariedade e o princípio da solidariedade, ambos estão entre os fundamentos normativos da Economia Social de Mercado, embora com prioridades divergentes, são religiosamente fundamentadas e se apóiam em valores transcendentais (WÖRSDÖRFER, 2010, p. 7).

Afinal, a concepção neoliberal de política econômica não absoluta o valor da liberdade em detrimento da justiça, como costuma ser dito. Não é o indivíduo que serve como o último ponto de referência normativo, mas uma idéia superindividual definida do bem comum da sociedade. Na teoria alemã se rejeita uma orientação puramente individualista em detrimento à liberdade como a mais alta norma social. Em Röpke (1979, p. 88), por exemplo, se critica enfaticamente “a cegueira sociológica com a qual o indivíduo atomizado e flutuante foi constituído a base da economia”, o que “levou ao individualismo questionável que finalmente provou ser socialmente destrutivo”. Ele também discorre sobre a “auto-deificação individualista do homem que pretende se tornar o mestre do mundo” (RÖPKE, 1965b, p. 18). O homem é a medida da economia, por consequência, a medida do homem é seu relacionamento com Deus (OCKENFELS, 1999, p. 55). Da mesma forma, para Alexander Rüstow (1950, p. 100), em vez de elevar a autodeterminação individualista ao único valor final, se apela aos “dois maiores valores supereconômicos: justiça e liberdade” como uma ordem.

A rigor, esse “neoliberalismo” acaba por se tornar um “liberalismo”. Curiosamente, Röpke (1979, p. 43) até pensa em abandonar o termo “liberalismo” para esse conceito econômico e sócio-político e substituí-lo por termos como “terceira via” ou “humanismo econômico”. Porque para os teóricos da ordem de Freiburg é a norma do individualismo, cujos resultados da aplicação devem ser medidos em relação ao bem comum - mas não o contrário.



A abordagem da ordem econômica de Freiburg poderia ser interpretada em um sentido mais amplo como uma variante da ética social cristã, uma vez que também se baseia no conceito de universalização da ética<sup>13</sup>. Na versão de Karol Wojtyła (1979, p. 25), toda ética social cristã foi baseada em um “princípio personalista” derivado dos ensinamentos bíblicos, que é explicitamente formulado com base no imperativo categórico kantiano<sup>14</sup>, que por sua vez é baseado na “regra de ouro” bíblica (WIMMER 1980, p. 254-295). As implicações concretas da política econômica que a proclamação social papal deriva disso são essencialmente muito semelhantes. Portanto, não é de se estranhar que os próprios neoliberais considerassem ambos os conceitos amplamente intercambiáveis.

### 2.3. Os intelectuais da (não) tão nova perspectiva

Ludwig Erhard foi o político que empreendeu o desenho das políticas liberais clássicas alemãs na parte ocidental de maneira prática, o que ficou conhecido como ordoliberalismo após a contribuição da revista *Ordo*. Os intelectuais empreendedores dessa ideia foram os professores de Economia Walter Eucken, os professores de Direito Franz Böhm e Hans Grossmann Doerth (VANBERG, 2001). Em 1936, foram publicados os primeiros artigos da revista *Ordo* para fins de se fazer avançar ideias liberais no meio de um sistema hostil. O ordoliberalismo surge como uma consciência intelectual contra o regime nazista. Nos primeiros ensaios da revista *Ordo*, na parte introdutória de 1936, é argumentada uma crítica à escola histórica alemã de Gustav Schmoller, é criticado o seu “relativismo oportunista” nas políticas econômicas. (WILLGERODT, 1989, p. 20). Eucken escreve, em 1940, que “criticar Schmoller é criticar uma parte considerável da doutrina econômica de nosso tempo”. (VANBERG, 2004).

Em 1948, Eucken e Böhm (o colaborador Grossmann-Doerth morre durante a guerra) fundam a revista *Ordo*, que girava em torno das figuras de Eucken e Böhm os quais lecionavam na Universidade de Friburgo, no sudoeste da Alemanha, por isso o nome dos ordoliberais ser atrelado à Escola de Friburgo. Mesmo quem não fazia parte dessa escola, contudo, fez contribuições teóricas muito relevantes, como é o caso de Wilhelm Röpke.

---

<sup>13</sup> A ética social cristã geralmente se refere às questões normativas das ciências sociais que enseja os valores de “personalidade”, “solidariedade” e “subsidiariedade”. Ver Furger (1991, p. 134).

<sup>14</sup> “Se, no seu comportamento, uma pessoa é o objeto de sua ação, nunca esqueça que você não deve tratá-la apenas como um meio, como uma ferramenta, mas esteja ciente de que ela tem ou deve pelo menos ter seu próprio objetivo” WOJTYLA (1979, p. 25). Outro autor que trabalha a relação entre o conceito de pessoa de Kant e os paradigmas de dignidade humana no contexto da ética social cristã é Nass (2006, p. 35).

Leonhard Miksch, um doutor e pós-doutorando de Eucken, foi um ajudante chave como conselheiro de Erhard enquanto ocupava o cargo da administração econômica do país. Miksch persuadiu-o a introjetar mais políticas de livre-mercado do que o próprio Erhard concebera em 1944, isto é, ele deveria combinar uma reforma monetária com o abandono gradual do controle de preços e racionamento. Em 1948, Miksch publicou um artigo argumentando a superioridade do livre-mercado frente à economia planificada, alertando que essa planificação era uma ameaça à democracia. Em fevereiro, ele escreveu um longo memorando falando sobre uma restauração gradual do sistema de preços de mercado. (MIERZEJEWSKI, 2004, p. 65-66). Foi de fato Miksch que esboçou o que seria o decreto de liberalização dos preços; foram as medidas de descontrole de preços e o fim do racionamento responsáveis pela transição de uma macroeconomia para uma do estilo livre-mercado. Erhard também consultou outros ordoliberalistas como Eucken, Röpke e Muller-Armack nas questões das reformas. (GOLDSCHMIDT, 2007, p. 973).

Hayek foi um membro influente entre os ordoliberalistas, principalmente entre os anos de 1930 e 1940; posteriormente lecionou na Universidade de Friburgo, entre os anos de 1962 e 1969. Ele também foi membro do Instituto Walter Eucken, realizando atividades como um pesquisador independente num centro vinculado à Universidade, voltando a Freiburg no final de sua carreira de 1977-92.

A Escola Ordoliberal se pautava em achar as “regras apropriadas do jogo” para uma ordem de mercado (SANTOS, 2018, p. 33), questionando qual estrutura constitucional e legal melhor preservariam uma sociedade de livre-mercado. Eles buscavam entender o colapso da Alemanha após a I Guerra e o fracasso da República de Weimar (1919-33) e a subsequente ascensão do nazismo, para que eles pudessem achar medidas constitucionais legais de prevenção para que isso não acontecesse de novo. Eles enfatizaram dois motivos principais pelos quais a República de Weimar fracassou, a primeira foi a hiperinflação de 1920, motivada pelo excesso e expansão monetária do Banco do Império (Reichbank), e a necessidade do sistema monetário de manter seu poder aquisitivo. Eles concordavam que se deveria restringir a expansão monetária do banco central, mas discordavam sobre qual estrutura seria a melhor proposta. Friedrich Lutz (1930)<sup>15</sup> e Röpke concordavam com o retorno do lastro ouro, mas Eucken e Erhard viam isso como uma causa perdida. Miksch argumentava a favor do padrão ouro juntamente com um sistema monetário competitivo que

---

<sup>15</sup> Friedrich Lutz foi assistente de Eucken em Freiburg, e casou com uma economista inglesa – Vera Smith (que escreveu sua dissertação sobre Hayek) em 1937. Eles saíram da Alemanha e foram para os Estados Unidos antes do início da Segunda Guerra, lá ele lecionou na Universidade de Princeton. Após a Guerra ele retornou a Freiburg por um ano e lecionou na Universidade de Zurique. (YEAGER, 1990).

eliminar o poder do banco central na questão do dinheiro e sua reserva contra uma espécie de crédito privado de dinheiro. Lutz, o último membro e bastião da Escola de Friburgo após 1950, também era um defensor do padrão ouro, que se tornou uma causa perdida após a Conferência de Bretton Woods em 1944; depois disso, escreveu a favor de um banco central independente com taxas de câmbio livremente flutuantes. Seja qual for o grau da influência da escola no banco central alemão, ele estabeleceu uma reforma em 1948, o *Bank Deutscher Lander* (Banco dos Estados Alemães) e seu sucessor *Deutsches Bundesbank*, o marco alemão manteve um poder de compra maior do que outros bancos centrais da Europa no pós-guerra, com exceção do franco-suíço.

A segunda razão do colapso da República de Weimar no ponto de vista dos ordoliberais foi a prevalência de carteis industriais, legalmente sancionados em meio à confederação, anulando a competição. Para contornar essa situação, eles promoviam, tal como os liberais clássicos, uma troca livre como meios de promover a competição, porém Erhard pensava que o Estado também deveria promover outros bens, uma espécie de rede de segurança (pensões, seguro desemprego e outros pagamentos sociais). Ele promoveu uma campanha de políticas sob a marca de “Economia Social de Mercado” e o slogan “Prosperidade para todos”.

Walter Eucken (1891-1950) foi filho de Rudolf Eucken, professor de Filosofia na Universidade de Jena, recebeu o prêmio Nobel de literatura em 1908; num de seus livros, o pai de Eucken critica o socialismo pela sua antipatia com a liberdade humana, espiritualidade de cultura. Walter conquistou seu doutorado em Economia em 1914 e logo fora convocado para atuar na I Guerra Mundial; depois disso, lecionou em Berlin e Tubingen, em 1927, ele se tornou professor de economia na Universidade de Friburgo, onde trilhou e passou o resto de sua carreira. No entre guerras escreveu “Mudanças estruturais políticas e a crise do capitalismo (1932)” e “A fundação da política econômica (1939)”.

Eucken encabeçou a resistência ao nazismo no âmbito universitário alemão, mas com pouco sucesso, ele se opôs às medidas do reitor Martin Heidegger de expulsar os judeus da Universidade de Friburgo. Durante a guerra, Eucken foi um ativista no discurso contra o nazismo, sendo questionado constantemente pela Gestapo enquanto outros membros eram presos. Após a Guerra, Eucken participou da Sociedade Mont Pèlerin na Suíça, lá ele defendeu a importância de uma moeda forte, com um controle de salários e preços, a qual posteriormente usou em suas políticas.

Wilhelm Röpke (1899-1966) nasceu no mesmo ano que Hayek, assim como ele, foi convocado a servir nas trincheiras da I Guerra Mundial, determinado a entender porque as

reformas e políticas governamentais da época davam errado, foi quando tomou ciência do trabalho de Ludwig von Mises, tornando-se um ativista contra o socialismo e a favor de uma economia de mercado. Ele se doutorou em Economia em 1921, na Universidade de Marburg, lecionou nas universidades de Jena e Graz, retornando em 1929 como professor de economia em Marburg, sua carreira acadêmica durou apenas 4 anos. Hitler o convocou para ser chanceler em 1933, então, Röpke deu um discurso dizendo que o “movimento nacional socialista era uma revolta contra a razão, humanidade e liberdade”. Quando o governo de Hitler começou a expulsar os judeus das universidades, ele se pronunciou contra essa política, devido a suas declarações antinazistas, a SS o perseguiu, levando-o a abandonar a carreira acadêmica e fugir do país. Então, ele lecionou na Universidade de Istambul, na Turquia, em 1937, se mudou para Genebra, na Suíça, onde se tornou colega de outro exilado – Mises.

Röpke, antes da II Guerra, trabalhou e publicou sua obra “Ciclos e Crises (1936)”, muito influenciado pelas ideias de Mises e Hayek. Na teoria dos ciclos econômicos e o problema da deflação, outra obra célebre sua é “A Economia e a sociedade livre (1937)”. Durante a Guerra, ele escreveu fervorosamente sobre os problemas da reconstrução da economia global e a sociedade prejudicada pela má aplicação e pelo uso do dinheiro, restrições de troca e erosão coletivista da dignidade humana. Ele publicou quatro livros importantes: “Desintegração econômica internacional” (1942), “A crise social do nosso tempo” (1942), “Os fundamentos morais da sociedade civil” (1944) e “Ordem internacional e integração econômica” (1945). Certa vez, Ludwig Erhard disse que, quando tivéssemos os livros de Röpke (obviamente de forma clandestina) durante a guerra, eles seriam como uma espécie de fonte da vida. Tal como Eucken, Röpke alertou Erhard sobre a questão do controle de preços – sua abolição. Após a guerra, Röpke escreveu “A Economia humana: a estrutura social do livre mercado” (publicado em 1958).

A teoria ordoliberal, como já dito, provém da Universidade de Freiburg como resultado de uma série de conferências, reuniões e encontros de vários intelectuais que buscavam uma alternativa para a Alemanha Ocidental, é nessa universidade conhecida pelo seu anti-nazismo que se congregavam grupos de interesses e pesquisas no que viria a ser o ordoliberalismo. Podemos citar alguns nomes dos principais idealizadores dessa teoria como o economista Walter Eucken (1897-1950), do jurista e economista Franz Böhm (1895-1977), Hans Doerth (1894-1944), além de tantos outros como o próprio Wilhelm Röpke (1899-1966).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup>Estudiosos como Walter Eucken, Hans Grossmann-Doerth e Franz Böhm são considerados como o núcleo Ordoliberal estabelecido. No entanto, a tradição neoliberal alemã informal abrange mais membros, muitos do

Os estudos pautavam-se na constitucionalidade da economia livre inserida numa sociedade livre também. Uma célebre obra que demonstra esse ideal econômico-livre está expressa no livro de Böhm *Our Task* (1937), o qual propõe que para a liberdade ser plena “deve-se ter uma ideia de constituição econômica, ou seja, uma colaboração entre a economia e as leis torna-se necessária”. (BÖHM, 1937, p. 23).

Os acadêmicos responsáveis pela criação do modelo ordoliberal escreveram várias obras sobre os problemas econômicos e, principalmente, sociais que o país enfrentava no pós II Guerra. Um desses acadêmicos foi Röpke que, em seu livro “A questão alemã”, em 1945, examinou a História recente do totalitarismo germânico e quais os fatores que “levaram esse país ao mais profundo desastre”. Segundo o autor, o “nacional-socialismo não é um dragão a espreita nas florestas virgens da Alemanha, mas uma variedade nacional de uma espécie maior de zoológico chamado totalitarismo, que, pela primeira vez em nossa era moderna, tinha sido criado na Rússia em 1917”. (RÖPKE, 1944, p. 513). Assim, ele identificou o coletivismo econômico como verdadeiro mal-estar alemão, condenando os “fracos, desonestos ou estúpidos” na profissão acadêmica que tinham concordado para a coletivização em 1933. Röpke sempre atacava os burocratas do Estado, que continuaram a afirmar que o planejamento econômico centralizado era a melhor solução após a Guerra.

Uma vez que seus argumentos eram reforçados por Walter Eucken, outro intelectual de mesma linha escreveu várias análises sobre o controle central da economia ao mesmo tempo em que criticava o mercado totalmente livre do modelo Smithiano.<sup>17</sup> Em 1947, ele publicou um livro intitulado “A competição como tarefa”, no qual reiterou os princípios do Ordoliberalismo ao mesmo tempo em que denunciava os detalhes sobre as ameaças da “plena concorrência”.

O ordoliberalismo se difere da “Economia Social de Mercado”, cunhado por Muller-Armack, no qual a principal diferença entre o ordoliberalismo clássico reside nos limites e na conceituação do próprio mercado. É importante frisar que, na concepção ordoliberal, o mercado nada mais é do que uma “demanda social” (VANBERG, 1998, p. 02) e reconhecem que o mercado deve e pode ser competitivo, combinado com um sistema de intervenção mínima e que, com o tempo, pode vir a prover serviços rentáveis para o mercado. Porém, na teoria de Muller-Armack, o mercado é um “instrumento técnico” que pode prover riqueza

---

que abraçaram ideias semelhantes. Acadêmicos simpáticos desse ideal incluiu-se Wilhelm Röpke, Alexander Rustow, Constantino von Dietze e Leonhard Miksch, apesar de mais personalidades politicamente notáveis como Alfred Müller-Armack e Ludwig Erhard. (RITTERSHAUSEN, 2007, p.9).

<sup>17</sup> Quando menciono “modelo Smithiano”, me refiro ao modelo da “mão livre do mercado” de Adam Smith e da economia *laissez-faire*.

para a sociedade; em aspectos éticos em si, entretanto, não significa necessariamente que ele é “bom” para sociedade. O perigo reside em implantar políticas generalistas que podem vir a suprimir políticas sociais particulares.

Os maiores encontros e debates de ideias e teorias ordoliberais e também neoliberais contemporâneas foi, sem dúvida, na Sociedade Mont Pèlerin. No encontro de 1949, Walter Eucken e Ludwig Von Mises discutiram seus pontos de vista acerca do mercado e o papel do Estado, dessa forma, “Eucken e Von Mises representaram, em seus respectivos trabalhos, duas diferentes perspectivas sobre a natureza liberal do mercado, e o papel da economia política, perspectivas sobre diferentes formas de organização”. (VANBERG, 1998, p. 3). Nessa perspectiva, Mises era a favor do livre mercado, já Eucken concebia o mercado livre junto a uma ordem constitucional.

Porém, nesse livre mercado, Hayek também faz a distinção do que seriam as políticas que intervêm no processo do mercado e as políticas que procuram “engessar” os processos de mercado. Por isso, Hayek define e diferencia o que seriam as intervenções e interferências no mercado quando cada uma é aplicada de forma diferente e possui resultados próprios uma vez aplicadas pelo Estado.

Eucken desenvolveu sua própria abordagem sobre o pensamento econômico e político na Alemanha. Como pode ser notado em suas obras, ele queria dar uma alternativa para a Escola Histórica – um enfoque teórico para análise econômica, bem como a sua abordagem sem princípios de descrições de política econômica. Seu objetivo era desenvolver uma abordagem sistemática integrada para o estudo teórico e político, a formação de uma ordem social, econômica, política e constitucional, ou, para usar a terminologia alemã, uma teoria sistemática para a *Ordnungs theorie* (Ordem teórica) e *Ordnungspolitik* (Ordem política).

O conceito de *Ordnung* (prazo) é a consideração central no plano de investigação da escola de Friburgo. É importante notar que, no contexto deste programa, é sistematicamente relacionado o conceito de constituição econômica, no sentido de regras do jogo, sobre a qual as economias ou sistemas econômicos são baseados. (EUCKEN, 1989, p. 240). Esse conceito definitivamente não é para implicar qualquer conotação conservadora de uma ordem autoritária na economia. Segundo essa concepção, ordens econômicas devem ser entendidas dentro das constituições econômicas subjacentes, pelo que se destina principalmente o quadro jurídico-institucional formal, e que também pretende incluir convenções informais e tradições que regem as atividades econômicas nas respectivas comunidades. (EUCKEN, 1990, p. 377). De acordo com Eucken (1990: 21), a grande variedade de ordens especiais econômicas que existiram no passado e existem no presente podem ser entendidas

como composições variadas de dois princípios básicos: de um lado, a descentralização da coordenação das atividades econômicas dentro de um quadro de regras gerais do jogo, e, por outro lado, o princípio da subordinação dentro de um sistema centralizado, de administração. (EUCKEN 1989, p. 79; 1992, p. 118).

Os fundadores da escola de Friburgo enfatizaram que o principal meio pelo qual a política econômica pode procurar melhorar “a economia” é melhorar o quadro institucional em que as atividades econômicas acontecem, ou, como é denominada, “a constituição econômica” (EUCKEN 1990, p. 378). O que motivou o trabalho de Eucken foi um interesse em aplicar conhecimentos teóricos de Direito e Economia para o problema prático “de compreender e modelar instrumentos jurídicos para uma constituição econômica”. (BÖHM; GROßMANN, 1989, p. 24). Uma preocupação da teoria deles era inquirir sobre os fundamentos constitucionais humanos e de ordem social, econômica e política, por isso Eucken adotou a palavra latina *Ordo*, um termo com aparentes conotações do direito natural, o qual pode, no entanto, ser separado de tais conotações e ser interpretado no sentido simples de uma ordem que é desejável para os seres humanos. (VANBERG, 1997).

Eucken e Böhm enfatizaram que seu interesse não era desenvolver uma pesquisa e um programa puramente acadêmico, mas buscar respostas para a questão prática de como uma ordem econômica desejável pode ser criada e mantida. Uma problemática a que eles se aproximaram foi da escolha constitucional, ou seja, como uma questão de ordem econômica desejável pode ser gerada através da criação de uma constituição econômica apropriada. (EUCKEN, 1989, p. 240). Os esforços conjuntos mais especificamente do Direito e da Economia foram para eles um pré-requisito indispensável ao que chamavam de *Wirtschaftsverfassungs politik* – Constituição Político-Econômica (EUCKEN, 1989, p. 242), uma política que visa a melhorar a ordem econômica de uma forma indireta, através de reformas nas regras do jogo, ao contrário de uma política econômica que visa a melhorar os resultados diretamente por meio de intervenções específicas no processo econômico. (EUCKEN, 1990, p. 336). O objetivo geral era que, em sua opinião, a política econômica constitucional teve de perseguir e criar condições sob as quais os agentes econômicos deveriam promover seu próprio interesse e também promover o interesse comum. (EUCKEN, 1938, p. 80).

Contra noções historicistas de um curso inalterável da evolução da sociedade, seja em concepções marxistas ou outras versões, Eucken e Böhm enfatizaram que as ordens socioeconômicas em que as pessoas se encontram estão sujeitas à escolha política. (BÖHM 1960, p. 164). Eles reconhecem que todas as sociedades e economias são em grande medida

um produto de forças evolucionárias e não da criação de um plano mestre. (EUCKEN, 1989, p. 51), e que, em particular, a ordem de mercado não foi inventada ou implantada por um projeto, mas evoluiu gradualmente ao longo dos milênios. (BÖHM, 1980, p. 236). No entanto, eles insistiram que as ordens econômicas estão sujeitas às concepções humanas e que podem ser melhoradas com a intervenção de projetos e planejamento, como Eucken (1992, p. 314) diz: a questão é alcançar uma ordem funcional e humana. O problema não vai se resolver simplesmente deixando os sistemas econômicos crescerem espontaneamente. A história do século passado tem mostrado isso com bastante clareza, o sistema econômico tem que ser consciente e claro. Os problemas de execução da política econômica, política comercial, de crédito, o monopólio; de política fiscal, da empresa ou lei de falências, são parte do grande problema de como toda a economia, nacional e internacional e suas regras devem ser formados. Os ordoliberais de Friburgo tiveram o cuidado de ressaltar que uma política econômica efetivamente constitucional tem que prestar atenção nas formas complexas em que os vários elementos do quadro jurídico-institucional podem interagir. (EUCKEN 1942, p. 42).

Enquanto os fundadores da Escola de Friburgo colocaram-se firmemente na tradição de liberalismo clássico, eles enfatizaram, em contraste com algumas variedades de liberalismo, que uma ordem de livre mercado não é simplesmente o que se poderia encontrar onde o governo está ausente, que não é um evento natural, mas um produto político-cultural, baseado numa ordem constitucional que exige que a “cultura” possua cuidado e autonomia para a sua manutenção e bom funcionamento. (BÖHM 1937, p. 74). A esse respeito, achou necessário distanciar-se de um liberalismo *Laissez-faire* que deixou de apreciar o papel positivo fundamental que o governo tem a desempenhar na criação e manutenção de um quadro adequado de regras e instituições que permite a concorrência no mercado para trabalhar de forma eficaz. (EUCKEN 1938, p. 81). Eles tiveram o cuidado de distinguir entre o trabalho espontâneo dos mercados, desde um quadro adequado legal e institucional até a questão de como a estrutura em si acontece. Em outras palavras, eles claramente a distinguem entre como funciona o mercado de concorrência dentro de regras dadas e a questão constitucional de como as regras se dão na concorrência através do mercado de trabalho.

A essência da economia de mercado livre para os ordoliberais consiste em como se institui uma livre concorrência em que todos os agentes econômicos se reúnem em termos legais e iguais e no qual a troca voluntária e contrato voluntário são o único meio pelo qual as atividades econômicas são coordenadas. (BÖHM, 1937, p. 105). Porém, deve ser analisado



que nem todas as pessoas gozam de direito iguais, por isso, “eles consideravam estes princípios (...) como padrões normativos existentes contra o qual as ordens econômicas e reformas em potencial podem ser julgadas, como critérios de referência que podem fornecer orientação para os esforços de reforma constitucional”. (BÖHM, 1937, p. 124).

No sentido referido, o programa de pesquisa da escola de Friburgo compreende um paradigma teórico e um paradigma de política. O paradigma teórico é baseado na premissa de que há uma análise explicativa dos fenômenos econômicos, a fim de explicar a natureza do quadro constitucional, ou as regras do jogo, em que eles ocorrem. O paradigma político é baseado na premissa de que a política econômica deve procurar melhorar suas regras. A constituição econômica e o bom funcionamento são resultados desejáveis da ordem econômica ao invés de tentar trazer os resultados desejados diretamente por meio de intervenções específicas para a economia como um processo.

Böhm e Eucken insistiram que criar e manter um bom funcionamento da ordem de mercado competitivo demanda mais do que substituir os privilégios feudais e as restrições do comércio livre e da liberdade de contrato (CASSEL, 2008, p. 36-38). Isso requer, segundo eles, uma constituição econômica que, em sua totalidade, esteja em sincronia com a defesa da concorrência em face dos interesses contra a concorrência. Toda a lógica da pesquisa de Friburgo repousa sobre a distinção entre o nível constitucional em que as opções políticas numa sociedade são feitas e a nível sub-constitucional em que escolhas privadas dentro das regras constitucionalmente estabelecidas são feitas.

Já em relação à questão dos cartéis, essa merece uma atenção especial na perspectiva ordoliberal de mercados em relação ao conceito de Mises com “mercado sem entraves”. A abordagem constitucional da Escola de Friburgo a esta questão difere significativamente do ponto de vista expresso por Mises e Rothbard, por exemplo, um dos mais rigorosos defensores do ensino liberal. Do ponto de vista do mercado livre e desimpedido, Rothbard não vê nenhuma razão para que um deva opor-se a contratos de cartel, pois “todo o conceito de 'produção restrição é uma falácia quando aplicado ao mercado livre”. (ROTHBARD, 1970, p. 568). Segundo ele, nos livres mercados, “consumidores e produtores ajustam suas ações em cooperação voluntária”. (ROTHBARD, 1970, p. 566), o que inclui liberdade aos produtores para procurar maximizar os seus rendimentos por “produzir onde seus ganhos são maiores através de intercâmbios”. (ROTHBARD, 1970, p. 571). Os acordos de cartel são feitos a partir de uma perspectiva inexistente, o que é válido são os contratos voluntários entre os produtores, igualmente legítimos como trocas voluntárias entre produtores e consumidores. O apelo ao princípio da soberania do consumidor é, aos olhos de Rothbard, uma interpretação

arbitrária limitada ao princípio do “indivíduo soberano”. (ROTHBARD, 1970: 560) que é constitutiva do mercado livre e que abrange os indivíduos na sua qualidade de produtores não menos do que os consumidores.

Por fim, todas essas ideias e elaborações, tanto no meio econômico quanto político e social resultaram no denominado Milagre Econômico Alemão –*Wirtschaftswunder*. Pois, na medida em que essas planificações e projetos foram sendo aplicados, posteriormente pode-se colher os frutos, tal como no caso brasileiro, em que havia antecedentes que levaram a esse acontecimento.

#### **2.4. A questão teórica de Hayek e Eucken**

Muitos estudiosos e cientistas lidaram longamente com a teoria ordoliberal presente em von Hayek e compararam, em particular, com as teorias socioeconômicas de Walter Eucken. Para citar apenas alguns: Watrin (2000) analisa os conceitos variados das tarefas do Estado e do governo. Segundo ele, Eucken, como membro da Faculdade de Direito e Economia de Freiburg, favorecia uma ordem deliberadamente projetada e “feita” (construtivista), enquanto von Hayek, por outro lado, é altamente a favor de um ordem evolutiva, “crescida” (espontânea), isto é, racionalismo construtivista vs. racionalismo evolutivo/crítico. (HAYEK, 1973). Streit e Wohlgemuth (2000), por sua vez, apontam para os motivos divergentes subjacentes às concepções de von Hayek e Eucken. No centro do ordoliberalismo, está a questão do poder privado ou – em outras palavras – a questão de como evitar, eliminar ou, pelo menos, reduzir a concentração de poder na esfera econômica e política. Pelo contrário, von Hayek não está tão preocupado com o problema do poder como no tópico epistemológico do conhecimento. Para ser mais preciso, sua principal preocupação é a divisão ou fragmentação de conhecimento amplamente disperso que pode ser utilizado por processos competitivos de mercado, operando como um procedimento de descoberta; já, no caso de Eucken, há uma teoria do poder, enquanto em von Hayek, uma teoria do conhecimento. Finalmente, Bönker e Wagener (2001) enfatizam as diferenças entre uma formação de ordem espontânea e autogeradora e uma ordem política. Além do papel do Estado e da agenda da política econômica, eles se referem à filosofia dos aspectos científicos. A abordagem de Streit e Wohlgemuth (2000) e Watrin (2000) é apresentada por Kolev (2008). Kolev não apenas discute os distintos papéis do Estado, vai além disso, ele analisa os conceitos de política monetária, de concorrência econômica e social de Eucken e von Hayek.

Walter Eucken (1891-1950) e Friedrich August von Hayek (1899-1992) são intelectuais referenciados como iniciadores de uma nova ordem econômica<sup>18</sup>, o que é baseado no fato de que ambos autores em paralelo e independentemente um do outro desenvolveram programas de investigação que buscam entender os problemas dos sistemas econômicos e sociais de outros intelectuais dedicados à causa. Eucken e Hayek se encontraram na reunião da Associação para a Política Social, em Zurique, em 1928, onde mantiveram aulas de economia teórica. Na década de 1930, Hayek viajava muito entre Londres e Viena, muitas vezes, vinha a Freiburg e dava palestras junto com Eucken e provocava várias discussões. (MIKSCH, 1950, p. 288-289). Após a II Guerra, é Eucken que, em 1947, se torna membro fundador da escola iniciada por Hayek e Röpke na Sociedade Mont Pèlerin, no mesmo ano.

Em 1950, Eucken morre em Londres, num ciclo de palestras da LSE que Hayek o convidou para participar poucos anos após a primeira publicação da revista *Ordo Yearbook*, em 1948. Após sua nomeação na Universidade de Freiburg, em 1962, Hayek sempre foi fortemente envolvido ao Walter Eucken Institut, mostrando a importância da tradição de Eucken na economia. (HAYEK, 1962). Constantemente fora um papel central no curso de seus trabalhos, embora tenha havido mudanças substanciais ao longo de suas carreiras, a preocupação com o papel do Estado, seu funcionamento e manutenção de uma Ordem (*Ordnung*) liberal. Por isso, é importante perceber como ambos constroem essa teoria compreensiva do Estado, identificando semelhanças e diferenças. Mesmo que Hayek sempre apareça como um ícone da tradição da Escola Austríaca e Eucken como uma nova escola Ordoliberal, existe uma “fase” em que Hayek, entre 1930 e 1940, e outra em Eucken, em 1940, apesar da Guerra, ambos se mostram muito semelhantes na ideia ordoliberal.

Quando se analisa a teoria de ordem Eucken, da década de 1930 e 1940, é possível identificar os principais topos de suas ideias. Antes dessa data, Eucken sofre mudanças notáveis em seu arcabouço teórico (PREISER, 1950), marcado pela libertação da Escola Histórica e do legado intelectual de seu pai. (GOLDSCHMIDT, 2002). Eucken é um intelectual com um amplo consenso sobre a complexidade do fenômeno do poder e sempre buscou soluções para as anomalias na ordem econômica, além de pesquisar como funciona o comportamento do mercado e as influências de capitais privados no Estado. Assim, a máxima central é “compreender a realidade econômica em todo o passado e no presente e

---

<sup>18</sup> Para ver melhor o conceito de economia de ordem denominado de *Ordnungstheorie* (ARMED; WOLGEMUTH, 2000, p. 461). Para ver como foi cunhado o termo *Ordoliberalismus* ver MOELLER (1950: 224). Para uma visão geral da recepção do Ordoliberalismo no contexto internacional ver KASPER (1993, p. 106-110).

provavelmente, por volta do futuro, requerer a compreensão do poder econômico”. (EUCKEN, 1940, p. 196-197).

É importante entender o paradigma da Escola Freiburg o qual inclui não só compreender o poder econômico em si, mas entender a ação (privada ou pública) e sua interdependência entre um poder econômico e político que seja transpassado para a sociedade. Depois de identificar os principais topos em Eucken, é relevante ver como ele constrói seu conceito de ordem a partir de seu ponto de vista. Para ele, o sistema econômico de um país e todas as formas em que o processo econômico ocorre, é feito a partir de um olhar mais atento aos tipos de mercados e sistemas monetários que se encaixam no processo econômico (EUCKEN, 1940). Esta dicotomia entre ordem econômica e processo econômico é uma das conclusões centrais do ordoliberalismo e tem como análise central em sua obra ver quais os limites do papel do Estado.

Cada sistema econômico possui graus de liberdade diferentes. (EUCKEN, 1948, p. 76-77). De acordo com ele, é algo positivo que se tenha liberdade econômica em maior grau, no entanto, concebe também que é necessário que haja uma ordem em si mesma, principalmente em relação à divisão do trabalho e aos processos econômicos interdependentes. Para Eucken, essa “ordem” deve ser algo eficiente, a fim de que garanta as liberdades individuais e condições para seu próprio desenvolvimento. Suas publicações em vida mostram que uma determinada “ordem econômica” é algo necessário e positivo, enquanto as publicações póstumas versam mais sobre a “ordem liberal do negócio.” (MUHS, 1954).

No entanto, os sistemas econômicos não são as únicas análises presentes nos assuntos da teoria da ordem, é, antes de mais nada, uma análise de “ordens parciais”, ou seja, econômica, empresarial, governo e direitos sociais com inúmeras interconexões entre eles (Eucken coloca como interdependência). (HAYEK, 1941, p. 42). Inserido no processo de formulação de políticas públicas e sistemas econômicos, há outras relações entre o papel do Estado analisado de uma forma mais individual, de modo a ser verificado sob três aspectos de ação política e econômica: primeiro, os efeitos imediatos que podem ser diferentes do esperado, segundo, as tendências desencadeadas no processo e, em terceiro, os efeitos dessas políticas.

Para o autor, existem dois tipos de sistema distintos: as ordens econômicas mais “maduras” provenientes de um processo historicamente construído, como os princípios de planejamento do Estado e seus princípios. E as acumuladas desde o período da industrialização as quais foram necessárias devido às necessidades especiais da tecnologia moderna.

O Estado possui dois sistemas básicos de gestão (no sentido de prover possíveis princípios em direção a uma ordem econômica). A indústria e os transportes são negócios geridos através de um planejamento central e, em relação aos transportes, é saudável que haja um oligopólio de competição entre empresas. (EUCKEN, 1940, p. 91-112). Em relação às formas de mercado, deve haver uma conexão monetária com combinações e formas no sistema de mercados monetários orientadas pelo Estado. É uma espécie de equilíbrio e balanço entre uma economia natural *laissez-faire* e uma centralmente planejada.

A economia do *laissez-faire* é um processo econômico que conta com a iniciativa privada no controle do sistema. Para Eucken, os representantes desse sistema defendem apenas o seu ponto de vista e a busca de um espaço vital que deveria ser preenchido pelo Estado, formando uma ordem econômica adequada por si só. Porém, esse Estado deveria ser preenchido por cargos de merecimento e compatibilidade com a formação de cada um, para ele, o principal problema da economia planejada é justamente a sua instabilidade no processo de formação de preços e expansão operacional, passando, assim, a ser vítima de grupos de poder com interesses particulares que chegam ao governo.<sup>19</sup>

Um dos postulados de Eucken é em relação à ordem positiva e a busca de normativas adequadas através de uma política de concorrência, formulada no final de 1940 e, em seguida, nos postulados póstumos publicados. (EUCKEN, 1952). Essa ordem competitiva seria uma espécie de terceira via que se distancia do *laissez-faire* e da economia planejada, sendo uma espécie de política de médio curso. É uma ordem cuja missão surge através da experiência histórica científica. Ele vê o sistema de competição como um mecanismo que assegura a equidade e a participação total a serem reconciliados, em outras palavras, a “mão invisível” de Adam Smith deve ser institucionalizada juntamente com um Estado de direito.

O Estado deve criar um quadro regulamentar, na acepção de regras que devem ser aplicadas por ele como um árbitro e, dentro do qual, os movimentos podem ser feitos por atores privados autônomos. Intervenções no processo de negócios só são justificadas como no caso de um monopólio natural, quando outra forma política no processo não pode ocorrer.

Antes de passamos para uma análise mais pormenorizada da competição, é interessante olhar os pilares sobre os quais repousam os ideais de Eucken. Esses são denominados de poderes de ordenação (EUCKEN, 1952, p. 338-350), nos quais existem atores que são essenciais para a manutenção das regras de concorrência, que são a Igreja e a Ciência, Essas instituições, porém, devem ser pensadas em segundo plano, pois em primeiro

---

<sup>19</sup> Tal estrutura dominada pelas posições das partes interessadas individuais, Eucken denomina de um “governo econômico”. (EUCKEN, 1932, p. 302-303).

sempre há o Estado, sendo que esse Estado deve priorizar as áreas econômicas. Além de dissolver e limitar grupos de poder e reivindicar sob as formas da ordem apenas, mas não no processo econômico em si, deve-se questionar sempre o quanto de governo é necessário e quais são suas atividades legítimas, esses dois questionamentos são centrais nas proposições de Eucken para pensar o Estado e seus limites.

Para Eucken, deve haver competição a qual deve ser orientada por princípios constitutivos e regulamentares. (EUCKEN, 1952, p. 250-253). Os princípios constituintes versam sobre a formação do sistema de preços quando há uma concorrência perfeita, possibilitando, assim, uma melhor competição entre mercados numa escala global, porém, isso somente é possível uma vez que haja um sistema monetário estável, seguindo-se o princípio de mercados abertos. Outro fator relevante é em relação à propriedade privada, o Estado deve garanti-la, a fim de o indivíduo poder empreender, favorecendo uma congruência entre interesses individuais e o bem comum.

O mercado aberto constitui-se em importante instrumento de política monetária. Através da compra venda de títulos federais, Governo torna-se capaz de administrar oferta de moeda da economia com bastante flexibilidade. Enquanto os demais instrumentos clássicos de controle monetário - a taxa de desconto taxa de recolhimento compulsório trazem embutidos dentro de si uma certa dose de rigidez que limita sua atuação no curto prazo, as operações de mercado aberto, por sua vez, caracterizam-se por uma grande flexibilidade tanto quanto ao "timing" quanto magnitude de suas ações. Isto é, o mercado aberto pode ser utilizado para produzir grandes ou pequenas variações no es toque monetário e, além disso, direção das suas operações pode ser alterada quase que instantaneamente. Dessa forma, além de contribuir para uma dada meta de crescimento do total de meios de pagamento, mercado aberto funciona como elemento compensador de distúrbios aleatórios ou regulares nas reservas bancárias, visando aplainar as flutuações de curto prazo nas reservas dos bancos comerciais. (LAGO, 1981).

Os princípios reguladores do Estado servem para sanar as eventuais deficiências na aplicação das regras da concorrência, devendo sempre ser justificado seu uso. Em primeiro lugar, o monopólio sempre é uma questão chave de suas preocupações, devendo o Estado intervir por se tratar de uma questão econômica mais particular de resolver.

Hayek também apresenta uma breve identificação do principal Topos do autor da ordem de Eucken. Ambos teóricos tiveram contatos intelectuais e acadêmicos ao longo de sua vida, compartilhando de opiniões da literatura, tais como os fenômenos de conhecimentos e compartilhamento desses na economia e na sociedade. (VANBERG, 2009). Conhecimento é

definido por Hayek como “todas as adaptações humanas ao ambiente em que a experiência passada e incorporada” (HAYEK, 1960).

Ele concebe e discute diferentes tipos de conhecimento na filosofia social, a diferenciação de explícita (formal, científica) e implícita (informal, transitória, local), o conhecimento é de particular importância. (HAYEK, 1973, p. 11-19). No centro do seu discurso, o conhecimento implícito é individual e particular no espaço e tempo, é dificilmente centralizável, pois a tentativa de agregação por um planejador central é necessariamente uma pretensão do conhecimento. (HAYEK, 1960, p. 22-23). Outras dificuldades para o planejador seria o caráter estritamente subjetivo e também dinâmico do conhecimento transitório dos atores.

Na literatura secundária, é uma questão frequentemente discutida em quantas fases o trabalho de Hayek pode ser dividido. Alguns autores<sup>20</sup> concebem que pode haver uma divisão em três partes: “Hayek I” como o teórico econômico; “Hayek II” como um ordenador teórico/filósofo social ordoliberal; “Hayek III” como filósofo social evolutiva, apesar da participação de Hayek na segunda edição dos “debates de cálculos socialistas” em meados dos anos 1930. (HAYEK, 1944). No entanto, pode ser postulado que ele atribui uma importância central de preços relativos na teoria econômica (Hayek I), sendo esse sistema de preços um trabalho essencial para a alocação de conhecimento na economia de mercado. (HAYEK, 1944).

Com base nos diferentes *topos*, Hayek também possui um conceito diferente de ordem como Eucken. Esta é a questão de como a partilha de conhecimentos, especialmente pelas regras, pode ocorrer de modo que a falta onipresente e permanente do conhecimento é vencida na maior medida possível e adequado expectativas para as ações dos outros. Nas palavras de Hayek, o seu entendimento sob ordem serviria “[...] para fazer a existência de relações entre elementos recorrentes [...] que torna possível para nós, com base no conhecimento de uma parte restrita (espacial ou temporal) de toda a expectativa para o resto que têm boa perspectiva de realização”. (HAYEK, 1964, p. 164).

Tal como em Eucken, é também na filosofia social de Hayek que há uma construção altamente interdependente e interligada ao mesmo tempo nas declarações sobre as diferentes ordens sociais. Portanto, o uso do conceito de interdependência de ordens também aparece em Hayek justificado. No entanto, ao contrário de Eucken, as interdependências formuladas por

---

<sup>20</sup> Essas divisões foram feitas a partir das teorias pensadas por Hutchison (1977) e Caldwell (1992).

Hayek, expõem seus critérios liberais em relação ao sistema jurídico e político, expressos na obra “Constituição da Liberdade e Direito” (1985) e “Os Fundamentos da Liberdade” (1972).

Em “Constituição da Liberdade e Direito”, Hayek diferencia, semelhante a Eucken, o “crescimento” e “conjunto” entre as ordens endógenas e exógenas. Os primeiros são os sistemas que surgem espontaneamente, complexos e abstratos, bem como a livre concorrência de um alvo pré-determinado, enquanto outros são deliberadamente criados de maneira relativamente simples e se destinam a servir aos objetivos do seu criador. (HAYEK, 1985, p. 04). Por conseguinte, a possibilidade de controle externo através da disposição dos elementos individuais exógenos é muito mais elevada do que nos endógenos. (HAYEK, 1983, p. 102-104).

Como indicado na seção anterior, temos o Hayek (“Hayek II ordoliberal” e o “evolucionista Hayek III”) ambos apresentando mudanças significativas<sup>21</sup> a respeito do papel do Estado em relação às preocupações e regulamentação. Em seus últimos escritos sócio-filosóficos de 1930 e 1940, observa que o Estado desempenha um papel consciente na criação da estrutura em torno do mercado – semelhante à teoria de Eucken sobre governança econômica positiva. Na reunião inaugural da Sociedade Mont Pèlerin, em abril de 1947, ele fala explicitamente de uma “ordem competitiva” como uma bússola normativa de Política Econômica. Uma adoção aparentemente direta do conceito das regras de concorrência de Eucken também o faz ao se apresentar na conferência. (HAYEK, 1955, p. 112-113). Poucos meses depois, ele aborda sobre competitividade em Freiburg de uma forma positiva ao “planejamento de competição” e formula as seguintes hipóteses:

Especialmente nesta área (da criação de condições para uma concorrência eficaz) existe uma série de estudos muito importantes antes da Guerra que na Alemanha foram feitos, especialmente a sugestão do Professor Walter Eucken em Freiburg e do Professor Franz Böhm, que são [...]. O problema da “ordem do dia”, no sentido em que apresentou estes pesquisadores, tentando delinear sua solução, é uma das tarefas mais importantes que a mente humana pode imaginar hoje e cuja solução depende infinitamente mais”. (HAYEK, 1955, p. 170).

Na fase de “Hayek III evolutiva”, por outro lado, não podemos encontrar mais uma posição tão ordoliberal. O conceito de ordem espontânea ocorre como um ponto de referência liberal no lugar da ordem competitiva. Este se refere a uma ordem que surge de forma

---

<sup>21</sup> Hayek (1976, p. XXIV) mais tarde faz uma autocrítica em termos de suas posições anteriores. Ele escreve no prefácio do “Caminho da Servidão”, publicado em 1976, que ele era, em 1944, ainda não completamente livre de “todas as atuais superstições destinadas a intervencionistas”.



incontrolável das ações de indivíduos que são, de fato, coordenadas pelas (consciente ou inconsciente) regras que os indivíduos, desse modo, concebem, de maneira quase sempre inconsciente. No conceito duplo de ordem espontânea no processo da evolução cultural, nas formas sobre o mecanismo de seleção de grupos e nas regras para sua manutenção ao longo do tempo o Estado não deve intervir.

Neste contexto, pelo menos duas questões importantes. Essa mudança ocorre por uma fração de tempo ou “apenas” há uma mudança de ênfase na compreensão do Estado? No que diz respeito a este aspecto, há mais uma quebra do que apenas uma mudança. Embora o Estado tenha também, no processo de evolução cultural, certa função de supervisão, a função do conjunto se dá pela natureza do processo dinâmico, no entanto, em grande parte, ela é retirada. Através da evolução cultural do processo de enquadramento, também seria concebível sem o Estado. A empresa privada pode fornecer uma situação, como padrão bem-sucedido. Como uma ponte sobre a dicotomia entre “estado regrador e árbitro” (Hayek II) vs. “nenhuma regra de definição de Estado, em vez de regulamentação pela evolução cultural” pode se ver a imagem do Estado como uma espécie de jardineiro<sup>22</sup> a qual Hayek a usa como uma ilustração de sua transição e compreensão do Estado na década de 1950 (Hayek III), em “O Caminho da Servidão”. A imagem já é uma curta referência mencionada na produção de ambiente para a empresa: pode e deve o Estado, apesar de não controlar o desenvolvimento da sociedade como um todo, como um jardineiro, “cultivar” – para efeitos de monitorização dos poucos parâmetros influenciados por ele. (HAYEK, 1955, p. 67). Esta analogia é como uma continuação concebível da imagem ordoliberal do Estado como árbitro.

Fazem-se questionamentos quanto ao desenvolvimento dessa teoria no trabalho de Hayek. Dessa forma, duas hipóteses poderiam ser configuradas, cujas respostas, no entanto, merecem que mais pesquisas sejam feitas. A primeira explicação possível seria vista no emprego intelectual do Iluminismo escocês, o qual faz uma análise dos processos dentro da ordem espontânea com importância central.<sup>23</sup> Uma segunda explicação seria a consequência epistemológica da Ordem Sensorial ao procurar a desconfiança dos padrões de cognição humana em que Hayek mudou possivelmente a “viabilidade” ou previsibilidade consciente do quadro regulamentar pela política em relação à sua fase ordoliberal.

---

<sup>22</sup> Claro, o jardineiro não é um ator passivo. No entanto, a hipótese de 1, possivelmente, tem um jardineiro inglês e não um jardim francês em mente, como o desenho geométrico rigoroso da ordem é realizada no segundo, no primeiro é permitido ao mesmo tempo muito mais espontaneidade no desenvolvimento dos subsistemas individuais do jardim.

<sup>23</sup> Entre os primeiros teóricos representantes da economia monetária do Iluminismo escocês, está Hume. Hayek concebe a classificação sócio-filosófica inicial de pensadores do Iluminismo escocês como “verdadeiros” individualistas. Ver Hayek (1945-1948, p. 3-4 e p. 11-13).

Por fim é necessária uma complexa análise endógena, de acordo com Hayek, em especial de modo que eles possam funcionar apesar da sua complexidade. Como tal, ele é leitor do Iluminismo escocês, cujo representante vê a filosofia social como dois tipos de memórias: nos preços do mercado como armazenamento para o curto prazo, distribuídos entre os participantes e, em segundo lugar, nas regras de comportamento justo como um extrato do processo de longo prazo da evolução cultural. (HOPPMANN, 1993, p. 143). As regras de comportamento amigável – praticadas nos *nomos* – têm geralmente (ou seja, não um privilégio para grupos individuais) resumo (ou seja, separado do caso individual) e negativo (isto é, como a proibição de opções individuais uma vez concebidas como comandos de certas ações) para habilitá-lo à dinâmica e poder atender à ordem econômica e social complexa espontânea.

Hayek, ao contrário de Eucken, oferece uma imagem diferenciada das instituições democráticas e seus respectivos papéis no chamado modelo democrático. Em geral, devem ser detidas, em sua visão de que o legislativo e executivo podem executar, duas funções conjuntas cuja execução paralela pode causar sérios problemas. Ele é o único órgão a cumprir (executivo) e, em segundo lugar, se for o caso, a adaptar (legislativo e judiciário) as regras e comportamento amigável para as empresas e a sociedade. Além dessa atividade constitucional (função coercitiva), o Estado também, como um amplificador de desempenho (função de serviço), tem recursos dos quais faz uso dos vários bens disponíveis – se possível, sem a incorporação dos direitos de monopólio e, portanto, de forma otimizada em concorrência com os prestadores privados. (HAYEK, 1979, p.41). Se o legislador consiste de uma única função sem integração, a mistura destas atividades conduz, de acordo com Hayek, para o fato de que nenhuma das duas tarefas de desempenho (monitorização regra constitucional vs legislação Estado) pode ser efetuada de forma satisfatória. A solução é, para Hayek, a de câmaras separadas: uma de forma judicial, versando sobre as regras e ajustes, enquanto a outra câmara assume o controle da direção e os aspectos do Estado. (HAYEK, 1979, p. 28).

O primeiro em comum, a partir dos trabalhos de Eucken e Hayek, é que o entendimento do Estado não é compatível com o Estado mínimo em ambos os projetos de ordem. A imagem do “estado mínimo ordoliberal”, que é desenhada na literatura, aparece como ambígua e como incompatível com a leitura da compreensão Eucken e Hayek do Estado. Em vez disso, uma área operacional é atribuída ao Estado em termos de remoção de obstáculos às transações baseadas no mercado. O Estado tem o dever positivo de participar ativamente na preparação e preservação da respectiva ordem ideal. Quando utilizada neste caso, o Estado deve usar seu monopólio para assegurar a paz interior e exterior.

Em adição a esta determinação fundamental da necessidade de uma política positiva para uma ordem liberal, é particularmente importante em Eucken e Hayek, a formulação a partir de um critério fundamental. Em muitos lugares, eles estão usando a imagem central da separabilidade e da necessidade de tratamento diferenciado do sistema econômico e do processo econômico, em outras palavras, por regras e movimentos. A figura do Estado ordoliberal que se assume como um árbitro, a projetar possíveis quadros, sem determinar o processo econômico do meio privado, é característica do ordoliberalismo como expressão alemã do neoliberalismo. (BLUM, 1969, p. 74). Ao mesmo tempo, ela serve para distinguir este círculo de autores por outros economistas, por exemplo, aqueles que estão na tradição de Ludwig von Mises. No entanto, tudo isso não significa que o Estado deve formar quadros limitados: os princípios reguladores, formulados por Eucken, e a operação de desempenho do Estado, descritas por Hayek, são evidências claras de que o Estado pode participar do processo econômico.

No entanto, embora os dois autores tenham declarações semelhantes, eles possuem algumas particularidades que os diferem, elas existem por razões diferentes, principalmente no conjunto de suas relações acadêmicas. Esse poderia ser o caso de dois contemporâneos com perspectivas distintas na mesma área de atuação. Hayek é um membro da quarta geração da Escola Austríaca e é cientificamente ambientado nas teorias de Friedrich von Wieser e Ludwig von Mises, a partir das quais “desenvolveu” suas teorias de pensamento teórica e ideologicamente formativas. (HENNECKE, 2000, p. 61-74).

Para Eucken, o seu caminho teórico de convicções liberais é muito maior e mais complexo: ele é marcado pelo lugar e herança filosófica de seu pai e com uma educação historicista de um economista. Essas diferentes origens intelectuais dos dois autores podem possivelmente também ser uma razão para os diferentes topoi que, por sua vez, fazem com que os diferentes termos de ordem sejam acentuados. Até mesmo para o “ordoliberal Hayek II”, não se justifica o seu apelo contra o *laissez-faire* e um quadro regulamentar a partir da perspectiva de impotência – como fizeram os ordoliberais da Escola de Freiburg incessantemente na época. Assim, a tese central que pode ser configurada aqui é a de Hayek, mesmo que seja para ser resolvido neste momento significativamente perto do jovem paradigma ordoliberal, ser visto com uma variedade diferente acentuada.

Apesar das semelhanças entre Hayek e Eucken, muito em parte aos diferentes discursos proferidos nos países da sua atividade, há uma diferença significativa em relação aos adversários intelectuais primários. Em Eucken, são os representantes finais da escola histórica, como parte de seu processo educativo e formativo, também chamada de neo-

historicismo (RIETER, 1993, p. 154), contribuindo significativamente para sua falta de compreensão teórica do “contexto econômico global” (EUCKEN, 1952, p. 344) para incomodar o processo econômico com a intervenção do governo seletiva ou mesmo destruí-lo. Para Hayek e os teóricos da Economia Social de Mercado, cada vez mais de modo intitulado por ele como racionalistas construtivistas, a razão humana e, assim, o Estado têm a capacidade complexa de projetar sistemas sociais e criá-los. A formulação da crítica à “arrogância da razão” e a “presunção de conhecimento” para os seus adversários intelectuais e na “política de bem-estar social” se transforma, no decurso do seu trabalho, cada vez mais na centralidade da transição de um economista “ordoliberal Hayek II” para o “evolucionista Hayek III”.

Essa crítica a partir da perspectiva da arrogância do conhecimento de “Hayek III” muitas vezes pode ser muito discutida na literatura secundária chamada construtivismo. Esta é a tese de que Eucken pode ter uma aproximação de von Hayek como racionalista e construtivista, como o economista alemão afirmou os princípios de uma ordem desejável para projetar a ordem competitiva. Às vezes isso colide com o conceito Hayek-III da evolução cultural, segundo a qual as regras de uma ordem liberal não conscientemente criada são descobertas apenas num processo de longo prazo com nenhum plano consciente. É incompatível tal análise central de que a discussão literária secundária sobre a relação entre os ordoliberais e Hayek pode ser facilmente interpretada como uma quebra sobre os pontos de vista do papel do Estado como regrador em Eucken e Hayek.

## **2.5. A Economia Social de Mercado**

O conceito de Economia Social de Mercado na literatura alemã é complexo, em virtude de ter muitas disparidades entre autores sobre qual sua exata relação entre o ordoliberalismo, porém, concordo com a posição de Muresan (2014), em que “a prática do ordoliberalismo foi obviamente expressa na Economia Social de Mercado, num novo, livre e democrático modelo pertencente ao Ocidente a Oeste alemão após 1948 e metade dos anos 60”.

Ambas teorias do ordoliberalismo e da ESM são quase que concomitantes, tendo os mesmos teóricos que versavam sobre ambas. As principais preocupações do ordoliberalismo são bem resumidas pelas palavras de Franz Bohm, e sua conexão se dá em relação à promoção da liberdade (de indivíduos, grupos, empresas e outras entidades), mas

certificando-se de que nenhum deles se torne poderoso demais para ditar sobre os outros dentro da sociedade:

Se alguém deixar o macrocosmo e o microcosmos desta ordem mundial da liberdade, ou o contrário, deste mundo da liberdade ordenada, causar impacto em si mesmo, então ficará óbvio que a fonte de perigo para sua permanência reside em cada concentração maior” de poder, seja político, poder público, seja o poder de pessoas privadas ou grupos sociais. (BOHM, 1957, p. 112).

É importante ainda salientar que o ordoliberalismo pode ser entendido como algo teórico, uma espécie de síntese germânica entre as doutrinas cristãs, o secularismo antigo e contemporâneo, o liberalismo político alemão e o neoliberalismo econômico, baseado nos traços de caráter e estilo alemães. Dentro dessas múltiplas preocupações, o pensamento ordoliberal, possui duas tendências principais, a Escola de Freiburg e a Escola de Colônia, assim como o pensamento mais abrangente dos ordoliberais apresentados na imagem a seguir, marcando a diferença entre o arcabouço institucional (a ordem) e os processos econômicos guiados e os livres (livre - liberal - formação de preços).

O conceito de economia social de mercado remonta a Alfred Müller-Armack, que percebe seu sentido em combinar o princípio da liberdade de mercado com o de igualdade social (SCHLECHT, 1998 p. 36). Ludwig Erhard retomou essa fórmula e acrescentou que a ESM também possui os princípios regulatórios, no entanto, não é uma estrutura fixa teórica ou objetivo final utópico para todos os tempos. É um modelo de ordem social e econômica flexível que está aberta a novos desafios, dependendo dos objetivos sociais, trazendo à tona a liberdade do indivíduo. Erhard foi influenciado com os componentes individuais de uma economia de mercado livre e social no caminho devido ao seu passado familiar, seus ex-professores e à experiência formativa da “economia de comando” nacional-socialista. Mas foi somente com a ajuda dos ordoliberais que ele juntou esses componentes para formar uma política reguladora coerente. A partir dele, ele internalizou como sua espinha dorsal dogmática e política para o desenho de sua economia social de mercado.

Há uma distinção entre as regras do setor empresarial (legislação) e a própria prática empresarial (negócios operacionais). Os operadores de negócios são coordenados através de mercados que são regulados por instituições que aplicam leis. A palavra latina “ordo” representa o antigo conceito romano do estado ideal de uma sociedade civilizada, onde milhões de pessoas livres de boa fé podem cuidar de seus afazeres diários com tranquilidade e grande previsibilidade, “ordo” era uma palavra popular em Freiburg. Na verdade, ela se

encaixa no estilo alemão que deseja agir numa ordem previsível e em processos claros, em oposição ao caos e à anarquia. (KASPER, 1993, p.113).

É importante ressaltar as diferenças entre as duas escolas – Colônia, vinculada a ESM e a de Freiburg ordoliberal, denotando que ambas possuem mais semelhanças do que diferenças abismais. A Escola de Colônia, definida por alguns autores como “sócio-liberal” (MURESAN, 2014) é representada por Alfred Müller-Armack, Ludwig Erhard e Alexander Rüstow. Dentre seus preceitos teóricos podem ser destacados as questões da sociedade formal, solidariedade, intervenção macroeconômica, prosperidade para todos, Estado social e “cuidador”, valores cristãos, germanismo cultural e Economia Social de Mercado.

Já a escola de Freiburg (Ordoliberal) tem as figuras de Walter Eucken, Franz Böhm, Wilhelm Röpke e Ludwig Erhard como principais expoentes. E dentre seus valores estão a máxima da liberdade econômica, a crença na mão invisível do mercado de maneira limitada, interdependência das ordens, propriedade privada, ética e responsabilidade fiscal, competição, estabilidade monetária e subsídios para determinados setores.

Essencialmente, os princípios teóricos que o Ordoliberalismo alemão precedem e dão origem aos fundamentos do sistema da Economia Social de Mercado, como foi desenvolvido na Alemanha, são: propriedade privada, liberdade contratual, responsabilidade após consentimento e ação, livre mercado (a liberdade de entrar e sair de um mercado), justiça social e comunitária, consciência ambiental e moral, e política monetária estável, que significa inflação baixa e políticas econômicas consistentes, a fim de garantir que os agentes econômicos planejem seus investimentos a longo prazo. Esses princípios podem ser encontrados hoje na Constituição da Alemanha, em sua legislação, em suas instituições e em sua política econômica interna e externa, na sua versão alemã de bem-estar social.

Com a implementação da Economia Social de Mercado, esperava-se que um “alto grau de prosperidade para as pessoas seria alcançado e, com um subsistema social (e econômico mais adiante) deveria ser compatível com os valores e objetivos fundamentais estabelecidos pela ordem social livre e democrática”. (VOGEL, 1979). E, de fato, esse ponto de partida começou a se desenvolver em junho de 1948 com a reforma monetária e a renúncia das potências ocidentais de impor reivindicações de compensação à guerra na República da Alemanha Ocidental pós-guerra. Uma reflexão sobre o sistema construído e praticado na Alemanha Ocidental, entre 1948 e 1990, nos mostra que a Economia Social de Mercado é semelhante à construção sustentada pelos três pilares principais do ordoliberalismo: economia de mercado, ordem social e ecologia ou meio ambiente.

A economia de mercado é o primeiro pilar e o mais importante. Por “economia de mercado” entendemos a esfera da vida social em que a riqueza nacional é produzida, idealmente sem intervenções das instituições do Estado dentro do processo econômico. A riqueza nacional é vista como o acúmulo de bens materiais, bens pessoais e ativos, capazes de gerar lucro financeiro. Outras áreas de riqueza podem pertencer ao que é considerado riqueza nacional, mas estas são de maneira indireta.

Encontrar a melhor maneira de abastecer a população com alimentos, vestuário, produtos domésticos, meios de transporte, educação, formação profissional e meios para lazer a nível nacional é uma tarefa gigantesca, dificultosa, mas muito importante. Nenhuma instituição de planejamento central, pessoa ou mesmo software é capaz de estabelecer quais os bens que precisam ser produzidos e entregues em nível nacional em determinado local, horário específico, quantidade estabelecida e de qualidade específica. Assim, existem apenas duas possibilidades para resolver essa questão importante da coordenação dos processos de produção e comercialização de bens e serviços com a demanda real da população: a economia de livre mercado e a economia comandada pelo comando central. Outros economistas e professores como Wolfram Engels compartilham essa visão quando dizem que “aquele que rejeita os dois escolhe o caos”. (VOGEL,2007).

Depois de analisar esses aspectos, notamos que algum planejamento da atividade econômica, seja de produção ou marketing, existe de fato não apenas em estados com economias centralizadas, planejadas e de comando central, mas também em todos os países livres. No chamado sistema livre como o que temos na comunidade ocidental e atlântica, o planejamento é feito pela “mão invisível” que coordena os processos econômicos assistidos pela colaboração voluntária de empresas, famílias e indivíduos conscientes de seus interesses pessoais. Em contraste, são as instituições estatais e governamentais que fazem o planejamento no sistema centralizado, baseadas nas opiniões de um grupo limitado de pessoas que afirmam saber “o que é bom” e “o que está errado”, baseado nas necessidades materiais da sociedade em momentos precisos do tempo. No sistema centralizado, a responsabilidade é assumida por esse grupo limitado, mas dada a concentração de poder em suas mãos, não há ninguém de fora de seu círculo social que assegure as consequências e as punições por decisões erradas de liderança; assim, a responsabilidade não é tomada por ninguém quando as coisas dão errado. Os indivíduos percebem este tipo de sistema como um impessoal, indefinido e insensível. No chamado sistema livre, os indivíduos sentem que estão participando efetivamente da vida social cotidiana e que o sistema está funcionando “para eles” e não “contra eles”.

Entre os representantes ordoliberais que analisaram comparativamente, do ponto de vista teórico, as várias possibilidades de resolver a nível nacional as necessidades econômicas de forma coordenada, temos as ideias de Walter Eucken com uma abordagem mais abrangente, no seu trabalho *Die Grundlagen der Nationalökonomie* (Os Fundamentos da Economia Nacional), ele sugeriu, já na década de 1930, que a Alemanha deveria escolher o caminho do livre mercado, em outras palavras, a economia de mercado.

Depois de 1933, os caminhos dos “companheiros de combate” provavelmente se separaram: Ludwig Erhard, do Instituto de Observação Econômica de Nuremberg, lidou com estatísticas e problemas práticos do cálculo de preços em empresas de médio porte que enfrentavam controle de preços. Erhard não compartilhou o entusiasmo inicial de Alfred Müller-Armack pelo milagre econômico nacional-socialista, embora tenha experimentado em primeira mão os efeitos devastadores do que mais tarde chamou de “economia de comando”, e de alguma forma teve que ajudar a moldar seu trabalho científico prático a serviço de indústrias de médio porte (COMMUN, 2003, p. 186) a uma distância necessária.

No entanto, Erhard não internalizou as novas abordagens metodológicas de Walter Eucken em economia, mas da “crise social do presente” de Röpke, que o impressionou profundamente, com sua terminologia e tom sendo usados literalmente em seus discursos e escritos de várias maneiras. O próprio Erhard provavelmente sentiu e entendeu que em 1945 havia uma grande necessidade de conversão moral e orientação social. Após a leitura de Röpke, sua linha de raciocínio econômico-financeiro de aparência sóbria, mudou com maestria para um estilo de maior conteúdo político e ético-moral.

Graças principalmente a Wilhelm Röpke, Ludwig Erhard encontrou argumentos após 1947 para a clara linha divisória entre “economia planejada e economia de mercado”. Eucken e Röpke repetidamente referiram Erhard à importância da economia livre para a liberdade individual e a democracia. Na tentativa de adotar a aparentemente promissora “terceira via” na época, Ludwig Erhard ainda estava pronto a adotar em 1946 uma linha de compromisso entre a ESM e a economia planejada. O fato de ter seguido a decisão pela reforma da moeda e a economia de mercado associada, foi o que levou à divisão da Alemanha de maneira mais punjante. (COMMUN, 2015, p. 314)

Sobre a escolha econômica que o país iria adotar após a Guerra, houve uma pressão dos ordoliberais na Alemanha e dos neoliberais norte-americanos (SOLCHANY, 2015, p.45). A ligação entre liberalismo político e econômico, em oposição ao totalitarismo, foi trabalhada no livro “O Caminho da Servidão” de Hayek, bem como em “Gesellschaftskrisis der Gegenwart” de Röpke e “Civitas Humana”, mas também por numerosos artigos de Eucken e



Röpke na imprensa alemã e suíça. O teor básico era que o declínio da economia alemã devido à inflação oculta e à economia planejada também destruiu os fundamentos morais da sociedade.

A conexão entre uma ordem monetária e social estável era alvo de discussão particular em Walter Eucken e Leonhard Miksch. Como chefe do “Escritório Especial da Moeda e Crédito”, Ludwig Erhard pôde contar com a participação de Franz Böhm, Walter Eucken, Alfred Müller-Armack, Adolf Lampe e Erwin von Beckerath no aconselhamento científico da agência especial. Mas, devido ao equilíbrio político, havia também vários economistas social-democratas envolvidos como B. Erich Preiser e Karl Schiller. Portanto, a persuasão apaixonada de Walter Euckens em favor de um rápido retorno à economia de livre mercado era necessária para influenciar o conselho científico e ajudar Erhard a implementar uma rápida reforma monetária (BROYER, 2003, p. 203).

É sabido que o conceito de Alfred Müller-Armack de economia social de mercado levou Ludwig Erhard a transformar a União Democrata Cristã, que ainda tendia a uma economia planejada, em economia de mercado livre em 1947/48. A ESM se tornou socialmente comprometida, de acordo com Erhard em abril de 1948, substituindo a “economia de mercado livre dos corsários em uma época passada”<sup>24</sup>. Erhard reconheceu que políticos e eleitores em geral ainda eram profundamente influenciados pela terminologia anti-liberal do ódio na era nazista. A equação da economia planejada com o termo “Estado dos cupins” inventado por Röpke foi logo usada como antídoto. A terminologia e a linguagem de Röpke foram de grande ajuda para Erhard em sua luta político-ideológica contra o SPD, que ainda era marxista em 1949.

Alfred Müller-Armack não foi apenas o inventor do conceito de economia social de mercado. Como chefe do departamento de políticas do Ministério de Economia Erhard, foi ele quem, como um negociador duro em nome do governo federal, parcialmente sem consulta direta com Ludwig Erhard, esteve envolvido nas negociações para o estabelecimento da CEE. O artigo 6.º da cláusula monetária estabelece que “as instituições comunitárias cuidam para não pôr em risco a estabilidade financeira interna e externa dos Estados-Membros”. As regras da concorrência reconheceram o princípio do controle de abuso entre monopólios e empresas dominantes, de acordo com a lei antitruste alemã. Além disso, quase os traços liberais da política comercial comum estavam ancorados no projeto de contrato pelos negociadores alemães contra todas as outras delegações (COMMUN, 2003, p. 178).

---

<sup>24</sup> Erhard apresentou à economia social de mercado o recurso à terminologia de Röpke como uma “solução para a terceira via há muito procurada entre coletivismo sem alma e liberalismo e ensino” (Erhard 1948, p. 8).

## 2.6. Um olhar sobre a experiência alemã no final da Segunda Guerra

Após o fim dos combates, a economia forçada do nacional-socialismo não foi aliviada, mas em parte expulsa por necessidade e em parte por falta de discernimento. No lugar da economia anterior e administração central de toda a Alemanha, economias separadas da administração central das zonas de ocupação ou mesmo de países e áreas individuais assumiram o controle. Apesar de toda a devastação causada pelo bombardeio, milhões de pessoas deslocadas foram forçadas a entrar na área drasticamente reduzida do império, e as forças de ocupação também tiveram que ser acomodadas. Um comércio exterior não foi inicialmente permitido.

As questões acerca da liberdade e produtividade em uma ordem de economia de mercado dificilmente foi considerada para a Alemanha imediatamente após o fim da guerra. Por um lado, persistia a desconfiança do oponente abatido da guerra, mas, acima de tudo, as soluções liberais eram consideradas obsoletas. Havia um clima de medo do socialismo se tornar algo mundial, que era de qualquer maneira favorecido pelo hábito do inevitável coletivismo da guerra. As correntes que prevaleciam na economia da época e sua discussão internacional também pareciam se encaminhar para o socialismo, como Schumpeter (1942, p. 195) colocou de maneira quase aprovadora e resignada como mais ou menos inevitável.

Na zona de ocupação inglesa, uma parte considerável da produção, os serviços de saúde e outros serviços econômicos foram nacionalizados. O planejamento e o racionamento do Estado continuaram muito além do fim da guerra. Sua própria concepção socialista também influenciou a política britânica na Alemanha e, juntamente com uma cuidadosa educação para a democracia, foi transferida para sua própria zona de ocupação alemã. Após a rendição alemã, as cidades se encontravam em ruínas, com grandes pilhas de escombros. Mesmo abatidos com a derrota, os alemães enxergaram a destruição de suas cidades como uma chance de recomeçar e de recriar suas cidades. (MASSIERE e LIMA, 2018, p. 3).

Mesmo a política de ocupação americana não foi de forma alguma claramente definida pelos princípios do mercado. No Departamento de Estado, o conhecido John Kenneth Galbraith (1948, p. 94) foi responsável pela política econômica dos territórios ocupados. Ele recomendou fortemente que o planejamento econômico central fosse continuado e também pediu ao seu próprio governo que desse preferência aos social-democratas alemães, que na época não tinham nenhuma tendência a uma economia de mercado. Em sua obra “A teoria do

controle de preços” (1952). Em 1948, em seu ensaio, o autor descarta a ideia de uma liberalização de preços:

Durante os últimos dois anos, tem sido afirmado com crescente frequência que se, de alguma forma, a economia alemã pudesse ter liberdade de comércio, mão-de-obra, controles de preços e outros apetrechos burocráticos, a recuperação seria acelerada... mas nunca houve a menor possibilidade de recuperação alemã realizando essa premissa, e é bem possível que sua reiteração tenha retardado a recuperação alemã. A questão não é se deve haver planejamento - a atribuição de prioridades para a reconstrução e reabilitação, a alocação de materiais e mão de obra, o fornecimento de bens de incentivo e todo o resto -, mas se esse planejamento foi direto e eficaz. (GALBRAITH, 1948, p. 94).

Havia um tipo peculiar de economia planejada na zona ocupada pela França, liderada pela burocracia estatal que sempre dominara ali, e os socialistas frequentemente estavam envolvidos no governo, a lógica por trás da estratégia francesa era bastante diferente da estabelecida pelos políticos norte-americanos, que compreenderam a recuperação da Alemanha como fundamental. A estratégia francesa era bifacetada, visando o fortalecimento econômico francês e, ao mesmo tempo, o enfraquecimento da Alemanha (MASSIERE e LIMA, 2018, p. 6). Por esse motivo, a zona de ocupação francesa não foi considerada para abordagens baseadas no mercado. A política de ocupação francesa teve suas vantagens mais na compreensão de uma política cultural. A zona de ocupação soviética foi transformada de acordo com o modelo russo soviético.

Segundo Willgerodt (1989, p. 5), as potências ocidentais foram inicialmente dominadas por sua simpatia pela União Soviética devido à aliança de guerra. Em todas as zonas de ocupação, os comunistas receberam posições preferenciais pelas potências ocupantes, inclusive nos governos estaduais. Isso só poderia ser alterado pelos próprios alemães através de eleições livres, pelo menos na Alemanha Ocidental. Politicamente, a concepção ordoliberal tinha muitos oponentes e poucos aliados em todos os lugares. Isso também se aplicava na Alemanha ao partido supostamente burguês da CDU/CSU, que só poderia ser gradualmente aberto a conceitos liberais.

Os interesses de grupos e também os sindicatos foram novamente organizados com força total logo após 1945. Para eles, o “ordoliberalismo” era um oponente odioso desde o início, assim como, por exemplo, sua luta pela lei antitruste e pela política de concorrência defendida pelos ordoliberais. Contra essas correntes, Erhard se abriu principalmente para o mercado mundial, que funciona melhor do que qualquer lei antitruste e também fortalece um grupo de interesse que está interessado no livre comércio, a indústria de exportação. É

importante salientar que os fundadores dessa ideia tinham princípios científicos semelhantes e comuns, porém as ideias concretas na sua aplicabilidade divergiam. Os teóricos mais o lado de Eucken colocavam a ordem acima das questões sociais e política, já Röpke e Rüstow davam maior ênfase aos aspectos sociopolíticos. (SCHLECHT, 1998, p. 37)

De qualquer forma, mesmo com a desconfiança por parte da população, independentemente de suas circunstâncias e opiniões, os alemães ocidentais concordaram que a situação imediatamente após 1945 não podia continuar. Isso criou um clima no qual novas ideias sólidas, sóbrias e realistas tiveram uma chance simplesmente porque todas as receitas coletivistas falharam até então naquele país. Na Alemanha Ocidental, se compreendia pouco sobre o que seria uma “economia competitiva”, além disso, essa expressão era um pouco estranha, pois não se tratava apenas de competição, mas de perseguir objetivos muito mais amplos de descentralização, liberdade pessoal e responsabilidade (WILLGERODT, 1989: 7). O termo “economia social de mercado”, que se tornou popular depois de algum tempo, apesar ou por causa de sua ambivalência, primeiro teve que penetrar no público.

Segundo Kitchen (2013), a situação na Alemanha no pós-guerra era duvidosa e caótica, grande parte dos trabalhadores e funcionários insistia em ser paga parcialmente em espécie para trocar mercadorias que recebia com outras pessoas por bens necessários a si. A maioria das pessoas não tinha incentivo para ganhar mais dinheiro, pois as rações eram tabeladas, sendo lucrativo para um homem estar ausente um ou dois dias por semana de seu trabalho, se ele pudesse usar o tempo para cultivar seu próprio jardim, plantar alguma comida no campo, ou para operar no mercado negro. A contabilidade precisa era impossível para as empresas bem como para os consumidores, porque não havia um regime de mercado em que o preço de uma mercadoria poderia se estabelecer, cada compra realizada no mercado negro (seja por meio da transferência de dinheiro ou por meio de permuta) era feita a um preço único determinado pelo poder de barganha das pessoas envolvidas, podendo ser um preço que poderia facilmente ser duas vezes maior que o preço de outra transação semelhante que estava ocorrendo em outro lugar, ao mesmo tempo. A economia foi “organizada” na lógica do interesse em que a compra e venda pelos indivíduos e empresas eram estritamente opostas ao interesse comum. Em meados de 1948, a economia havia atingido um estado de paralisia, resultando em quase inanição para uma grande parte da população.

Infelizmente, as políticas de ocupação perpetuaram a pobreza e a escassez, mantendo o controle da economia e de preços imposto pelo regime nazista desde 1936. Já as autoridades aliadas da zona oriental substituíram o Terceiro Reich pelo racionamento de bens consumíveis, direcionando a alocação produtiva de recursos por decretos e leis. As pessoas

achavam que a ração básica de comida era inadequada, de apenas 1.000 a 1.500 calorias por dia para alimentar a si mesmos e suas famílias, assim, muitos se voltavam para o “mercado negro” para conseguir mais comida. O filme de Roberto Rossellini “Alemanha ano zero” (1947), rodado em Berlim logo após a ocupação, mostra um pouco dessa realidade de racionamento.

O novo partido social democrata alemão apoiava as políticas de racionamento e controle contínuo, embora historicamente sempre fora um partido exemplar para a esquerda mundial e a base das discussões que ocorriam na Internacional no início do século XX (SILVA, p. 2012, p. 6). Erhard se tornou um oponente desses controles. Ele descrevia que havia uma batalha entre consumidores e homens de negócios contra o regime burocrático de alocação de recursos conhecida como *Der papier krieg* (A Guerra de Papel).

Nesse contexto, se vê que o Estado Alemão foi fortemente abalado, pois o papel desse Estado sempre foi atrelado ao desenvolvimento do país desde a unificação, pois “sem a presença decisiva do Estado alemão, o país certamente não teria superado a produção industrial de muitos dos principais países centrais já na última década do século XIX”. (LANDES, 1995, p. 201-237). Portanto, uma intervenção era necessária para que o país, pelo menos, se mostrasse próspero, ainda mais sendo dividido de fato com o bloco soviético e o “capitalismo americano”. Sendo assim, é impossível compreender a forma que a Alemanha se recuperou da Guerra sem pensar em como as articulações políticas norte-americanas e soviéticas se deram na Guerra Fria, pois:

A estratégia de dominação norte-americana, no entanto, não repetia os erros do período pós-Primeira Guerra Mundial. A recomposição das sociedades européias deveria ser feita a partir de um princípio: o Estado dominador seria o estado norte-americano e a reestruturação dessas sociedades deveria ser feita sob sua tutela e, na medida do possível, a partir de seu modelo liberal. Antigos impérios esfacelados pela guerra, como a França, têm ainda alguns graus de liberdade para tentar opor-se ao avanço norte-americano (como já previsto por Trotsky, anos antes). (RAIMUNDO, 2009, p 08).

Esse reinício democrático foi marcado pela constituição de novos e antigos partidos que foram banidos pelo nazismo para fins de controle e coesão nacional. Em 1945, o partido socialdemocrata já estava formado e pronto para competir por vias democráticas no país, já os antigos partidos conservadores e liberais demoraram mais tempo para se recompor novamente, sendo, apenas em 1948, que diversos partidos e lideranças liberais acabaram por constituir o Partido Liberal Democrático (FDP) que mais tarde terá uma relevância expressiva na democracia alemã.

Os antigos partidos que foram fundados antes da Guerra ou que funcionaram na clandestinidade durante o II Reich tiveram mudanças profundas durante seu ressurgimento após 1945, a exemplo pode-se citar a União Democrática Cristã (CDU) com a figura de Konrad Adenauer como liderança partidária, que se tornaria um partido do povo e não religioso de conservadores moderados nessa nova roupagem. Em contrapartida, outro partido relevante, o Partido Social Democrata (SPD), com tradição de esquerda marxista, tornou-se mais eclético, trazendo assim boa parte da classe média alemã como seu eleitorado. Porém, o primeiro partido a ser constituído oficialmente foi o Partido Comunista (KPD), com núcleo principal do “Grupo de Ulbricht”<sup>25</sup>, selecionado e enviado à Alemanha por Moscou.

Logo, esse desconforto partidário provocou uma divisão típica da Guerra Fria entre os “comunistas” e os capitalistas, fazendo com o que o CDU se deslocasse paulatinamente para a “direita” por conta dessas tensões. Dentre os políticos e personalidades proeminentes desse partido, pode-se citar a figura de Ludwig Erhard que, juntamente com Alfred Muller-Armack, defendia a chamada “Economia Social de Mercado”, manifestando que “o Estado precisava interferir para garantir que a livre concorrência não estava sendo indevidamente bloqueada por monopólios e cartéis e que um amplo Estado de bem-estar social deveria fornecer ajuda aos menos afortunados.” (KITCHEN, 2013, p. 437). Parte dessas premissas é o que deu origem ao ordoliberalismo, o qual funcionou como uma espécie de escopo transitório para culminar na chamada “Economia Social de Mercado” cuja bandeira são questões relativas ao bem-estar social e ao controle das regras do jogo no mercado.

Partindo dessas premissas, o lado ocidental apoiou a indústria privada, o capitalismo e a economia competitiva, além de prover serviços sociais relevantes associados ao que seria uma economia de bem-estar social e fazer uma abertura às indústrias estrangeiras para fixação em seu país, unindo capital e trabalho.

Com essa situação instaurada, uma convenção constitucional representada por dez estados alemães ocorreu entre 1948-49, na cidade de Bonn, que se tornou a capital federal, em que foram pensadas e escritas as “Leis Básicas” (*Grundgesetz*), instituindo oficialmente a República da Alemanha (RFA). Porém, essas leis não são a constituição, mas sim uma extensiva *Bill of Rights* de leis básicas aos cidadãos, de poder descentralizado sob um sistema federativo, com autoridade considerável dos Estados, em virtude de, assim, evitar a

---

<sup>25</sup> Segundo Dobbs (2015), esse foi um pequeno grupo de comunistas alemães que se refugiaram na Rússia após a ascensão de Hitler. Passaram os anos de guerra em Moscou, interrogando os prisioneiros da Wehrmacht e transmitindo programas de propaganda. Depois de mais de uma década fora do país, estavam de volta a Berlim (...). Sua missão era estabelecer um novo governo alemão, seguindo as linhas aprovadas por Stálin.

fragilidade da República de Weimar. (PALMER, 1991, p. 894).<sup>26</sup> Logo, adotou-se o federalismo como opção após a catástrofe do nazismo que “visava o controle e equilíbrio dos poderes e não uma separação vertical dos poderes e um federalismo separador”. (HOFMEISTER, 2001, p. 14).

Essas leis da nova constituição versavam sobre uma maior liberdade de opinião, informação e imprensa, algo que foi considerado decisivo numa democracia de cunho mais liberal. Os meios de comunicação como o rádio e a televisão seriam estabelecimentos de direito público e foram estabelecidos uma série de critérios democráticos para com o povo, impedindo que novamente um regime totalitário pudesse vir a se instalar no país. Dessa forma, se tentou satisfazer os interesses dos próprios alemães e aliados, iniciando um processo de entrelaçamento entre unidades do governo e a federação alemã, em que:

Primeiro, o Estado nacional da Alemanha Ocidental receberia a denominação formal de República Federal da Alemanha, ou seja, seria um Estado Federal; segundo, os governos subnacionais contariam com maior autonomia e competências, sobretudo financeiras; terceiro como consequência da maior autonomia financeira dos entes federados (...) e por último a forma de interação dos estados junto a legislação federal corresponderia a um Conselho Federal. (MORAES, 2001, p. 168).

Então, a “cabeça do governo” seria o chanceler, eleito pela maioria da câmara baixa, o parlamento (*Bundestag*). A fim de evitar instabilidades, cada partido teria direito a um número expressivo de cadeiras proporcional, conquistado através de votos dos populares que haviam ganhado na campanha, devendo, assim, conseguir pelo menos 5% da votação nacional a fim de evitar fragmentações políticas.

Sendo assim, no pós-guerra, a Alemanha perdeu grande parte de sua infraestrutura e seu contingente militar devido aos bombardeios, aos avanços dos aliados, à política de desmonte e à transferência da indústria alemã Oriental por parte dos soviéticos no fim dos conflitos, porém, com todo o caos instaurado, “em maio de 1945, pouco mais de 20% do parque industrial da Alemanha estavam destruídos, mesmo no Ruhr, onde grande parte do bombardeio aliado tinha se concentrado, dois terços das fábricas e da maquinaria sobreviveram intactos.” (JUDT, 2007, p. 97). Dessa forma, a Alemanha manteve algo próximo de 80% de sua estrutura industrial pouco avariada. Portanto, para contornar a crise,

---

<sup>26</sup> A fragilidade do Estado de Weimar consiste no quesito sobre a autonomia dos Estados, “os Estados não tinham soberania. Os três partidos republicanos que detinham a maioria na Assembleia Nacional não foram fortes o suficiente para enfrentar, na década de 20, as tendências que se colocavam contra o Estado democrático: aos radicais de esquerda logo vieram se somar aos de direita, que ganhavam cada vez mais influência entre o povo”. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/a-rep%C3%BAblica-de-weimar/a-890198>>.

“a opção de um socialismo democrático, nesta altura ainda muito eivada da inspiração marxista, apresentava-se como uma espécie de Terceira Via entre o capitalismo e o comunismo.” (COSTA, 1999, p. 14).

Após essa nova composição da RFA, os governantes se vêem com um grande dilema de crise econômica instaurada para resolver. O primeiro partido a governar majoritariamente, nesse período inicial foi a União Democrática Cristã (CDU), de 1949 a 1969, que não apenas recebeu apoio dos setores religiosos católicos e protestantes, mas também dos setores de negócios e do empresariado, além das classes médias do país. Na CDU, a ideologia era, desde o início, somente uma atmosfera de fundo geral, tanto bem abrangente como convenientemente vaga o bastante para permitir o recrutamento de denominações católicas e protestantes. (KIRCHHEIMER, 2012, p. 367)

De uma maneira ilustrativa, até mesmo teatral, se traz uma história que Hayek expõe num de seus ensaios em relação ao mandato de Erhard e a “escolha ordoliberal”. Tudo se inicia em junho de 1948 (de maneira prática), quando o telefone toca no escritório de Ludwig Erhard, um economista alemão que era diretor econômico da administração da zona ocupada por ingleses e americanos. Do outro lado da linha, estava o comandante militar americano, o General Lucius Clay. No domingo do dia 20 de junho, Erhard tinha um compromisso de ir ao rádio falar detalhadamente o novo plano de reformas para substituir o Marco do Império pelo Marco Alemão. O escritório de Clay soube que Erhard, mais do que uma simples substituição da moeda, planejava fazer sem a aprovação do governo norte-americano várias outras reformas, dentre elas, abolir o controle de preços e o racionamento de certos bens. Quando Erhard atendeu a linha, o general Clay disse a ele “Professor Erhard, meus conselheiros me disseram que você está cometendo um terrível erro”, e Erhard replicou, “os meus também.”<sup>27</sup> E, assim, aos poucos, a economia alemã começou a se reerguer.

O controle e a escassez de recursos terminaram numa dramática ação de liberalização por parte de Erhard. Em poucas semanas, ele removeu a maior parte das políticas de controle de preços, alocação de recursos e diretivas de racionamento na zona ocupada pelos Estados Unidos e Inglaterra. Os salários foram liberalizados em novembro. Erhard posteriormente escreveu: “Eu fui ajudado pelo General Clay, provavelmente a personalidade mais forte na Alta Comissão que ficou junto a mim, sancionando minhas ordens.” (ERHARD, 1958, p. 14-

---

<sup>27</sup> Esta história foi dita por Erhard a F. A. Hayek, e recontada por Hayek na obra *The rediscovery of freedom: personal recollections*, em *Fortunes of liberalism*, vol. 4. The collected Works of F. A. Hayek. Chicago: University Press, 1992. De acordo com o biógrafo de Erhard, ele foi chamado no escritório do General Clay em 19 de junho para defender que seu plano não precisava de uma autorização. Alguns conselheiros de Clay eram contra esse “descontrole” econômico, mas o próprio Clay era simpático ao mesmo. (MIERZEJESWSKI, 2004, p.69).



15). Galbraith foi obrigado a perceber que com as medidas de Erhard de liberalização e abolição da escassez, o mercado negro desapareceu. As lojas novamente tiveram bens para vender, assim como Clay percebeu e escreveu numa carta a um colega:

Quase do dia para a noite, um grande montante de bens apareceram nas prateleiras das lojas. Da mesma forma que outros bens mais perecíveis como plantas também. Até mesmo frutas e verduras provenientes das fazendas mais uma vez voltaram ao mercado para venda. (HALEY, 2001, p. 34).

Comprando e vendendo em Deutsche Mark deu uma nova vida à economia alemã. As fábricas começaram a trabalhar a todo vapor novamente e caminhos cheios de insumos a circular pelas ruas. O barulho da construção civil ecoava pelas cidades. (ERHARD, 1958). O enorme sucesso das reformas foi irreversível; entre junho e dezembro de 1948, a produção industrial da zona ocidental cresceu cerca de 50%. Em 1958, a riqueza per capita do lado oeste cresceu 3 vezes, o país cresceu mais que a França e os Estados Unidos, embora tenha recebido menos auxílio do Plano Marshal. Esse fenômeno ficou conhecido como o “Milagre Econômico Alemão”.

Ludwig Erhard (1897-1977) aprendeu e internalizou as ideias de livre-mercado através de seu pai, um pequeno homem de negócios, e posteriormente de um economista da Escola de Negócios de Nuremberg, onde ele se graduou em 1922. Erhard se doutorou em economia em 1925, na Universidade de Frankfurt, onde estudou sob orientação do sociólogo e economista Franz Oppenheimer, conhecido pela publicação em 1907 do livro “O Estado”.

Erhard se recusou a fazer parte do partido nazista como organização acadêmica particularmente forte em Nuremberg, o que, por sua vez, acabou prejudicando seu avanço na carreira acadêmica; ao invés disso, começou a trabalhar como pesquisador na área de negócios num instituto em Nuremberg e rapidamente começou a editar e publicar seus escritos. Ele se tornou amigo do economista Alexandre Rustow, o qual teve contato e começou a ler cópias clandestinas sobre livre mercado e economia liberal de Wilhelm Röpke e Walter Eucken. Em 1942, ele se demite do instituto devido ao fato de terem membros da diretoria que flertavam com o nazismo, fundando, assim, o seu próprio instituto.

Em 1944, escreveu um ensaio para os apoiadores do instituto sobre como a Alemanha podia se reformar economicamente após a perda na guerra, lidar com o excesso de papel moeda e com as dívidas deixadas para trás pelo Terceiro Reich. Seu artigo “Finanças de Guerra e Consolidação das Dívidas” propunha uma contração monetária e uma redução da escala nominal dos débitos, mas não foi visionário na questão de controle de preços, Hitler proibia tal planejamento pós-guerra. Erhard temia ser preso, porém felizmente não o fora, seu

amigo e correspondente Carl Goerdeler, um político que elogiou o artigo de Erhard, fora preso pela Gestapo por sua conduta e participação em um plano falho em assassinar o Führer.<sup>28</sup>

Em abril de 1945, Erhard voluntariou-se aos serviços da ocupação pelos norte-americanos, que o contrataram para trabalhar na restauração econômica de sua cidade natal – Furth, no norte da Bavária. Em outubro, ele foi promovido ao posto de Ministro da Economia do Estado da Bavária, ajudando os americanos a não desmantelar algumas fábricas como a *Allach* e *Milbertstofen* e a *Bavarian Motor Works* (BMW).<sup>29</sup> Mais tarde, no mesmo ano, foi nomeado para compor uma cadeira no comitê de recuperação da moeda e, em abril de 1948, foi convocado a assumir o cargo de diretor econômico da zona de ocupação dos Estados Unidos e Inglaterra, de onde emitiu seu decreto do controle de preços. Decisão essa que fora surpreendente, colocar como ministro um intelectual declaradamente liberal, a ponto de apoiar um pequeno partido liberal que começava a se criar na Alemanha – o *Free Democratic Party* (FDP), o qual teve seus votantes parcialmente cooptados pelo CDU para formar uma coalisão sem o Partido Social Democrata e o Partido Comunista (SPICKA, 2007, p. 37-38).

Erhard se tornou ministro das finanças e negócios da Alemanha Ocidental sob a chancelaria de Konrad Adenauer do CDU, de 1949 a 1963. Foi eleito para suceder Adenauer, servindo como chanceler por três anos, suas políticas foram conhecidas por proporcionar o chamado “Milagre Econômico Alemão” (*Wirtschaftswunder*).

## 2.7A reforma monetária e seus impactos

A reforma econômica de 1948, além de ter sido aperfeiçoada durante um prolongado período de gestação, foi idealizada e implementada em condições bastante especiais, que contribuíram decisivamente para seu sucesso (DALL’AQUA, 1990, p. 365). Para quem olhasse por fora da Alemanha, acredita-se amplamente que o ponto principal da reforma monetária alemã foi a troca de dez Reichsmark (RM) por um marco alemão (DM) e a redução de todas as reivindicações na mesma proporção. Na verdade, o procedimento foi mais complicado do que uma simples troca de moeda e valores e, se levarmos em conta o que se

---

<sup>28</sup> O plano de assassinato do Führer se refere à chamada Operação Valquíria. Sobre a prisão e morte por enforcamento de Goerdeler é descrita no livro biográfico sobre Erhard, da autoria de Alfred Mierzejewski. (2004).

<sup>29</sup> As fábricas da BMW produziam motores de aviões e motorizados para a Alemanha durante a guerra. A fábrica Allach, nos subúrbios de Munique, usava força de trabalho proveniente de campos de concentração em Da ch a u que foi seriamente afetada pelo bombardeado aéreo. As forças norte-americanas permitiram a BMW que ela fizesse reparo em veículos até 1955, já a Allach foi permitido fabricar painéis após a guerra. A fabricação de motos e carros foi retomada em 1948. (KILEY, 2004).

desenvolveu no país subsequentemente, parece que a proporção de 10 para 1 é uma análise leviana. Na verdade, no primeiro dia da reforma, todos tiveram que depositar suas notas de RM numa conta bancária, e foi prometida a troca por DM com um montante a mais de 10% da soma constituída a qual estaria no banco. Após essa operação de câmbio, a pessoa poderia ter à disposição 50% do seu dinheiro (a chamada “conta gratuita”) com a aprovação das autoridades fiscais; os outros 50% eram bloqueados.

No entanto, a proporção de 10 para 1 não se aplicava a todos, cada pessoa recebeu 60DM (40 DM imediatamente e 20 DM depois), isso foi denominado de *Kopfgeld* (alocação per capita), em novas notas bancárias, em troca do mesmo número de notas de RM. Por exemplo, uma família de três filhos que recebeu 300DM *Kopfgeld* e tinha, digamos, uma conta bancária de 2.700RM, depois de pagar em suas notas de RM em excesso daquelas que foram usadas para obter o *Kopfgeld*, obteve 300DM em troca de 3.000RM, na proporção aplicada de 10 para 1. Mas, se a família não tinha saldo bancário, recebia 300DM por 300 RM, ou seja, a proporção era de 1 para 1. Em outubro, foi ainda decidido que dos 50% dos saldos bancários em DM que foram originalmente bloqueados, 70% foram cancelados e 20% seriam liberados e 10% mais tarde seriam utilizados para investimento em títulos de médio e longo prazo.

Não apenas os indivíduos, mas também as empresas tinham que receber DM no dia da reforma monetária. As empresas tinham direito a 60DM por funcionário, contra estes 60 DM, 600RM foram cancelados, mas, novamente, se uma empresa não tivesse o saldo necessário de RM, poderia obter esses fundos na proporção de 1 para 1. Os 60DM por empregado muitas vezes não eram suficientes para atender aos pagamentos da primeira semana de salários e, em muitos casos, os trabalhadores davam crédito às empresas naquela semana aceitando menos do que seu salário integral. Depois da primeira semana, os salários poderiam ser pagos fora dos recibos das vendas aos consumidores, ou fora dos 50% dos novos saldos do DM que foram gradualmente liberados pelas autoridades fiscais, ou de fundos emprestados dos bancos.

Órgãos públicos (chamados de “Länder” e os municípios), bem como a Ferrovia Alemã e a Agência Alemã dos Correios, também precisavam receber dinheiro até que suas receitas pudessem se recuperar com seus gastos. Todos os saldos de RM detidos por órgãos públicos foram completamente cancelados, e os órgãos públicos obtiveram uma doação de DM igual às suas receitas médias mensais entre 1 de outubro de 1947 e 31 de março de 1948. Como ficou conhecido de antemão que os saldos de RM seriam cancelados, os órgãos públicos, sempre que possível, recusavam-se a aceitar pagamentos de impostos em RM algumas semanas antes da reforma. A Ferrovia e os Correios também perderam todos os seus

saldos de RM e obtiveram novos DM na metade de suas receitas mensais médias no período de outubro de 1947 a março de 1948. Os governos militares das três zonas obtiveram DM na extensão de 770 milhões.

O volume total de notas de RM que foram pagas durante a primeira semana da reforma foi de RM 13,5 bilhões, e um total de RM 109,8 bilhões de saldos bancários foram declarados. Deve-se notar, no entanto, que nem todas as notas de RM pendentes foram pagas, por medo de que as operações do mercado negro pudessem ser rastreadas se um volume extraordinariamente grande de notas de RM fosse entregue.

O volume de DM que a reforma da moeda criou pode ser visto na tabela a seguir. (O valor para as “contas gratuitas” é apenas aproximado; elas foram liberadas apenas gradualmente num processo que foi aproximadamente concluído em janeiro de 1949). Este bloco de DM não era criado por crédito bancário, como Lutz (1949) denomina de a “questão fiduciária” do DM.

Tabela 1 - Volume de DM criado com a reforma monetária.

<b>Volume de DM criado</b>	<b>Milhões em DM</b>
Kopfgeld	2.850
Doação inicial às entidades públicas	2.360
Doação inicial aos Correios e Ferrovias	810
Governos militares	770
“Contas gratuitas” (incluindo os 20% das contas bloqueadas)	5.500
Total	12.290

Fonte: Tabela adaptada segundo Lutz (1949).

O efeito da reforma foi imediato, no dia 19 de junho, poucos artigos podiam ser vistos à venda nas lojas; em 21 de junho, as lojas estavam cheias de câmeras, tecidos, etc. Muitos produtos foram retidos, porque, com o conhecimento de que a reforma era iminente, nenhum comerciante queria vender seus produtos e receber em RM, a oferta de bens nas lojas de varejo, que nunca tinha sido grande desde o fim da guerra, tinha secado completamente nos meses anteriores à reforma. A escassez de dinheiro na primeira semana despejou estoques escondidos para o mercado, e essa mudança dramática na oferta de bens foi a principal razão pela qual a reforma encontrou aceitação geral entre a população, pelo menos no início. O

desenvolvimento ocorrido durante os seguintes seis meses, no entanto, não podem ser atribuídos exclusivamente à reforma monetária, o retorno à economia de mercado livre para quase todos os produtos industriais (com exceções do carvão, ferro e aço) e o auxílio Marshall ajudaram a tornar melhor vista a reforma da moeda, dando um notável ressurgimento da economia alemã.

Segundo Lutz (1949), muitos críticos argumentam que os controles não deveriam ter sido removidos ou, pelo menos, não tão rapidamente. Mas em vista do completo descrédito em como efetivar o controle de preços e mantê-lo, a reforma da moeda foi, sem dúvida, a política certa a seguir (LUTZ, 1949). A reforma da moeda criou uma nova atmosfera de grandes expectativas, uma atmosfera em que outras medidas foram aceitas de bom grado e, se as autoridades mantivessem os controles por mais alguns meses, é muito provável que a sua remoção teria sido impossível de alcançar.

Sob as novas condições criadas pela reforma monetária, houve um retorno parcial à uma economia livre de mercado e a produção aumentou rapidamente. Infelizmente, não há números que reflitam este aumento com precisão, mas se pode conjecturar que o índice de produção industrial apresentado na tabela a seguir mostra um aumento de 53% entre junho e dezembro para 65% em agosto de 1948. Porém, devemos “desconfiar” desses números, uma vez que, antes da reforma monetária, parte dessa produção entrava às escondidas, ou foi usada para “compensações” não registradas, por outro lado, também é provável que o índice não registre totalmente a expansão que ocorreu desde a reforma, porque ainda há alguma produção que fora ocultada para as autoridades fiscais. O que é claro é que os aumentos foram acentuados em diferentes níveis de indústria e empresas, porém, não sendo o esperado na pré-reforma. O aumento da produção industrial na Alemanha aumentou 25% de abril a dezembro. O aumento da produção gerou mais riqueza e empregos para o país que se reconstruía, esse aumento pode ser explicado em várias formas:

Através de uma diminuição das faltas ao emprego. Em maio de 1948, um trabalhador se ausentava de seu trabalho por cerca de 9 horas por semana; em outubro ele estava ausente apenas de 4 a 2 horas por semana.<sup>30</sup> Essa mudança foi claramente resultado da reforma da moeda que fez valer a pena novamente trabalhar por dinheiro ao invés de comerciar em mercados de escambo ou clandestino.

---

<sup>30</sup> Fonte: *Monthly Statistical Bulletin of the Control Commission for Germany* (British Element), dezembro de 1948. Dados presentes também no *Statistische Monatszahlen*, editado por *Statistische Amt des Vereinigten Wirtschaftsgebiets*.

Acabou ocorrendo em função disso, uma maior produtividade por pessoa/hora trabalhada resultante de uma vida melhor. Não há números disponíveis para este aumento na produtividade por hora, com exceção dos mineradores de carvão, em que o aumento foi insignificante. Mas, como os mineiros do carvão desfrutaram de uma posição privilegiada antes da reforma monetária, seu caso não pode ser generalizado. Empregadores na maioria das indústrias concordam que um aumento na produtividade ocorreu.<sup>31</sup>

Houve uma queda nos custos “reais” dos bens. Muitas pessoas anteriormente envolvidas em transações de troca, ou mantidas ocupadas com trabalhos burocráticos do antigo regime, agora poderiam ser redirecionadas para ocupações mais produtivas. Empresas que anteriormente eram obrigadas a produzir apenas para fins de troca uma gama de mercadorias que não estavam estritamente em sua linha de negócios, poderiam agora concentrar-se na produção das mercadorias para as quais estavam mais bem equipadas.

E, finalmente o fornecimento de matérias-primas trazidas pelo auxílio do Plano Marshall. Elas começaram a chegar em quantidades consideráveis, porém com maior êxito apenas no final do ano, e deve ser presumido que, imediatamente após a reforma, muitas empresas ainda tinham estoques de matérias-primas que sobraram do fim da guerra.

Após a reforma da moeda, os preços na Alemanha tiveram que ser adaptados ao novo câmbio, essa estrutura relativa dos preços controlados que existia no momento da reforma não refletia a relativa escassez das diversas mercadorias. Uma nova estrutura de preços que expressasse essa relativa escassez deveria que ser encontrada sem qualquer orientação dos preços que tinha. Nesse período de instabilidade, os vendedores simplesmente colocaram quaisquer preços que achassem que poderiam cobrar; como o fluxo de dinheiro aumentava continuamente até o final do ano, eles continuavam a aumentar seus preços. O processo de tentativa e erro pelo qual os novos preços foram formados manifestou-se na coexistência de preços substancialmente diferentes para a mesma mercadoria vendida ao mesmo tempo em diferentes locais; entre as diferentes localidades, as diferenças de preços eram ainda maiores. A concorrência andou devagar, porque os vendedores careciam de informações adequadas sobre o mercado e porque, após quase vinte anos de economia planejada e preços controlados, tiveram que aprender mais uma vez a observar o mercado para aproveitar as diferenças de preço que numa economia de mercado poderia promover.

No setor agrícola, foi excluído esse processo de se encaixar numa nova estrutura de preços em relação à relativa escassez dos produtos. Os agricultores encontravam-se numa

---

<sup>31</sup> Ibidem.

posição difícil, uma vez que seus produtos tinham um preço muito baixo em relação aos demais, muitos vendiam seus produtos no mercado negro, porém, a consequência desse tipo de transação seria o aumento dos preços dos alimentos, impossibilitando a não tão longo prazo a impossibilidade da classe mais pobre comprá-los, por isso, a solução melhor para esse problema seria reconhecer o mercado negro (livre) e o controlado.

A análise dos fatos ocorrido em 1948 e nos anos seguintes revelou que a reforma monetária foi um degrau, se bem que muito importante, para a recuperação econômica da Alemanha. Uma das principais razões de seu êxito foi o fato de ter sido complementada pela criação de uma economia social de mercado - que acarretou a liberação dos preços, dos salários e, posteriormente do comércio - aliada a políticas sociais e macroeconômicas prudentes. Outras razões importantes do êxito alcançado foram a existência de uma população que desejava desesperadamente a reconstrução econômica e política, e também um firme poder central (sob a forma de um governo militar). (MAYER e THUMMAN, 1990, p. 8)

Portanto, parece óbvio o fato de que os preços são altos em relação à renda, é inevitável, com isso, pode-se perceber a pobreza da Alemanha após a Guerra e suas consequências. Nenhuma política monetária ou administrativa pôde mudar esse fato, exceto indiretamente por meio de sua influência no rendimento e nos auxílios fiscais (como o Plano Marshall). Isso gerou um alto índice inflacionário no segundo semestre de 1948, decorrente de uma oferta de moeda maior no mercado e aumento dos preços dos produtos, conseqüentemente, para que esse “excesso” fosse mitigado. No entanto, a fase da inflação e da falta de confiança na nova moeda parece ter chegado ao fim com o início do novo ano.

O ordoliberalismo e a ESM devem ser pensados dentro do escopo do paradoxo-ortodoxo, pois nada mais é do que um *Estado contratista* sugerido por Opsvik, em que “en un Estado contratista la reducción de los costos de transacción y la protección de los derechos de propiedad facilita la formación de precios en el mercado, lo que constituye un mecanismo clave para fomentar el crecimiento económico.” (OPSVIK, 2013, p. 185).

Logo, ao pensar sobre essas questões acerca de que Alemanha, estamos falando de um espectro ideológico-econômico nos serve como base para perceber qual o fio condutor que vai delinear as relações entre os dois países. Pois o que chega ao Brasil é essa imagem de um país arrasado nos mais variados aspectos, e que, com um pensamento teórico bem fundamentado como pano de fundo que norteiam suas ações consegue chegar ao lugar de uma potência ativa, a ponto de poder disputar contra os Estados Unidos e URSS uma influência silenciosa nos

países latino-americanos, estabelecendo-se por vias religiosas, ideológicas e políticas nessa parte do mundo.

Acredita-se que esse ímpeto pela busca de influência na América Latina e no Brasil se fez justamente de maneira a afirmar para si e para o mundo que a proposta ordoliberal, e principalmente da economia social de mercado germânicas eram as mais acertadas, devendo tornar-se algo inspirador para esses países. A maneira de o fazê-lo sem entrar em confronto direto com as demais potências da época era por dois caminhos: o primeiro via Estado, através de acordos de cooperação científica, técnica e de capitais, estabelecendo influências tanto no meio político como civil, e o segundo através de instituições política que visassem politizar a sociedade que se projeta para o Estado.

Sendo assim, dessa maneira não apenas as relações bilaterais entre os governos são relevantes para intentar uma influência do ordo e da ESM, mas os institutos políticos mais proeminentes na época na RFA – *Friedrich von Naumann* e *Konrad Adenauer* serviram como profetas desse ideário político, sendo algo bem claro em suas missões que serão abordadas nos capítulos subsequentes. Pois além de tudo, eles permitiram e incentivaram uma grande troca de capital humano e intelectual entre ambos os países.



### **30S ACORDOS DE AUXÍLIO ECONÔMICO E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ALEMANHA DURANTE AS DÉCADAS DE 60 E 70**

O que tornou a Alemanha um dos países mais influentes na Europa Ocidental durante a Guerra Fria foi justamente esse conjunto de políticas econômicas empregadas após a II Guerra, definidamente orientadas ao ordoliberalismo e a economia social de mercado. Muitas nações foram influenciadas por esses teóricos e suas ideias em graus distintos, de maneira não explícita, direta ou indiretamente. No caso do Brasil, acredita-se que, de certa forma, essas ideias e práticas realizadas na RFA adentraram de maneira indireta através de acordos de cooperação, diálogos diplomáticos, circulação de pessoas e da própria imprensa responsável por “fazer pensar” uma alternativa para o país sem necessariamente tornar-se dependente ou alinhado com determinada nação.

Logo, nesse capítulo, a partir dos tratados da cooperação bilateral entre a Alemanha e o Brasil, localizados no *Presse und Informationsamt der Bundesregierung* e no *Auswartiges Amt*, ambos em Berlim, compreende-se que forma, enquanto a Alemanha expressava política e economicamente esse ordoliberalismo e a ESM, quais eram os interesses de ambos os países e no que se pautavam essas cooperações, observando como a prática alemã influenciou a maneira de pensar do desenvolvimento no Brasil e em contrapartida com a documentação do Ministério das Relações Exteriores e dos Institutos Friedrich von Naumann e Konrad Adenauer, na Alemanha. Com essa documentação observou-se como ambos institutos colaboraram para espalhar os ideais de livre-mercado e da ESM principalmente no Brasil.

Para tanto, é demonstrada qual era a situação do Brasil e da Alemanha nessa época, inclusive a opinião das autoridades políticas alemãs frente à política brasileira e o golpe de 64, que consta na documentação do *Auswartiges Amt*<sup>32</sup> em Berlim. Para fins didáticos, é feito uma descrição que demonstra o que essa documentação possui em relação ao Brasil, e é importante salientar que a organização desse corpus documental foi adaptada pela autora da tese para melhor entendimento, assim como a categorização dos documentos.

Essa documentação é vasta e, em sua ampla maioria, apresenta projetos que contemplam o desenvolvimento de infraestrutura, sendo algo bem característico e recorrente esse fomento direcionado a essa especificidade, além de relatórios técnicos de trocas de *know-how* entre alemães e brasileiros. Ao longo de vários documentos, sempre há uma posição de que os Estados Unidos, por exemplo, não eram a favor de uma política de “troca de conhecimento” em relação a esses projetos. Outra característica interessante dessa documentação são os relatórios de governo e pessoas em que se exprime e faz uma espécie de “balanço” sobre governantes e políticos brasileiros da época, portanto, é possível visualizar qual era a ideia de Brasil que se tinha por parte da nação estrangeira.

### **3.1 As relações bipolarizadas e a política externa na década de 60**

Os anos de 1948 e 1953 são conhecidos como o auge da Guerra Fria (OLIVEIRA, 2005, p. 195), pois, durante esse período, as duas potências mundiais EUA e URSS tiveram a oportunidade de testar e construir armas nucleares, ou seja, uma terceira guerra mundial a nível nuclear era algo possível. (LINK, 1988, p. 156). Nas relações Leste-Oeste, a bipolaridade foi pujante nas questões internacionais, como, por exemplo, a consolidação do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o pacto de Varsóvia, estabelecido em 1955 (JACOBSEN, 1978, p. 39).

Durante a Guerra Fria, houve tensões abertas e períodos de abrandamento, além dos anos de 1948 e 1953, houve a questão da Hungria em 1958 a 1962, especialmente a crise de Berlim e dos mísseis cubanos. (VAISSE, 1997, p. 56). Entre as décadas de 50 e 60, a URSS desenvolveu um potencial nuclear significativo e grandes capacidades estratégicas, dessa forma, os EUA perderam o seu lugar como país que mais produziria belicismo nuclear que

---

<sup>32</sup> Ministério das Relações Exteriores. A documentação levantada fora das relações externas entre Brasil e Alemanha durante as décadas de 60 e 70, sendo bastante diversificada, possuindo auxílio financeiro, cultural, técnico e educacional, além de reportagens sobre o Brasil, opiniões e memorandos sobre a situação brasileira na visão dos alemães.

possuíam até 1940, causando uma espécie de equilíbrio armamentista, fomentando a bipolaridade entre os blocos capitalista e comunista.

No período de abrandamento, as principais potências tiveram relações entre si a fim de evitar um confronto direto. No final dos anos 50, houve um impasse atômico entre EUA e URSS. (MAGNOLI, 1988, p. 48). Além disso, ocorreu nos anos 60 uma dispersão do poder de maneira internacional, ou seja, outras potências começaram a emergir em contraponto ou apoio aos auspícios comunistas, capitalistas; ou ainda, as que propunham uma visão de “terceira via”. Algumas nações começaram a desenvolver um potencial atômico. Países ocidentais como a República Federal da Alemanha, França, Inglaterra e Itália assim como Japão e Canadá tiveram um papel importante na esfera econômica.<sup>33</sup>

Apesar dessa dispersão do poder político e militar, os EUA mantinham uma hegemonia influente no sistema internacional, representando uma grande potência, enquanto a URSS continuava sendo uma potência regional, apesar de possuir mísseis intercontinentais. Os EUA, por sua vez, tinham vários parceiros e aliados, embora esses tivessem pouca interferência na política de segurança interna de cada país.

No contexto global, os Estados Unidos mantiveram uma política de segurança para com as Américas, principalmente no que tange ao “perigo do comunismo”, durante a década de 60, apoiando questões de segurança, integridade e defesa dos Estados americanos. Basicamente, os EUA queriam preservar a comunidade política do “mundo ocidental” e o sistema econômico capitalista, sempre fazendo vistas grossas aos planos de desenvolvimento econômico que os países latino-americanos estavam pensando para si, tornando prioritárias as questões de interesses da soberania a relações econômicas.<sup>34</sup>

A Revolução Cubana de 1959 acabou deixando o país gradualmente independente em relação aos EUA. A potência convocou entre 12 e 18 de agosto de 1959, em Santiago, no Chile, uma conferência Pan-Americana, a chamada 5ª Assembleia de Ministros das Relações

---

<sup>33</sup> Nos anos 70, Hans-Gunther Brauch diferencia os países do sistema internacional de acordo com 8 categorias: 1) duas grandes potências – Estados Unidos e URSS; 2) potências nucleares – EUA, URSS, França, Grã-Bretanha, China e Índia; 3) potências centrais econômicas – Japão, Alemanha; 4) sub-regiões com liderança regional – Brasil, Irã, Egito, Índia, Indonésia, Argélia, África do Sul, etc.; 5) países em desenvolvimento ricos em recursos da OPEP e CIPEC; 6) países industrializados de pequeno e médio porte com pouco poder de barganha; 7) países em desenvolvimento, que não estão nem entre os mais ricos em recursos, nem com lideranças regionais, mas também entre os mais pobres; 8) os países em desenvolvimento mais pobres. Fonte: BRAUCH, Hans Gunther. *Sozialwissenschaftliche Interventionsbegriffe und externe: Einwirkungsphänomene im Bereich der internationalen Beziehungen*. In: SIMMA; BLENK-KNOCKE (org.). *Zwischen intervention und zusammenarbeit*, 1981.

<sup>34</sup> Como exemplo dessas políticas, se cita a Conferência Interamericana em Caracas (1 a 28 de março de 1954) em que os Estados Unidos voltaram maior atenção ao desenvolvimento econômico do continente latino. Os EUA trabalharam especialmente para a política de segurança da região, introduzindo uma resolução contra a entrada do comunismo no continente, que por sua vez, aprovou a intervenção dos EUA caso a soberania e a segurança estivessem ameaçadas. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*, vol 7. São Paulo: EDUSP, 2009.

Exteriores dos Estados Unidos. Nessa conferência, a pauta principal de discussão era justamente as agitações que estavam se passando no Caribe. (OLIVEIRA, 2005, p. 203). No entanto, a diplomacia brasileira também trouxe a pauta de estabilidade política e desenvolvimento econômico, pois os representantes do Brasil acreditavam que a revolução tinha uma estreita relação com os problemas econômicos que assolavam o país. Ao final o evento, os diplomatas norte-americanos argumentaram que regimes não democráticos teriam de ser excluídos da OAS.<sup>35</sup>

O acontecido em Cuba ameaçou a hegemonia norte-americana no campo das ideias na América, pois, a partir desse acontecimento, vários levantes e ideias populares, simpatizando-se ao movimento cubano começaram a ganhar força na América Latina. Outras conferências pan-americanas realizadas nos anos 60, em San José, na Costa Rica, discutiram o “perigo comunista” no continente. Uma declaração, nessa época, foi feita de que “os Estados americanos devem se opor a qualquer intervenção fora do continente, e os princípios americanos não democráticos”. (CONNELL-SMITH, 1971, p. 23).

Com isso, política e tática norte-americanas para com os países da América Latina mudaram, a fim de que esse continente não escapasse de sua esfera econômico-política de influência. Nesse sentido, políticas de auxílio ao desenvolvimento social com concessão de crédito estatal foram alternativas criadas para que, de certa forma, fosse feito um enlace entre os EUA e os demais países em desenvolvimento ou pobres (CONNEL-SMITH, 1974, p. 290).

Essas mudanças ficaram mais aparentes no governo de John F. Kennedy entre 1960 e 1963. Quando, em 1961, os Estados Unidos fizeram um projeto para o desenvolvimento da América Latina e para estreitar relações, em Punta del Este, no Uruguai, todos os países membros da OEA, exceto Cuba, assinaram a Declaração dos Povos da América e a Carta da Aliança para o Progresso para fortalecer instituições democráticas<sup>36</sup> e acelerar o desenvolvimento social e econômico, melhorar a educação escolar, implementar a reforma agrária e o aumento de renda. O governo norte-americano prometeu apoiar a “revolução pacífica da esperança” com empréstimo de dólares, que visava ao fomentargovernos anticomunistas na América Latina e isolar Cuba. Em 1964, essa promessa foi diminuindo consideravelmente devido à Guerra do Vietnã. (VAISSE, 1947, p. 111).

---

<sup>35</sup>Organização dos Estados Americanos (OEA), fundada em 1948 e sediada em Washington, Estados Unidos, é a mais antiga organização regional em atividade. Tem por finalidades construir uma ordem de paz e de justiça no continente americano, promover a solidariedade, o desenvolvimento e a cooperação entre os Estados da região, além de defender a democracia e os direitos humanos (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores).

<sup>36</sup> A Aliança para o Progresso foi elaborada pela chamada Operação Pan-Americana com ações político-diplomáticas vinculando a questão do comunismo na América Latina. (DREIER, 1962, p. 290).

Os Estados Unidos influenciaram na exclusão de Cuba da OEA que ocorreu na VIII Assembleia dos Ministros das Relações Exteriores da América, convocada pelo governo colombiano entre os dias 22 e 31 de janeiro de 1962, em Punta del Este. Nessa conferência, foram discutidas as violações dos Direitos Humanos em Cuba e a subversão, concluindo que o marxismo e o leninismo eram incompatíveis com o sistema interamericano. Os governos da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México se absteram da votação, porém, da mesma forma, Cuba foi excluída da OEA, e os EUA continuaram a pressionar os países latinos a seguirem sua liderança e cortarem relações com Cuba (CONNEL-SMITH, 1974, p.225).

A crise cubana e o estabelecimento da Aliança para o Progresso ocorreram nos governos de Jânio Quadros (de fevereiro a agosto de 1961) e João Goulart (1961-1963). Nesse período, houve uma continuidade e um impulso ao desenvolvimento do país e abertura de investimentos de capital estrangeiro, causando um rápido desenvolvimento econômico que causou uma série de problemas sociais. Muitas empresas privadas estrangeiras, principalmente dos EUA, dominaram os setores econômicos do país das quais, apesar da inflação, os trabalhadores não receberam nenhum aumento salarial. Tal crise foi acompanhada pela mobilização política, sendo que, desde 1945, nenhum presidente desiste de seu mandato quando sequer tinha um programa de governo precisamente formulado.<sup>37</sup>

Em 1961, o presidente Quadros juntamente com seu Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, lançam a ideia de uma política externa independente, sendo um desdobramento do pragmatismo nacionalista político dos anos 60 o qual vai perdurar até o início dos anos 70, ficando claro que o Brasil tinha pouco espaço para negociações políticas dentro do continente americano que desfavorecesse os EUA. Essa “política independente” provocou certa repressão ao investimento externo no Brasil por parte de outras nações, inclusive com muitas críticas por parte dos alemães, o que não significou um abandono ao capitalismo.

A política externa independente buscou liberdade no comércio exterior por meio da expansão geográfica das relações comerciais, perpassando as negociações apenas com os EUA. Consistente no lema de que “interesses materiais não conhecem nenhuma doutrina”. O governo brasileiro procurou fazer negociações com os EUA, URSS, países da Europa

---

<sup>37</sup> Em 1961, a economia brasileira cresceu 7%. Mas o déficit na balança de pagamento superava os 100 bilhões de dólares, cerca de um terço do que se esperava. A dívida externa do Brasil alcançou os US\$ 3.800 milhões, nos quais 600 deveriam ser pagos ainda em 1961. Entre 1959 e 1960 a inflação atingiu cerca de 30% no ano, causando um aumento do custo de vida e do desemprego (IANNI, 1994, p. 161).

Ocidental e Oriental, em busca de uma política nacional de desenvolvimento (STORRS, 1973, p. 76).

As relações diplomáticas do Brasil iam ao encontro do bloco comunista inclusive, como a URSS e a China. As principais características dessa política externa independente foram o apoio à descolonização na África e Ásia, tratados de não intervenção nos assuntos internos dos Estados soberanos, criação de um novo ímpeto nas relações pan-americanas e manutenção de relações amistosas com Cuba, ou seja, essa política possibilitava o Brasil de desempenhar um papel na preservação de convivência pacífica com outros povos, não sendo obrigado a aderir uma diligência do Oriente ou Ocidente, contribuindo, desse modo, para uma boa reação com países industrializados e em desenvolvimento.<sup>38</sup>

Enquanto Jânio Quadros introduziu uma política econômica conservadora no país, através da indicação de ministros conservadores, ele seguiu uma política externa autônoma, provocando euforia em vários setores da sociedade brasileira, causando uma série de protestos e debate acerca das relações com a URSS e demais países alinhados. Além disso, a questão cubana causou problemas entre Brasil e EUA, pois, segundo o governo brasileiro, Cuba era o melhor representante do desenvolvimento autônomo no subcontinente (FRANCO, 1979, p.909). Na questão das exigências feitas pelos EUA nas Conferências Pan-Americanas, o Brasil era contra elas, exigindo que os países latino-americanos continuassem a apoiar o governo cubano pós-revolução, em troca de o país permanecer neutro nos conflitos Leste-Oeste. Dessa forma, Cuba poderia continuar trabalhando com os países americanos. O Brasil, entretanto, resolveu não intervir nessa disputa, adotando o princípio da soberania.

Essa tendência política externa foi usada pela imprensa e por diversos setores políticos de oposição a Quadros de maneira crítica a sua atuação interna e externa. Com isso, em agosto de 1961, o presidente renuncia, desencadeando uma crise em que os militares se recusavam a aceitar o seu vice João Goulart como presidente o qual, na época, inclusive estava em viagem à China. Os militares justificaram ser contra Goulart, devido ao fato de ele colocar em risco a segurança nacional do país. Entre os dias 25 de agosto e 7 de setembro a crise continuou sendo aprovada, nesse período, uma proposta no Parlamento que mudava o sistema presidencial e substituiria pelo Parlamentar. João Goulart assumiu o cargo em 7 de setembro, nomeando Tancredo Neves como seu primeiro ministro. (AFONSO, 1988). Sendo importante ressaltar a própria campanha da Legalidade que teve grande peso nesse processo.

---

<sup>38</sup> O Brasil estava no auxiliando no processo de descolonização da África e Ásia devido às suas relações com a França e a Bélgica. Além disso, o Brasil queria fazer uma espécie de “ponte” entre o primeiro e o terceiro mundo, porém isso afetou um pouco as relações com Portugal em relação às práticas históricas de exploração que realizaram na África. (CERVO, 1994, p. 76).

Em 1961, a tentativa de golpe não foi vencedora porque o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, assumiu uma postura radicalmente contra a iniciativa e praticamente tornou o estado uma região rebelada. Imediatamente, ele recebeu apoio de boa parte da sociedade sul-rio-grandense, a grande maioria dos deputados, sindicalistas, estudantes etc., enquanto a Brigada Militar foi posta em prontidão. Em nível nacional, a maioria das forças políticas identificadas com um projeto nacionalista, e mesmo aqueles que somente defendiam a legalidade se opuseram ao golpe, promovido pelos três ministros militares de Jânio, Silvío Heck; da Marinha, Odílio Denys, do Exército e Grun Moss, da Aeronáutica, com a cumplicidade do Presidente interino Ranieri Mazzilli. Quando o comandante do III Exército, general Machado Lopes, aderiu ao movimento liderado por Brizola, a resistência começou a crescer, então contando com o maior contingente militar do Brasil (KONRAD e LAMEIRA, 2011, p.69).

Devido ao desenrolar desse processo, o governo de Goulart teve uma situação frágil desde o começo. Sua preocupação foi “organizar a casa” internamente, iniciando uma política de estabilização econômica para fins de consolidação da economia brasileira, controlando a inflação, implementando reformas básicas e estabelecendo novos acordos favoráveis para melhorar as condições da dívida brasileira no exterior. Essa política fracassou e teve uma dura pena em 1963, como consequência, a inflação aumentou, o crescimento econômico recuou e muitos investimentos externos se retiraram. Em 1961, a inflação era de 35%; em 1962, foi de 50%, atingindo 78% em 1963, com um crescimento econômico anual de apenas 1,6% ao ano, uma balança de pagamentos e déficit orçamentário constante. (LAFER, 1975, p. 61).

Os movimentos sociais civis fizeram vários protestos e levantes, se mobilizando socialmente. Em contrapartida, as elites conservadoras também se articularam numa espécie de aliança populista e sindical para proteger seus interesses, esses setores estabeleceram uma representatividade social no país. (ERICKSON, 1979, p. 138).

Em relação às relações internacionais, João Goulart continuou com a “política externa independente”, mudando a posição do Brasil em investir capital estrangeiro, promulgando iniciativas legislativas para limitar a transferência de lucros. (VIANA, 1980, p.147). Porém, o investimento estrangeiro no Brasil, de 1957 a 1961, foi escasso, aumentou em média apenas 13%, e, em 1963, apenas 3%. Devido à instabilidade política e econômica, tensões sociais e investimento privado em queda, metade das elites brasileiras argumentava cada vez mais contra o governo de Goulart. Em 1963, o governo intensificou sua “faxina doméstica” no Brasil, procurando convencer os sindicatos e outras classes mais subalternas a seguir suas políticas de reforma, a partir disso, uma nacionalização de operações estrangeiras começou. (BANDEIRA, 2010, p. 163).

Isso causou um sério desconforto nas relações Brasil-EUA, considerando um governo “de esquerda”, tentando a todo o momento enfraquecer o mandato de Goulart, mal concedendo empréstimos públicos e assistência de crédito, forçando o capital estrangeiro para fora do país – o que causou receio entre o capital alemão e inglês que se tornou cada vez mais escasso.<sup>39</sup>

Além disso, o estabelecimento de relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e os países do bloco oriental levou a um confronto com os EUA. Nos anos 50, os interesses da Europa Ocidental no Brasil, especialmente a Alemanha, concentraram-se em investimentos e comércio entre ambas nações. As questões políticas e de segurança militar pertenciam mais aos interesses norte-americanos; já a Alemanha via o Brasil como uma porta de entrada para a expansão diplomática germânica no continente latino, tendo como objetivo suprimir e impedir o reconhecimento do governo da Alemanha Oriental como legítimo.

À medida que as crises sociais e econômicas se tornaram mais radicais, o cerceamento de investimentos externos e a pressão norte-americana aumentaram. Em março 1964, ocorre o golpe militar. Os governos militares de 1964 a 1985 estabeleceram uma estrutura autoritária para a segurança e o desenvolvimento do país, que se opunha fortemente ao comunismo, à subversão e ao nacionalismo de esquerda. A defesa do golpe se pautou na promoção da defesa da segurança interna e externa do Brasil, substituindo grupos políticos nacionais por outros alinhados aos militares, como consequência, a estabilidade política foi garantida pela repressão e, gradualmente, grupos de empresários e tecnocratas desempenharam papéis fundamentais no desenvolvimento das instituições estatais do país. (PEREIRA, 1981, p. 76).

A presidência de Castelo Branco (1964-67) tinha a seguinte missão: Guiar o Brasil ao encontro dos interesses da América Latina, do continente americano e do mundo ocidental. (BRANCO, 1964). Porém, o alinhamento à política externa norte-americana era algo inevitável, uma vez que várias organizações internacionais e interesses econômicos estavam atrelados a essa nação, inclusive o chamado “golpe de 64” muito teve apoio dos EUA na sua concretização, a chamada operação *Brother-Sam*.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> Relatório Anual da Câmara de Comércio Brasil e Alemanha em São Paulo (1963 a 1965).

<sup>40</sup> Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, esteve no centro das operações norte-americanas que apoiaram o golpe de Estado de 1964, desde a coordenação das conexões entre Vernon Walters e os conspiradores militares, até o lobby por uma força-tarefa naval dos Estados Unidos que interviria no caso da explosão de uma guerra civil entre forças pró e anti-Goulart. Apesar disso, naquele momento, e nos anos seguintes, Gordon insistiu em que o golpe de Estado tinha sido “100% brasileiro”. Através de documentos do Departamento de Estado norte-americano, discursos de Gordon, testemunhos orais e de uma entrevista em 2005 com o embaixador, este artigo analisa as diversas justificativas que Gordon ofereceu ao longo dos últimos quarenta anos para explicar por que apoiou a derrubada de Goulart e concedeu suporte incondicional ao novo regime militar. (GREEN, 2009, p. 70).



O sistema político militar tinha a missão econômica importante de estabelecer um novo clima de investimento seguro para que o capital estrangeiro voltasse a investir no Brasil. Como medida para realizar esse fim, podemos citar o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) que teve como objetivo promover as exportações brasileiras e apoiar o investimento estrangeiro. O plano teve medidas econômicas que visaram a conter a inflação.<sup>41</sup>

A raiz desse problema econômico provém desde a década de 50 quando, apesar de uma rápida recuperação, a industrialização foi seguida por dívida externa e problemas sociais; a crescente internacionalização da economia brasileira no início dos anos 60 mostrou a exaustão do modelo industrial do Brasil. O desenvolvimento econômico era dependente de uma política que estava subordinada à quantidade de investimento externo, produtividade do capital e de bem-estar social que foi marcado pelo forte nacionalismo e interesses domésticos do Brasil nos anos 60.

Como quase todos os “grandes planos” e teorias econômicas antes de serem postas em prática, eles passam por um período de gestação anterior, assim foi o PAEG o qual fora idealizado pelo IPES<sup>42</sup> muito antes de ser posto em prática pelos ministros militares, contando com um grupo de estudos e pesquisas de “vinte economistas profissionais e outros de maior prestígio, também cooperava Roberto de Oliveira Campos e Octávio Gouveia Bulhões” (RAMÍREZ, 2007, p. 108), os quais faziam serviços de consultorias em outras instituições. Dentre a pauta para repensar o Brasil, estavam as reformas de base. “O IPÊS teve que assumir a linha de frente no embate ao governo Goulart, articulando núcleos integrados por representantes desses segmentos, assim como ajuda externa, na quais as de origem estadunidenses se destacavam.” (DREIFUSS *apud* RAMÍREZ, 1981, p. 221)

Os estudos começaram com propostas para atualizar a legislação empresarial vigente, buscando uma modernização no setor que permitisse articular interesses entre fações distintas da burguesia e o proletariado, assim como no próprio Estado. (RAMÍREZ, 2007, p. 112).

Dentre as medidas tomadas pelo IPES na busca de “melhoramento” à situação brasileira, está a “lei antitruste”, a reforma bancária, com a criação do banco central, que posteriormente foi feita no governo de Castelo Branco, um projeto de reforma tributária e

---

<sup>41</sup> O índice de inflação em 1963 era cerca de 80% e 92% em 1964, já em 1966 foi de 38%, reduzindo para 23% em 1967. (SOARES, 1994).

<sup>42</sup> O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi criado em 1961, em que se preocupava com o avanço de idéias socialistas e comunistas no Brasil, tendo um de seus maiores patrocinadores empresários brasileiros como Walther Moreira Salles, Mário Henrique Simonsen, Augusto Frederico Schmidt e o governo dos Estados Unidos. O IPÊS resultou da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo e rapidamente ganhou a adesão das classes produtoras das outras unidades da federação.

fiscal, um projeto contra a venda das ações das principais empresas estatais, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, inclusive, a reforma agrária. Dessa maneira, podemos dizer que o IPES “continuou a divulgar suas atividades após o golpe de 64, com a organização de um importante ciclo de debates entre representantes do governo federal e membros da iniciativa privada.” (RAMÍREZ, 2007, p. 116).

Logo, no governo militar de Castelo Branco, essas políticas tiveram uma continuidade, sendo que muitas foram aplicadas através do PAEG, contando com Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos como Ministros da Fazenda e do Planejamento no governo de Castelo Branco, com o objetivo de controlar a inflação através dos mecanismos monetários e inserir o Brasil num amplo desenvolvimento, pois a ela era vista como principal entrave ao crescimento. Nesse plano, foi estipulado que as principais causas desse problema eram: o déficit do setor público, o excesso de crédito para o setor privado e os excessivos aumentos salariais. Porém, como medida de contenção da inflação, a expansão da base monetária não era a única solução, mesmo que ela fosse um grande estimulante para acabar com a inflação, visto que essa expansão provocaria: distorções do mercado de trocas externas, bruscas oscilações nas taxas de salários reais, incentivo ao uso de capital para manipular inventários ou especular com moedas estrangeiras e impossibilidade de atrair investimentos em longo prazo.

Portanto, o PAEG programou medidas graduais para modificação e diminuição da inflação no Brasil, embora o FMI aconselhasse um tratamento de choque. Segundo Cavalcanti (2007):

O PAEG foi o momento em que o Brasil foi dirigido por uma concepção muito próxima à do desenvolvimento não-nacionalista. O plano preferia a iniciativa privada, mas compreendia a importância do planejamento, valorizava a distribuição de renda por vias indiretas, como construção de casas populares e aumentos salariais. Combatia a inflação porque a entendia como incômoda à formação de capital e propagava que a estabilidade dos preços seria compatível com o desenvolvimento. Também previa a atuação do Estado de forma setorial e não global. (CAVALCANTI, 2007, p. 95).

Segundo Roberto Campos, o PAEG acreditava que o enfoque gradual poderia levar à formação de resistências políticas. A estratégia contida no Programa, por ser gradualista, previa três fases de ajustamento: a de inflação corretiva, a de desinflação e a de estabilidade de preços. (SANTOS, 2000, p. 113). Os elementos principais dessa política abordavam: política monetária contracionista, investimentos sociais, aumento da infraestrutura e expansão industrial. Logo, a concentração monetária tinha por objetivo a busca pelo equilíbrio das

contas públicas, evitando aumentos salariais e reforçando a autoridade monetária com a criação do Banco Central.

O imposto de renda aumentou, criou-se o Imposto Territorial Rural, as leis tornaram-se mais rígidas, a fim de evitar a sonegação de impostos, e as dívidas fiscais foram reajustadas conforme a inflação, criando-se, assim, a correção monetária. O pagamento de impostos feitos pelos empresários era cada vez mais cobrado com antecedência, o que causou desgosto por parte desse grupo da sociedade pela ditadura. Segundo Campos:

Houve é verdade, agravamento intolerável da carga fiscal – ou a “inflação de custos”, segundo o novo jargão – para as empresas que faziam capital de giro ilegalmente, pelo não recolhimento à Previdência Social dos descontos das folhas de pagamento, ou pelo adiamento do pagamento de impostos, já que as multas eram mais baratas que os juros do mercado. (CAMPOS, 1968, p. 118).

E, para garantir o controle das finanças, foi criado o Banco Central, para facilitar as emissões de papel moeda que até o momento anterior eram feitas pelo Congresso Nacional. O banco foi criado pela Lei nº 4595/64 de 31 de dezembro de 1964 e deveria ser independente, com igual número de diretores de mandato fixo, podendo ser demitidas a qualquer momento pelo governo. Lembrando que essa medida já havia sido elaborada, segundo RAMÍREZ (2007), no seio do IPES inclusive com Dênio Chagas Nogueira fazendo parte do “Projeto de reforma tributária e política fiscal” como um dos seus coordenadores nessa época.

Em relação aos investimentos sociais, o PAEG os aumentou devido à flexibilização da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e contenção salarial. Esses investimentos seriam injetados nos setores mais básicos para a sociedade – educação, saúde e habitação popular. O primeiro governo militar foi responsável pela modificação da CLT, uma das medidas foi a retirada da estabilidade após 10 anos de efetivo serviço e a outra foi a regulamentação do contrato de trabalho de 3 a 6 meses regulamentados na carteira de trabalho. A estabilidade foi substituída pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), uma espécie de poupança gerada com desconto de 8% do salário do trabalhador a qual poderia ser usada na compra de casa própria ou sacada integralmente em caso de demissão. Medida também idealizada pelo IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>43</sup> como o “Projeto de habitação

---

<sup>43</sup>Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi uma organização anticomunista fundada em 1959, contando com a participação de vários empresários e da sua entidade-irmã, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), constituída dois anos e meio depois. Entre os colaboradores estão, Gilbert Huber Jr, Glycon de Paiva e Paulo Ayres Filho (OLIVEIRA, 2008, p. 4).

popular” que contou com a participação de Glycon Paiva, Sandra Cavalcanti e Guilherme Borghoff (OLIVEIRA, 2005, p. 54).

Dessa forma, também a partir do PAEG criou-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) com o intuito de financiar habitações populares, o que permitiu os trabalhadores da classe média, os assalariados de mais altos ingressos e com carteira assinada financiar em longo prazo sua casa própria, através do sistema americano de hipoteca, no caso brasileiro, em prestações mensais. A previsão foi de construir cerca de 100 mil casas populares em 1965 e 150 mil em 1966, as quais não poderiam ter valor maior do que 60 vezes o salário mínimo da época. Posteriormente, o banco foi incorporado à Caixa Econômica Federal que ainda hoje é um dos maiores bancos da rede bancária, realizando empréstimos e negociações da casa própria e sendo responsável por 90% dos financiamentos imobiliários no Brasil, até a década de 90.

O PAEG também pensou no setor empresarial, planejando três tipos de atuação: incentivos negativos, política de financiamento setorial e investimentos em infraestrutura. Os incentivos negativos se pautavam na redução de embargos na exportação, fechando alguns órgãos responsáveis, além disso, alguns impostos e taxas cobradas nas mercadorias foram extintos, como o imposto do selo, impostos relativos à circulação de mercadoria, consumo e importação de matérias-primas.

Foi imposto o conceito de “realismo tarifário”, em que os preços deveriam estar de acordo com o custo de produção das obras, estabelecendo impostos únicos sobre combustíveis e eletricidade, a fim de construir e incentivar a construção de rodovias e de redes elétricas. Dessa forma, empresas geradoras de energia como a Petrobrás deveriam e eram incentivadas monetariamente a se expandir para suprir a demanda energética.

Assim, oPAEG estava comprometido em combater a inflação e pensar em medidas estruturais político-econômicas em virtude do desenvolvimento do Brasil. Dentre os objetivos do Programa, podemos destacar: aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico, contenção do processo inflacionário, atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais, e aumentar o investimento e o emprego.

Enfim, o plano econômico previa uma política monetária restritiva e a busca por um menor déficit público. Neste sentido, também deveria ser controlada a inflação diminuindo a emissão de papel moeda, assim como o crédito. Dentre as reformas executadas estava a criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional. Destaca-se ainda a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação, para com isso buscar atender a questão da moradia e aproveitar o seu grande potencial de geração de

empregos diretos. Além disso, tinha-se o objetivo de aumentar a arrecadação que foi feita com a reforma tributária, sendo que através dela criou-se o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), o Programa de Integração Social (PIS) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Cabe destacar que o FGTS foi uma forma de fazer uma poupança forçada para o investimento direto na construção civil. Outro grande avanço para custear as despesas públicas foi o lançamento das LTNs (Letras do Tesouro Nacional) da década de 1970 e das ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), títulos pré-fixados que tinham o objetivo de financiar as despesas do Tesouro Nacional.

O Brasil sempre se mantivera numa posição delicada no cenário internacional, tentando operar com uma política externa aberta aos países industrializados e, ao mesmo tempo, para com os países comunistas, mantendo boas relações com Cuba e apoiando os movimentos de descolonização em África e Ásia. A política externa brasileira lançou ações multilaterais, e, quando o governo quis capitalizar relações com o bloco oriental, lançou a “política externa independente” que foi alvo de críticas, arriscando um conflito com os EUA.

Durante o primeiro governo militar, o Brasil considerou a ajuda dos Estados Unidos econômica e militarmente. Essa estreita relação não proporcionou ao Brasil uma posição de domínio ou de negociante ativo nas questões da América Latina, e sua “política externa independente” deixou claro que o país não tinha condições de ser uma influência no cenário internacional e que a dependência o mantinha vulnerável no cenário internacional— cenário que se agrava ao longo dos governos militares quando o Brasil cada vez mais fazia empréstimos.

### **3.2 Relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil na “democrática década de 60”<sup>44</sup>**

As relações entre Alemanha e Brasil, durante a década de 60, tiveram um papel congruente com os objetivos das relações para com toda a América Latina, via ações governamentais ou de institutos. Tendo como principal objetivo a manutenção dos países latinos na esfera política capitalista ocidental, afastando-os das ideias comunistas, o governo alemão estava interessado em instabilidade política, econômica e social, e para viabilizar esses fins, auxílio econômico, cultural e trocas de mercadorias foram feitas para cumprir esses objetivos.

---

<sup>44</sup> Esse subcapítulo leva esse título devido ao período histórico que se trata, ou seja, de 1960 a 1964, anos antes do golpe militar que substituiria a democracia por uma ditadura civil-militar até final dos anos 80.

Acredita-se que, através da entrada de capitais e do auxílio financeiro, os ideais do Ordoliberalismo e da Economia Social de Mercado possam ter adentrado na política econômica brasileira durante esse período e de certa maneira ter tido alguma influência, o que, no caso das colaborações entre o KAS e o Brasil, é algo explícito:

No Brasil, a KAS atua desde 1969, desenvolvendo atividades norteadas pelos seguintes princípios: promoção da cultura política em bases éticas, por meio de projetos baseados numa concepção de democracia baseada na liberdade e no Estado de Direito, também o fortalecimento da política local e difundir os princípios da Economia Social de Mercado. (DANE, THEMOTEO, 2013, p. 56).

A cooperação Brasil-Alemanha é antiga, muito em virtude da própria imigração de alemães ao Brasil durante o século XIX. Porém, a cooperação intensa em termos econômicos entre os dois países se dá principalmente na década de 50, no governo de Juscelino Kubistchek.

Foi durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek, na segunda metade da década de 50, que a República Federal da Alemanha iniciou uma parceria econômica que foi e permanece sendo determinante para o desenvolvimento do Brasil [...]. Após uma década de reorganização interna, aplicou o “Modelo Renano” de Economia Social de Mercado, que possibilitou o milagre econômico alemão, o Wirtschaftswunder, coordenado por Ludwig Erhard. (LOHBAUER, 2003, p. 24).

Essa aproximação econômica se deu de maneira mais pujante principalmente após a visita do Ministro Ludwig Erhard, em 1954, ao Brasil, quando ele percebera o potencial econômico do país. (BANDEIRA, 2011, p. 59). Nesse mesmo ano, a cidade de São Paulo estava comemorando seus 100 anos, tendo várias festividades no Parque do Ibirapuera, e juntamente com outras 20 nações, a Alemanha se envolve num projeto de trazer empresas alemãs ao país. Um comitê da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha organizou e contatou 265 empresas alemãs para auxiliar nessa colaboração dos festejos, trazendo capital, máquinas e aparelhos para expor.

Figura 2 - Visita do Ministro da Economia Ludwig Erhard ao Brasil em 1954 em São Paulo.



Fonte: Lipkau (1993).<sup>45</sup>

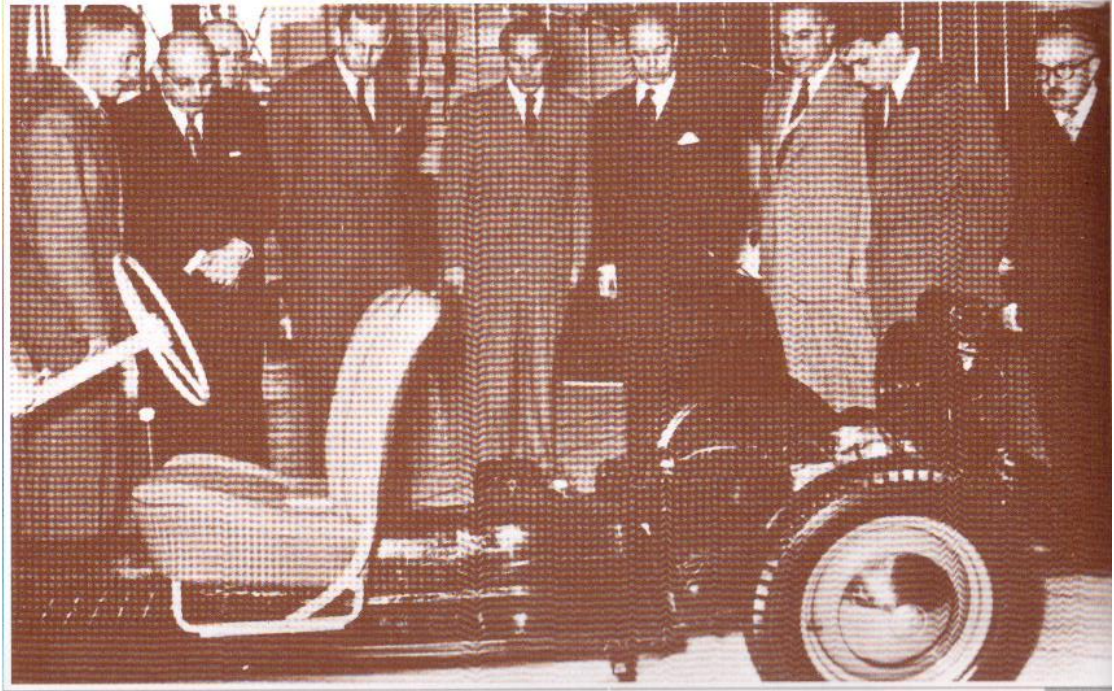
Os anos de 1954/55 foram tumultuados politicamente, em virtude da escassez inflacionária de mercadorias e do suicídio do presidente Getúlio Vargas, sendo que uma de suas últimas aparições públicas fora na inauguração da fábrica de tubos da Siderúrgica Mannesmann, em Belo Horizonte – primeiro grande investimento alemão pós-guerra no Brasil. (LIPKAU,1993, p. 57). O vice-presidente Café-filho manteve a economia razoavelmente bem e iniciou novas eleições em 1955, tendo como vencedor o ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubistchek, o qual, no segundo ano de sua presidência, uma nova fase de agitação econômica começou, com um forte ímpeto e desenvolvimento das relações entre Brasil e Alemanha. Os investimentos alemães se intensificaram, muitas empresas importantes vieram para São Paulo, incluindo a Volkswagen (figura abaixo), ainda na época de Vargas, assim como a Daimler-Benz que viria a ser a Mercedes-Benz com seus parceiros brasileiros e a Bosch.

---

<sup>45</sup> O convite fora feito pelo empreendedor Paulo Ayres de Almeida Freitas Filho (esquerda da foto). E à direita o representante da Lufthansa Brasil Emilio von Grivicic-Limau.



Figura 3 - Antes da Volkswagen do Brasil S.A.



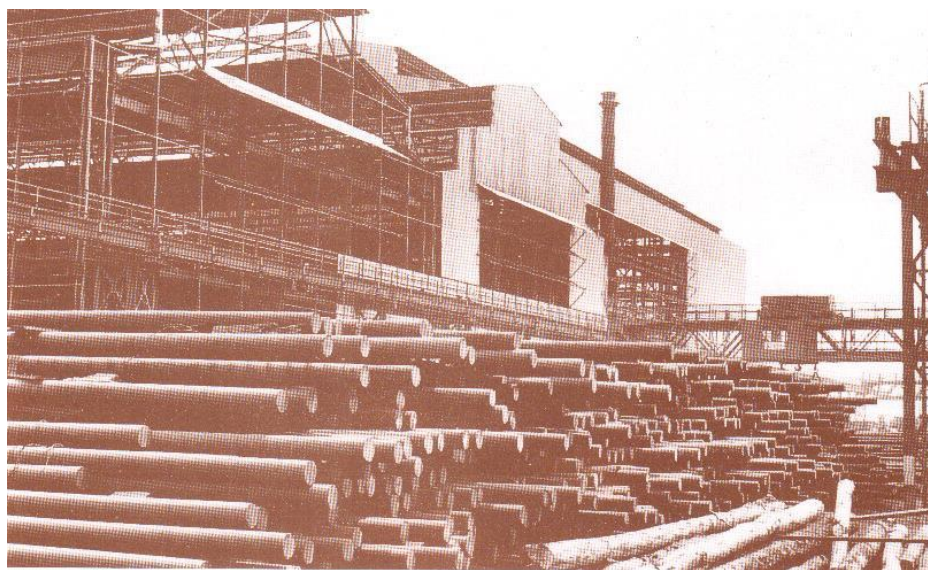
Fonte: Lipkau (1993).<sup>46</sup>

Figura 4 - Produção de tubos na Companhia Mannesmann.

---

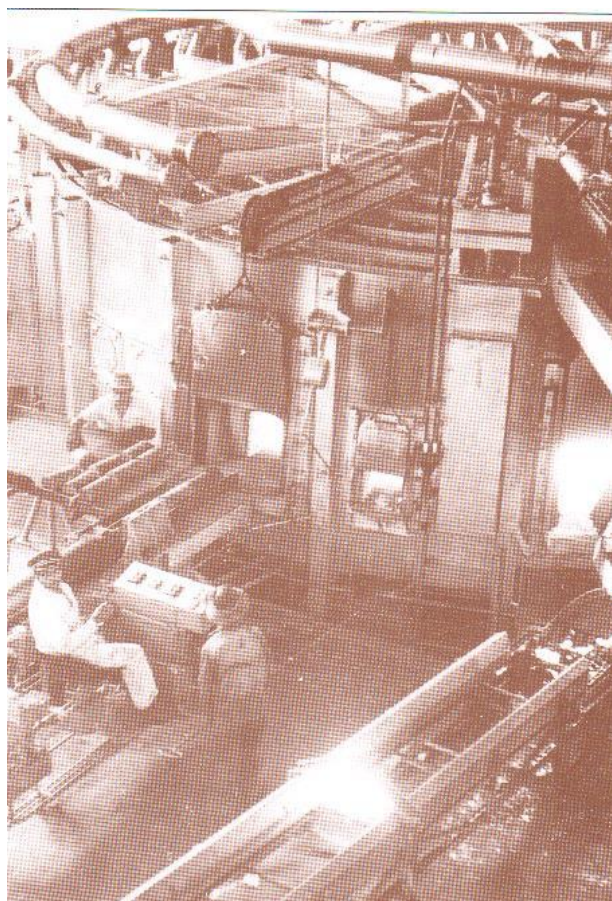
<sup>46</sup> Em 1951, a fábrica alemã controlava a produção do modelo DRC “besouro” que eram montadas na Brasmotor em São Bernardo do Campo. Na foto, estão o ex-representante da Volkswagen no Brasil Friedrich Wilhelm Schultz-Wenk (centro) com o embaixador Oellers, a esquerda da foto: Hans Schnitzlein e segundo a direita Dettlof von Simson.





Fonte: Lipkau (1993).<sup>47</sup>

Figura 5 - Companhia Mannesman e sua automatização.



Fonte: Lipkau (1993)

O órgão responsável pelo estreitamento dessas relações a nível governamental entre Brasil e Alemanha era a Câmara de Comércio que, em 1960, passou a ser conhecida como

---

<sup>47</sup> A primeira e maior produção de tubos e canos foi da Companhia Siderúrgica Mannesmann em Barreiros em Belo Horizonte, 1954.

Câmara Teuto-Brasileira de Comércio e Indústria de São Paulo. Nos trabalhos que a Câmara realizava, vários Ministros do Brasil e da Alemanha se reuniam e traçavam planos de cooperação entre as duas nações, entre eles podemos citar: Octávio Gouvêa Bulhões, Roberto Campos, Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen que pertenciam ao círculo germano-brasileiro. (LIPKAU, 1993).

A embaixada em Bonn, na época, olhou o governo de Jânio Quadros sempre com muito cuidado, pois argumentava que negociaria com todos os países independentemente de ideologias, segundo o relatório de Roberto Campos.<sup>48</sup> A embaixada alemã prometeu que daria ao Brasil auxílio financeiro no desenvolvimento de projetos que alavancassem o país economicamente, porém, como escreveu Herbert Dittman, embaixador da RFA no Rio de Janeiro, o governo brasileiro “fazia declarações contraditórias”, não sabendo que linha o país seguia.<sup>49</sup>

Roberto Campos foi enviado para a Europa Ocidental, a quem Quadros encarregara a missão de negociar com os países da Europa o apoio financeiro ao programa de estabilização monetária, mediante o reescalonamento da dívida externa (BANDEIRA, 2011, p. 76), já João Dantas tinha o objetivo de estabelecer relações diplomáticas com os países orientais, como Albânia, Romênia, Bulgária e Iugoslávia. Devido a isso, vários rumores sobre suas viagens eram levantados, incluindo o de que ele visitaria Berlim Oriental, para estabelecer um acordo comercial entre o Brasil e a RDA, no entanto, tal visita não se concretizou. Em virtude disso, o governo alemão criticou a posição brasileira de estabelecer relações com a RDA, já que, na visão da República Federal, o país deveria apenas reconhecer a RFA como o único governo legítimo no país, e não a área de ocupação soviética.

Inicialmente, segundo Quadros, a visita de João Dantas à Berlim Oriental não era uma missão oficial, mas uma visita particular, ele não estaria autorizado a firmar nenhum contrato ou parceria com a RDA e que ambos apenas haviam assinado um protocolo sobre a extensão comercial de mercadorias. Esse protocolo não significava negociação a nível governamental, porém, o Ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos não ficou contente com essa negociação, argumentando que o presidente havia dado autoridade a João Dantas para estender viagem à Europa Oriental e manter conversas com o Ministro do Exterior em Berlim Oriental. Além disso, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil achou inconveniente tal

---

<sup>48</sup> Auswärtiges Amt. Botschaft der Bundesrepublik Deutschland in Rio de Janeiro an das Auswärtiges Amt. Brasilianische Wirtschaftspolitik auf Grund der Richtlinien der Regierungspolitik des neu gewählten brasilianischen Präsidentes Jânio Quadros. Berlim. (27. oktober 1960).

<sup>49</sup> Auswärtiges Amt. Aufzeichnung des Leiters der Abteilung 4. Deutsch-Brasilianische und multilaterale Verhandlungen über finanzielle Wirtschaftshilfe für Brasilien. Berlim. (22. september 1961).

postura do governo de Bonn (RFA) pela atitude demonstrada em relação ao encontro com a RDA, sendo que eles deveriam entender a posição do Brasil como um país ocidental e livre que não interfere em assuntos internos de outros países.<sup>50</sup>

Nesse contexto, devido a esse clima de instabilidade política e econômica, o Ministro da Economia Ludwig Erhard sugeriu ao governo de Konrad Adenauer que a Alemanha ajudasse o desenvolvimento do Brasil, além dos EUA. Com isso, o governo brasileiro esperava que a RFA enviasse créditos para auxiliar em projetos de cunho desenvolvimentista que seriam feitos ao longo de 2 anos, pois a Alemanha Ocidental acreditava que o Brasil dentre os países latino-americanos possuía uma posição chave no controle do continente em relação à “ameaça comunista”, além de ter uma infraestrutura que favorecia um propício desenvolvimento do país.<sup>51</sup> Essa declaração foi contestada pelo Ministério das Finanças da RFA, uma vez que, em sua argumentação, diziam que os países da África também teriam o mesmo potencial de progresso que o Brasil, e caso a RFA emprestasse recursos ao Brasil, logo, toda a América Latina também faria pedidos de empréstimo, dessa forma, a melhor maneira seria incentivar os empréstimos de capitais privados ao país.<sup>52</sup>

Em dezembro de 1961, o Ministro das Relações Exteriores da RFA, Gerhard Schroder, escreveu ao Secretário de Estado da Chancelaria Federal que os empréstimos ao Brasil deveriam ter alguns critérios. Um deles era de que deveria ser criada uma Comissão Econômica Federal-Brasileira cuja delegação alemã deveria ser enviada ao Brasil para analisar a viabilidade do projeto PAEG, iniciando seus trabalhos em 1962.<sup>53</sup> Logo, os projetos que foram vistos por essa comissão eram relacionados ao desenvolvimento de infraestrutura social e econômica, principalmente em relação ao Nordeste.

O Brasil argumentava que esses empréstimos poderiam melhorar as condições de trabalho, progresso econômico e a segurança social do Brasil e terceiro mundo, os quais deveriam ser a longo prazo e ter uma baixa taxa de juros, além de ter foco principalmente no

---

<sup>50</sup> Ministério das Relações Exteriores. Bonn – Ofícios recebidos, número 313. Brasilianische Botschaft in Bonn na den brasilianischen Aussenminister Afonso Arinos. A doutrina Hallstein (02 de agosto de 1961).

<sup>51</sup> Auswartiges Amt. Bundesminister fur Wirtschaft, Ludwig Erhard, an den Staatssekretar des Bundeskanzleramter. Wirtschaftshilfe fur Brasilien, Berlim. (14 de junho de 1961).

<sup>52</sup> Auswartiges Amt. Staatssekretar des Bundesministerium der Finanzen an den Bundesminister des Auswartiges Amtes. Finanzkredite aus offentlichen mitteln fur brasilien. Berlim. (06.de julho 1961)

<sup>53</sup> Auswartiges Amt. Der Bundesminister des Auswartiges Amtes an den Staatssekretar des Bundeskanzleramtes. Deustch-brasilianische Verhandlungen uber eine Gesamtvereinigung von unerledigt gebliebenen deutschen Anliegen zusammen mit brasilianischen Wirtschafts hilfewunschen. Berlim. (05 de dezembro de 1961)

setor industrial e na exportação de produtos primários como o café, um produto exportado significativamente pelo país.<sup>54</sup>

O governo brasileiro criticou as atitudes do governo alemão, pois não fazia uma diferenciação correta entre investimento privado e assistência de capital. O Brasil queria investimentos da RFA sem crédito de compensação e temia que o foco de ajuda aos países africanos e asiáticos interferisse no volume de auxílio que seria enviado ao país. Segundo a embaixada do Brasil em Bonn, o Ministério da Economia estava convencido de que o governo de Goulart não tinha controle sob a inflação do país e que deveriam se preocupar com essas questões internas primeiramente.<sup>55</sup>

Um dos projetos de cooperação técnica e de auxílio de capitais que começou a se desenvolver ainda em 1961 (de forma muito lenta) foi o CEMIG-Projektes, que visava a levar energia elétrica para o interior do estado de Minas Gerais. Em carta<sup>56</sup> das Centrais de Energia de Minas Gerais, o vice-presidente Mario Bhering remete ao conselheiro da embaixada alemã no Brasil Helmus Middelmann seus agradecimentos a RFA pelo auxílio prestado durante a execução e o financiamento do projeto. Em outra nota<sup>57</sup> do vice-presidente, ele destaca a letargia no andamento e na execução do projeto, assim como a liberação de seu financiamento, sendo que o primeiro projeto “foi enviado através do Ministério das Relações Exteriores, em 1961, e um segundo projeto revisado foi apresentado em meados de 1962, quando se esperava uma solução rápida, o que não ocorreu”<sup>58</sup>.

Dentre os objetivos do projeto estavam a geração, transmissão e distribuição da energia através da compra de várias turbinas para a Usina de Três Marias, além de cabeamentos e acessórios, e que muitos deles já haviam sido adquiridos com recursos do próprio governo brasileiro, porém ainda havia a necessidade de se importar equipamentos do exterior do valor de DM 11.500,00 e compras no Brasil de DM 14.500,00, sendo que o pagamento desses auxílios seriam feitos a partir de 1967 num período de 15 anos. Esse

---

<sup>54</sup> Ministério das Relações Exteriores. Telegramas expedidos, n. 6800. Brasilianisches Aussenministerium na die brasilianische botschaft in Bonn. Fundo alemão de auxílio aos países em desenvolvimento. Projetos brasileiros. Brasília. (05 de janeiro de 1962).

<sup>55</sup> Ministério das Relações Exteriores. Ofícios recebidos, n.883 Programa alemão de auxílio aos países subdesenvolvidos. Brasília. (25 de janeiro de 1962).

<sup>56</sup> Centrais Elétricas de Minas Gerais. Carta ao Conselheiro da Embaixada Alemã Helmus Middelmann. Auswartiges Amt. (26 de julho de 1961).

<sup>57</sup> Pedido de ajuda econômica. Carta de Mario Bhering a embaixada da Alemanha. Auswartiges Amt. (03 de maio de 1963).

<sup>58</sup> Centrais Elétricas de Minas Gerais. Carta a Hermes de Lima, Ministro da Embaixada da Alemanha. Auswartiges Amt. (02 de maio de 1963).

projeto se justificaria pelo benefício de 9 milhões de pessoas com retorno de 360 milhões de marcos alemães.<sup>59</sup> Mas, esse projeto só seria retomado em 1965.

Na orientação da política internacional dos anos 60 na RFA, o governo federal tratou as questões da segurança e bem-estar nos países em desenvolvimento como importantes, porém, os interesses alemães financeiros e econômicos no Brasil ainda eram maiores, por isso foi feito um fundo para países em desenvolvimento – o *Kreditanstalt* e o Ministério da Cooperação Econômica.

Em 28 de maio de 1962, as negociações entre alemães e brasileiros iniciou por meio da Missão *Granow* no Brasil, a discussão perpassou 9 pontos, com comitês para analisar projetos e demanda: Comitê de transporte marítimo e aéreo, Comissão de assuntos consulares, Comitê jurídico dos ativos alemães, Comissão de assuntos culturais, Comitê de dupla tributação, Comitê de promoção e investimentos, Comissão mista Brasil-Alemanha, Comitê para assistência de capital e Comitê de assistência técnica.<sup>60</sup>

Dentre as prioridades brasileiras, nesse acordo, estava justamente o estabelecimento dessa Comissão Mista BR-ALE e a elaboração de projetos em conjunto que visassem ao desenvolvimento do país no valor de 200 milhões de marcos alemães. A delegação sancionou que 50% fossem destinados a realizar melhorias no Nordeste e os outros 50% aos demais Estados, devendo ser o mais amplamente possível distribuído. Os membros da comissão mantiveram extensivas negociações sobre os acordos e investimentos, o principal ponto mais delicado era a questão das relações marítimas, a RFA exigiu que as mercadorias entregues ao Brasil sob o empréstimo de auxílio de capital financeiro fossem transportadas por uma bandeira livre, a fim de poder envolver empresas de transporte da Alemanha Ocidental, em virtude disso, os delegados do lado brasileiro exigiram o monopólio da companhia de navegação brasileira (Lloyde Brasileiro). Embora muitos acordos culturais e econômicos já tivessem sido acertados, esses empréstimos para o desenvolvimento do Brasil ficaram congelados, devido a opiniões divergentes<sup>61</sup>, mostrando, assim, essa não-coesão de ideias mais nacionalistas do lado brasileiro em contraponto às ideias de mercado mais liberais que estão dentro do ordoliberalismo professado pela RFA na época.

Em novembro de 1962, o Ministério das Relações Exteriores tomou a iniciativa de retomar as negociações com a RFA sobre os empréstimos de capitais, sem, porém, oferecer

---

<sup>59</sup> Ministério das Relações Exteriores. Sem título. DCNET/CNAT/40. Rio de Janeiro. (24 de maio de 1963).

<sup>60</sup> Ministério das Relações Exteriores. Agenda das conversações com a Missão Granow. Brasília. (28 de maio de 1962).

<sup>61</sup> Ministério das Relações Exteriores. Telegramas expedidos, n.10.302. Brasilianisches aussenministerium na die brasilianische botschaft in Bonn. Visita do Ministro da Cooperação Econômica da Alemanha ao Brasil, Brasília. (14 de agosto de 1962).

solução sobre a questão do transporte marítimo, pressionando constantemente o embaixador alemão Gebhard Seelos, no Rio de Janeiro, devido às condições políticas e econômicas no Brasil que iam se acirrando. O ministro Carlos Lacerda, de Guanabara, em oposição, disse que a RFA nada mais queria do que apenas realizar negócios sem risco, não se importando realmente com a situação do Brasil.<sup>62</sup>

Sendo assim, em 1963, chegou-se a um acordo sobre a distribuição das receitas das cargas. As entregas pela Alemanha Ocidental deveriam ser metade feita em navios do Brasil e a outra, da RFA. Esse acordo foi assinado pelo Ministro da Indústria e Comércio do Brasil, Egídio Michaelsen, e o Ministro das Relações Exteriores, Gerhard Schroder. Ficava estabelecido que a RFA faria um empréstimo de 200 milhões de marcos pelo *Kreditanstalt* para projetos de desenvolvimento no Brasil os quais englobavam os nove pontos discutidos para essa investida da Missão *Granow*. Nesse projeto de assistência de capital, metade era para investimento no Nordeste e pouco mais de 40 milhões reservados ao desenvolvimento de médias e pequenas empresas artesanais. O prazo para pagamento foi de 15 anos, as condições e juros não foram mencionadas pela RFA.

Durante as negociações, pode-se destacar a figura do Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, que fez uma visita à RFA em 1962, tendo como objetivo discutir a abolição do imposto sob o café brasileiro na Alemanha Ocidental, a liberação de um empréstimo de 110 milhões pelo sindicato bancário europeu e o impacto da regulamentação nas exportações brasileiras. Levantou-se também a discussão perspicaz sobre o desenvolvimento do Brasil e da América Latina, “fortalecida e progressista ao lado de uma Europa forte”, transmitindo ao presidente Lubke o convite de Goulart para visitar o Brasil.<sup>63</sup>

A visita de Dantas foi num momento nevrálgico ao Brasil, que estava passando por uma profunda crise política, econômica, social e financeira. Circulavam rumores nas principais esferas da cúpula política da RFA. Segundo eles, a renúncia do presidente Quadros causou várias tensões políticas, colocou em risco a situação cambial e a consolidação das finanças do país. Em contrapartida, numa análise do governo de Goulart, houve apoios a projetos de lei em referência a capitais estrangeiros (Lei de Remessa de Lucros), aumento de preços, inflação e nenhuma diretriz econômica sólida para resolver a crise no Brasil. De acordo com a documentação do Auswartiges Amt, a situação no país se acirrava com

---

<sup>62</sup> Ministério das Relações Exteriores. Ofícios Expedidos, n. 355. Relatório mensal da Embaixada do Brasil em Bonn. (05 de novembro de 1962).

<sup>63</sup> Auswartiges Amt. Besuch des brasilianischen aussenministers San Tiago Dantas. Berlin. (07 de maio de 1962).

movimentos radicais de direita e esquerda, com um forte movimento trabalhista no Nordeste, podendo o governo descambar para uma ditadura militar ou uma ordem comunista.<sup>64</sup>

Diante dessa situação instável, as visitas de Goulart a RFA e a de Lubke ao Brasil foram adiadas. Em meados de 1963, houve uma tentativa de Goulart em ir à Alemanha, o que não ocorreu, e por recomendação do embaixador Seelos, a visita de Lubke à América Latina e ao Brasil foi adiada por causa da situação interna, devendo ser feita no próximo outono.<sup>65</sup>

### 3.3 Um projeto audacioso: a cooperativa Pindorama

No início dos anos 60 e ao longo dessa década, a Alemanha fizera um projeto de parceria com o Brasil e fundou a chamada “Cooperativa de Colonização Agrícola Pindorama” uma espécie de colônia de povoamento no município de Coruripe em Alagoas, que contou com a “cooperação de dois engenheiros agrônomos recém-formados para colaborar nos trabalhos de assistência técnica a cargo daquela organização”.<sup>66</sup> Esse projeto iniciou em agosto de 1960, a partir dos entendimentos entre o Presidente da Cooperativa René Bertholet e o Professor O. Schiller do *Institut fuer agrapolitik und sozialekonomik des landbaus*, vinculado a Hochschule de Stuttgart Hohenheim, fornecendo mão-de-obra qualificada para contribuir em tal parceria para domínio da agricultura tropical.

A iniciativa da instalação dessa colônia foi da Companhia do Progresso Rural, com sede no Rio de Janeiro, e resultou dos estudos realizados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, quando da elaboração do plano nacional de colonização, com indicação da região alagoana do Baixo São Francisco, como adaptada aos fins de colonização agrícola. Com a aprovação do plano em 1953, a Companhia do Progresso Rural conseguiu os recursos financeiros indispensáveis, e em 1954, deu início ao trabalho de campo, com acampamento na região de Coruripe e com um pequeno grupo pioneiro que resultou na aquisição de uma área de 34 mil hectares, em duas etapas, com escrituras públicas de compra e venda devidamente registradas.<sup>67</sup>

Essa colônia contou com o assentamento de 200 famílias, todas moradoras da região Nordeste do país e que já trabalhavam com a agricultura local. Para essas pessoas foi fornecida uma espécie de crédito para compra e construção de suas casas, equipamentos e

<sup>64</sup> Auswartiges Amt. Auswartiges Amt an das Bundesministerium fur Wirtschaft offizieller besuch des brasilianischen aussenministers San Tiago Dantas in der Bundesrepublik. Berlin. (14 de maio de 1962).

<sup>65</sup> Auswartiges Amt. Westdeutscher botschafter an das Auswartiges Amt. Berlin. (17 de janeiro de 1963).

<sup>66</sup> Landwirtschaft Cooperativa Pindorama. Auswartiges Amt: Berlin. (27 de agosto de 1960).

<sup>67</sup> Relatório e parecer da inspeção feita na cooperativa de colonização agrícola Pindorama limitada. Auswartiges Amt: Berlin. (17 de setembro de 1961).



ferramentas essenciais no local. Cada família teria um lote agrícola de 30 a 40 hectares e um lote urbano de 4.500 metros quadrados para construir sua moradia. A comunidade teria cerca de 400 lotes, as lavouras básicas cultivadas seriam de coqueiros, maracujás, mandioca, arroz, fumo, feijão e banana, segundo estudo agrônômico feito no local, sendo mais propício esse tipo de cultivo na região.<sup>68</sup>

Nesse cenário tropical é que aparece René Bertholet, um técnico agrícola suíço que vivia no Brasil desde 1949 e que trabalhava para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Nos seus primeiros quatro anos no Brasil, Bertholet trabalhou na Colônia Guarapuava, no Paraná, onde foram instaladas 500 famílias de agricultores. Experiente no ramo, em 1953, ele pisava em solo nordestino, onde faria a alma para esse projeto coletivista. (CARVALHO, 2005, p.139).

O gestor técnico designado para a formação inicial da cooperativa foi o Dr. Konrad Reinhardt, austríaco e engenheiro agrônomo, que já possuía experiência em plantas agrícolas tropicais, trabalhou em colônias na Holanda, Indonésia e Índia, com experiência prática anterior de 10 anos no Brasil. Ele traria consigo mais dois engenheiros agrônomos jovens recém-formados para atuar de 1 a 2 anos na colônia <sup>69</sup>, cada um deles receberia ajuda de custo do governo alemão para comida, moradia e passagens aéreas de cerca de 16 mil DM, em que 4 mil DM eram para passagem aérea e 250 DM por mês de auxílio, logo, seria 2 anos com cerca de 250 DM.<sup>70</sup> Além dos dois profissionais, o governo alemão também doaria duas caminhonetes marca DKW tipo Jeep, para uso dos engenheiros agrônomos.<sup>71</sup>

Dessa forma, o acordo ficou acertado entre as nações, no qual a RFA mandaria dois agrônomos e veículos. Por parte do Brasil, seriam fornecidas moradias adequadamente mobiliadas aos engenheiros e suas famílias<sup>72</sup>, os custos de manutenção e combustível dos carros e o transporte do porto até seu local de destino, além de isenção de impostos para os engenheiros e suas famílias, licença de trabalho e permanência no país.

Após o discurso do Presidente da RFA, Heinrich Lübke, em 1961, televisionado ao Brasil, o diretor técnico da colônia *Konrad Reinhardt* resolve escrever à embaixada alemã, solicitando um auxílio de 6 mil DM para cada um dos 900 colonos já instalados<sup>73</sup> nas terras alagoanas para melhorar as condições de vida, justificando que percebera no discurso do

<sup>68</sup> Relatório e parecer da inspeção feita na cooperativa de colonização agrícola Pindorama limitada. Auswartiges Amt: Berlim. (17 de setembro de 1961). P. 3-4.

<sup>69</sup> Carta de René Bertholet ao professor O Schiller. Auswartiges Amt: Berlim. (16 de julho de 1960).

<sup>70</sup> Landwirtschaftliche in Entwicklungslaender. Auswartiges Amt: Berlim. (14 de setembro de 1960).

<sup>71</sup> Nota verbal 1801-84/120/61. Auswartiges Amt: Berlim. (26 de setembro de 1961).

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Carta a Wagner Pimenta Bueno. Auswartiges Amt: Berlim. (14 de fevereiro de 1961).



presidente a necessidade que ele mostrara em ajudar os países em desenvolvimento. Esse acordo só pôde ser possível devido ao contato que a colônia teve com a Organização *Weltweite Partnerschaft*, que representava na Alemanha Ocidental um movimento operário sindical e cooperativista o qual visava a auxiliar as regiões subdesenvolvidas. Foi por intermédio dessa organização que dois agrônomos e um empréstimo de 60 mil DM foi conquistado.<sup>74</sup> É interessante notar a articulação das lideranças da Colônia, pois, além da RFA, também fora feito uma parceria com o governo norte-americanos através da Aliança para o Progresso, como é citado por Bertholet.<sup>75</sup>

Mesmo com o sentimento anticomunista da RFA na época, é curioso observar o posicionamento do Ministro Seelos, embaixador da Alemanha no Brasil na época, sobre a orientação ideológica da colônia. Ele escreve que, devido às questões críticas em que se encontrava o nordeste brasileiro, as reformas e a maneira na qual a agricultura era feita de forma coletivista, com certo ideário comunista, era justificável.<sup>76</sup> Essa visita fora feita para acertar um futuro acordo de cooperação técnica aos moldes do anterior no mesmo ano de 1963.

O primeiro projeto foi bem visto por parte da RFA. Em novembro de 1963, fora feito um segundo acordo<sup>77</sup> entre ambas as nações para o envio de mais cinco engenheiros agrônomos, sendo que um chefiaria o centro de experiências agrícolas ali localizado, para ficarem por um período de 2 anos. Seriam fornecidos 4 carros rurais estilo Jeep, equipamentos rurais (implementos de lavoura, meios de transporte, produtos de defesa fitossanitária, sementes e fertilizantes). O governo brasileiro arcaria com a manutenção e o transporte desses equipamentos do porto até Alagoas. Juntamente com esse apoio técnico, em 1964, um aporte financeiro de 300 mil DM veio para Pindorama proveniente de várias organizações alemãs através do chamado projeto de assistência *Schumman*.<sup>78</sup>

Em setembro de 1965, o embaixador Seelos retorna à Colônia para uma visita ao local, a fim de perceber junto aos técnicos alemães como os trabalhos estavam sendo realizados e os investimentos empregados. No Noticiário de Pindorama, uma espécie de informativo local chamado de “O Cooperado”, são demonstrados o sentimento e a reação dessa visita: “Dr. Seelos representa, pois, o trabalho e a força e a vontade que precisamos para desenvolver a

<sup>74</sup> Relatório da Diretoria da Colônia Pindorama referente ao exercício de 1961. Auswartiges Amt: Berlim. (28 de abril de 1961), p. 07.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Entsendung von 3 deutschen diplomlandwirten fuer die Genossenschaft Pindorama. Auswartiges Amt: Berlim. (22 de maio de 1963).

<sup>77</sup> Segundo convênio suplementar ao Acordo básico de cooperação técnica entre o governo da República Federal da Alemanha e o governo dos Estados Unidos do Brasil. Auswartiges Amt: Berlim. (30 de novembro de 1963).

<sup>78</sup> Siedlungsgenossenschaft Pindorama Auswartiges Amt: Berlim. (19 de junho de 1964).

nossa Pindorama”.<sup>79</sup> No mesmo semanário, é comentada a visita de “mais doze voluntário alemães à Colônia, os quais viriam auxiliar outros 19 que já estariam no local, sendo 4 moças e 8 rapazes”, a maioria deles engenheiros elétricos, mecânicos e as mulheres professoras.<sup>80</sup>

Segundo Lemos (2006, p. 51), Bertholet tinha um passado militante de esquerda, o que favoreceu as articulações políticas, principalmente as parcerias com a Suíça e Alemanha. Em que vieram os 22 técnicos alemães que acompanharam a construção da escola, tubulações, pedreira e marcenaria (LIMA, 2011, p. 5). Bertholet foi o primeiro presidente da cooperativa (1959-1962) contando com a confiança dos financiadores e os agricultores de Pindorama (CARVALHO, 2005, p. 14).

### **3.4 A política externa “herdeira de Quadros e Jango” em Castelo Branco**

Em abril de 1964, ocorre o golpe de 64 quando os militares tomam o poder e assumem a presidência e comando do Brasil, tendo como primeiro presidente militar o General Humberto Castelo Branco, aliando-se aos Estados Unidos, que sedispusera a conceder-lhe maciça ajuda, a fim de que o Brasil se tornasse o intermediário de suas diretrizes estratégicas na América Latina (BANDEIRA, 2011). Segundo o documento diplomático encontrado no Auswartiges Amts, aos poucos, crescia entre a população brasileira um sentimento antiamericano, como uma espécie de frente ao imperialismo do dólar, muito influenciado pela propaganda comunista.<sup>81</sup> Com isso, uma nova política externa foi delineada com intuito de cumprir a nova agenda que o país enfrentava com a abrupta mudança política. O objetivo principal do governo passou a ser levar o Brasil para o caminho de se constituir uma superpotência, uma política externa realista<sup>82</sup> (LOHBAUER, 2000, p.31), além de estabelecer melhores relações com a Alemanha (DUBNIC, 1965). É interessante notar que, seguidamente na documentação oficial do Parlamento alemão, a mudança de governo em 1964 é tratada sob o termo de “revolução de 64” ao invés de “golpe de 64” como outras esferas políticas e historiográficas nomeiam esse determinado período histórico.

---

<sup>79</sup> O Cooperado – Noticiário de Pindorama. A visita do embaixador da República Federal Alemã Dr. Seelos. Auswartiges Amt: Berlim. (1965).

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Stellung brasiliens zur politikder USA und der Gaulles gegenueber Latinamerika. Auswartiges Amt: Berlim. (27 de março de 1964).

<sup>82</sup> Essa política externa realista seria uma espécie de contraponto a política externa independente que vinha sendo praticada nos governos anteriores, ou seja, o Brasil iria colocar mais seu ponto de vista político e demonstrar seu alinhamento com o bloco capitalista.

A revolução sem sangue em 31 de março pelos militares contra o presidente foi percebida como uma pressão perigosa pelas empresas. “Não queremos esconder”, escreveu o presidente da Câmara de Comércio João Batista Leopoldo Figueiredo, ao analisar o Relatório Anual de 1963 a 1965, estávamos muito preocupados com as ações do presidente Goulart e preocupados com a queda do Brasil em um curso de esquerda. (LIPKAU, 1993).

Os rumores de que o presidente militar Castello Branco iriam manter uma continuidade democrática acabou sendo uma espécie de barganha diocesana que não teve desempenho e futuro, ou seja, uma desculpa para convencer a população que de os militares eram necessários para a garantia da democracia. Para a realização de uma “renovação nacional”, o governo teve de empreender uma profunda reestruturação política e econômica através de uma enxurrada de novas leis e regulações na economia, reorganizando o sistema bancário e o mercado de capitais, com a criação do Banco Central, banco muito importante que foi chave na relação de empréstimos e investimentos estrangeiros que chegavam ao Brasil. Os Ministros Octávio Gouvêa Bulhões e Roberto Campos desempenharam papéis fundamentais nessa mudança que colaborou com a vontade de cooperar por parte do capital estrangeiro ao Brasil.

No elenco das reformas instrumentais, as mais importantes, *inter alia*, seriam uma reforma constitucional dos dispositivos de natureza fiscal e uma reforma administrativa, visando sobretudo à reforma de estatutos obsoletos, de efeitos econômicos negativos, como o Código de Navegação Marítima e a legislação portuária. Finalmente, acentuava-se a importância da reforma bancária, visando sobretudo à formação de um Banco Central independente, responsável pela política monetária. (CAMPOS, 1994).

Sem dúvida, esse início de novas relações entre os dois países pode ser visto quando o presidente da Alemanha Heinrich Lübke visita o Brasil, em maio de 1964 – fato de certa relevância, uma vez que era o primeiro chefe de Estado que viria visitar o país após o golpe. É importante notar a importância e diligência que os alemães tinham em relação ao governo Brasil. Na documentação do *Auswartiges Amt* se percebe que, anteriormente à visita do presidente, uma espécie de levantamento sobre a vida e o passado político e intelectual de cada político da cúpula governamental fora feito, em especial o do Senador Juscelino Kubistchek, ex-presidente que se candidatara para senador de Goiás, porém fora cassado pelos militares, lamentando a sua retirada do governo por ser um governista que “impediu uma estagnação na indústria e na economia, além de colaborar para um futuro enriquecedor

do Brasil”. Nesse encontro, o assunto que mais fora tratado era a possibilidade de cooperação técnica entre os dois países.<sup>83</sup>

A opinião de parte dos alemães em relação ao regime anterior de Goulart era muito crítica e oposta ao seu governo, declarando que foi um breve mandato de “desastres econômicos e incertezas políticas, que rumava cada vez mais à esquerda, em que não se sabia se iria acordar numa nova Cuba no dia seguinte e muitas empresas não queriam mais investir seus fundos no país”.<sup>84</sup> Mesmo com os militares no poder, havia ainda um desejo por democracia por parte do povo, e o movimento dos militares na tomada de poder fora apoiado por figuras civis como os governadores de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais – Adhemar Barros, Lacerda e Magalhães Pinto, sem derramamento de sangue, além do apoio de várias camadas da sociedade moral e econômica e do apoio externo internacional.

Brasil e Alemanha possuem uma longa tradição amigável, laços culturais políticos e econômicos fortes. E na Segunda Guerra Mundial apenas uma interrupção temporária ocorreu. Houve um forte movimento emigratório de alemães ao Brasil nos últimos 100 anos por ser uma terra de grandes oportunidades para criação de uma nova casa. O comércio com suas terras se remetermos ao tempo colonial e sua abrangência de recursos é algo que se torna acessível. Cientistas alemães, vale mencionar o nome de Alexander von Humboldt achou no Brasil um inesgotável e amplo campo para desenvolvimento de sua pesquisa. Ao mesmo tempo esses colonos deram aos comerciantes e cientistas sua primeira quantia de compensação e desenvolvimento econômico na terra.<sup>85</sup>

O encontro do presidente Lübke foi de certa forma frutífero, nessa carta ao presidente Castelo Branco, complementa, ao final, com uma espécie de conselho crítico ao presidente e principalmente ao novo regime que se instaurara, com uma constatação, logo, na visão do presidente, “seu país está numa fase de convulsão social e econômica, enquanto se esforça para encontrar uma solução para justiça social baseada nesse novo sistema econômico e suas necessidades étnicas e geográficas”.<sup>86</sup>

Em relação à política externa que viria a ser praticada pelo Brasil por parte dos militares, os alemães fizeram um relatório que contemplava a opinião alemã e, após “4 meses

---

<sup>83</sup> Auswärtiges Amt. Besuch des Herrn Bundespräsidenten in Brasilia am 7 und 8 mai 1964. Berlin. (Março de 1964)

<sup>84</sup> Arquivo do Friedrich von Naumann Institut. Carta de Walter Braun ao Ministro Walter Scheel. 19 de maio de 1964. Gummersbach, Alemanha.

<sup>85</sup> Auswärtiges Amt. Entwurf: einer rede des Herrn Bundespräsidenten im Supremo Tribunal Federal. Berlin. (Março de 1964).

<sup>86</sup> Auswärtiges Amt. Entwurf: einer rede des Herrn Bundespräsidenten im Supremo Tribunal Federal. Berlin. (Março de 1964).

de revolução, essa opinião (do documento) teria uma participação especial”.<sup>87</sup>O Brasil argumentava que teria uma “política externa independente” (a mesma que Jânio Quadros havia declarado em 1961), porém, nos dias de hoje, segundo os alemães, seria impossível ter uma política independente, uma vez que as maiores nações sempre dependem uma da outra no sentido econômico ou político. A palavra “independente” tem uma conotação errada em seu uso, expressam apenas uma ideia de neutralidade estéril, para que eles possam proteger seu próprio pensamento e liberdade de ação contra qualquer problema internacional. No entanto, existe a política independente de um país que possui uma inclinação a uma espécie de democracia violenta, que mantém seu povo leal mental e politicamente, o que se pode observar que por parte dos alemães, por mais visível que seja sua ojeriza pelo ex-presidente Goulart, eles observaram que a “democracia” trazida pelos militares, seria essa “democracia” violenta que mantém seu povo na linha.

Para manter e continuar com a política de desenvolvimento econômico, a política externa do Brasil teve novos rumos, mesmo essa “orientação independente” teria uma nova roupagem diferente do que Goulart vinha praticando, pois, devido à instabilidade política, seu governo mal teve a oportunidade de fazer negociações a nível internacional de grande abrangência. Embora novos acordos bilaterais com o bloco Leste tivessem sido feitos e o esforço em aumentar a troca de mercadorias com a RFA não foi o suficiente para salvar o regime democrático, logo, com Castelo Branco, era necessário que se reagendasse as dívidas de curto e médio prazo do Brasil para com a Alemanha. Em 1960, as relações comerciais brasileiras mostraram um aumento de US\$ 3,8 milhões nas exportações do Brasil para a RFA e uma queda de US\$ 4,7 milhões nas importações, porém, mesmo com o aumento das exportações, o déficit comercial do governo brasileiro aumentou em 1955 a 1960, cerca de US\$ 56,9 milhões, segundo as estatísticas alemãs.<sup>88</sup>

De uma maneira geral, o governo de Quadros (1961) e Goulart (1961-1964) abraçou uma política monetária para estabilização da moeda e incremento no comércio exterior, adotando uma política de comércio com todos independente da ideologia da nação, com isso, o déficit comercial brasileiro foi de US\$ 193 milhões, em 1960, para US\$ 58 milhões, em 1961. Uma missão feita por Roberto Campos foi a de negociar na Itália, França, Inglaterra, Suécia, Bélgica, Holanda e Alemanha Ocidental o fornecimento de um crédito de reserva para o pagamento de dívidas comerciais atuais para a garantia de pagamento das dívidas de curto e

---

<sup>87</sup> Auswärtiges Amt. Aussenpolitische Grundsätze der neuen brasilianischen Regierung. Berlin. (17. August 1964).

<sup>88</sup> Auswärtiges Amt. Botschaft der Bundesrepublik Deutschland in Rio de Janeiro an das Auswärtiges Amt. Brasilianischer Aussenhandel im Jahre 1960 – Anlage 3. Berlin. (27 de junho de 1961).

médio prazo de 61 a 62, além da aprovação de novos empréstimos ao longo prazo que visassem ao desenvolvimento, além de garantias de empréstimos bancários a longo prazo (CAMPOS, 1994). Dessa forma, com o novo regime de 64:

A decisão brasileira no sentido da interdependência significou, ao mesmo tempo, uma reorientação de sua política em direção aos Estados Unidos, com intenção de obter um apoio correspondente na forma de ajuda militar, econômica e tecnológica. Econômica e politicamente estava lançada a pedra fundamental do chamado modelo brasileiro de desenvolvimento associado. (LOHBAUER, 2000).

Sem dúvida, o evento mais importante nesse novo período histórico brasileiro foi a visita do presidente Heinrich Lübke ao país, adiada no governo Goulart, sendo a primeira visita de uma autoridade internacional no novo regime. Essa visita tinha o intuito de rever os detalhes técnicos da cooperação entre as nações.<sup>89</sup> Na pauta, estavam presentes os seguintes assuntos: liquidação final dos bens alemães confiscados durante a Segunda Guerra Mundial, a pretensão da Lufthansa em aumentar as frequências aéreas e o acordo para garantia de investimentos, a utilização do crédito de 200 milhões de marcos, dos quais metade iria ao Nordeste para a compra de 2 grupos de turbinas-geradores de energia elétrica para as unidades 5 e 6 de Três Marias, 24 milhões para a Companhia do Vale do Rio Doce, compra de equipamentos necessários para o porto de Tubarão, 5,6 milhões para portos no Rio de Janeiro, 8 milhões para equipamentos hospitalares ao estado de Guanabara e 7 milhões a Satipel (BANDEIRA, 2011).

A extensão real dos investimentos alemães no Brasil de 1951 a 1964, no que se refere a investimentos diretos mais capital, pode ser avaliada em mais de US\$ 1 bilhão. Além disso, nesse período, verificam-se outras quantias importantes que vieram na forma de participação em outras empresas ou outros empréstimos, como capital de ampliação, que foram investidos nas empresas filiais de multinacionais alemãs que atuavam no Brasil. A maior parte do capital estava concentrada na indústria, que, em contrapartida, mantinha esse capital com valor agregado de seus produtos, como também por intermédio de transferências em dinheiro. Participações em firmas brasileiras também eram possíveis e contribuíram para aumentar o ingresso de divisas, geralmente com a compra de ações dessas empresas. LOHBAUER, 2000, p. 40).

Gradualmente, o regime militar reconstruiu as bases para o desenvolvimento brasileiro e cultivou um bom relacionamento com investidores privados. Embora a taxa de crescimento

---

<sup>89</sup> Auswärtiges Amt. Staatsbesuch des Herrn Bundespräsidenten in Brasilien. Berlin. (10 janeiro de 1964).

tenha sido baixa entre 64 e 66, o governo da RFA acreditava que condições econômicas e estabilidade política foram criadas para essa retomada do desenvolvimento. Nesses anos, a produção industrial aumentou 3,4% e, durante o primeiro governo militar, num clima de instabilidade e dúvidas, o governo alemão tentou ainda mais proteger os investimentos privados deles no Brasil. Motivo esse devido ao perigo de nacionalização de empresas estrangeiras que pairava nos anos de Goulart, por isso, bancos e empresas alemãs reforçaram constantes exigências de que o Brasil firmasse um acordo de desenvolvimento de capital com a RFA, para evitar esse controle do Estado sobre as empresas, limitando e criando uma cobertura de seguro – a HERMES. (BANDEIRA, 2011, p. 205).

Durante o governo de Castelo Branco, houve poucos investimentos alemães no Brasil se comparado com os anos seguintes ao seu governo, pois, em 1967/68, o aumento de capitais e auxílio técnico ao Brasil aumentou consideravelmente, o que, por um lado, corroborou para o chamado “milagre econômico brasileiro” que viria a acontecer no governo de Costa e Silva.

Em relação aos novos rumos na política externa brasileira frente ao conturbado ano de 64, o diplomata Gebhard Seelos denota que o país, após a crise cubana, já começou a delinear novos rumos diplomáticos, o principal deles seria o Brasil ingressar no chamado “bloco neutro”<sup>90</sup> como uma espécie de tentativa de obter prestígio frente a demais países que pertenciam ao mesmo bloco, como Iugoslávia, Egito Índia e Indonésia. Porém, Seelos argumenta que o “Brasil de modo algum era um Estado neutralista ou neutro”<sup>91</sup>, pois sempre quisera manter uma grande esfera de influência e participação política internacional independente da ideologia do país ao qual se relacionava, isso fazia parte do pacto de defesa americano para o hemisfério ocidental, uma vez que esse pacto o mantém limitado a sua esfera continental. Ainda complementa que a mentalidade do povo brasileiro é compatível com o estilo democrático ocidental de governo, e não o comunista, manifestando-se ser um povo muito otimista, porém as instituições governamentais nem sempre refletem essa imagem de sociedade democrática que o país possui. Pontua, ainda, que a Alemanha faria algumas negociações com as instituições estatais num futuro próprio (na garantia de essas instituições se tornassem compatíveis com o povo que possui com o intermédio alemão), e o Estado necessita de reformas que não afetassem a base democrática. Seelos, em nome do país, exprime seu desejo de que tais reformas sejam concluídas o mais breve possível.

---

<sup>90</sup> Auswartiges Amt. Grundsätze der brasilianischen Aussenpolitik. Berlin. (02 de março de 1964).

<sup>91</sup> Idem.

Após o golpe de 64, Seelos exprime sua avaliação da política externa professada pelo presidente Castelo Branco<sup>92</sup>, argumentando que o novo presidente adotou a mesma política externa do presidente anterior, a chamada “política externa independente”. O diplomata alemão se mostra muito crítico a essa posição, visto que as maiores nações dependem umas das outras com base em questões política, econômica, ou intelectual, e que o conceito de independência se mistura e se confunde com o de neutralidade, sendo usado para que se possa preservar seu próprio pensamento e liberdade de ação em relação a qualquer problema internacional. A tarefa política externa brasileira é servir ao profundo desenvolvimento econômico e social do país, diz Seelos (1964, p.2),finalizando com uma espécie de “conselho” ao presidente. A política externa brasileira deveria ter os seguintes princípios: independência – não neutralidade; não-interferência; autodeterminação dos povos; primazia de outras nações; relações com todas as nações – numa sociedade democrática ocidental.

Os apontamentos de Seelos podem ser vistos mais tarde no discurso do ministro Juracy Magalhães, em 1966, em que ele relata as diretrizes da política externa brasileira do governo de Castelo Branco<sup>93</sup>, as quais foram definidas em 31 de julho de 1964: a paz mundial, a busca por robustecimento, o poder nacional tendo em vista particularmente os instrumentos que permitam alcançar o pleno desenvolvimento econômico e social, seguindo os preceitos da autodeterminação e não-intervenção (aspectos que já eram presentes nas políticas de Goulart), além dos aspectos da segurança coletiva.<sup>94</sup> Relata também que o Brasil manteria boas relações com os Estados Unidos e países da Europa que tivessem um sistema democrático ocidental, demonstrando, assim, seu alinhamento. Ainda, o Brasil se manteria aberto aos investimentos e trocas comerciais com países europeus ocidentais, já que, no que tange aos do Leste Europeu, havia o desejo de “alargar as linhas de comércio (...), malgrado as barreiras ideológicas que nos separa.”<sup>95</sup>

Alguns anos mais tarde, a noção dessa “não-intervenção” e os novos rumos da política diplomática brasileira ainda incomodavam os alemães. No relatório<sup>96</sup> do diplomata Schlegelberger<sup>97</sup>, fruto de sua missão ao Rio de Janeiro, ele relata que o ministro Juracy

---

<sup>92</sup> Auswärtiges Amt. Aussenpolitische Grundsätze der neuen brasilianischen Regierung. Berlin. (17 de agosto de 1964)

<sup>93</sup> Auswärtiges Amt. Palestra do ministro Juracy Magalhães sobre a política exterior do Brasil, no encerramento do curso de política internacional, do curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco, no Palácio do Itamaraty, em 21 de novembro de 1966.

<sup>94</sup> Ibidem.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Auswärtiges Amt. Grundlinien der brasilianischen Aussenpolitik unterCastello Branco. Berlin. (20 de Janeiro de 1967).

<sup>97</sup> Gunther Schlegelberger foi cônsul e diplomata alemão, atuou como conselheiro e vice-chefe numa missão ao Rio de Janeiro, a fim de avaliar questões diplomáticas envolvendo o Brasil de 1965 a 1968. Antes disso, de 1940



Magalhães foi o responsável pela maior parte da formulação da política externa de Castello Branco, destacando a atuação do Ministro do Planejamento Roberto Campos no governo e a expectativa de sua atuação futura no próximo governo de Costa e Silva, complementando que a “revolução de 64” herdou a política de “não-intervenção de acordo com os princípios democráticos dos povos do Ocidente” de Quadros e Goulart.

Castello Branco também queria implementar uma política externa independente, porém essa independência para ele se mostra como objetivo e não método político. E só poderia ser alcançado em sua opinião, com uma certa interdependência militar, econômica e política (...), e que essa interdependência se relaciona acima de tudo, com os Estados Unidos. (SCHLEGELBERGER, 1967)<sup>98</sup>.

Ainda, no relatório, ele justifica a necessidade e os impactos que a “revolução de 64” (termo utilizado no documento) teve na economia do Brasil e no cenário mundial. Destacando a participação dos Estados Unidos e os auxílios de capital financeiro que esse país prestou ao Brasil. Em que julho de 1945 a março de 1964, fora de US\$100 milhões; de 1964, após o golpe, até 1966, US\$350 milhões, justificando que o país, em virtude do acontecimento da ditadura, começou a ser favorecido no que tange ao empréstimo de capitais estrangeiros, vindo de países de orientação capitalista. Em troca, o país ingressaria no plano de “Segurança Nacional” contra a expansão do comunismo<sup>99</sup>, adjetivando o Brasil como a “Terra do futuro”.

No governo de Castelo Branco, destacam-se os empréstimos de capitais alemães para uso de grandes obras, um dos primeiros projetos foi o das Centrais de Elétricas de Minas Gerais (a CEMIG), em 12 de julho de 1965<sup>100</sup>, com a ampliação da Usina Três Marias no valor de 16.600,00 DM e a ampliação da Companhia Hidro-Elétrica do Vale do São Francisco em 13 de julho de 1965 no valor de 40 milhões de marcos<sup>101</sup>. Esses projetos visavam a ampliar a distribuição de energia elétrica pelo país, principalmente na parte nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, seguindo a lógica diplomática acordada entre ambas as nações.

a 1942, foi assistente de pesquisa, atuando no Ministério das Relações Exteriores com Joachim von Ribbentrop, servindo na Wehrmacht de Adolf Hitler de 1943 a 1945. Voltou à ativa no serviço externo após o fim do nazismo apenas em 1951. In: ISPHORDING, Bernd. *Biographisches Handbuch des deutschen Auswärtigen Dienstes*. 1871 - 1945. Deutschland. Paderborn: Schöningh, 2012.

<sup>98</sup> Auswärtiges Amt. Grundlinien der brasilianischen Aussenpolitik unter Castello Branco. Berlim. (20 de Janeiro de 1967).

<sup>99</sup> Auswärtiges Amt. Grundlinien der brasilianischen Aussenpolitik unter Castello Branco. Berlim. (20 de Janeiro de 1967).

<sup>100</sup> Auswärtiges Amt. Contrato de garantia referente ao contrato de empréstimo de 12 de julho de 1965 entre o Kreditanstalt für Wiederaufbau e as Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. Berlim. (12 de julho de 1965).

<sup>101</sup> Auswärtiges Amt. Contrato de empréstimo entre Kreditanstalt für Wiederaufbau e Companhia hidro-elétrica do São Francisco. Berlim. (13 de julho de 1965).

Pelo protocolo sobre cooperação financeira assinado em 30 de novembro de 1963 pelo governo da República Federal da Alemanha e o governo dos Estados Unidos do Brasil, o governo da República Federal da Alemanha comprometeu-se a conceder ajuda financeira a longo prazo e relacionada a projetos específicos no montante de DM 200.000,00, o governo dos Estados Unidos do Brasil visa fomentar o abastecimento de energia elétrica do seu país mediante a ampliação da rede de distribuição de energia elétrica no Nordeste do país.<sup>102</sup>

Nesse contrato, algumas cláusulas especiais foram postas, uma delas seria de que, conforme fosse sendo executado o projeto, a situação deveria ser reportada por correspondência especial e, se até 1969 não tivesse sido concluído, as cotas dos empréstimos seriam canceladas.

Ainda na questão de empréstimos para o desenvolvimento do Nordeste do país, um projeto homérico em recursos humanos e financeiros foi o Plano de Açudagem e de perfuração de poços contemplado com o valor de 3.100.000,00 DM, nesse plano, pôde-se perceber o interesse e empenho por parte dos alemães de maneira pujante, visto que não se tratou apenas de um simples empréstimo, houve visitas técnicas de corpo científico por parte da RFA e a do próprio embaixador ao interior do Brasil para estudar e observar onde os empréstimos estavam sendo empregados.

Referindo-se a junho de 1964, uma carta<sup>103</sup> do Cel. Virgílio Távora – governador do Estado do Ceará – menciona a visita do embaixador ao nordeste e exprime os agradecimentos à Missão alemã que veio ao Estado. É relevante ressaltar ainda que, após o empréstimo, no ano de 1966, essa missão retorna, a fim de avaliar alguns pontos estratégicos e como o montante de 3.100.000,00 DM estava sendo gastos para emitir um parecer ao *Kreditanstalt* por parte dos Engenheiros Dr. Kurt Roske (perito em assuntos técnicos e hidráulicos) e Dr. Gunter Luedemann (chefe da missão) que viriam a permanecer uma semana em Fortaleza, de 11 de março a 18 de março de 1966, para “dar informações (ao banco *Kreditanstalt*) pormenorizadas do ponto de vista econômico e técnico.”<sup>104</sup>

O empréstimo deverá ser utilizado exclusivamente para a participação financeira dos custos relativos a ampliação do abastecimento de água rural. As medidas previstas abrangem a construção e ampliação de pequenas

---

<sup>102</sup> Auswartiges Amt. Contrato de empréstimo entre Kreditanstalt für Wiederaufbau e Companhia hidro-elétrica do São Francisco. Berlim. (13 de julho de 1965), pg. 2.

<sup>103</sup> Auswartiges Amt. Carta ao embaixador da RFA. Berlim. (22 de dezembro de 1965),

<sup>104</sup> Auswartiges Amt. Ajuda financeira ao Brasil, empréstimo de 3,1 milhões DM para o abastecimento de água no Ceará. Berlim. (15 de fevereiro de 1966).

barragens, a ampliação das instalações destinadas a captação reservação e distribuição da água dos poços já perfurados e instalação de novos poços.<sup>105</sup>

O projeto feito pela equipe na primeira visita da missão alemã ao Brasil, em agosto de 1964<sup>106</sup>, elaborou uma análise desde aspectos mais gerais do Estado nordestino aos pormenorizados, em relação à hidrografia local, por exemplo, para perceber a viabilidade de instalação desses poços. Ressaltou-se a importância de tal projeto para o Estado devido às condições climáticas de seca que assolavam a população, dessa forma, os depósitos seriam feitos de 1966 a 1968, a cada ano sendo disponibilizado 1 milhão de DM, com exceção de 68, com 1,1 milhões de DM, e o pagamento seria feito ao longo de 20 anos para saldar a dívida, sendo iniciado nos meses de dezembro e junho de 1972 e findados em 1987.

### **3.5 A virada diplomática em Costa e Silva**

A passagem da presidencial em 1967 gerou alguns desconfortos dentro do Exército, entre o “grupo de Sorbonne” favorável a Castelo Branco e os militares da “linha dura” que seguiam Costa e Silva, pois se acreditava que iria ocorrer um endurecimento do regime com um militar dessa orientação na presidência, chegando inclusive o ex-presidente a tentar articular junto com seu amigo e senador Daniel Krieger uma contraofensiva, caso fosse necessário, “Castelo não estava de acordo com o que chamou de desnecessário retrocesso. E propôs: O senhor que ative a Arena (Krieger era o presidente nacional). Percorra o país mobilizando o partido que eu me encarregarei do setor militar.” (FEHLBERG, 2011)<sup>107</sup>

O então Marechal Costa e Silva assume o cargo como presidente da República, dando continuidade à ditadura. A passagem do cargo ao Marechal Costa e Silva, considerado pertencente à chamada “linha dura” dos militares foi vista pela imprensa alemã como uma “queda de sua máscara democrática”.

O Brasil tem a ditadura mais difícil da América Latina desde sábado. O regime militar em vigor desde 1964 abandonou sua máscara democrática: sob pressão de um grupo “duro” liderado pelo general Sarmento, comandante do exército no Rio, o presidente Costa e Silva anunciou o estado

<sup>105</sup> Auswartiges Amt. Contrato de empréstimo entre o Kreditanstalt e o Estado do Ceará. Berlim.(26 de maio de 1966).

<sup>106</sup> Auswartiges Amt. Projektprüfungsbericht Brasilien wassersordnung des Staates Ceará. Berlim. (18 de agosto de 1964).

<sup>107</sup>FEHLBERG, Carlos.Krieger recebe a missão de evitar o endurecimento do regime militar. In: Política para Políticos, novembro de 2012. Acesso em 15 de julho de 2020. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20120118003212/http://www.politicaparapoliticos.com.br/interna.php?t=756327#>>

de emergência, enviou o parlamento para casa e prendeu figuras da oposição e a imprensa, mesmo correspondentes estrangeiros, sob censura.<sup>108</sup>

Em relação às questões diplomáticas, o Ministro Sérgio Corrêa Affonso da Costa assume a secretaria geral do Itamaraty, em seu discurso, ele relata que seus planos de ação no governo são congruentes com os do próprio presidente, nos quais a “primazia da política externa serão os problemas econômicos, e questões relativas à ciência e tecnologia (...) para acelerar o desenvolvimento do país”, destacando também que seria imperativo que se seguisse uma orientação “nuclear e espacial que cada dia se torna mais complexo”<sup>109</sup>, com uma preocupação do Brasil em ingressar na corrida pela Revolução Científica e Tecnológica. Esse ímpeto pela energia nuclear não é algo novo do governo de Costa e Silva, pois já havia sido levantado no governo de JK, em seu famoso e ambicioso “Plano de Metas” em 1957.

No final de agosto, o general Nelson de Melo, do Conselho de Segurança Nacional (CSN), apresentou ao presidente da República as "Diretrizes Governamentais para a Política Nacional de Energia Atômica". O documento recomendava a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); a formulação de um amplo programa de formação de cientistas, técnicos e especialistas para atender às especificidades das diversas áreas envolvidas com a produção de energia nuclear; a produção de combustíveis nucleares; a suspensão das exportações de urânio, de tório e de outros minérios indicados pela futura Comissão Nacional de Energia Nuclear; e o cancelamento da exportação das 300 t de óxido de tório aos Estados Unidos, que haviam sido contratadas naquele mesmo ano. Afora outros pontos, o governo poderia interromper o Programa Conjunto para o Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil - o que não ocorreu - e qualquer negociação com outros países, envolvendo matéria-prima de aplicação na área da energia nuclear, precisaria da aprovação do Congresso Nacional.(SANTOS, 1984, p. 203)

A política nuclear também continuou sendo desenvolvida ainda no governo de Jango, quando ele inaugurou o Instituto de Energia Nuclear (IEN), no qual funcionaria o reator “Argonauta”, promulgando a Lei n.4.118, sobre a Política Nacional de Energia Nuclear. Em 31 de dezembro de 1963, ele enviou uma mensagem ao Congresso Nacional, “mostrando a necessidade de iniciar a construção da primeira central nuclear no Brasil, com a utilização do urânio natural como combustível e independência na construção de reatores”, conforme planejava desde 1961, quando assumiu seu governo. (BANDEIRA, 2011, p.250). No governo Castello Branco, esse projeto foi abandonado, sendo retomado por Costa e Silva, como já citado.

<sup>108</sup> Die welt. *Militardiktatur*. nr. 51. (20 de dezembro de 1968).

<sup>109</sup> Auswärtiges Amt. Discurso do Embaixador Sérgio Corrêa Affonso Costa, ao assumir a secretaria geral do Itamaraty em 20 de março de 1967. Rio de Janeiro. (20 de março de 1967).

Figura 6 - Inauguração do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN).



Fonte: Bandeira, Moniz (2011).<sup>110</sup>

Em telegrama do Ministério das Relações Exteriores, é apontado pelo diplomata Holleben a preocupação dessa nova virada diplomática de Costa e Silva, destacando que ainda a integração no mundo ocidental e a aplicação de modelos de desenvolvimento democrático continuariam sendo a pauta do governo (embora fosse uma ditadura). Contudo, os interesses nacionais prevaleceriam acima de tudo, com indicativo de que poderia haver uma flexibilização na oposição Leste-Oeste e que o comércio com a Europa Oriental poderia ser fortalecido em prol desses interesses. Segundo a reportagem do Jornal do Brasil <sup>111</sup>, a nova política externa ganhara uma “nova tônica dintinta daquela que marcou o governo de Castelo Branco (...) com pelo menos uma mudança sensível na linguagem de enfoque”, passando de

---

<sup>110</sup> O presidente João Goulart no topo da escada, quando inaugurou em 1962 a construção do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), seguindo por Paulo Didier Vianna, diretor da CBV Ltda (construtora do Argonauta) e o professor Marcello Damy – presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

<sup>111</sup> Sem autor. *Política externa*. Jornal do Brasil. 06 de abril de 1967. Auswartiges Amt: Berlim.

“uma bipolaridade ao policentrismo (...), informando que o mundo já não está dividido necessariamente em dois blocos”<sup>112</sup>.

Nesse artigo de autoria de Luis Edgar de Andrade (1967), o correspondente relata os novos rumos políticos de Costa e Silva, mencionando a continuidade e o alinhamento com a Igreja Católica através do “Populorum Progressio”, o alinhamento a Washington com a seguinte expressão genial de que “somos aliados aos Estados Unidos por atacado, mas podemos divergir no varejo”.

Não há razões para duvidar que as crenças católicas são algo presente na elite brasileira. Seu catolicismo e sua Igreja não são os únicos responsáveis por 1964, nem a Igreja com a Vaticano II e o “Populorum Progressio”. Mas é verdade que o governo se excedeu a usar a Encíclica em seu discurso. Costa e Silva laçou seu governo através de uma ‘filosofia humanística exaltada pela última encíclica do Papa Paulo VI’ (...). O embaixador Magalhães Pinto enviou uma mensagem ao Papa parabenizando-o pela encíclica e sua representatividade na política externa do Brasil. (BRUNEAU, 1974, p.180).

No governo Costa e Silva, foram feitos vários empréstimos de auxílio de capital financeiro ao Brasil, sendo a maioria deles via BNDE e de valores bem substanciais, cada provento tinha um contrato específico de pagamentos e condições entre os dois países. Um dos primeiros data de março de 1968,<sup>113</sup> feito pelo embaixador von Holleben que atuava no Brasil. O acordo se tratava de um empréstimo de 54 milhões de marcos alemães ao Brasil para fins de promoção da “assistência do desenvolvimento” via o Instituto de Crédito para a Reconstrução (*Kreditanstalt fur Wiederaufbau*), o contrato tinha as seguintes cláusulas de utilização:

Até um total de 40 milhões de marcos para o financiamento através do BNDE, de investimentos em empresas de médio e pequeno porte da indústria manufatureira privada. Até um total de 14 milhões de marcos para o fomento da infraestrutura de circulação da Companhia do Vale do Rio Doce, após ter sido verificada por exame, a suscetibilidade da promoção de tal projeto.<sup>114</sup>

Um fato interessante é uma das cláusulas do documento na qual se destaca que o governo brasileiro não poderia utilizar esses valores de forma que beneficiasse alguns países

<sup>112</sup>ANDRADE, Luís E. *Da bipolaridade ao policentrismo*. Jornal do Brasil. 06 de abril de 1967. Auswartiges Amt: Berlim.

<sup>113</sup> Kapitalhilfe fur Brasilien: Zweites Kapitalhilfe-Abkommen 54 Mi DM. Auswartiges Amt: Berlim. (13 de março de 1968).

<sup>114</sup> Kapitalhilfe fur Brasilien: Zweites Kapitalhilfe-Abkommen 54 Mi DM. Auswartiges Amt: Berlim. (13 de março de 1968)

que a RFA considerava “subversivos”. Em um documento em anexo<sup>115</sup>, é enviada uma lista desses países ao Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros do Brasil, esclarecendo que territórios seriam esses: Albânia, Coréia do Norte, Cuba, República Popular da Mongólia, Polônia, Tchecoslováquia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Vietnã do Norte e República Popular da China, e das zonas de ocupação soviética da Alemanha e Berlim Oriental, ou seja, a ampla maioria dos países de orientação comunista, soviética ou que estavam na esfera de sua influência.

Em resposta ao governo alemão, o Brasil, em outro documento,<sup>116</sup> relata os usos que seriam dados para esse investimento via BNDE: 9,7 milhões de DM destinados ao projeto da Secretaria de Saúde do Estado de Guanabara para a expansão dos serviços médicos estaduais e compra de aparelhagem para vários hospitais da região, além da instalação do Centro de Hematologia o Hospital Pedro II e o Hospital de Crônicos e Convalescentes.

Em projeto em anexo, também estão dispostos os acordos relativos ao investimento de 14 milhões de DM para a Companhia do Vale do Rio Doce,<sup>117</sup> nesse documento, o valor do empréstimo foi aumentado para 38.200,00 DM conforme a necessidade do projeto de ampliação da Vale. A empresa se comprometia a saldar a dívida até dezembro de 1989, sendo os juros pagos ao final de cada semestre – 31 de março e 31 de setembro de cada ano – totalizando uma devolução de 38.200,00 DM, a ser liberado em cotas até 1971 o valor original do empréstimo de 38.200, 00 DM.

Já em relação ao restante do empréstimo no valor de 40.000,00 DM para o BNDE<sup>118</sup>, o contrato se dispõe que os juros do montante emprestado: seriam de 5 ½ % ao ano a partir do dia que os desembolsos forem liberados, devendo esses juros serem pagos ao fim de cada semestre – 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano –, sendo que a devolução total seria no ano de 1994.

Para além das questões dos empréstimos e investimentos, o Ministério das Relações Exteriores também produzia documentações referente à cúpula governamental do Brasil, nos “registros de personalidade”<sup>119</sup>, sob a autoria do embaixador von Holleben. Nesse relatório, fora feito uma espécie de dossiê das pessoas consideradas mais relevantes no governo – o

---

<sup>115</sup> Documento confidencial expedido pelo Presidente da Delegação da República Federal da Alemanha. Auswärtiges Amt: Berlim. (março de 1968).

<sup>116</sup> Kapitalhilfe hier.: Regierungabkommen. Auswärtiges Amt: Berlim (16 de setembro de 1968)

<sup>117</sup> Contrato de aumento de 19 de maio de 1969 ao contrato de empréstimos de 14 de junho de 1966 entre o Kreditanstalt für Wiederaufbau e a Companhia do Vale do Rio Doce – Programa de expansão da Vale do Rio Doce. Auswärtiges Amt: Berlim (19 de maio de 1969)

<sup>118</sup> Contrato de Empréstimo ao Banco Nacional do Desenvolvimento no montante de 40.000,00 DM. Auswärtiges Amt: Berlim (19 de maio de 1969).

<sup>119</sup> Persönlichkeits aufzeichnungen. Auswärtiges Amt: Berlim (18 de setembro de 1968).

Ministro das Relações Exteriores José Magalhães Pinto, o Presidente Marechal Artur Costa e Silva e sua esposa Yolanda da Costa e Silva.

O Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, conhecido por “entrar em rota de colisão com o governo Goulart praticamente desde o seu início, em meados de 1963, envolveu-se diretamente nas articulações que visavam à derrubada do presidente.”<sup>120</sup> Ele foi apresentado para os alemães numa outra roupagem, expondo sua formação e nomeação como ministro, um breve histórico político de suas atuações e, mais ao final, considerações pessoais acerca da conduta dele, relatando que não era um “grande orador, e ele prefere trabalhar em silêncio e conquistar outros com discussões individuais (...) nas discussões políticas ele sempre evitou atacar ou menosprezar pessoalmente seus oponentes”<sup>121</sup>, e que era um dos únicos políticos a manter boas relações com outros anteriores ao golpe como JK e Lacerda, destacando sua influência como banqueiro e Governador de Minas Gerais anteriormente e sua influência no cenário político.

Magalhães Pinto apoiou em 1961 a “política externa independente” do presidente Jânio Quadros. Em 1964 ocupando seu cargo, foi claramente um apoiador do anticomunismo no país, tento tirar um pouco a dependência do país em relação aos Estados Unidos, e que dá atenção ao comércio exterior brasileiro.<sup>122</sup>

O presidente Costa e Silva é visto com bons olhos por parte do Ministro von Holleben, como uma figura de bom político, “com uma campanha eleitoral e programa de governo sob o lema de uma ‘política para as pessoas’. Esse slogan marca um traço essencial de caráter do Presidente, que tem as melhores intenções de fazer tudo certo”<sup>123</sup> Ao longo da descrição, o presidente é visto como uma figura amigável e honesta, comprometido com seu trabalho, mas com uma crítica de que lhe faltava instinto político.

Em relação a sua esposa “Dona Yolanda”, ela é caracterizada como uma mulher comprometida com os afazeres domésticos que “assume funções de representante ao lado do marido com grande dedicação”<sup>124</sup>, tal como sua atuação na Legião Brasileira de Assistência, criada pela esposa de Vargas é exemplar.

---

<sup>120</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>121</sup> Idem, p. 2.

<sup>122</sup> Persönlichkeits aufzeichnungen. Auswartiges Amt: Berlim (18 de setembro de 1968). Tradução da autora.

<sup>123</sup> Idem p. 5

<sup>124</sup> Idem, p. 7



### 3.6. Outros projetos na década de 60

Existem vários trabalhos acadêmicos que exploram essas relações de cooperação entre a RFA e o Brasil na década de 60, de uma maneira mais geral, temos o trabalho de Christian Lohbauer (2000), “Brasil e Alemanha, fases de uma parceria (1964 a 1999)”, o autor foi bolsista do KAS, pesquisando muitos documentos nessa instituição, esse trabalho é fruto de sua tese de doutorado em Ciência Política, em que mostra de forma geral os principais projetos que foram feitos em consonância com as mudanças estruturais que ambos países vinham sofrendo. Nessa linha de pensamento o trabalho de Luiz Moniz Bandeira (2011), “O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil” trabalha em linhas gerais a evolução das relações bilaterais e a influência da cultura alemã no país de 1949 a 2011, nesse trabalho é importante destacar a ampla pesquisa em acervos alemães e brasileiros sobre o tema. Ambos trabalhos já foram supracitados nessa tese, porém não possuem um aprofundamento em nenhum dos projetos que abordam, fornecem um bom panorama geral dessas relações entre ambas nações, além de trazer um bom apanhado histórico sobre a Alemanha Ocidental (RFA) e a Oriental (RDA). Nessa linha também está a tese de doutorado de Ione Oliveira (2003) que discute as relações culturais e econômicas de 1949 a 1966, intitulada *Aussenpolitik um Wirtschafts-interesse*(2003), fruto de sua tese de doutorado em História, que assim como os demais, expõe as relações entre ambos os países, mas traz os Estados Unidos como um terceiro elemento importante também.

Por outro lado, alguns trabalhos mais recentes discutem os acordos de maneira mais aprofundada e permenorizada, como é o caso da tese em História de Danielle Viegas intitulada “O planejamento da região metropolitana de Porto Alegre/RS a partir da cooperação técnica entre o Brasil e a república federal da Alemanha (1963-1978)”, defendida na PUCRS. Nessa tese ela defende com um amplo cruzamento documental sobre esse convênio que se fez na elaboração do Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS a partir da cooperação técnica travada entre Brasil e Alemanha, que:

Em outras palavras, não se tratou somente de promover o desenvolvimento em suas múltiplas esferas (populacional, territorial, econômica), mas de planejá-lo a partir de premissas específicas e integradas. Sem embargo, a associação de temas técnicos e socialmente aplicáveis foi umas das tônicas do que se convencionou chamar de planejamento urbano integrado, um dos modelos adotados por parte do Estado brasileiro na condução da problemática urbana na década de 1960. De acordo com essa perspectiva, o planejamento era uma tentativa de orientar dinâmicas relativas à urbanização

e, especificamente, a configuração que processos socioeconômicos poderiam assumir em territórios projetados (VIEGAS, 2016, p. 197)

Assim como a dissertação de mestrado de Janine Schwartz, apresentada na Unisinos sob o título “Associações Cooperativistas durante a ditadura: Perspectivas entre estudos de caso de Argentina e Brasil” (2015), em que numa parte de seu trabalho (embora não fosse seu escopo) ela menciona a participação da Alemanha na concepção e construção da Cooperativa Piá em 1967 com a visita de técnicos alemães “recebidos (...) por Arnaldo da Costa Prieto e pelo oficial de gabinete, Walter Seger, os quais também os acompanharam por diversas regiões do Rio Grande do Sul, estabelecendo os primeiros contatos” (SCHWARTZ, 2015, p. 104).

Logo, esses dois trabalhos não serão trabalhados nessa tese, em virtude de já terem sido abordados em outros trabalhos acadêmicos, o objetivo aqui é trazer outros projetos não muito citados academicamente. Mas o que vale a pena mencionar é que o *elo* que une ambos trabalhos, além de sua temporalidade próxima, é que ambos fazem parte do grande projeto guarda-chuva que se iniciou a partir da visita do Ministro Erhard ao Brasil em 1954, sendo posto em prática com a visita de Lubke em 1964, nesse meio tempo de 10 anos com a criação das Comissões Mistas já citadas anteriormente.

Com essas relações bilaterais mais consolidadas, é no final da década de 60, que se percebe um grande aumento na quantidade de projetos, missões e auxílio da Alemanha para com o Brasil muito em virtude dessa “confiança” que a RFA depositava na ditadura do país, acreditando nos novos rumos que o Estado iria tomar. Uma prova disso é a própria visita do Ministro do Exterior alemão Willy Brandt, uma figura política ímpar pela sua atuação na chamada *Ostpolitik*<sup>125</sup>, em outubro de 1968.

Brandt foi recebido pelo Ministro das Relações Exteriores Magalhães Pinto, para uma discussão sobre o cenário internacional. Entre os temas do encontro estavam as relações Leste-Oeste (...), a política externa alemã, as posições dos dois países diante do Tratado de Não-proliferação de Armas Atômicas (TNP), possibilidades de cooperação entre o Brasil e a RFA na utilização pacífica da energia nuclear, as pendências entre os países industrializados e os países em desenvolvimento, bem como as relações entre a Europa Ocidental e a América Latina. (LOHBAUER, 2000, p.43).

Ao final da década de 60 e início dos anos 70, a maioria dos projetos se trata de acordos e de cooperação técnica entre as duas nações. Um projeto importante iniciou-se em

---

<sup>125</sup> Essa famosa política de Brandt suscitava que deveria haver uma aproximação entre a Alemanha e o Leste Europeu, incluindo a própria Rússia.

1968 com o intuito de fomentar o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil – o chamado Projeto SUDENE – Grupo de trabalho cartográfico<sup>126</sup>. Esse programa visava ao fornecimento de um carro como equipamentos de fotogrametria. Mais tarde, esse veículo fora recusado pelo governo em virtude de “não se adaptar aos trabalhos de campo que estavam sendo executados pela equipe cartográfica.”<sup>127</sup>

A promoção de pesquisas geológicas, hidrológicas e cartográficas, a República Federal da Alemanha fornece gratuitamente um carro Volkswagen de turismo para a realização das tarefas do grupo de trabalho cartográfico. Este veículo passa a ser propriedade do governo brasileiro no porto de desembarque, sob condição de ser colocado à inteira disposição do grupo para a realização de suas tarefas.<sup>128</sup>

Esse projeto se iniciou devido aos motivos de que havia uma dificuldade e deficiência de edifícios, recursos financeiros e profissionais qualificados para atuar na questão cartográfica do Nordeste, além de não ter nenhum órgão qualificado no local que estivesse apto a usar equipamentos cartográficos de ponta.<sup>129</sup> O exército faria uma espécie de parceria com a SUDENE para viabilizar a realização plena desse acordo. Uma espécie de conflito entre esses dois órgãos surgiu em relação aos equipamentos que viriam a ser doados pela RFA ao Brasil – uma espécie de disputa entre quem e onde ficaria esse material – a SUDENE gostaria que esse equipamento fosse instalado no Nordeste, aproveitando as estruturas administrativas, já o ministério da Aeronáutica e a Diretoria de Serviços Cartográficos do Ministério do Exército, se consideravam as instituições mais aptas a receber tal equipamento<sup>130</sup>, que era composto de 15 itens desde câmeras fotográficas especiais à copiadoras.

Em outro documento, remetendo à Alemanha, o General Lyra Tavares argumenta a fragilidade da SUDENE na recepção desses equipamentos e escreve que o Exército seria mais plausível de recebê-la<sup>131</sup> para uso no desenvolvimento da região Nordeste, argumentando que teriam a infraestrutura e conhecimento técnico de utilização dela. No final do processo, o

---

<sup>126</sup> SUDENE – Projekt kartographisches Arbeitsgruppe Bereitstellung eines Kraftwagen für Projektleiter. Auswärtiges Amt: Berlin. (21 de fevereiro de 1968).

<sup>127</sup> Ofício do Ministério das Relações Exteriores a RFA Auswärtiges Amt: Berlin. (25 de julho de 1968).

<sup>128</sup> Nota verbal do acordo básico de cooperação técnica teuto-brasileiro. Auswärtiges Amt: Berlin. (13 de maio de 1968).

<sup>129</sup> Carta ao Diretor da SUDENE de Leonides Alves da Silva Filho. Auswärtiges Amt: Berlin. (24 de abril de 1968).

<sup>130</sup> Carta ao Diretor de Serviço Cartográfico do Exército ao Sr. Superintendente da SUDENE. Auswärtiges Amt: Berlin. (23 de abril de 1968).

<sup>131</sup> Carta do General Aurélio de Lyra Tavares (Ministro do Exército) a José Magalhães Pinto (Ministro das Relações Exteriores). Auswärtiges Amt: Berlin. (08 de julho de 1968).

acordo é modificado com o argumento da “SUDENE não ser um órgão operacional e já ter a Diretoria de Serviços Geográficos do Exército, no Nordeste, infraestrutura capaz de bem operar o referido equipamento”<sup>132</sup>, perguntando ao governo alemão se aceitaria tais mudanças.

Um grande projeto que se iniciou em 1968 e adentrou os anos 70, foi a “Missão Geológica ao Estado de Minas Gerais e Espírito Santo”<sup>133</sup>, que contou com uma equipe alemã técnica e vários estudos, para viabilizar o desenvolvimento industrial de ambos Estados. O projeto inicia caracterizando primeiramente a região de Minas Gerais e seus problemas da região rural, fora da cidade de Belo Horizonte – com destaque o mau sistema de educação, a agricultura rudimentar, péssimo sistema de transportes e rodovias – apontados como os principais problemas para o desenvolvimento pleno da região, principalmente no sul. Aindanesse estudo, é apontado que o sistema industrial encontra-se estagnado, por isso, foi pensado em algumas alternativas para sanar essa situação, tais como, “acelerar a indústria básica para promoção de uma economia em escala; reorganizar e expandir a indústria manufatureira já existente e completar esse espectro manufatureiro baseado nos recursos naturais que o Estado tem a oferecer.”<sup>134</sup> O projeto contou com a colaboração e articulação das entidades governamentais de Minas como a CEMIG e BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), e tinha quatro fases: a primeira era a identificação dos problemas e estudo de caso da região, a segunda, um estudo das áreas promissoras, a terceira, um estudo detalhado dessas áreas e a quarta seria identificar e contatar principais investidores.

No primeiro estágio, as questões econômicas são as que foram levadas em conta, sendo divididas por setores – o primeiro, chamado de “básico”, estudava as questões dos transportes, clima, população, uso da terra e produtos produzidos no Estado. O segundo setor analisava a “infraestrutura” – transportes, comunicação, combustíveis, educação e serviços (bancos, seguros, etc.). No segundo estágio, “a partir de cada setor identificado pelo estágio 1, será feito um outro estudo detalhado para permitir a identificação e risco de oportunidades industriais em cada setor.”<sup>135</sup> O estágio 3 englobaria investimentos aproximados de cerca de um milhão de dólares ou mais, elaboraria, inclusive, onde e como instalar e tornar mais lucrativas as novas e antigas indústrias. Já o estágio 4 é a identificação e a divisão em dois grupos de trabalho – um para investidores brasileiros e outros estrangeiros.

---

<sup>132</sup> Ofício urgente a Embaixada da Alemanha. Auswartiges Amt: Berlim. (17 de outubro de 1968).

<sup>133</sup> Geologische Mission nach Minas Gerais und Espírito Santo. Auswartiges Amt: Berlim. (Agosto de 1968).

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> Geologische Mission nach Minas Gerais und Espírito Santo. Auswartiges Amt: Berlim. (Agosto de 1968), p. 12.

Para iniciar o projeto, foi enviado um geólogo alemão ao Brasil para dar os primeiros levantamentos do “estágio 1” – Helmuth Grabert. Em uma nota verbal, o governo brasileiro também solicita que seria necessário um economista e outro geólogo<sup>136</sup> para iniciar os trabalhos. Em resposta, o governo alemão se mostrou disposto a colaborar com o envio desses especialistas solicitados ao país<sup>137</sup>, eles chegariam ao Brasil para iniciar suas tarefas na primeira quinzena de maio de 1969<sup>138</sup>, porém, em outro documento de junho, são mostrados os nomes dos geólogos que iriam compor o grupo de trabalho – Dr. Leube (chefe da equipe) e o Dipl. Wens, ambos os geólogos<sup>139</sup>, ou seja, a missão iria começar com atrasos, muito em virtude da lentidão em como as informações eram trocadas entre ambos os países.

Baseado nos estudos feitos pelos geólogos, foi criada a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) em 15 de agosto de 1969. Ambos viram que a região tinha um potencial mineralógico grande. Essa sociedade foi criada com o intuito de “estimular o descobrimento e intensificar o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do Brasil; orientar, incentivar e cooperar com a iniciativa privada na pesquisa e em estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos.”<sup>140</sup> Para assumir a presidência da CPRM, foi nomeado Ronaldo Moreira da Rocha, advogado e empresário. Em seu discurso de posse, noticiado no jornal *Correio da Manhã*, percebe-se a ambiguidade e, de certa forma, uma crítica velada ao governo ao declarar que a CPRM foi “concebida para fazer face a insuficiência dos meios que dispõe o governo para realizar trabalhos de mapeamento básico e de geologia geral do país” ao mesmo tempo que se coloca como “homem da iniciativa privada, convocado para servir ao governo revolucionário.”<sup>141</sup>

Uma das primeiras medidas da CPRM foi a proposta de criação de uma Comissão Mista Brasileira-Alemã<sup>142</sup> para assuntos geológicos na região de Minas, a qual tinha como objetivo fazer pesquisas aero-geofísicas e a cartografia geológica das jazidas das regiões. No documento, consta que uma empresa alemã seria responsável pela interpretação e processamento dos dados coletados de maneira conjunta com os brasileiros, contudo, a

<sup>136</sup> Verbalnote. Auswartiges Amt: Berlim. (16 de janeiro de 1969).

<sup>137</sup> Verbalnote - Uebersetzung. Auswartiges Amt: Berlim. (sem data).

<sup>138</sup> Carta urgente – DCT/DEOc. Auswartiges Amt: Berlim. (24 de abril de 1969).

<sup>139</sup> Technische hilfen fur brasilien – La gestattenskundliche untersuchung im Gebiet von Minas Gerais. Auswartiges Amt: Berlim. (18 de junho de 1969).

<sup>140</sup> Projeto de estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM. Auswartiges Amt: Berlim. (15 de agosto de 1969).

<sup>141</sup> Brasil tenta anular atraso na mineração. *Jornal o Correio da Manhã*. 31 de janeiro de 1970. Auswartiges Amt: Berlim.

<sup>142</sup> Sugestão para elaboração de um convênio sobre pesquisa geológicas no Estado de Minas Gerais e em parte do Espírito Santo a serem efetuadas no âmbito da assistência técnica por uma comissão mista brasileiro-alemã. Auswartiges Amt: Berlim. (1970).

coordenação e a direção do grupo seriam exclusivamente brasileiras, tendo sua sede em Belo Horizonte.

Além dos serviços prestados, a missão também contaria com cursos de formação com instrutores alemães para aprofundar os conhecimentos geofísicos dos especialistas brasileiros, contando com equipamentos alemães inclusive. Ficariam a cargo do Brasil os recursos como água, eletricidades, telefone e instalações físicas, e da Alemanha aeronaves e conhecimento técnico do Instituto Alemão para Pesquisas do Solo em Hanover, por meio do qual brasileiros teriam formação<sup>143</sup> quanto ao uso dos instrumentos utilizados e no aproveitamento das pesquisas dentro do programa. Com o fim da missão, os aparelhos e aeronaves ficariam em posse do governo brasileiro, a missão teria duração de 3 anos, contando com os recursos humanos entre estrangeiros e nacionais.

Tabela 2- Recursos humanos do projeto de pesquisas geológicas em Minas Gerais.

<b>Profissionais</b>	<b>Primeiro ano</b>	<b>Segundo ano</b>	<b>Terceiro ano</b>
Cientistas ou engenheiros	6	10	15
Intérpretes	4	6	7
Datilógrafos	2	3	3
Motoristas	10	22	26
Assistentes	2	5	5
Pilotos	0	2	2
Navegadores	0	2	2
Mecânicos de avião	0	2	2
Operários eventuais	32	42	52

Fonte: Technische hilfen für Brasilien – Lagerstättenkundliche Untersuchung im Gebiet von Minas Gerais. Auswärtiges Amt: Berlin. (18 de junho de 1969).

Esse acordo foi assinado e selado pelo Ministro do Estado de Minas e Energia Antônio Dias Leite Júnior na cidade de Bonn, na Alemanha, em julho de 1970. No final, o projeto contou com 114 técnicos brasileiros, 29 alemães, com recursos entre 5 e 6 milhões de

<sup>143</sup> Extrato do esboço para o convênio sobre pesquisas geológicas no Estado de Minas Gerais e em partes do Espírito Santo a serem efetuadas no âmbito da assistência técnica por uma comissão mista brasileiro-alemã. Auswärtiges Amt: Berlin. (1970).

dólares<sup>144</sup>, sendo indicado o Dr. Alfred Leube e o Dr. Wilhelm Bosum como diretores científicos do projeto.<sup>145</sup>

Primeiramente, começaram a chegar os equipamentos topográficos em Belo Horizonte, no final do ano de 1970. Vieram várias máquinas e aparelhos, de muitos locais diversos da Alemanha e Suíça, já os peritos alemães (14 no total) desembarcaram em Minas, em fevereiro de 1971, e mais 8 pessoas chegariam em março também. É nesse período que se inicia uma espécie de “conflito” entre as duas nações pelo cumprimento de partes do contrato, uma vez que não tinha sido obedecida a cláusula de fornecer alojamento aos estrangeiros e despesas de viagens.<sup>146</sup>

Em carta<sup>147</sup> ao Dr. Francesco Coelho, o presidente do Departamento Nacional de Produção Mineral, por parte do Dr. Leube, coordenador da missão, relata vários problemas desde o início em relação ao que fora prometido pelo governo brasileiro para os alemães. A maior parte das reclamações girava em torno do acomodamento da equipe e seus diretores: sobre o “pagamento de diárias e alojamento adequado aos membros do projeto”, “sobre os quartos alugados que não cumpriram as expectativas, e eram muito pequenos para acomodar todos”. Na visita do Ministro Dias Leite em 03 de junho de 1970, na cidade de Hanover, para assinatura do contrato, fora prometido que o governo iria construir um prédio para abrigar a todos, porém tal promessa nunca aconteceu. Os veículos e motoristas prometidos para auxiliar a equipe nas viagens de campo também não chegaram, inclusive fora negado o pedido do Dr. Leube que ele pudesse ter um carro para essas viagens, outro fato interessante é em relação à liberdade do grupo alemão no projeto:

Além disso, é um fato aquém das questões do acordo, que o expert alemão responsável pela execução técnica do projeto não possui nem por si mesmo a liberdade de decisão sobre a necessidade das viagens oficiais, mas precisa a todo o momento pedir permissão às autoridades brasileiras em todo caso que surge.<sup>148</sup>

O documento é finalizado de uma maneira deveras triste, de que tinha esperanças de que o projeto fluiria de maneira satisfatória devido a todas as promessas feitas. É pedido ao diretor Francesco que intervenha nessas questões e solucione os problemas da equipe.

---

<sup>144</sup>AC salienta importância das pesquisas no Estado. Jornal do Comércio. Auswartiges Amt: Berlim. (05 de julho de 1970).

<sup>145</sup>Aviso 121/70 Auswartiges Amt: Berlim. (13 de agosto de 1970).

<sup>146</sup>Nota 15/7/70 Aide Memoire. Auswartiges Amt: Berlim. (16 de março de 1971).

<sup>147</sup>Carta a Dr. Francesco Chagas Pinto Coelho. Auswartiges Amt: Berlim. (15 de abril de 1971).

<sup>148</sup>Carta a Dr. Francesco Chagas Pinto Coelho. Auswartiges Amt: Berlim. (15 de abril de 1971), p. 03. Tradução da autora.

Percebe-se aí uma espécie de descaso por parte das partes contratadas no cumprimento de termos do contrato, o que iria causar desconforto nas próximas relações na próxima década.

A década de 70, no Brasil, é marcada pelo chamado “milagre econômico” que é dedicado a um feito dos militares, especialmente os governos de Costa e Silva e Geisel. Nesse período, percebe-se uma profunda conexão entre o Brasil e a RFA em termos de cooperação e alianças. A guinada industrial, em 1971, estabeleceu novos rumos no relacionamento Brasil-Alemanha, a economia alemã exportava alta tecnologia e desempenho, enquanto o Brasil, por outro lado, caracterizou-se por um dinamismo e espírito de otimismo. O número de empresas interessadas em estabelecer negócios no Brasil aumentou consideravelmente nessa década, a Câmara de Comércio e Indústria do Brasil teve cada vez mais grupo de visitantes estrangeiros interessados em receber, cuidar e ensinar sobre as oportunidades de participação no Brasil e suas diversas associações (LIPKAU, 1993, p. 66), assim, após 1971, havia inúmeras fundações de empresas e mais investimentos em companhias existentes.

Além de publicações e circulares em andamento, os interessados também recebiam material especial como livros ilustrados sobre a contribuição alemã para a industrialização no Brasil, desenvolvimento regional, questões de localização e documentação sobre legislação econômica, segundo Lipkau. A Câmara também publicava livros de pesquisas de comissões teuto-brasileiras científicas, tais como *Mineralmacht Brazil* de Hanfrit Putzer e “As plantas industrialmente utilizáveis do Brasil” de Mors e Toledo Rizzini.

A Alemanha era, na época, a segunda grande potência no Ocidente, sendo um ativo parceiro comercial com o Brasil, exportando 98% de produção manufaturada contra 2% de matérias-primas. No caso brasileiro, essa porcentagem era inversa, pois se exportava 98% de matérias-primas contra 2% de manufaturadoras, muito em virtude do estágio do desenvolvimento do país, na defasagem da nossa tecnologia em relação à tecnologia das nações plenamente desenvolvidas, segundo o periódico português o *Correio da Manhã*.<sup>149</sup>

Dentre as visitas diplomáticas na época, a que inaugurou a década de 70 foi a do Ministro Walter Scheel, um ex-soldado alemão que fora convocado em 1939 para lutar na II Guerra, terminando no posto de primeiro tenente das Forças Aéreas. Em 1946, começou a trabalhar como diretor comercial de empresas industriais e de entidades de classe, filiando-se ao Partido Democrata Liberal, sendo presidente da região da Westfália até o cargo de presidente do partido, no qual atuou até a década de 70 e, em 1953, começou a se destacar e

---

<sup>149</sup> A cooperação alemã. *Correio da Manhã*, Portugal, 23 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.



trabalhar com a área internacional.<sup>150</sup> O ministro visitara o Brasil 9 anos antes de 1971 em que a realidade era outra. Numa entrevista, ele expõe que iria comparar e perceber a nova realidade brasileira, o objetivo da viagem era discutir a cooperação entre o Brasil e a RFA em todos os setores e examinar o futuro desenvolvimento dessa colaboração.<sup>151</sup>

De certa forma, esse encontro marcou o início das conversações acerca da energia atômica entre Brasil e Alemanha de forma mais concreta, pois a pauta das reuniões entre as cúpulas de ambos os países girava constantemente sob essa questão. O enviado alemão acompanhado de sua esposa visitaram Brasília, em 23 de abril de 1971, e o Rio de Janeiro, no dia seguinte, sendo recepcionados pelo Ministro das Relações Exteriores Mario Gibson e o presidente Médici. No mesmo dia, no Palácio do Planalto<sup>152</sup>, sua chegada é marcada também pela própria inauguração da embaixada da RFA em Brasília<sup>153</sup>, e um novo modelo de trabalho em conjunto entre países plenamente desenvolvidos e países em desenvolvimento<sup>154</sup> como pode ser percebido no próprio discurso de Gibson. Ainda nessa visita, o ministro Scheel disse que essa livre empresa e preservação dos valores essenciais eram necessárias e o que separava países que já tinham alcançado o bem-estar social e os pobres.<sup>155</sup>

Nossa parceria pode constituir um novo modelo de trabalho em conjunto entre os países desenvolvidos e os em via de desenvolvimento (...) através de um vigoroso esforço interno de desenvolvimento, num regime de livre empresa e preservação dos valores essenciais da pessoa humana (...). O Brasil tem insistido em que a segurança econômica é essencial à segurança política coletiva, e, portanto, a uma paz duradoura, que não seja sinônimo da manutenção do *status quo*.<sup>156</sup>

Mesmo sendo uma visita breve de apenas 3 dias, o impacto na imprensa foi grande; para além de apenas discursos, a assinatura do convênio entre o Centro de Pesquisa Nuclear de Julich (Alemanha) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN (Brasil) fora feito

---

<sup>150</sup> Scheel veio propor maior intercâmbio. *Correio da Manhã*, Portugal, 23 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

<sup>151</sup> Scheel chega esta manhã ao Rio e diz que problemas do Brasil o impressionam. *Correio da Manhã*, Portugal, 22 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

<sup>152</sup> Program für den besuch des Herrn Bundesaussehnministers und frau Dr. Scheel in Brasília. Auswartiges Amt: Berlim. (23 de abril de 1971).

<sup>153</sup> Scheel inaugurou embaixada alemã. *Correio da Manhã*, Portugal, 24 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

<sup>154</sup> Médici trata com Scheel do intercâmbio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

<sup>155</sup> Gibson: Paz sem injustiças. *Diário de Notícias*, São Paulo, 24 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

<sup>156</sup> Gibson a Scheel: segurança econômica, caminhos da paz. *Correio da Manhã*, Portugal, 24 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

nessa visita, bem como o convênio entre o Instituto de Geologia de Hannover e o Departamento Nacional de Produção Mineral para fins de pesquisas geológicas no Brasil.<sup>157</sup>

Segundo a imprensa portuguesa e brasileira, Scheel também destacou nessa visita o empenho do Brasil nos esforços de libertação do embaixador von Holleben<sup>158</sup>, na realidade, isso marca que os alemães não eram ingênuos e mantinham uma constante observação sob o país e seus acontecimentos. A visita breve de apenas dois dias, mas que abordou pontos nevrálgicos na política externa entre as duas nações que viria a se desenrolar na década de 70 é um exemplo disso – nas próprias palavras de Scheel, “o Brasil é um país de fantásticas dimensões, mas com imensos problemas a resolver.”<sup>159</sup>

O caso de Holleben foi o terceiro de quatro sequestros de embaixadores internacionais no Brasil. O intuito dessas ações seria mostrar ao mundo as questões da tortura, a cassação política e anti-liberdade de expressão que o regime vinha praticando. O primeiro foi o embaixador Charles Elbrick dos Estados Unidos; o segundo, o diplomata japonês Nobuo Okushi e o quarto Giovanni Bucher, embaixador da Suíça.

Em 11 de junho de 1970 foi sequestrado no Rio de Janeiro por um comando guerrilheiro integrado por membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Ação Libertadora Nacional (ALN), organizações clandestinas que pregavam a luta armada para a derrubada do regime militar brasileiro. Permaneceu cinco dias em poder dos sequestradores, sendo libertado depois que o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) ordenou a soltura de 40 presos políticos, que foram enviados para a Argélia. Von Holleben deixou o posto em setembro de 1970 e retornou à Alemanha, sendo substituído por Karl Hermann Knoke, que assumiu a embaixada no Brasil em abril do ano seguinte.<sup>160</sup>

Esse fato foi tratado com muita estima pelo governo, uma vez que havia essa “pressão” por parte da RFA na manutenção e na continuidade dos acordos de cooperação. A censura operou de maneira mais eficiente, “tamanho foi a retenção de dados sobre o caso (...), que os jornais quando deram nota pela primeira vez sobre o ocorrido já traziam em suas manchetes a decisão do governo brasileiro em aceitar os termos dos sequestradores” (LUIZ, 2015, p. 40) que era a liberação de 40 presos políticos.

<sup>157</sup> Gibson: paz sem injustiças. *Diário de Notícias*, Portugal, 24 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

<sup>158</sup> Scheel grato ao Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

<sup>159</sup> Colaboração fecunda. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

<sup>160</sup> Correspondência da embaixada da RFA. Instituto Latino-Americano para o desenvolvimento social. *Veja* (17/6/70).

Entretanto, o mais destacado na imprensa da época em relação a essa visita foi a assinatura da cooperação nuclear entre as nações. Na comitiva de Scheel, veio juntamente o Prof. Berckurts – presidente do Instituto de Engenharia Nuclear de Julich – o qual visitou o Instituto de Energia Nuclear da Ilha do Fundão e foi a São Paulo no Instituto de Energia Atômica.<sup>161</sup> Além disso, fora monitorada a assinatura da concessão de financiamento ao Fundo da Pequena e Média Indústria do BNDE no valor de 13 milhões de marcos e de 43 milhões para a Companhia do Vale do Rio Doce<sup>162</sup>, feito pelo embaixador Herman Knoke.

Essa visita de Berckurts aos institutos serviu como base para delinear os próximos passos que teria o acordo no qual haveria um intercâmbio de professores e técnicos – cientistas brasileiros fariam cursos de verão na Alemanha e vice-versa, contando com a Universidade Federal de Belo Horizonte e a PUC de São Paulo como entidades parceiras nesse processo já no ano de 1972.<sup>163</sup>

### **3.7. A Comissão Mista Teuto-Brasileira de 1971**

O estabelecimento de uma “Comissão Mista Alemã-Brasileira de cooperação econômica” a nível governamental sempre fora incentivado pela embaixada do Brasil em Bonn desde 1960 e tem sido praticada desde 1962. Sempre se buscou apoio na expansão da indústria brasileira, principalmente na questão do uso de recursos minerais brasileiros, além de melhorar e aprofundar o relacionamento econômico, promovendo o comércio e resolvendo quaisquer que sejam os problemas de investimentos alemães no Brasil, somente a assistência técnica e de capital foram deixadas de fora.

A pedido do lado brasileiro, o protocolo de fundação declarou que, devido às diferenças estruturais econômicas, a delegação brasileira deveria ser composta principalmente por pessoas do governo, enquanto a alemã por pessoas do setor privado, o que na prática provou ser uma estrutura inadequada, sendo apenas nos anos 90 que os representantes do empreendedorismo privado brasileiros fizeram parte da delegação brasileira nas comissões. (LIPKAU, 1993, p.71).

Em agosto de 1971, a Câmara de Comércio Brasil-Alemanha com sede em São Paulo inicia os acordos para a formação da Comissão Mista entre os países a qual tinha como objetivos a cooperação e a troca de experiências técnicas, com sua sede na cidade de São

---

<sup>161</sup> Brasil assina com Alemanha acordo nuclear. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

<sup>162</sup> Chanceler alemão chegou para inaugurar embaixada. *A Notícia*, 23 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

<sup>163</sup> Brasil e Alemanha assinam hoje acordo nuclear. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

Paulo, detentor de cerca de 69% da produção industrial do país.<sup>164</sup> Os membros da comissão ficariam como associados por um período de 2 anos, a fim de realizar os trabalhos de maneira congruente e contínua, sendo que, caso precisasse ter alguma alteração da composição, isso deveria ser feito de maneira rápida e objetiva.

Em abril do corrente ano (se referindo a 1971), por ocasião da visita do Ministro Walter Scheel em Brasília, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Senhor Mário Gibson Barboza, aludiu um discurso do interesse do Brasil num surto adicional de investimentos alemães, ao longo de linhas de complementaridade industrial (...). A ideia foi retomada pelo Ministro Ronaldo Costa, Secretário Adjunto para Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores, no curso da reunião em Bonn, em maio de 1971.<sup>165</sup>

Essa comissão seria presidida pelos três cônsules das embaixadas de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, de maneira alternada a cada ano<sup>166</sup>, sendo que, em 1971, os responsáveis eram Senhor Jacobi (Porto Alegre), Dr. Treiber (Rio de Janeiro) e Senhor Simmermann (São Paulo) – essa última teria um peso especial nas decisões em virtude da cidade ser um polo industrial como exposto anteriormente. Dessa forma, um dos primeiros contatos e ações que a Câmara teve foi uma proposta da BMW Motors para formação de um grupo de brasileiros em suas fábricas.<sup>167</sup>

Em relação às justificativas da formação de tal comissão, ela foi pensada nos moldes da comissão mista Alemanha-Argentina, no sentido de receber ajuda da RFA no desenvolvimento industrial do país, fortalecer os investimentos externos e ensinar o *know-how* aos brasileiros.<sup>168</sup> Esse interesse em formar tal comissão veio devido ao Brasil ser um grande exportador, à rápida expansão dos investimentos privados no país e ao desenvolvimento acelerado pelo qual estava passando em relação aos demais países da América Latina. Os membros deveriam ser um pequeno grupo (tanto do lado alemão, quanto brasileiro) não devendo exceder ao número máximo de 5 pessoas, sendo um dos objetivos principais a primazia pelo desenvolvimento econômico e uma maior proximidade com os órgãos do governo federal, devendo também ser criado um sistema consultivo unido entre o

---

<sup>164</sup> Grundung der Deutsch-Brasilianischen Gemischten Kommission. Auswartiges Amt: Berlin (30 de Agosto de 1971).

<sup>165</sup> Carta do Ministério das Relações Exteriores ao Auswartiges Amt. Auswartiges Amt: Berlin. (25 de Agosto de 1971),

<sup>166</sup> Grundung der Deutsch-Brasilianischen Gemischten Kommission. Auswartiges Amt: Berlin. (12 de Agosto de 1971).

<sup>167</sup> Deutsch-Brasilianischen Gemischte Kommission. Auswartiges Amt: Berlin. (29 de Setembro de 1971).

<sup>168</sup> Plan zur schaffung einer deutsch-brasilianischen gemischten kommission. Auswartiges Amt: Berlin. (01 de Setembro de 1971).

Estado e o setor industrial, trabalhando de forma conjunta com associações empresariais de capital privado, visualizando no futuro um comitê anglo-brasileiro de cooperação econômica.

Essa comissão mista tinha o intuito de facilitar a exportação de produtos brasileiros exclusivamente para a Alemanha <sup>169</sup>, em troca, seriam facilitados o empréstimo e a entrada de capital externo ao país, a fim de promover novos investimentos na área industrial. Formalmente a Comissão tinha por tarefa captar capitais principalmente privados para transferir ao setor industrial e fomentar parcerias e auxílio técnico a esse setor, sendo que o trabalho prestado pelos membros era algo honorífico, devendo ser a quantidade de 8 pessoas para cada lado entre representantes do governo e empresariado. O encontro dessas pessoas era feito uma vez por ano com todos juntos alternadamente em Brasília e na Alemanha, devendo também ambas as Embaixadas – brasileira e alemã – atuarem de maneira cooperativa e unida com a comissão.<sup>170</sup>

Num dos primeiros encontros da comissão em 1974, fora decidido quais setores seriam estratégicos para o desenvolvimento industrial do Brasil, dentre eles, os transportes, mineração, metalurgia do ferro e aço e construção naval os quais eram considerados pontos-chaves para desenvolver a base industrial para fins de exportação.<sup>171</sup> Para novos investimentos o Brasil, sempre se pressupõe que o capital e o conhecimento técnico deveriam prover do exterior, por isso um dos acordos fora feito com a empresa BMW para cooperação técnico-científica.

Nessa primeira reunião da Comissão Mista, foi designado o Angelo Calmon de Sá – Presidente do Banco do Brasil e Cyro Freire Cury – do Ministério da Fazenda, para serem os representantes do grupo de trabalho para a transferência de empresas alemãs ao Brasil.<sup>172</sup> Ainda nesse mesmo encontro, foi redigido o regimento da Comissão que tinha por objetivo:

O intercâmbio de sugestões e recomendações que dizem respeito à expansão do intercâmbio comercial entre as Partes, e sobretudo, ao fomento dos investimentos privados, à formação de joint-ventures e à transferência de unidades de produção de um para outro país, e a outros assuntos de interesse econômico, excetuando-se as questões de cooperação técnica e financeira.<sup>173</sup>

---

<sup>169</sup> Deutsch-brasilianische Gemischte Kommission. Auswärtiges Amt: Berlin. (11 de Outubro de 1971).

<sup>170</sup> Bildung einer Deutsch-Brasilianischen Gemischten Kommission zur Intensivierung der beiderseitigen wirtschaftsbeziehungen. Auswärtiges Amt: Berlin. (29 de Agosto de 1973).

<sup>171</sup> Einsetzung von 2 arbeitsgruppen für joint ventures von kleineren und mittleren Unternehmen sowie verlagerung von produktionseinheiten nach brasilien. Auswärtiges Amt: Berlin. (22 de Agosto de 1974)

<sup>172</sup> Carta de Ramiro Guerreiro ao Embaixador do Brasil. Auswärtiges Amt: Berlin. (16 de setembro de 1974)

<sup>173</sup> Regimento da Comissão Mista Teuto-Brasileira de cooperação econômica. Auswärtiges Amt: Berlin. (s/d 1974)

Os membros da Comissão do lado brasileiro seriam nomeados pelo Ministério das Relações Exteriores; os do lado alemão, pelo Ministério da Economia, contando com pessoas ligadas aos setores do governo e da iniciativa privada dos países, sendo 8 de cada lado, ou seja, todas as sessões teriam 16 participantes, nas quais um deles seria “eleito” em reunião para ser o presidente. Cada país também teria sua secretaria própria – uma no Brasil em Brasília, no Ministério das Relações Exteriores, e na Alemanha, na cidade de Colônia, na Federação das Indústrias Alemãs.

Entre os acordos, uma das primeiras empresas alemãs que inicia a parceria com o Brasil é a *August Friedberg* de parafusos e rebites, a qual transmite que suas máquinas eram equipamentos bons e originais para o serviço metalúrgico e estavam prontas para serem transportadas pelo porto, faltando apenas a concessão de licenças para tal.<sup>174</sup> Em relação a esse protocolo, August reclama da lentidão do processo e reconhece que, mesmo que as matérias-primas brasileiras sejam consideradas boas, a mecanização ainda é bastante carente.

Outra parceria frutífera dessa comissão foi entre as empresas *Wizemann* (Alemanha) que fabricava peças de motores de carros da Volkswagen e a “Indústria Jwega” em Nova Friburgo – RJ, em que um gerente técnico do Brasil era responsável pelo treinamento e administração do *know-how* entre as companhias, havendo uma troca de conhecimentos entre ambos, além do investimento de 4 milhões de DM da empresa alemã no Brasil.<sup>175</sup> Fora instalado também na empresa brasileira todo o aparelhamento necessário para a produção, além de todas as máquinas que seriam importadas da RFA, somando o valor de 1 milhão de DM. Essa fábrica iria “produzir os eixos para os carros da Volkswagen estilo ‘Passat’, bem como os tuchos de válvulas para motores e caminhões da Mercedes-Benz do Brasil”<sup>176</sup>, além da importação de novas máquinas e instalações com isenção de tributos aduaneiros, porém tal questão encontrava alguns entraves por parte do governo brasileiro que não queria liberar as taxas de importação.

### 3.8. Auxílios financeiros na década de 70

Embora tenha havido mais destaque em relação aos auxílios do governo alemão em relação à exploração da energia atômica no Brasil, vários outros acordos foram feitos nessa época também, estabelecendo uma espécie de influência no país direta, através desse capital

---

<sup>174</sup> Carta de August Friedberg a Kirschhoff. Auswartiges Amt: Berlim. (07 de julho de 1975).

<sup>175</sup> Carta de Wizemann a Comissão Mista. Auswartiges Amt: Berlim. (18 de julho de 1975).

<sup>176</sup> Aide Memóire. Auswartiges Amt: Berlim. (04 de Agosto de 1975).

financeiro, numa espécie de dependência, e indiretamente de uma maneira cultural, tendo em vista aparelhagem e trânsito de pessoas entre as nações.

Os esforços do Brasil para atrair mais investimentos estrangeiros continuaram. A Europa e especialmente a Alemanha era vista como uma parceira favorável e desejável, no “I Seminário Internacional de Investimentos Brasileiros”, realizado em Salzburg em 1975, por iniciativa do governo Geisel, fora descrito como um grandioso evento de dimensões incomuns, focando não apenas na questão do capital, mas sim na transferência de tecnologias modernas ao Brasil.

O mundo europeu da indústria e dos bancos estava bem representado entre os aproximadamente 1800 participantes, principalmente as empresas que relataram suas experiências no Brasil, além dos três ministros – o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, o Ministro do Planejamento, João Carlos dos Reis Velloso, e o Ministro da Agricultura, Alyson Paulinelli, bem como outras personalidades da burocracia ministerial, como o presidente do Banco Central e do Banco do Brasil apresentaram relatório de uma situação otimista no país. A afirmação dos brasileiros era seu compromisso com a economia de mercado, e o empreendedorismo tinha um papel fundamental, “o capital estrangeiro, incluindo as empresas de médio porte sempre encontrará seu lugar no Brasil” teria dito Simonsen no encontro. Na década de 1970, simpósios, exposições e palestras foram no sentido de dar maior publicidade ao Brasil e sua economia, fornecendo um novo perfil ao investidor alemão.

Um desses investimentos foi o empréstimo de 20 milhões de marcos ao Brasil em 1972, oriundo de um projeto de 1971 que se refere à “importação de bens e investimentos de grande valor, no que se refere ao uso civil e para o equipamento de universidades provenientes da República Federal da Alemanha”<sup>177</sup>, indo diretamente na questão do investimento tecnológico, com um prazo de 20 anos para pagamento da dívida. Nesse projeto, seriam fornecidos 30 milhões de DM para a compra de locomotivas para o Estado de Pernambuco, que fora abandonado no ano seguinte para utilização dessa soma nos projetos Rio dos Sinos<sup>178</sup>, Vale da Ribeira, Cábreas Flutuantes, e o restante seria repassado ao Banco do Brasil. Esses quatro projetos faziam parte do *Projekt Union*, uma delegação alemã que visitou o Brasil e auxiliou na viabilidade e necessidade de realização de tais ações.<sup>179</sup>

---

<sup>177</sup> Nota Verbal B4-C7. Ministério das Relações Exteriores (22 de fevereiro de 1972).

<sup>178</sup> Esse projeto em especil foi trabalhado na tese de Daniele Viegas (2016).

<sup>179</sup> Ofício 59/822.1. Auswärtiges Amt: Berlim. (13 de março de 1972).

Logo, nesse protocolo, ficou acertado que seriam emprestados 20 milhões para compra de equipamentos em universidades e 6 milhões para irrigação da planície do Icó.<sup>180</sup> O empréstimo de 20 milhões seria destinado à compra de equipamentos médicos na Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>181</sup>, sendo que a aquisição desses bens deveria ser via concurso público.<sup>182</sup> Os pagamentos desse empréstimo iniciariam em 1982 e findariam em 1990 com 16 parcelas de 146 mil DM, totalizando 2.330,00 DM de devolução<sup>183</sup> e mais 25 parcelas de 147 mil DM – totalizando os 6 milhões DM restantes.

Outro projeto dessa época que fazia parte da questão desenvolvida desde a década de 60 em relação ao desenvolvimento da região Nordeste brasileira era a missão alemã enviada à Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco (CHESF) para negociar, entre janeiro e fevereiro de 1974, com fornecedores de turbinas, geradores, disjuntores e transformadores, linhas de crédito paralelo e complementar para financiamento e negociação com a Eletrobrás, Finame e Bird.<sup>184</sup> Esse projeto se referia às obras de geração da Barragem de Sobradinho para expandir a capacidade de armazenamento de água do Rio São Francisco, a Usina Paulo Afonso IV, a fim de aumentar a captação e geração de energia elétrica, além do aumento de linhas de transmissão de 390km para 2384 km na região, com construção de subestações, inclusive, construção de instalações gerais como laboratórios, edifícios, etc.

Primeiramente, a CHESF havia solicitado financiamento ao *Inter-American Development Bank* (IADB) no valor de 215 milhões de dólares, porém, esse montante fora negado, sendo apenas disponibilizado 73 milhões pela instituição, em virtude “de outras demandas, consideradas de alta relevância no Brasil, como a agricultura, transportes e telecomunicações”, dessa forma, o governo se projeta e envia delegações na busca de outros parceiros externos, incluindo a Alemanha, Canadá, Itália, Estados Unidos dentre outros.<sup>185</sup>

Dessa forma, as instituições que financiariam esse projeto com base nos estudos alemães seriam o BID, BIRD, Finame e a Eletrobrás. Logo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) emprestou um montante de 84 milhões e 800 mil dólares para financiamento das obras.

---

<sup>180</sup> Protocolo sobre cooperação financeira. Auswartiges Amt: Berlim. (30 de junho de 1972).

<sup>181</sup> Kapitalhilfe für Brasilien. Auswartiges Amt: Berlim. (1972).

<sup>182</sup> Protocolo sobre cooperação financeira. Auswartiges Amt: Berlim. (03 de agosto de 1972).

<sup>183</sup> Darlehensvertrag zwischen Kreditanstalt für Wiederaufbau und federativen republik Brasilien. Auswartiges Amt: Berlim. (15 de novembro de 1972).

<sup>184</sup> Carta da CHESF a Embaixada da Alemanha. Auswartiges Amt: Berlim. (05 de novembro de 1973).

<sup>185</sup> Office Memorandum de Robert Skillings – Brazil Bilateral Financing for the Paulo Afonso IV Project. Auswartiges Amt: Berlim. (15 de novembro de 1973).



Com esta operação, ascende a 186 milhões e 500 mil dólares o total de recursos destinados pelo Banco à construção do complexo na qual vem participando de forma contínua desde 1962. Anteriormente o BID autorizou seis outros empréstimos no montante total de 101 milhões e 700 mil dólares para cooperar nos equipamentos de geração, transmissão e distribuição da Usina (...) que beneficiaria as cidades de Recife em Pernambuco e Salvador na Bahia.<sup>186</sup>

Essas obras financiadas eram faraônicas devido a sua grandiosidade e complexidade as quais trariam um vasto benefício à população nordestina. Uma era a construção da represa reguladora de Sobradinho, situada acima do complexo de águas de Paulo Afonso, a qual aumentaria a capacidade de descarregamento de água na geração de energia, a construção de dois quilômetros água abaixo da Central Hidrelétrica Paulo Afonso IV com canal de desvio, câmara de água, um vertedouro, uma casa de máquinas e uma central elétrica subterrânea. Os recursos seriam liberados por um período de 20 anos, com juros de 8% sobre cada um – o empréstimo foi amortizado mediante pagamento de 32 cotas semestrais, a primeira das quais seria paga 4 anos e meio depois da assinatura do contrato.

Não apenas projetos de desenvolvimento por vias estatais eram feitos, embora fossem uma grande maioria, empréstimos privados também aconteciam, como, por exemplo, o caso da Viação Aérea Riograndense (Varig), que teve suporte a auxílio da Lufthansa alemã para troca de aeronaves e a introdução do equipamento “DC-10-30”<sup>187</sup>, além de ampliar a frequência de voos semanais à Alemanha para o número de 2<sup>188</sup>, além disso, seria feita a introdução de aeronaves de grande capacidade de passageiros pela companhia alemã Lufthansa.<sup>189</sup> Um novo molde do acordo teuto-brasileiro de aviação estava se oferecendo, no sentido de ampliar para 4 vezes semanais esses voos para a RFA, incluindo os de carga, tendo apenas como impedimento a sanção do governo que viria posteriormente, embora as empresas já tivessem antes concordado.<sup>190</sup>

Nesse acordo, também foi solicitado que os voos tivessem escala em Casablanca, na África, o que originou certo desconforto por parte do Brasil que exigia que as rotas passassem por São Paulo ou Rio de Janeiro. Essa “parada” seria estratégica, segundo a RFA, para a manutenção das aeronaves de grande porte e estreitar relações entre a Alemanha

<sup>186</sup> Carta da CHESF a Embaixada da Alemanha. Auswärtiges Amt: Berlim. (05 de novembro de 1973).

<sup>187</sup> O McDonnell Douglas DC-10 é um avião de passageiros de grande porte a médio alcance, com capacidade para 380 passageiros, produzido pelo fabricante americano McDonnell Douglas. O DC-10 também foi produzido como uma aeronave de carga. Fonte: *McDonnell Douglas DC-10 (em inglês)*. *Flugzeuginfo.net*. Consultado em 02 de abril de 2020.

<sup>188</sup> Memorando DE-I B46 F36. Auswärtiges Amt: Berlim. (24 de janeiro de 1974).

<sup>189</sup> Introdução de aeronaves de grande capacidade. Auswärtiges Amt: Berlim. (10 de janeiro de 1974).

<sup>190</sup> Aide Memoire. Auswärtiges Amt: Berlim. (06 de fevereiro de 1974).

e África<sup>191</sup>, sendo necessárias uma escala no Norte e outra no Oeste, antes de rumar à RFA. Os motivos seriam razões econômicas tais como: essa centralização da infraestrutura de aeronaves de grande porte da Lufthansa não apenas do Brasil, mas de outros locais que operam no Atlântico sul e central, interesse de assegurar o atendimento no mercado de tráfego aéreo entre Alemanha e Senegal, necessidade de promover o perfeito rodízio de tripulações de diferentes serviços e necessidade de manter-se a estrutura operacional atual para evitar novas negociações com respectivos países africanos.<sup>192</sup> Nessa documentação, é possível notar uma mudança “sensível” na postura dos alemães em relação à URSS, pois é, nessa década de 70, que se iniciam os primeiros voos da Lufthansa para esse local.<sup>193</sup>

A Varig também organizava e promovia os “Encontros Econômicos Alemão-Brasileiros” desde 1975, que contribuíam para a ampliação e promoção das relações econômicas entre os dois países. Esses eventos eram supervisionados pelo grupo de empresas Kienbaum, sendo permanentes até 1981 (LIPKAU, 1993, p. 74), acompanhados pelas três câmaras de comércio no exterior por meio de palestrantes, líderes de grupos de trabalhos e discussões. O objetivo principal desse fórum era informar aos empresários alemães sobre a possibilidade de estabelecer contato, expor preocupações e sugestões. Após esses eventos, simplesmente chamados de *Conferências Varig*, a iniciativa terminou em 1981, em Porto Alegre, devido a dificuldade de investir e o notável nacionalismo econômico do Brasil.

### **3.9. Um dos maiores negócios de exportação da RFA: A cooperação atômica**

O Brasil estava no auge econômico no início de 1974. A indústria e o comércio estavam a todo vapor, o país desfrutava de uma certa calma internamente com crédito e respeito pelo mundo, esse clima otimista criou uma boa atmosfera na Câmara de Comércio teuto-brasileira. (LIPKAU, 1993, p. 76). Essa estabilidade fora delineada no governo Médici (1969-1974) o qual levou o país a consolidar-se “como uma liderança subcontinental, qualificando-se como nação de influência no quadro internacional.” (VECCHIO, 1998, p. 68).

Sem dúvida, a maior parceria entre Brasil e Alemanha foi o acordo nuclear assinado em 1975, um dos motivos que levou a esse interesse no Brasil é devido ao país ser possuidor de recursos naturais que “integrava o grupo de países possuidores de reservas de tório e urânio, matérias-primas para o combustível nuclear.” (ALMEIDA, 2015, p. 26). O ímpeto da busca e o desenvolvimento da energia nuclear no Brasil provêm desde a Era Vargas, com

<sup>191</sup> Quadro de Rotas. Auswartiges Amt: Berlim. (06 de fevereiro de 1974).

<sup>192</sup> Nota Verbal. Auswartiges Amt: Berlim. (30 de abril de 1974), p. 2.

<sup>193</sup> Nota Verbal. Auswartiges Amt: Berlim. (30 de abril de 1974).

aproximação e apoio dos Estados Unidos como um potencial aliado para a exportação de terras raras e areias monazíticas em 1945 (MALLMANN *et al*, 2018, p.71). É apenas no governo Dutra que o Brasil terá uma “política nuclear própria, com envio de formulário para a criação de um projeto nuclear brasileiro à Comissão das Nações Unidas para Energia Nuclear.” (PATTI, 2014). Inclusive, a questão nuclear e o chamado “negócio do século”<sup>194</sup> foi um fato importante que marcou o desenvolvimento e usos desse modo energético no país.

O Acordo Nuclear de 1975, assinado entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, era até então o maior acordo de transferência de tecnologia nuclear já assinado. Previa a transferência de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, desde a mineração até seu efetivo uso, bem como a construção de 8 usinas no país. (CHAVES, 2018, p. 28).

Como complementa Souza:

A cooperação compreenderia o intercâmbio de cientistas e técnicos com a realização comum de projetos científicos e a realização de cursos técnicos para cientistas brasileiros, para os quais a RFA comprometia-se em enviar cientistas e técnicos altamente qualificados. Além disso um grande número de cientistas brasileiros foi enviado ao exterior em graus diversos de adestramento científico e tecnológico para a aquisição de experiências variada. (SOUZA, 2009, p. 67-68).

Embora o acordo tenha tomado uma manifestação material apenas em 70, é importante nos remetermos aos primeiros usos e pesquisa da energia nuclear no Brasil para dar certo sentido a essa parceria. Podemos nos remeter aos anos de 1950, com Vargas novamente no poder, cria-se o Centro Nacional de Pesquisas – o CNPq, para fortalecer o monopólio estatal sob as pesquisas científicas e vigiar o comércio desses minérios atômicos, com a cláusula de que a venda desses materiais somente poderia ser feita se houvesse fornecimento de informações técnicas e de material especializado para energia nuclear – as compensações específicas.

O CNPq baixou um elenco de normas a serem observadas nos acordos internacionais que o Brasil viesse a assinar no campo da energia, objetivando a preservação e o desenvolvimento da indústria nuclear brasileira, da mesma forma no que dizia respeito equipamentos e assistência técnica decorrentes das exportações brasileiras de monazita. (MARQUES, 1992, p. 31).

---

<sup>194</sup> Esse termo é uma alusão a dissertação de Rafael Brandão (2008), intitulada “O negócio do século: o acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha”, em que o autor trabalhou com a questão da construção das usinas nucleares no Brasil e como se deu essa articulação com o governo alemão e as empresas de capital privado.

O Centro de Pesquisas atuou diretamente no programa nuclear e sua implementação, “subordinava-se diretamente à Presidência da República e gozava de autonomia técnico-científica, administrativa e financeira” (ANDRADE, 2006, p. 113). Uma figura importante nesse órgão foi a do Almirante Álvaro Alberto que propunha uma certa independência nuclear do Brasil em relação a outras nações e a “busca de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro em outros países além dos Estados Unidos” (MIROW, 1979, p. 16), e é através desses ensejos do Almirante que o país irá se aproximar da Alemanha pela primeira vez nesse ensejo nuclear.

Em 1953, Álvaro Alberto conseguiu autorização do presidente Vargas para duas missões na Europa, uma na França e outra na República Federal da Alemanha e tomou conhecimento nesse país do processo de pesquisa em separação de isótopos mediante a ultracentrifugação do fluoreto de urânio para obter o urânio enriquecido que se encontrava em fase adiantada. Descrente de obter qualquer auxílio no campo nuclear com os EUA, o almirante defendia uma aproximação com a Alemanha Federal. Ele interpretava que a alternativa alemã se abria como ótima oportunidade de cooperação para o desenvolvimento nuclear do país e a assinatura de um acordo traria benefícios para ambos os países, pois as restrições impostas à RFA impediam o desenvolvimento de tecnologia desta amplitude em território alemão. (SOUZA, 2009, p. 27).

Dessa forma, foi negociado com o professor Wilhelm Groth do Instituto Físico-Químico da Universidade de Bonn um acordo para a construção de três usinas, contudo, com a questão ainda latente da II Guerra e as sanções à Alemanha, esse acordo era secreto e “apresentava um risco duplo de importar tecnologia não comprovada de enriquecimento de urânio de forma clandestina, estando a Alemanha Federal ainda ocupada e sujeita ao controle norte-americano” (ANDRADE, 2006, p. 137). Nas vésperas de embarque, o material foi apreendido pelo *Military Security Board*, órgão inglês de fiscalização, por ordem do alto comissariado dos EUA, invocando proibições constantes no Estatuto de Ocupação imposto à RFA por ocasião da II Guerra (BANDEIRA, 1994, p. 95). Posteriormente, apenas no governo de JK, em 1956, essas ultracentrífugas foram liberadas e instaladas no Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, que já estavam ultrapassadas para tal tecnologia na época e “até hoje elas são conhecidas por ‘chocolateiras’, apelido dado pelo físico César Lattes.” (MALHEIROS, 1993, p. 11).

Ao longo da década de 60, a tecnologia nuclear continuou se desenvolvendo de maneira mais sutil do que prática no país, com uma aproximação dos EUA como mentor e

apoiador nesse processo. Logo, novas conversações com a RFA iriam retornar apenas na década de 70, muito devido ao fato de que, ao continuar sob a tutela norte-americana, o Brasil se tornaria um país muito dependente dos recursos científicos, tal como o urânio enriquecido, “além de não haver cooperação técnica que implicasse na transferência plena de tecnologia e que pudesse ajudar o Brasil a desenvolver seus próprios projetos. (SOUZA, 2009). Credita-se a empresa *Westinghouse*, em 1972, a construção da primeira usina nuclear no Rio de Janeiro, a Angra I, porém, em 1974, o país cancela o acordo com essa empresa devido a vulnerabilidade que teria no setor como marca Visentini.

Além da escolha da tecnologia, outro fator que teve de ser considerado foi a vulnerabilidade do abastecimento do combustível necessário à execução do programa. A evolução histórica recente estava a demonstrar os perigos de uma substancial dependência de fontes externas para a satisfação das necessidades de insumos fundamentais para a economia. A fim de evitar o que ocorrera com o petróleo, era imperativo que, no caso da energia nuclear, a solução fosse suscetível de dar ao país, a médio prazo, a indispensável autonomia. Era preciso, pois, ao fazer a opção técnica, levar em conta a necessidade de assegurar a plena transferência para o Brasil das tecnologias envolvidas em cada uma das áreas do ciclo do combustível correspondente ao tipo de reator adotado. Em outras palavras, não era admissível substituir uma dependência por outra. (VISENTINI, 2011, p. 219).

Devido a essa conjuntura, o Brasil cria, ainda no governo Médici, a estatal Nuclebrás para lidar com os investimentos e a pesquisa sobre a energia nuclear no país, além de sua implementação.

Para administrar o futuro setor nuclear nacional, o governo criou uma empresa Estatal, a Nuclebrás, chefiada por Paulo Nogueira Batista, o diplomata que conduzira, desde o final dos anos 1960, as negociações sobre temas nucleares. Vista a indisponibilidade dos Estados Unidos para cooperar em matéria de transferência de tecnologias e suprimento de novas usinas nucleares, o Brasil, como revelado pela documentação disponível, após ter sondado diplomaticamente vários países industrializados, assinou um importante acordo de cooperação com a República Federativa da Alemanha. (PATTI, 2013, p. 52).

Logo, essa empresa cria quatro subsidiárias cada qual responsável por um setor: a Nuclen que atuou nos serviços de engenharia para usinas nucleares; Nuclep responsável pela fabricação de componentes pesados relativos a usinas nucleares; Nuclei destinada a

construção de uma usina de demonstração de enriquecimento de urânio e Nuclam formada com objetivo de prospectar, pesquisar, minerar e beneficiar minério de urânio.<sup>195</sup>

A Nuclebrás Engenharia (Nuclen) operava em conjunto com a *Kraftwerk Union Aktiengesellschaft* – KWU, que tinha o poder de 25% sob a empresa, o restante estava a encargo da Nuclebrás. Seu objetivo era a obtenção de toda tecnologia relacionada com os serviços de engenharia pra usinas nucleares e projetos relacionados, promovendo a indústria brasileira para a fabricação de componentes para as usinas. Já a Nuclebrás Equipamentos Nucleares (Nuclep) era formada pela associação da Nuclebrás com as empresas *Kraftwerk Union Aktiengesellschaft* (KWU), *Gutehoffnungshütte Sterkrade Aktiengesellschaft* (GHH) e *Vereinigte Österreichische Eisen und Stahlwerke Alpine Montan Aktiengesellschaft* (VAL) que deteriam 25 % do capital da empresa. Já Nuclep iria projetar, construir e comissionar uma fábrica de componentes pesados e absorver de forma completa toda a tecnologia relacionada com a fabricação de componentes pesados nucleares (componentes do sistema nuclear de geração de vapor, que inclui o reator).

Outra subsidiária, a Nuclebrás Enriquecimento de Isótopo (Nuclei) construiria no Brasil uma usina de demonstração de enriquecimento de urânio baseada no jato centrífugo (nozzle), com operações exclusivamente pacíficas para venda de urânio enriquecido. Essa empresa operaria com as alemãs *Steag* e *Interatom*. Já a Nuclebrás Auxiliar e Mineração (Nuclan) iria atuar na prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de depósitos de urânio, essa empresa duraria apenas 15 anos e teria a empresa alemã *Urangesellschaft* com 49% das ações como parceira.

A *Kraftwerk Union Aktiengesellschaft* – KWU foi fundada em 1969 pelas Siemens A.G e AEG-Telefunken para atuar no campo da geração de energia, com aproximadamente 478 mil empregados e um movimento de 11 bilhões de dólares, com capital de 140 milhões de marcos, tendo várias sedes em 5 cidades alemãs, com 5 empresas subsidiárias, sendo representada no Brasil pela Siemens. Essa empresa atuava no país desde 1905, a Siemens Brasileira, com várias fábricas em São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro com construção em Curitiba e Blumenau, atingindo o número de 15 mil funcionários até o final da década de 70.

A *AEG-Telefunken* abrangia todos os setores da eletrotécnica com capital de 704, 1 milhões de marcos e atuava no Brasil há mais de 60 anos com fábricas em Jundiaí e Santo Amaro (SP) e no Rio de Janeiro, tendo mais de 2 mil empregados no país, produzindo

---

<sup>195</sup> NUCLN, NUCLEP, NUCLEI E NUCLAN são as quatro subsidiárias da Nuclebrás. Auswartiges Amt: Berlim. (26 de julho de 1976).

cubículos para baixa e média tensão, equipamentos de telecomunicação, equipamentos de diversão e outros.

Sendo assim, é lançado o I Programa Nacional de Energia Nuclear (I PND) “pretendendo a instalação de uma usina de 600MW para atender a demanda de energia na década de 80. (ANDRADE, 2006, p. 136). A construção de Angra I apenas começou a funcionar em 1982, devido a um atraso de 5 anos nas obras e “reuniu as condições para entrar em operação completa em 1982, gerando energia em escala comercial em 1985. (SOUZA, 2009, p. 73).

Quando Geisel entra na presidência, “o cenário político-econômico mundial, em 1973, era de alerta geral. Em outubro daquele ano, o Estado de Israel seria atacado por Egito e Síria, o que desaguaria na Guerra do Yom-Kippur, dando origem ao primeiro choque do petróleo” (CARVAZAN, 2008, p. 189), que provocou um aumento no preço médio do barril de petróleo em mais de 300%. Isso provocou uma grande reviravolta na economia dos países dependentes dessa matéria-prima e seus derivados, um deles o Brasil, com isso, o crescimento econômico que vinha experimentando o país foi freado.

Logo, com o intuito de reforçar e dar continuidade ao crescimento perpassando a questão do petróleo, o Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, e o do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, inauguraram o chamado II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), tal ação seria uma “espécie de reorientação da sua política econômica visando a atenuar o déficit de balanço de pagamentos à base da compreensão das importações de bens de capital.” (MENDONÇA, 1986, p. 102). A maior parte dos investimentos nessa época se pautou no desenvolvimento da infraestrutura, nesse ponto, notamos a semelhança de interesse como os alemães na época de sua reconstrução, inspirados nos ideais do ordoliberalismo, os quais concebiam que infraestrutura tinha um papel primordial nos pilares de uma nação.

Destacou-se no período, a prioridade de investimentos em infraestrutura, diretamente organizada pelo Estado. O governo visava reduzir a dependência externa e projetava preparar o país para um desenvolvimento relativamente autônomo através da produção de componentes que promovessem a expansão industrial e tecnológica. (SOUZA, 2009, p. 79).

Um desses investimentos pautados na questão de fortalecer a infraestrutura era justamente o desenvolvimento da questão nuclear, pois oferecia uma alternativa energética, embora vários países já estivessem abandonando tal matriz. É importante salientar que essa

década é marcada pelo “imperativo de que os países desenvolvessem condições mais favoráveis para o imperativo de crescimento e diversificação, impostos pela velocidade e complexibilidade da mudança tecnológica” (LAFER e PEÑA, 1983, p. 20), e não apenas isso, mas um rígido controle da transferência de conhecimentos, por isso, desde 1968, tanto União Soviética quanto os Estados Unidos patrocinaram o Tratado de Não Proliferação Nuclear “num claro desígnio de ‘congelar’ as relações internacionais, uma vez que o referido acordo perpetua uma situação de dependência entre países militarmente não militarmente nucleares, vedando àqueles o acesso ao restrito clube atômico. (JÚNIOR, 1986, p. 116). Brasil se recusou a assinar tal tratado por considerá-lo como proibitivo do desenvolvimento tecnológico nacional, muito em virtude das próprias mudanças que o país estava passando – com uma “industrialização avançando a passos de gigante, os brasileiros começaram a se ver saindo do papel de “país-chave” na estratégia global dos Estados Unidos, para se tornarem, por direito próprio, uma importante força político-militar.” (GALL, 1976).

O acordo fora feito com a Kraftwerk Union (KWU) e não se classificava apenas como uma troca ou dependência de urânio ou outra matéria atômica que esse acordo sugeria, mas uma cooperação, seguindo os outros acordos, por isso, é interessante definir que não fora apenas um acordo ou “aperto de mãos”, mas sim uma cooperação teuto-brasileira nuclear. Vários cientistas e pesquisadores da área visitaram o Brasil, afim de auxiliar nas pesquisas, tal como Paul-Gerhard Manteuffel, engenheiro da *Zentralabteilung fur Elektronik/IEL, KFA Julich* (Elettrônica e Eletrotécnica), no período de agosto a setembro de 1976; Gerhard Steinborn, engenheiro da *Lehrstuhl fur Technische Thermodynamick*, do departamento de Termodinâmica para permanecer de setembro a outubro, e Ulrich Kurz, engenheiro do *Institut fur Chemie*, do departamento de mecânica e ótica, de agosto a setembro. Esses cientistas ficariam incumbidos de auxiliar na exposição “O Brasil na Era Nuclear” que ocorreria no Rio de Janeiro e Florianópolis, além de visitas a duas universidades nesses locais – São Carlos e UFSC.<sup>196</sup>

Seria tarefa dos alemães oferecer e transferir as instalações técnicas e o *know-how* de maneira que aproveitado imediatamente. Caberá ao Brasil não poupar esforços para aproveitar ao máximo o que lhe foi transferido para o bem do país.<sup>197</sup> Logo, os alemães deram continuidade ao processo de construção e desenvolvimento da Usina de Angra I, porém, apresentaram dúvidas e preocupações na escolha do local que recebia essa usina, argumentando que a região era uma área turística e que não deveria possuir uma alta

<sup>196</sup> Carta para Sérgio Wit coordenador do CNPq de Hertling. Auswartiges Amt: Berlim. (21 de julho de 1976).

<sup>197</sup> Carta do Secretário Geral H.H. Haunschild. Auswartiges Amt: Berlim. (1975, p.3).



densidade populacional, e que, na Alemanha, a construção dessas usinas em zonas metropolitanas era algo incomum, deveriam ser tomados cuidados extras para sua conclusão.<sup>198</sup>

Em relação à construção de Angra II, outras empresas alemãs fizeram parte desse processo – a *Thyssen et Noell* em conjunto com seu parceiro comercial a *Confab Industrial S.A* e FURNAS<sup>199</sup> que foram responsáveis pela construção do vaso de contenção da Usina. Nesse sentido, um problema é apresentado no documento que seria uma espécie de impeditivo para continuidade das obras – a isenção de todas as importações destinadas ao programa nuclear, o que estava sendo tramitado com uma certa lentidão, causando transtornos ao andamento.

O acordo entre essas empresas fora feito em 1975, coordenado pela empresa *Confab* com escritório em São Bernardo do Campo (SP), ficando responsável pela transferência de todo pacote tecnológico da *Thyssen*, objetivando a fabricação de vasos de contenção e fornecimento da matéria-prima indispensável em forma de chapas grossas e segmentos para fabricação de vasos de contenção para as Angra II e III.<sup>200</sup> Nesse contrato, respeitando os princípios do acordo nuclear, a *Thyssen* iria transferir o *know-how* tecnológico para a *Confab*, a fim de a empresa poder dar continuidade aos serviços após a parceria ser findada. Dentre as ações da *Thyssen* estão chapas e planas no valor de 8 milhões de DM e penetrações forjadas de aproximadamente 1.500 milhões de DM.

Em carta ao Ministério das Relações Exteriores<sup>201</sup> da RFA, são colocados alguns detalhes da parceria intelectual que a Alemanha fizera com o CNPq. Embora os membros dessa organização estivessem muito dispersos, era possível que se fizesse uma boa parceria prática. A instituição sofria problemas de comunicação e informação por ser ainda “jovem” com o governo brasileiro investindo em seu programa. Empresas alemãs, como a Siemens, estariam interessadas em investir em Angra através de um contrato no setor de eletrônicos.

Em relação à aviação, a Varig, no Brasil e a Lufthansa, na Alemanha, tinham exclusividade no transporte de pessoas em relação ao acordo nuclear – não haveria quaisquer obstáculos à participação da companhia aérea em ambos territórios, mostrando o caráter de

---

<sup>198</sup> Entwicklungsplan des Staates Rio de Janeiro, vereinbarkeit der errichtung von KWU-Kernkraft werken mit gleichzeitig geplanter entwicklung als fremdenverkehrsgebiet in der zona Angra dos Reis. Auswartiges Amt: Berlin. (30 de julho de 1976).

<sup>199</sup> Memorando. Auswartiges Amt: Berlin. (12 de setembro de 1977).

<sup>200</sup> Resumo acerca dos contatos havidos entre as empresas Confab/FURNAS/Thyssen, objetivando o fornecimento de vasos de contenção dentro dos princípios estabelecidos pelo acordo nuclear Brasil-Alemanha. Auswartiges Amt: Berlin. (19 de setembro de 1977).

<sup>201</sup> Carta de Gruber ao Bundesministerium fur Forschung. Auswartiges Amt: Berlin. (26 de julho de 1976).

preferência pela companhia do Rio Grande do Sul em relação a outras devido à antiga parceria.<sup>202</sup>

No acordo de 1975, ficou acertado que haveria uma cooperação científica e tecnológica entre empresas dos dois países, incluindo áreas industriais como o ciclo de combustível completo, desde sua prospecção e extração de minério de urânio à fabricação de reatores e outras instalações nucleares e componentes relacionados; promovendo, assim, o desenvolvimento de sua própria tecnologia nuclear no Brasil. No documento, também é demonstrada a preocupação com as questões de segurança na exportação e importação de materiais e equipamentos de países de terceiros que não envolvidos no acordo, devendo ter a permissão sempre do parceiro contratante, mostrando que a RFA deveria de certa maneira ser “exclusiva.”<sup>203</sup> Tanto o Brasil quanto a Alemanha teriam benefícios nesse acordo nuclear, políticos e econômicos, conforme as características a seguir que exprime a justificativa e benesses que as nações viriam a desfrutar.

O Brasil seria beneficiado tanto político, quanto economicamente. Em relação às questões políticas, o país seria mais veloz em pesquisar as reservas de Tório e Urânio, garantindo assim uma observação mais importante acerca das reações físicas desses materiais com garantia de sua produção, além disso, os reatores produziram mais de 1300 Mega Watts de força com duração mais constante e permanente de energia e o mais importante é que a RFA não obrigava os brasileiros a mudarem sua posição na política internacional, mesmo se aceitassem tal acordo. Já a Alemanha teria maior lucratividade e segurança nas suas fontes de matéria-prima e desenvolveria sua pesquisa nuclear e industrial no exterior, podendo ir desativando suas próprias usinas no país, que estavam sendo vistas com maus olhos pela opinião popular, além de ter como parceiro um território grande, com estabilidade política e social da América Latina.<sup>204</sup>

Já em relação aos aspectos econômicos, o Brasil iria duplicar a capacidade de geração de eletricidade a cada 6 anos e manter o crescimento da mão-de-obra, evitar a saída de moeda nacional, ocorrendo apenas com a compra de oito usinas nucleares no exterior a preços de cerca de 700 milhões de dólares cada, compensação dos déficits provindos das fracas políticas agressivas de exportação de provedores de capital e outro aliado econômico – a própria RFA. Por sua vez, a Alemanha iria expandir seus mercados na América Latina, tendo o Brasil como

---

<sup>202</sup> Comunicação Interna. Auswartiges Amt: Berlim. (21 de julho de 1978).

<sup>203</sup> Carta de Azevedo da Silveira ao presidente Geisel. Auswartiges Amt: Berlim (sem data).

<sup>204</sup> Fonte: Übersetzung der von der Regierung in den Kongressdebatten verwenteten aufschussreichen Schautafeln mit Darlegung der wechselseitigen Interessenlagen und sonstigen Aspekten zu den Abkommen. Auswartiges Amt: Berlim. (30 de outubro de 1975)

porta de entrada, garantia de continuidade de seus projetos e saída de materiais nucleares de seu país, poder se desenvolver e projetar sua ideia de desenvolvimento para os países que estão se desenvolvendo e um aumento nos negócios e relações com o Brasil. E o documento continua ressaltando outras seções importantes – dentre elas, os denominados aspectos técnicos e as razões para manter as negociações entre os países em segredo, argumentando que o Brasil iria usufruir desse acordo de forma vantajosa.

O documento continua argumentando as vantagens do acordo que principalmente para o Brasil, que iria se adaptar às especificações mais rigorosas e requisitos de qualidade mais baixos, tendo um aumento significativo em sua produção, outro aspecto importante é que a tecnologia nuclear alemã era baseada em reatores de água leve, desenvolvidos originalmente pelos EUA e aperfeiçoados pelos alemães, o que poderia ser solicitado a eles por algum reparo ou contrapartida futura, não sendo exclusivamente a RFA. A Alemanha também iria construir todas as fases do combustível no Brasil, assim como seu enriquecimento e processamento.

A RFA interpretava que em relação aos aspectos sociais, a população brasileira iria ter uma resposta favorável a esse tipo de acordo, enquanto a alemã foi muito crítica (a seguir será exemplificado), o ensino superior iria se beneficiar muito também com condições de trabalho mais humanas e aumento da capacidade brasileira na produção de bens de capital com tecnologias mais modernas. Inclusive a imagem da RFA no cenário internacional também iria melhorar, pois interpretavam que não houvera pressão internacional no fechamento desse acordo, uma demonstração de confiança por parte dos investimentos alemães no país e a quebra do monopólio nuclear e transferência de *know-how* de um país desenvolvido a um subdesenvolvido.

Esse acordo, conclui, é uma decisão de interesse mútuo entre os dois países parceiros, ele seria feito de transferência de tecnologia mais atual para o Brasil, além de meios para aumentar a profissionalização dos engenheiros no país, transformando o país em exportador de bens e serviços com cooperação de multinacionais. Além de independência nuclear a partir dos anos 90, é nítido que os interesses da RFA no Brasil são vinculados intimamente com a questão econômica de desenvolvimento do país, de certa forma, mostrando que determinada postura política pode levar o país a usufruir de um futuro melhor, tal como a própria Alemanha fizera no seu pós-guerra no auge do ordoliberalismo.

Na “Quarta Reunião da Comissão Alemã-Brasileira de Cooperação Científica e Técnica” em 24 de junho de 1975 em Brasília <sup>205</sup>, se reuniu a delegação liderada pelo Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro e o Secretário Geral das Relações Exteriores, a delegação alemã de Hans-Hilger Haunschild e o Secretário de Estado do Ministério da Pesquisa e Tecnologia. Nesse encontro foi assinado um acordo entre o Cnpq e o DAAD para o intercâmbio de cientistas alemães e brasileiros nesse projeto. Além disso, foi assinado um acordo adicional na reunião, além do Cnpq, a Sociedade de Matemática e Processamento de Dados alemão (GMD) também iria participar desse projeto.

Nesse encontro o Secretário de Estado do Ministério de Pesquisa e Tecnologia da RFA oportunamente trocou ideias entre ambos países, incluindo o impacto que tal acordo traria nos meandros industriais com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro de Minas e Energia. Essa delegação se reuniu também na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para comemoração dos 150 anos da imigração alemã. Com base nos relatórios dos peritos responsáveis pela coordenação e execução dos programas de cooperação, a Comissão observou que tal projeto iria beneficiar a pesquisa e tecnologia nuclear no processamento de dados, na pesquisa e tecnologia espacial em várias áreas das ciências aplicadas, e inclusive nesse encontro se cogitou em realizar pesquisas marinhas também no futuro.

Agora, é interessante observar o posicionamento dos principais partidos alemães frente a esse acordo. Essa cooperação sempre fora vista com muita cautela por parte dos próprios parlamentares do *Bundestag* alemão. A facção social-democrata foi muito cuidadosa nesse processo, inclusive num discurso pronunciado por Erwin Stahl<sup>206</sup> numa reunião do Ministério de Pesquisa e Tecnologia. Havia uma pressão para que os tratados vinculados de acordo com o direito internacional, mesmo que com os usos da energia pacífica nuclear deveriam ser interrompidos, os sociais-democratas reconheciam que essa transferência de tecnologia serviria para que os países de Terceiro Mundo pudessem alcançar os desenvolvidos, e usando outra matriz energética como a nuclear seria interessante, e complementa que:

Agora cabe a nós, como uma das partes contratantes, garantir que o acordo não prejudique o tratado de não proliferação (TNP) ao qual aderimos, mas não o Brasil. Espera-se que um acordo com esse país forneça um meio para

---

<sup>205</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Erklärungen zum deutsch-brasilianischen Kernenergieabkommen unterzeichnet. Gummersbach (27 de junho de 1975).

<sup>206</sup> Erwin Stahl foide 1978 a 1982, Secretário de Estado Parlamentar do Ministro Federal de Pesquisa e Tecnologia. Ele sempre atuou nas áreas de ajuda ao desenvolvimento, pesquisa e tecnologia. O recém-chegado ao Bundestag não deixou que nada o enganasse desde o início. Fonte: Eintrag "Stahl, Erwin" in Munzinger Online/Personen - Internationales Biographisches Archiv, URL: <http://www.munzinger.de/document/00000015244> (abgerufen von nicht angemeldet am 17.7.2020)

os países que exportam tecnologia nuclear saiam da área cinzenta do TNP que existe até agora. Para esse fim, o governo federal deve buscar uma regulamentação com os outros países afetados que seja aceitável para todos e que não prejudique a competitividade de nossa indústria. Se é possível que o acordo nuclear germano-brasileiro seja um passo em solução a esses problemas, pode ser acolhido como um ato que irá remover os obstáculos.<sup>207</sup>

Num outro posicionamento político do SPD, representado na figura de Gerhard Jahn, o acordo entre ambas nações era interessante para manutenção de uma política de não-proliferação eficaz de longo prazo que envolvesse países industrializados como o Brasil na cooperação e no sistema de controle internacional. Inclusive complementa que as relações entre ambos países teria um efeito estimulante em outras áreas industriais, e a RFA se beneficiaria muito com o fornecimento de urânio natural<sup>208</sup>.

Já a posição do FDP se diferencia em alguns aspectos a do SPD, como mostra o discurso do Prof. Dr. Karl-Hans Laermann<sup>209</sup>, que desde 1956 a RFA gastou mais de 14 bilhões de marcos na promoção de pesquisa e desenvolvimento nuclear para permitir ao país maior segurança, independência de suprimento de energia e num segundo momento, vincular-se aos padrões de desempenho de outros países industrializados ocidentais nas tecnologias de alta qualidade necessárias para a sobrevivência econômica. Porém isso nunca foi alcançado, pois os fabricantes de usinas nucleares ainda não eram capazes de gerar lucros com a construção de reatores, portanto na Alemanha esse tipo de tecnologia na geração de energia era algo deficitário. Inclusive havia uma forte concorrência com os EUA, o que não garantia uma boa posição da RFA no mercado.

O que preocupava o FDP era justamente a mesma questão do SPD – os usos da energia nuclear de maneira pacífica. Porém o partido liberal era voltado mais as questões de mercado, analisando que esse contrato seria muito vantajoso ao país, que iria gerar um volume de pedido de cerca de 10 bilhões de marcos na construção das 8 usinas nucleares no Brasil e ciclo do combustível. Porém os EUA seria um país muito crítico a tal acordo, dessa forma, toda cautela era necessária.<sup>210</sup>

---

<sup>207</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Betrag Deutsch-brasilianisches Atomabkommen. Sankt Augustin (12 de abril de 1975).

<sup>208</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Kernenergie-abkommen mit Brasilien. Sankt Augustin (27 de junho de 1975)

<sup>209</sup> Foi um engenheiro civil e professor da Universidade de Aachen. De 1981 a 1994, foi presidente do Comitê Federal de Pesquisa e Tecnologia do FDP. Era responsável pelas questões de conservação do meio ambiente e segurança nuclear. Fonte: <http://webarchiv.bundestag.de/archive/2007/0206/mdb/mdb13/bio/L/laermka0.html>

<sup>210</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Ober die marktchancen der in der Bundesrepublik entwickelten spitzentechnologien. Sankt Augustin (15 de junho de 1975).

Enquanto isso, a facção dos CDU/CSU nas palavras proferidas no discurso de Christian Lenzer <sup>211</sup> era de que esse era um grande negócio para a RFA, que vinha disputando e sempre perdendo o mercado para os EUA, por ser um grande concorrente e oferecer condições de pagamento melhores para países subdesenvolvidos, o que levou muitas empresas alemãs a serem banidas na concorrência internacional, o governo federal deveria assim tirar proveito dessa oportunidade para garantir a expansão da base industrial alemã e os empregos de seus cidadãos, aperfeiçoando seu próprio desenvolvimento nuclear.<sup>212</sup>

Esse acordo foi selado com a visita de Geisel a RFA em março de 1978, sendo recebido pelo presidente Helmut Kohl e o presidente do CSU Frans Josef Strauss, o Ministro das Relações Exteriores Antônio Azeredo participou das reuniões em Bonn. Geisel também visitou o centro de pesquisa nuclear de Karlsruhe em Baden-Wutemberg. O foco das conversas foi a relação entre os dois países e o acordo nuclear, o CDU/CSU colocou que esse acordo teve apoio da oposição do parlamento alemão, inclusive outras conversações foram feitas, como a situação sul-africana. <sup>213</sup>

Porém em alguns círculos políticos e populares alemães midiáticos esse acordo foi muito criticado, inclusive sindicatos sobre a visita do presidente Geisel à Bonn para novos negócios, e não obstante. a aliança da RFA com um regime ditatorial que viola os direitos humanos mais básicos, cujo milagre econômico é fruto de prisões arbitrárias, censura de imprensa, circuncisão de liberdades política e sindicais, genocídio de indígenas, assassinato e tortura <sup>214</sup>. Um periódico critica ainda a boa recepção dos políticos alemães ao presidente brasileiro, e revela que a visita de Geisel seria em virtude de garantir o financiamento nuclear de 1975 que somaria um total de 12 bilhões de marcos, um dos maiores negócios de exportação da história da RFA, o contrato é difundido como um escambo de “urânio para tecnologia nuclear” pois o Brasil não pode atender a suas próprias necessidades desse bem, e por isso, seria necessário recorrer ao urânio sul-africano. A posição da ditadura sempre fora de ter uma bomba atômica para entrar na posição de superpotência, por isso o acordo da TNP

---

<sup>211</sup> Lenzer era um professor de ensino médio e membro do CDU desde 1963. De 1969 a 1998, ele foi membro do Bundestag alemão. Fonte: Rudolf Vierhaus, Ludolf Herbst (Org.), Bruno Jahn (Mitarb.): *Biographisches Handbuch der Mitglieder des Deutschen Bundestages. 1949–2002*. Bd. 1: A–M. K. G. Saur, München 200

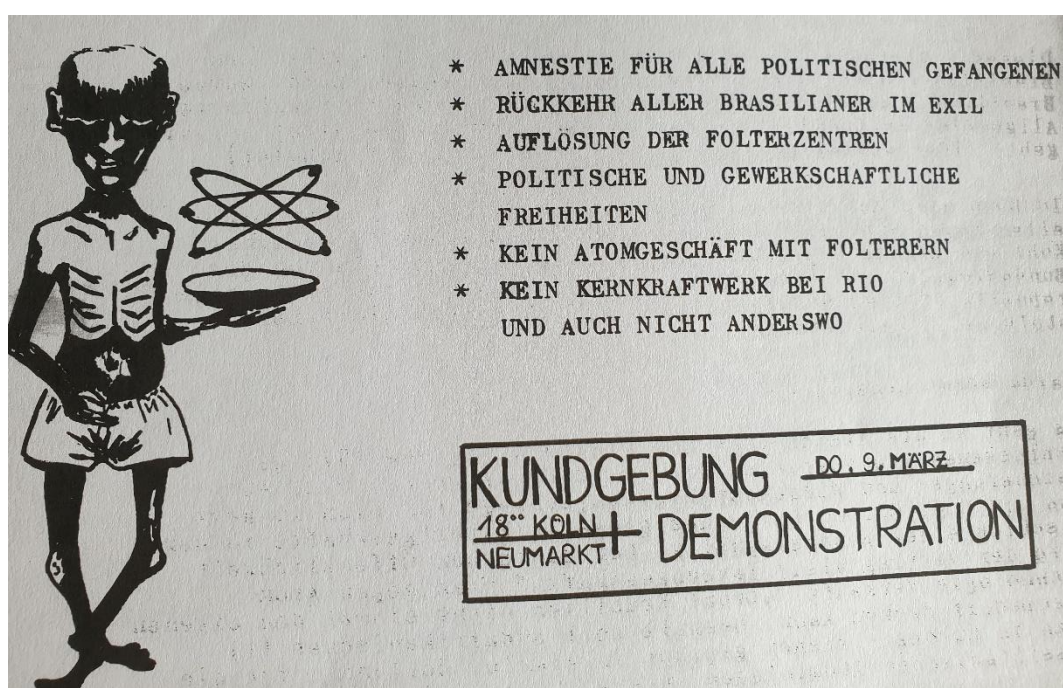
<sup>212</sup>Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Zu den diskussionen uver die lieferung von kernkraftwerken und andere kerntechnischen anlagen in Brasilien gibt der forschungspolitishce sprecher der CDU/CSU.. Sankt Augustin (05 de junho de 1975)

<sup>213</sup>Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Geisel brsilien-praesident sprach mit kohl und strauss. In: DPA 104 pl Brasilien, 8 de março de 1978

<sup>214</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Was will Geisel gerade jetzt in der BRD?. In: Arbeitsgemeinschaft Brennpunkt Brasilien, 9 de março de 1978

não fora assinado e esse fato mantido em segredo pelos generais.<sup>215</sup> Em virtude disso, várias organizações protestaram contra a visita de Geisel – Jovens Socialistas, Anistia Internacional e Associações Ambientalistas, inclusive o próprio periódico chama o povo a vir para a rua protestar em Colônia.

Figura 7 - Convite da manifestação contra energia nuclear e o presidente Geisel.



Fonte: Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Was will Geisel gerade jetzt in der BRD?. In: Arbeitsgemeinschaft Brennpunkt Brasilien, 9 de março de 1978

Outro artigo nessa linha que faz duras críticas a ditadura brasileira, relata que o Brasil para alguns seria uma terra prometida com oportunidades econômicas ilimitadas, e por outro, um modelo de desenvolvimento que se alicerça de uma forma brutal e desumana. Sendo um exemplo inseparável do milagre econômico a violação sistemática dos direitos humanos clássicos liberais, terror, prisões arbitrárias, destruição de segurança jurídica e acima de tudo

<sup>215</sup> Ibidem

uma tortura engenhosa de presos políticos, praticada de acordo com o conhecimento científico mais moderno, para o qual a palavra “medieval” é uma descrição muito trivial. Trazendo uma fala de um ex-chefe da Volkswagen do Brasil que disse que “você não pode avançar sem dureza”<sup>216</sup>.

E, continua declarando que apenas apenas 20% da classe média e alta da sociedade brasileira era beneficiária de algum tipo de “direito humano”, e que havia um sistema de desvantagem sobre uma esmagadora maioria da população, além de questões sobre o meio ambiente que não eram levadas em conta por parte do regime. A ditadura militar recebia apoio indireto de empresas internacionais estrangeiras, que também contribuíam para a desconsideração dos direitos coletivos. O complexo industrial dos militares juntamente com uma hierarquia dominante em associação com as corporações é um caso dente tantos os outros que acontece na própria América Latina.<sup>217</sup>

Num artigo informativo do CDU sob autoria de Wilhelm Peter Stommel, a visita do presidente chamou a atenção para os problemas sociais do Brasil por parte do público alemão. Alguns especialistas internacionais apontavam que embora houvesse o milagre econômico, a tão falada distribuição de renda não tinha ocorrido, embora a tese de que os ricos no Brasil estivessem ficando cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres não era verdadeira<sup>218</sup>. Trazendo dados de que o emprego e o acesso do brasileiro a educação aumentaram durante o período da ditadura no país, a inflação foi controlada, aumento o poder de compra dos cidadãos. Ou seja, trazendo uma visão otimista do regime oposta a exposta anteriormente.

Já outra visão acerca da visita do presidente divulgava que não apenas a questão nuclear parecia ser satisfatória, mas essa estreita cooperação econômica e tecnológica parecia ter sido ampliada para o campo político com a visita do presidente Geisel a RFA que resultou em vários acordos futuros sobre as questões bilaterais e cooperação internacional. Inclusive destacando que o Brasil e Alemanha deveriam trabalhar juntos nas questões sobre os conflitos sul-africanos<sup>219</sup>. Paralelamente a essa visita, Geisel em reunião com 100 líderes empresariais do Brasil e empresários alemães se encontraram no edifício da Associação da Indústria Alemã (BDI) em Colônia com o intuito de aumentar esses investimentos.

---

<sup>216</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. HOLZ, Uwe. Solidarität mit den Unterdrückten offensiv praktizieren. In: Pressedienst, vol. 33, 41, fevereiro de 1978.

<sup>217</sup> ibidem

<sup>218</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Wilhelm Peter Stommel. Das „wirtschaftswunder“ erreichte die breiten massen. In: Deutschland Union-Dienst, n. 48, 32, 10 de março de 1978.

<sup>219</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Bonn und Brasilia wollen enger zusammenarbeiten. In: Die Welt, 8 de março de 1978.



Outro periódico apresenta uma visão de que mesmo com os descontentamentos por parte da população alemã com esse acordo e ver o país vinculado a uma ditadura, o social-democrata (considerado um partido de esquerda na RFA), o chanceler Brandt considerou as indicações e riscos políticos internos do Brasil não eram tão graves para se fazerem tais acordos, tratando o acordo de 1975 como uma “feliz coincidência” pois o Brasil tinha o minério e os alemães a tecnologia de como usá-lo.<sup>220</sup>

Essa visita de Geisel marcou novos rumos nas relações bilaterais com a RFA. Bonn via o Brasil como o foco regional de sua política externa com o restante da América Latina, devendo ser desenvolvidas extensas relações comerciais de forma mais abrangente. Isso vale especialmente para a cooperação científica e tecnológica para o envolvimento de empresas de médio porte no Brasil e para o desenvolvimento a longo prazo de fontes de energia não nucleares. Outro ponto de discussão importante foi a questão africana de uma *joint-venture* alemã-britânica-holandesa em Almeio em que o Brasil receberia 50 milhões DM relacionado ao projeto e a entrega de parte do urânio enriquecido.<sup>221</sup>

Essa fora a última visita diplomática de Geisel à RFA antes de sua sucessão por Figueiredo. A pressão sob o presidente acerca dos assassinatos e repressão política foi grande durante sua estada na RFA. Ele saiu com vários acordos e cooperações futuras, porém essa questão acerca dos direitos humanos pesou muito negativamente sob a política brasileira, sendo obrigado a mencionar que teria um abrandamento na censura,<sup>222</sup> e que os culpados por pelas violações dos direitos humanos seriam responsabilizados.<sup>223</sup>

---

<sup>220</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Unser brasilianisches abendteuer. In: Allgemeine Zeitung, 8 de março de 1978

<sup>221</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Bonn stärkt partnerschaft zu Brasilia. In: General Anzeiger, 8 de março de 1978

<sup>222</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Ein schaler nachgeschmack bleibt. In: Parlamentarisch-Politischer Pressedienst, 10 de março de 1978

<sup>223</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Geisel spricht von neuer phase der Zusammenarbeit mit Deutschland. In: Die Welt, 11 de março de 1978

#### 4. DÉCADA DE 70: A ATUAÇÃO DOS INSTITUTOS FRIEDRICH VON NAUMANN E KONRAD ADENAUER

A década de 70, no Brasil, é marcada também pelo chamado “milagre econômico” que é relegado aos militares, especialmente os governos de Costa e Silva e Geisel. Nesse período, percebe-se uma profunda conexão entre o Brasil e a RFA em termos de cooperação e alianças. Para além de governos centralizados, os institutos de pensamento alemães também começam a ter mais contato com o país e colaboração, sendo assim, respectivamente, o Instituto *Konrad Adenauer*, vinculado ao Partido Democrático Cristão (CDU) e o *Friedrich von Naumann*, vinculado ao Partido Liberal (FDP), realizaram projetos para o país, vinculados a sua esfera de pensamento, de maneira a propagar ideias e também consolidar o seu modelo como sendo o “mais apropriado” para fins de cenário mundial.

Dessa forma, nesse capítulo, será trabalhado com a documentação e os auspícios dos *Institutos Konrad Adenauer (KAS) e Friedrich von Naumann (FNF)* que sempre foram muito ativos nas relações políticas com o Brasil através de intercâmbios culturais e financeiros. Ambos são vinculados a partidos políticos influentes na Alemanha, que, por sua vez, sempre fora um grande parceiro comercial do nosso país. Em sua documentação, é visível a “missão” e a “visão” que ambos têm em relação ao Brasil: a difusão do pensamento Ordoliberal e da Economia Social de Mercado que entra em consonância, de maneira prática, com os acordos de auxílio de capital financeiro por parte da RFA ao Brasil.

Ambos os intitutos começam a atuar no Brasil já na década de 60, com inúmeros enfrentamentos e limites em seus projetos devido a ditadura militar e sua censura. Essa atuação é concomitante com a própria projeção desses think-tanks na América Latina, em que cada um deles com suas ideias próprias se preocuparam em difundir essas ideias na sociedade latina, marcadamente o FNF com uma ética protestante, enquanto o KAS com a católica. Já na década de 70 é justamente quando se vê uma transição de um política de Estado para uma política de institutos, no caso da Alemanha para com as demais nações, o que provoca um deslocamento na atuação de institutos-Estado, para parcerias entre institutos-institutos.

Segundo Brockmann (1996, p. 09), que analisa o caso das relações Alemanha e os países da América Central, ele diz que ambos possuem relações tradicionais e cordiais, além de uma ligação cultural profunda. O objetivo da política alemã da América Central era de fazer uma contribuição substancial para garantir a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento econômico nesta região. Há um grande interesse na Alemanha na América Latina como uma esfera de influência além dos EUA. As fundações políticas, as igrejas e suas

organizações de assistência, inúmeras instituições científicas e culturais e organizações de direitos humanos sempre foram os principais parceiros que ambos institutos buscavam.<sup>224</sup>

Existem fundações na Alemanha que estão intimamente relacionadas com partidos políticos e cumprem agendas políticas especiais. Essa é uma peculiaridade que não existe dessa forma em outros países, as razões para isso seriam que as fundações políticas (Friedrich-Ebert-Stiftung, Konrad-Adenauer-Stiftung, Friedrich Naumann-Stiftung, Hanns-Seidel-Stiftung e Heinrich-Böll-Stiftung) foram criadas pelos partidos representados no Bundestag para promover educação política, pesquisa científica, intercâmbio entre estudantes alemães e estrangeiros, além da cooperação internacional por meio de programas e projetos especiais. Embora estejam ligados aos seus partidos em termos de orientações fundamentais de valor político e objetivos programáticos, eles cumprem suas tarefas “com independência organizacional e pessoal suficiente dos partidos próximos a eles, o que não resulta em financiamento secreto dos mesmos. As atividades partidárias e das fundações realizam objetivos distintos, o trabalho de educação política das fundações se tornou amplamente independente e ganhou um alto grau de abertura”<sup>225</sup>.

As fundações políticas surgiram na Alemanha depois de 1949. Uma exceção é a Fundação Friedrich Ebert, fundada em 15 de abril de 1925 após a morte do presidente do Reich, Friedrich Ebert, proibida em 1939 e restabelecida em 1945. Foi o modelo de orientação para o nome, as tarefas e a estrutura organizacional das outras fundações, que foram essencialmente fundadas entre as décadas de 1950 e 1960. Seu principal objetivo era alcançar a conscientização cívica, participação democrática e responsabilidade por meio de educação política.

#### **4.1.A lógica operante dos *think-tanks* na União Europeia, na Alemanha e no Brasil**

Para entender como funciona a lógica de atuação e pensamento dos *think-tanks* (TTs) é necessária uma discussão sobre as questões relativas à atuação dos países subdesenvolvidos, em especial o Brasil. Somente recentemente a literatura sobre *think tanks* se afastou de um foco comparativo tradicional de Estados-nação que caracterizou a primeira geração de estudos (McGann e Weaver, 2000; Stone, Denham e Garnett, 1998). Os estudiosos apontam para o

---

<sup>224</sup> A “porta de entrada” dos institutos alemães na América Latina se iniciou geralmente nos países da América Central, nas denominadas “democracias emergentes”. Passando para os países do sul paulatinamente. Acredito na hipótese de que a região era um entreposto entre Estados Unidos e América do Sul, geograficamente uma zona vital e muito em função da própria Revolução Cubana e atuação da Igreja Católica.

<sup>225</sup> Bundesverfassungsgerichtes (2 BvE 5/83) vom 14.7.1986, S. 39f.

aumento das redes transnacionais de grupos de reflexão (partidários) envolvidos em pesquisa e consultoria sobre políticas, tanto dentro dos países quanto fora das fronteiras (Kelstrup, 2016; Plehwe, Walpen & Neunhöffer, 2006).

Como aponta Hauck, a definição dos TT's é um campo nebuloso e confuso, devido a sua complexidade inerente (2015, p. 27), assim como seu campo de atuação. As primeiras abordagens tradicionais buscavam analisar a influência desses na formulação de políticas e a conexão com os Estados, porém, muitos estudos hoje advogam os TT's se orientam numa espécie de “virada argumentativa” (Fischer & Foster, 1993) e pelos estudos de ciência e tecnologia (Jasanoff, 2006; Strassheim, 2015) se concentrando numa dimensão social e política do conhecimento e a coprodução social desses. Essa coprodução envolve especialistas em políticas, atores de partidos políticos e também atores de organizações não-governamentais (ONGs), mídia e negócios. Nessa perspectiva, não se pode simplesmente considerar que especialistas em grupos de reflexão “falam a verdade ao poder” entre acadêmicos e tomadores de decisão.

A análise crítica dos TT's pensada como uma rede deve estar ciente da instrumentalidade deles, expressa em serviços como “marketing de conhecimento”, e da legitimação de certas perspectivas políticas (Stone, 2007). Medvetz (2012) forneceu uma análise histórica da coprodução social do conhecimento sobre como especificamente os TT's estariam no campo da transformação do Estado de bem-estar nos Estados Unidos por exemplo. A “formação” de conhecimento e os esforços em manipulá-lo foram analisados no que diz respeito a uma ampla gama de conflitos ambientais, de saúde pública e de políticas econômicas (Bonds, 2011; Mirowski, 2013; Oreskes & Conway, 2011).

É recorrente a visão organizacional dos TT's em rede com coprodução social e “formação de conhecimento”, podendo se organizar entre grandes grupos, indivíduos (funcionários e membros do conselho) e ideias (PLEHWE, 2015). Essas redes podem ser formais e informais, ou ambas, geralmente são feitos links para outras organizações, como universidades, corporações, ONGs, partidos políticos, empresas de mídia – e, conseqüentemente redes de especialistas (quase sempre transnacionais) de consultoria, lobby e advocacia de profissionais liberais. (PLEHWE, 2018, p. 189).

Segundo o banco de dados sobre *think-tanks*, existem hoje 911 associações pelo mundo, sendo que muitas fazem parte de redes que se associam entre si, girando em torno de 26, segundo banco de dados *think-tank network reasearch* <sup>226</sup>. Segundo McGann e Weaver

---

<sup>226</sup> Esse banco de dados congrega uma vasta pesquisa nesses institutos e suas missões, além das associações que fazem entre si. Disponível em <<http://thinktanknetworkresearch.net/>>

(2000 apud Friedrichs, 2019, p. 47), essas associações podem se organizar de quatro maneiras distintas – as acadêmicas de universidades com ou sem alunos, pesquisadores de contrato, centro ideológicos de defesa de interesses e de partidos políticos. No caso dos Instituto *Konrad Adenauer* e *Friedrich von Naumann*, ambos são vinculados a partidos políticos com missão e ideologia pré-estabelecida, com bases claras na sua formulação e na atuação política, pois se vinculam ao Estado muitas vezes.

As fundações dos partidos europeus têm diferentes formas de atuação (Gagatek e Van Hecke, 2011). Por exemplo, a Green European Foundation concentra-se na organização de seminários sobre temas europeus não abrangidos pelas organizações parceiras nacionais. O Fórum Liberal Europeu concentra-se nos esforços de treinamento voltados para a cidadania e na coordenação de seus membros. A *New Direction Foundation* (NDF) promove campanhas em nível europeu sobre os benefícios do mercado livre, enquanto a Rede *Transform* da Esquerda Europeia dedica energia às campanhas contra os acordos de livre comércio. Já as organizações social-democratas e as Fundações Conservadoras são, financeiramente falando, as organizações mais poderosas, pois estão associadas aos maiores partidos europeus. Até 2017, seis partidos políticos europeus e suas respectivas fundações e redes de TT's foram financiados pela UE, cobrindo o espectro político da esquerda para a direita (PLEHWE, 2018, p. 191).

Apesar de suas diferenças, as seis fundações do partido europeu compartilham uma característica. Todos eles operam em conjunto com uma rede de *think tanks* constituída por instituições dos estados membros da UE e de outros países. Na EU, se tem cerca de 190 *think tanks* individuais, organizados em redes, com blogs, documentos de políticas, discursos e vídeos que tratam de questões de finanças públicas, formulação de políticas econômicas e sociais bem estabelecidos. Esses grupos de reflexão vão desde as grandes fundações de partidos alemães, como o democrata-cristão *Konrad Adenauer Stiftung*, financiado pelo Estado, e o social-democrata *Friedrich Ebert Stiftung*.

As principais redes europeias a que se associam esses TT's são 6, segundo Plewhe et al (2018, p. 194): A *New Direction Foundation* (NDF) de conservadores e reformistas que engloba 27 associações; a *Wilfried Martens Centre for European Studies* (CES) vinculada aos trabalhistas com 30 TT's; a *European Liberal Forum* (ELF) dos liberais contando com 38 TT's associados; a *Foundation for European Progressive Studies* (FEPS) com 51 socialistas e democratas e a *Green European Foundation* (GEF) com 17 TT's, vinculado ao Partido Verde, e por fim, o *Transform!*, com 27 associados, na esfera da esquerda.

No caso da Alemanha, muitas das fundações alemãs têm escritórios em muitos estados europeus, seu alcance e influência potencial na Europa são mais transnacionais do que os de *think tanks* sem capacidades comparáveis, já que também se projetam para outras nações, com escritórios regionais, aumentando sua esfera de influência.

Há divergências entre as associações ligadas estritamente aos partidos – como os verdes e trabalhistas e as que congregam um espectro ideológico maior, pois a rede de *think tanks* social-democratas e a rede de *think tanks* liberais e conservadores da *New Direction Foundation* exibem um alto número de intertravamentos<sup>227</sup> dentro da rede. A rede da *New Direction Foundation*, em particular, está intimamente interligada por um grande número de pessoas que atuam em dois ou mais grupos em diferentes países (Plehwe & Schlögl, 2014). Essa constatação é um indicador do grau de integração transnacional das redes de *think tanks*. Em termos de intertravamentos, os grupos de reflexão das redes Verde, Esquerda, Conservadora e Liberal exibem links apenas para sua própria fundação do Partido Europeu, o que parece indicar um modo de organização vertical e multinacional.

Enquanto as redes relacionadas às fundações dos partidos políticos estão operando separadamente umas das outras, as redes partidárias de grupos de reflexão fornecem espaço para os atores se envolverem através das linhas partidárias no lado direito do espectro político. Embora os partidos liberais, *mainstream* conservador e os novos conservadores neoliberais de direita difiram em muitos aspectos, eles estão intimamente alinhados em termos de suas perspectivas de política econômica e social com foco na austeridade, por exemplo, segundo os estudos de Plehwe et al (2019).

Além da forte sobreposição em relação às ideias de austeridade, os *think tanks* relacionados às redes partidárias e à *New Direction Foundation* também contam com um grande número de ativistas compartilhados da equipe e do conselho. Muitos dos indivíduos que atuam em dois ou mais grupos de reflexão pertencem à Sociedade Mont Pelerin. A associação à Sociedade Mont Pelerin é, portanto, um bom preditor de perspectivas de austeridade e envolvimento na difusão coordenada de ideias além-fronteiras.

Outro estudo produzido pela Federação Americana de Cientistas (FAS do inglês) demonstra que os *think tanks* alemães incluem grandes institutos de política externa, organizações de pesquisa de paz, institutos de pesquisa econômica, fundações partidárias e TT's não tradicionais. Sendo que a maioria deles fundada a partir de 1975, os maiores e que possuem um grande auxílio governamental foram fundados antes disso. Os *think tanks*

---

<sup>227</sup> Entenda-se como uma não concordância em todos os aspectos ideológicos dentro da rede, porém que não entra em conflito direto a ponto de causar uma separação e choque entre elas.

alemães tendem a se considerar independentes dos interesses corporativos, e o financiamento do governo é amplamente considerado como a única maneira de alcançar esse objetivo. Como resultado, muitos desses grupos de reflexão têm um foco estreito na elite do governo e na fonte de seu financiamento, de acordo com Josef Braml (2004).

A maioria desses institutos tem ligação com as universidades na forma de concessão de bolsas de pesquisa, por exemplo, a fim de não ficar refém de uma ideologia de esquerda ou direita. Braml (2004) ainda argumenta que mais de 60% da população alemã de *think tanks* não são identificáveis com visões políticas específicas, e um terço mantém relações organizacionais estreitas e trocas constantes com as universidades e suas mudanças de pensamento, muitas vezes, provocadas pelos fluxos intelectuais dentro dessas instituições. A visibilidade dos *think tanks* na mídia está aumentando constantemente. A competição por fundos levou os institutos a aumentar seus perfis e a participar de debates públicos. Aos poucos, alguns estão buscando financiamento privado ou de outras fontes que não são governamentais.

Seguinto os artigos de Plehwe de 2017 e 2019, podemos dividir os TT's alemães nas seguintes categorias: os que atuam na política externa, os que são presentes nas questões da pesquisa pela paz, institutos de pesquisa econômica, os vinculados a partidos políticos e os não tradicionais. Os que mais interessam a esse trabalho são os ligados aos partidos políticos, em virtude de serem os maiores, mais antigos e terem essa face transnacional.

Esse grupo de fundações políticas é característica peculiar de TT's da estrutura política da Alemanha, afirmou Boucher (2004) em seu estudo sobre *think tanks* europeus, acrescentando que eles não têm um equivalente real em nenhum outro país. Eles são essencialmente “laboratórios de idéias” que defendem interesses e ideologias particulares. Essas fundações são muito ativas no exterior porque um dos seus principais objetivos é promover a democracia na África, América Latina e Ásia. São financiados pelo governo e vinculados aos partidos políticos representados no *Bundestag*. Mas eles não são instrumentos das lideranças do partido ou extensões dos departamentos internos de pesquisa dos partidos. Todos esses institutos possuem atuação na América Latina e no Brasil em maior ou menor grau.

Um dos maiores TT's que realiza pesquisas é a fundação *Konrad Adenauer* a qual está associada à União Democrática Cristã (CDU). Foi nomeada após a morte do ex-chanceler Konrad Adenauer. O KAS e a Fundação Friedrich Ebert, que fica perto do Partido Social Democrata da Alemanha, são as duas maiores fundações de pesquisa filiadas politicamente na Alemanha. Segundo sua declaração de missão, o KAS usa a educação política para promover

a paz, a liberdade e a justiça na Europa e no mundo. Suas principais preocupações incluem consolidar a democracia, promover a unificação da Europa, intensificar as relações transatlânticas e cooperação para políticas de desenvolvimento. A fundação também usa o diálogo político como uma ferramenta para promover o entendimento além das fronteiras nacionais e culturais.

O mais antigo TT's político é a *Friedrich Ebert* (FES), que está associado ao Partido Social Democrata da Alemanha (SPD). A fundação recebeu o nome do primeiro presidente social-democrata, eleito democraticamente, Friedrich Ebert. Quando foi fundada em 1925, a principal preocupação da fundação era trabalhar contra a discriminação de trabalhadores na área da educação. Foi banido pelos nazistas em 1933 e reinstituído em 1946. Esse instituto também atua na América Latina.

O compromisso do projeto da Fundação *Friedrich-Ebert* corresponde à dinâmica das condições gerais por meio de uma abordagem regional e nacionalmente adaptada, que inclui o acompanhamento do processo de paz, o aprofundamento da democratização e a renovação econômica como pontos de partida centrais. O FES pode recorrer a uma rede de relacionamentos pessoais e institucionais na região que foram desenvolvidos de maneira sustentável desde o final da década de 1960, por meio do método de trabalho regional do parceiro de projeto Centro de Estudos Democráticos da América Latina (CEDAL), localizado na Costa Rica. O centro educacional La Catalina foi um local de encontro onde políticos, líderes sindicais e representantes de outras organizações da sociedade civil, livres de perseguição política, em parte do exílio, foram capazes de “pensar adiante” sobre o futuro da região e implementá-lo. Nesse contexto, também existe uma política de expansão da presença da FES na América Central, na qual, com exceção de Belize e Panamá, representações independentes da fundação se tornaram ativas em todos os países (MAIHOLD, 1996, p. 181)

Já a Fundação *Friedrich Naumann* está associada ao Partido Democrata Livre (FDP). Foi nomeada em homenagem ao teólogo protestante Friedrich Naumann, um dos principais pensadores e políticos liberais alemães no início do século passado. A fundação apoiou repetidamente grupos de direitos humanos e movimentos pró-democracia nos municípios asiáticos, provocando controvérsias com as lideranças políticas locais. Assim, a Fundação *Friedrich Naumann* foi expulsa da República Popular da China em meados dos anos 90, devido a uma conferência do Tibete com o Dalai Lama, organizada pelo FDP em Bonn. Na América Latina, atuou com uma cooperação iniciada em 1985 com o Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH: Instituto Interamericano de Direitos Humanos), ainda jovem e conhecido apenas em círculos especializados, tornou-se um foco importante do trabalho da FNS na América Central, com sede em San José, Costa Rica. (BERHORST, 1996, p. 194).



Segundo sua declaração de missão, a Fundação Friedrich Naumann é uma organização não governamental independente, sem fins lucrativos, comprometida com a promoção de políticas liberais. O ideal da fundação é uma sociedade onde as pessoas possam viver livremente e em paz. Para criar uma sociedade tão aberta, ela é guiada pelos princípios do liberalismo e pela mensagem de tolerância e aceitação da diversidade. Ela promove seus objetivos por meio da educação cívica, do diálogo político internacional e do aconselhamento político, afirma em seu site. A fundação possui vários escritórios na Europa, África, América e Ásia. O principal objetivo do trabalho da Fundação no exterior e em casa é alcançar o reconhecimento mundial dos princípios de liberdade e responsabilidade.

Vinculado ao Partido Verde, há a Fundação *Heinrich Boell*, que de acordo com sua declaração de missão, o principal objetivo da Fundação é apoiar a educação política na Alemanha e no exterior, promovendo o ativismo sociopolítico, o envolvimento democrático e o entendimento intercultural. A Fundação também fornece apoio à arte e cultura, ciência e pesquisa e cooperação para o desenvolvimento. Suas atividades são guiadas pelos valores políticos fundamentais da democracia, ecologia, solidariedade e não violência. Uma das principais pautas desse TT é ser contra a maior privatização e comercialização da natureza, conhecimento, espaço público e por outra forma de organização institucional. São a favor da teoria dos bens comuns como uma alavanca decisiva para a transformação social (HELFRICH, 2012, p. 13). A proposta do instituto é semelhante à do partido verde alemão (*Die Grüne*), defendendo os direitos das minorias, das mulheres, fomento à educação ecológica e democrática (SCHERF, 1996, p. 199).

Já, ao partido comunista alemão mais a esquerda, há a Fundação Rosa de Luxemburgo, que, segundo sua declaração de missão, a Fundação está ativamente envolvida na educação política em toda a Alemanha. Considera-se parte do movimento político pelo socialismo democrático. A Fundação Rosa Luxemburgo tem sua origem na associação de “Análise Social e Educação Política”, fundada em Berlim, em 1990. Tornou-se uma provedora de educação política, um fórum de discussão para “pensamento crítico” e alternativas políticas e um centro para “pensamento social progressivo” e pesquisa, tanto na Alemanha quanto em todo o mundo. A Fundação Rosalux, como é frequentemente chamada, possui um programa educacional e uma agenda de pesquisa diferente do convencional. Por meio de abordagens participativas, como grupos de discussão, e sua Academia de Educação Política ajuda as pessoas a adquirir “o conhecimento que pode capacitá-las e permitir que elas ajam” (CARROLL, 2014, p. 274).

E, por último, a *Hanns Seidel Foundation*, fundada em 1967, associada à União Social Cristã (CSU) que recebeu o nome do ex-governador da Baviera, Hanns Seidel. Segundo sua declaração de missão, as atividades do HSS baseiam-se na ideia cristã de homem e em valores humanísticos, a fundação não apenas promove o relacionamento da Alemanha com os Estados individuais, mas também a integração da Alemanha e da América Central no conceito de comunidade global indivisível (GEPPERTH, 1996, p. 211). A Fundação promove o envolvimento dos cidadãos na democracia, no Estado de direito e na economia social de mercado. Com numerosos desenvolvimentos de projetos e a promoção do intercâmbio internacional de opiniões, a fundação apoia a compreensão internacional. Nas três décadas de existência, a Fundação *Hanns Seidel* tornou-se uma instituição conhecida muito além das fronteiras da Baviera, cujo compromisso com a democracia, a liberdade e o desenvolvimento são amplamente reconhecidos. A tarefa de abordar questões políticas, tornar compreensíveis os processos de tomada de decisão e exigir a disposição dos cidadãos de participar no processo político é uma diretriz não apenas para o trabalho doméstico, mas internacional. A Fundação Hanns Seidel é baseada nos princípios da democracia e no Estado de direito, liberdade, justiça social e economia social de mercado.

A Fundação Hanns Seidel organizou suas atividades na América Central como um projeto regional em 70, cuja sede administrativa é em El Salvador. A fundação renuncia deliberadamente a uma estrutura administrativa pronunciada. Ela confia na competência dos parceiros do projeto em cada país, que desenvolvem e implementam seu programa de educação política em coordenação como gerente de projeto alemão. (GEPPERTH, 1996, p. 207)

Trazendo para o caso da América Latina e especialmente o Brasil, “três fundações têm um papel de destaque: Atlas (*Economic Research Foundation*), *Hispanic American Center for Economic Research* (Hacer) e a *Red Liberal* para América Latina (RELIAL)” (FRIEDRICHS, 2019, p. 44), essas fundações são importantes, pois são as que estabelecem os elos com as demais redes de TT’s pelo mundo, congregam outros institutos, fundações, e estabelecem parcerias com os demais em outras regiões. Ao pensar nesses institutos e fundações, devemos vê-los como se fosse uma grande família, diferente entre si, mas que possuem boas relações.

No caso brasileiro, a maioria dos TT’s surgiu vinculada a universidades e institutos de pesquisa, porém, como destaca Moraes (2013), a pesquisa dos TT’s no país ainda é muito recente e incipiente. A maioria dessas instituições surgiu a partir da década de 80, muito em virtude da redemocratização do país e do descrédito que o Estado sofrera em administrar o

país. Temos, na década de 40, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) como um importante TT; na década de 60, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), “os quais atuaram para desestabilizar o governo de João Goulart e apoiar a deflagração do golpe civil-militar de 1964.” (FRIEDRICHS, 2019, p. 48). Na década de 80, temos a criação do Instituto Liberal e do Instituto de Estudos Empresariais que inauguram uma nova roupagem desses TT’s, agora compostos por boa parte de empresários e pessoas influentes na sociedade, que não se destacam efetivamente no âmbito político, mas econômico. Dessa forma, segundo McGann (2012), em seu banco de dados, consta que existem 82 TT’s brasileiros, sendo a FGV a mais antiga, de 1944, e a Fundação Verde, de 2007, um dos últimos a ser fundado, e após esse ano muitas outras foram fundadas, como o MBL, Estudantes pela Liberdade, etc.

Tanto o Instituto Liberal (IL) quanto o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) sempre mantiveram boas relações com o alemão *Friedrich von Naumann Stiftung*, muito em virtude da aproximação ideológica desses três TT’s. O Instituto Liberal foi criado por Donald Stewart Jr. no Rio de Janeiro, em 1983. Sua expansão se deu através da criação de institutos análogos em diversas capitais brasileiras, sucedida pela constituição de núcleos municipais no interior dos diferentes estados, filiados aos respectivos Institutos das capitais estaduais e de acordo com o princípio federativo.<sup>228</sup> “Os ILs foram criados por grupos de empresários como sociedades sem fins lucrativos e apartidárias, mantidas por doações e patrocínios de pessoas físicas e jurídicas, com um objetivo principal”, conforme escrito em sua carta de fundação: “convencer a sociedade brasileira das vantagens de uma ordem liberal.”(ONOFRE, 2018, p.7).

O instituto inicialmente se voltou à tradução de obras de autores renomados liberais, como Mises, von Hayek, dentre outros, assim como à difusão desses pensadores no meio acadêmico e popular no Brasil através de publicidade, promovendo palestras, colóquios e encontros congregando professores e pesquisadores também. O Instituto de Estudos Empresariais (IEE) surge em 1984 pela iniciativa de William Ling, no mesmo período em que o FNS está com uma atuação direta intimamente ligada aos institutos brasileiros.

Em meados de 1984, cerca de 30 jovens empresários entre os 20 e 30 anos de idade receberam uma carta-convite para uma reunião. No encontro, do qual participaram pelo menos 20 deles, foi plantada a semente do que se tornou um instituto de estudos que, em três décadas de existência, ajudou a mudar a história de várias gerações de jovens idealistas como aqueles. Os

---

<sup>228</sup> Essa definição se encontra no site do próprio instituto. Disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/>. Acesso em 04 de agosto de 2020.

associados do Instituto de Estudos Empresariais, criado após aquela reunião, mais conhecido como IEE, são comprometidos com um modelo de organização social e política para o Brasil baseado no ideal democrático de liberdades individuais, subordinada ao Estado de Direito. Para eles, todos com idade inferior a 35 anos, ações encampadas pela iniciativa privada trarão melhores resultados do que se lideradas pelo governo. Sua causa é formar líderes virtuosos que conduzirão empresas, entidades e governos melhores. (IEE, 2014, p. 13 *apud* FRIEDRICHS, 2019).

O IEE acreditava que a iniciativa privada teria melhores condições de administrar a economia guiada pelos preceitos do livre mercado do que o Estado. Um dos grandes eventos que propagam essas ideias é o anual “Fórum da Liberdade” que convida palestrantes e é financiado por esses institutos com apoio de demais organizações que possuem uma sintonia de pensamento liberal.

Dessa forma, percebe-se que existe essa diferença entre os TT’s alemães e brasileiros, principalmente no que tange às questões financeiras, pois na RFA esses institutos servem ao Estado (os maiores e os vinculados a partidos políticos, transnacionais, mais antigos, etc.), muitas vezes, complementando o quebra-cabeça político da Federação, logo, essas parcerias e auxílios em outras nações também refletem um pouco a vontade da própria cúpula governamental, por isso, o contato com o Brasil que tanto o KAS e o FNS fazem não é desvinculado do plano de influência a que o próprio Estado alemão procede.

#### **4.2.A democracia na América Latina**

Com a Revolução Cubana em 1959, a América Latina se tornou outro ponto de frenagem da Guerra Fria. Politicamente e militarmente esse território estava sob influência dos Estados Unidos na era pós-guerra e parecia ser o quintal imune a expansão comunista, porém essa imagem mudou (DUFNER, p.22). Com a aquisição do poder por Fidel Castro e suas irradiações pelo continente tornaram-se repentinamente evidentes, os profundos problemas políticos e sociais que haviam se acumulado sob o véu das ditaduras militares e civis, bem como os sistemas oligárquicos de governo, agora estavam mais visíveis. O Gabinete de informações e os movimentos marxistas apoiados pela URSS ganharam importância estratégica ao enfrentar o movimento anti-ocidental entre os estudantes e intelectuais latino-americanos que se viam como parte dos movimentos juvenis anticoloniais e antiimperialistas do Terceiro Mundo. Os intelectuais idealistas de pequena escala, assim como os políticos populistas, teriam sua própria libertação após a Grande Guerra com a expectativa de salvação na América Latina pelos intelectuais de esquerda associados e admirados pela

URSS, cuja realidade sequer conheciam. Sonhavam que ao invés da influência norte-americana, pudessem desrutar de uma interferência soviética <sup>229</sup>.

A Revolução Cubana foi registrada por Adenauer como outro sinal de alerta para a política de expansão soviética, embora ele insistisse que os Estados Unidos eram inicialmente responsáveis pela luta contra a infiltração comunista da América Latina, a República Federal da Alemanha só poderia ajudá-los <sup>230</sup>. Nas discussões sobre a futura contribuição alemã para a cooperação e o desenvolvimento na primavera de 1962, o governo dos EUA propôs que o lado federal alemão fornecesse a Bolívia um apoio considerável. Pois lá, havia um temor que as ideias cubanas pudessem vingar <sup>231</sup>. Enquanto os Estados Unidos queriam cuidar das questões políticas, a República Federal deveria financiar o desenvolvimento econômico. O governo americano viu o principal problema na empresa estatal de mineração COMIBOL, enquanto os interlocutores alemães consideraram isso apenas um problema parcial. A Bolívia precisava de ajuda econômica geral substancial relativamente extensa, mas um programa geral tinha que ser desenvolvido para isso <sup>232</sup>. Finalmente, foi alcançado um acordo sobre o projeto de consultoria econômica global, em que os custos da República Federal e dos Estados

---

<sup>229</sup> Essas expectativas por parte da esquerda chilena baseavam-se em sua admiração pela URSS e na devoção quase religiosa que certos setores a professavam. Bem como sua leitura dos princípios ideológicos do “internacionalismo proletário” declarados pela URSS. Tudo isso foi misturado de maneira sutil e complexa com o sonho de pegar uma varinha mágica externa para resolver problemas domésticos (ou, em outras palavras, transferir parte da responsabilidade para alguém), um sonho alimentado pela proximidade e / ou coincidência do PC local com seu “irmão mais velho” na apreciação da situação chilena, que favoreceu uma atmosfera de confiança especial nas relações partido-estado. In: ULIÁNOWA, Olga; FEDIAKOWA, Eugenia. Aspects of financial aid to Chilean Communism from the USSR Communist Party during the cold war. *Revista Estudios Públicos*, Santiago do Chile, n° 72, 1998, p. 35.

<sup>230</sup> Entrevista com o editor-chefe da *Weltwoche*, Lorenz Stucki, em 6 de junho de 1963. Adenauer: *Tea Talks 1961-1963*, n° 29, p. 358. Após suas primeiras entrevistas com Kennedy, Adenauer destacou a importância da influência marxista entre jovens acadêmicos da América Latina: “O chanceler enfatiza a necessidade de uma forte ajuda econômica para os países da América Latina e a importância especial de condições sociais sólidas, com vistas à infiltração desses países pelo comunismo. Nesse contexto, ele enfatiza os perigos de um proletariado acadêmico”.

<sup>231</sup> Kennedy justificou que “a Bolívia é o problema mais crítico, tanto política quanto conjuntamente. Este seria o pior momento para o regime de Castro se estabelecer em outro país da América Latina; isso acrescentaria um pouco ao movimento comunista em um momento, mas pode diminuir por outro”. A Bolívia foi então governada pelo presidente Paz Estenssoro, líder do partido de reforma social, que, durante seu primeiro mandato em 1952-1956, iniciou a reforma agrária, mais direitos civis para a população indígena e controle do exército, mas também nacionalizou a mineração. Apesar dessa violação dos princípios econômicos americanos, até o governo Eisenhower forneceu ao país apoio orçamentário. O governo Kennedy, apesar das dúvidas sobre uma melhoria da situação econômica miserável do país continuou a ajudar e, portanto, também estava interessada no apoio da República Federal da Alemanha, porque queria evitar o perigo de outra aquisição comunista após a Revolução Cubana. In: FRUS 1961-63. IX Política Econômica Externa, doc. 104.

<sup>232</sup> “Nós esperamos que, diante da situação política, a República Federal continue a prestar assistência à Bolívia, em conjunto com os Estados Unidos. Para o ministro das Relações Exteriores, von Brentano, disse que havia uma dúvida se, no caso da Bolívia, o problema era simplesmente reviver o COMIBOL. Relatórios preliminares do lado alemão indicaram que seria necessário um programa muito mais amplo de reconstrução econômica, que custasse no mínimo US\$ 150 milhões”. In: FRUS 1961-63. IX Política Econômica Externa, doc. 104

Unidos deveriam ser compartilhados. Após a tomada do poder por um regime militar em 1964, a cooperação planejada finalmente fracassou <sup>233</sup>

O apoio do governo dos EUA ao governo de Paz Estenssoro na Bolívia dificilmente atendeu às expectativas do governo de Bonn e mais uma vez mostrou a falta de sensibilidade de Washington em responder às ideias de seus aliados europeus. Em vista da turbulência doméstica e da economia nacional e de clientela predominante no país, a proposta foi mais um impedimento do que um incentivo. A solicitação de Adenauer pode tê-lo encorajado a insistir em uma política de desenvolvimento alemã independente na América Latina e a agir como parceiro igual das diretrizes americanas.

Na primeira reunião de Adenauer com o recém-eleito Presidente Kennedy, em 13 e 14 de abril de 1961 em Washington, o Chanceler não perdeu de vista a cooperação com os Estados Unidos na política de desenvolvimento da América Latina, apesar da crise de Berlim, eleição federal e formação do governo. Ele recebeu instruções de August Vanistendael e Hermann Görgen sobre o desenvolvimento futuro das relações americano-latino-americanas, em particular sobre o primeiro Congresso Mundial da UMD e a conferência para o estabelecimento da Aliança para o Progresso. Conforme relatado acima, na segunda visita em 20 de novembro de 1961, foi agendada uma conversa entre Kennedy, Adenauer e Caldera. No entanto, isso não ocorreu por causa da doença de Adenauer. A questão da ajuda ao desenvolvimento da República Federal da Alemanha para a América Latina não foi levantada durante a conversa pessoal entre Kennedy e o Chanceler <sup>234</sup>.

Por causa da conversa incomum em Washington, Adenauer convidou a Caldera para Bonn. Essa reunião resultou não apenas na criação do Instituto de Solidariedade Internacional (IIS), mas também teve um impacto duradouro no curso do futuro governo da América Latina. A reunião com a Caldera mostra claramente o que Adenauer queria na época (MOLT, 2017, p. 267). Ele concordou com seu convidado que a expansão do comunismo na América do Sul era uma ameaça para o mundo inteiro. Caldera disse-lhe que a influência comunista não só poderia ser contida pela ajuda econômica. Os sul-americanos estavam procurando uma ideologia abrangente e orientada para o futuro para moldar seus estados, porque o comunismo teve mais influência como ideologia do que seu sistema econômico. Os democratas-cristãos estavam particularmente preocupados com o comunismo nas universidades sul-americanas, onde eram cada vez mais populares. Os norte-americanos não entenderiam a “atitude mental”,

---

<sup>233</sup>Ata do Gabinete Barch 1961, 148ª reunião em 17 de maio de 1961, TOP 3. Reabilitação das minas estatais bolivianas Comibol como parte de uma reabilitação da economia boliviana por multilateral na ajuda ao desenvolvimento. Auswärtiges Amt. Ata do gabinete de 1962, 33ª reunião em 20 de junho de 1962.

<sup>234</sup>Ata StBKAH III/60/229

isto é, a mentalidade dos latino-americanos. A falta de entendimento também ficou evidente quando a Aliança para o Progresso foi fundada. Isso daria a impressão de que a ajuda econômica deveria ser paga impondo sanções a Cuba. Isso violou o senso de honra dos latino-americanos e eles se sentiram apadrinhados. Em Punta del Este, os representantes dos EUA não reconheceram que os governos também devem levar em consideração o humor da população.

Adenauer mencionou sua entrevista com Caldera em várias conversas durante 1962, nas quais falou repetidamente sobre a importância da ideologia democrata-cristã e a falta de entendimento do governo dos EUA em relação aos latino-americanos. O mais importante foi a conversa com o Irmão do Presidente, Ministro da Justiça Robert Kennedy, em 24 de fevereiro de 1962<sup>235</sup> em que Adenauer havia mencionado as discussões com Caldera e Vanistendael, que lhe haviam dito que os Estados Unidos não entendiam que apenas a ajuda material aos latino americanos não era a única coisa que importava. Ele finalmente sinalizou sua disposição em ajudar as forças latinas para um caminho de reforma em sua democracia.

Em uma discussão informativa com Henry Kissinger em 16 de fevereiro de 1962, Adenauer fala “no que diz respeito à América Latina, o Chanceler Federal mencionou que duas pessoas familiarizadas com a situação o haviam visitado recentemente e lhe disseram que a conferência em Punta del Este não foi um sucesso, mas uma. Erro dos Estados Unidos que poderia facilmente ter sido evitado. Os sul-americanos foram tratados como representantes dos povos coloniais, que bastaria você ter pele negra para ser homenageado”. O visitante havia chamado sua atenção para o fato de que os sul-americanos, como descendentes de europeus, atribuíam importância a uma ideologia porque não estavam preocupados apenas com coisas materiais. Também na conversa de Adenauer com o Secretário-Geral da OMS, em 20 de julho de 1962, “o Chanceler Federal mais uma vez garantiu que a Alemanha estava muito preocupada com o desenvolvimento dos países latino-americanos. Recentemente, ele teve uma conversa com o ministro do Trabalho [democrata-cristão] no Brasil, Montoro, que não apenas o ensinou extensivamente sobre as condições no Brasil, mas também em geral da América Latina. A República Federal sentiu uma obrigação, além da natureza moral de ajudar os estados sul-americanos. Ele gostaria de acrescentar ao que já foi dito que, se os países europeus desenvolvessem uma maior prosperidade econômica, a América Latina e os demais continentes também se beneficiariam dessa prosperidade. O chefe do departamento econômico da OEA, Sedwitz, apontou que as questões econômicas da situação atual na América Latina não eram a prioridade absoluta, mas que o objetivo era alcançar um efeito político-psicológico na América Latina, na qual a conexão com a Alemanha e a Europa com esses países fossem mais fortemente expressas. Os aspectos político-psicológicos atualmente, são muito mais importantes e exigiriam medidas específicas. O Chanceler fez a pergunta que tipo de medidas deveriam ser tomadas e

---

<sup>235</sup>Arquivo do Konrad Adenauer. Ata StB KAH II 1/60/002-003

acrescentou após uma breve pausa que ele era frequentemente visitado pelo sindicalista belga Vanistendael de Bruxelas quem está frequentemente na América Latina e quem costuma procurá-lo e o mantém bem informado sobre a situação na América Latina. Vanistendael sempre está bem informado sobre a América Latina.<sup>236</sup>

A nova política da América Latina dos Estados Unidos teve um começo difícil com a “Aliança para o Progresso”. Para isso, buscou uma cooperação mais estreita com os reformistas. Indo ao encontro de grupos de partidos sociais liberais e políticos que, no início dos anos 60, eram governos em alguns países-chave, e se opunham firmemente ao regime comunista de Castro, eram amigáveis aos Estados Unidos e prometiam reformas sociais e agrícolas atrasadas<sup>237</sup>. O fato do governo dos EUA estar pronto para expandir e trabalhar mais estreitamente com esse grupo de democratas-cristãos latino-americanos foi sublinhado pela conversa do presidente com a Caldera em novembro de 1961. Os partidos democratas-cristãos eram vistos como uma força política no futuro, e Rafael Caldera e Eduardo Frei tiveram a chance de participar do governo<sup>238</sup>. A cooperação com os democratas-cristãos latino-americanos foi interessante para o governo dos EUA porque os partidos social-liberais parecem claramente atrair intelectuais, especialmente os estudantes, e também os setores mais pobres da população, nas quais os jovens partidos democrata-cristãos cada vez mais encontravam apoiadores. O governo dos EUA também aumentou o contato entre os partidos democratas cristãos europeus e latino-americanos.

Antes de tudo, o governo norte-americano levantou a questão do futuro político do Chile porque temia que um governo socialista de esquerda chegasse ao poder nas eleições presidenciais de 1964 no país. Nas eleições presidenciais chilenas de 1958, ou seja, antes da revolução cubana, o candidato liberal-conservador Jorge Alessandri, com 31,2% dos votos, estava à frente do candidato popular da frente, Salvador Allende, com 28,5% dos votos. As eleições parlamentares de 1961 mostraram um enfraquecimento adicional dos partidos de

<sup>236</sup>Auswärtiges Amt. Conversa de Adenauer com o Secretário-Geral da OEA, Montana, em 20 de julho de 1962, doc.296

<sup>237</sup> Segundo Molt (2017, p. 268) esse grupo eram: Romulo Betancourt (Presidente da Venezuela 1958—64) e Jose Figueres Ferrer (Presidente da Costa Rica 1953-58), assim como o presidente do Brasil João Goulart (1961-64), da Colômbia Alberto Lleras Restrepo (1958-62), e do Peru Fernando Belaundc Terry (1963-68) e do México Adolfo Lopez Mateos (1958-64).

<sup>238</sup> Na América Latina, a esquerda democrática compreendia duas linhas principais: o partido popular que lutavam pela social-democracia em vários países da América Central e do Sul desde a Segunda Guerra Mundial, sob homens míopes como Romulo Betancourt da Venezuela e José Figueres da Costa Rica, mas que agora estava se tornando um movimento da velha geração; e os democratas-cristãos, emergindo como uma força significativa no Chile e na Venezuela e apelando aos jovens de outros países. Na Venezuela, as duas cepas se uniram em apoio ao governo de Betancourt. Por essa e outras razões, alguns de nós em Washington viram a Venezuela como um modelo para a democracia progressista latino-americana (lembrando sempre que suas receitas com o petróleo lhe davam uma margem de riqueza que as outras repúblicas não tinham). (SCHLESINGER, 1965, p. 766)



direita e do Partido Radical, para que uma vitória eleitoral de Allendes, o candidato presidencial dos partidos de esquerda marxistas unidos na Frente de Ação Popular (FRAP), não poderia mais ser descartada.<sup>239</sup> Uma vitória para a esquerda marxista no Chile seria possível. No auge da estratégia de expansão soviética, alguns anos após a Revolução Cubana, uma derrota séria na política de Kennedy teria sido um sinal imprevisível de suas consequências para outras sociedades problemáticas do hemisfério, “o fim da democracia no Chile, exemplar na América do Sul seria um choque maior que o caso de Cuba” (MOLT, 2017, p. 278). Portanto, na primavera de 1962, apesar das reservas sobre seu programa, o governo dos Estados Unidos considerou apoiar o PDC nas próximas eleições <sup>240</sup>.

O problema com a ajuda eleitoral planejada para o PDC era que tinha que ser “não atribuível”, o que significa que o governo dos EUA não foi autorizado a se tornar conhecido como a fonte da ajuda, pois poderia ter consequências negativas para a opinião pública. A participação dos democratas-cristãos alemães era vista como uma saída possível, que o ministro das Relações Exteriores Dean Rusk poderia ter feito em uma observação correspondente durante sua conversa com o chanceler federal Adenauer em Bonn em 22 de junho de 1962. Como não houve mais nenhuma reação de Washington, Adenauer levantou a questão do apoio aos partidos democratas-cristãos latino-americanos em sua terceira reunião com o presidente Kennedy em 14 de novembro de 1962. Ele apontou suas boas relações com os democratas-cristãos latino-americanos, com vistas a uma cooperação mais estreita entre a Europa e os Estados Unidos.

Em contraste com as outras conversas pessoais de Adenauer durante esse período, não é mais possível encontrar um registro da conversa pessoal de Adenauer com Rusk, apesar da intensa pesquisa nos Arquivos Políticos do Ministério Federal das Relações Exteriores e nos arquivos da Chanceler Federal Adenauer House Foundation. Também no registro da conversa de Rusk

---

<sup>239</sup> O número de eleitores elegíveis no Chile que entraram no registro eleitoral e participaram das eleições aumentou mais de duas vezes e meia entre 1956 e 1964. As razões para isso foram a crescente urbanização e a introdução da eleição secreta. Além disso, um número crescente de mulheres elegíveis para votar desde 1952 participou das eleições, das quais os socialistas marxistas e o Partido Comunista (PC), cuja proibição foi levantada em 1958, e o novo Partido Democrata Cristão em particular se beneficiaram (MOLT, 1966, p. 156)

<sup>240</sup> O Partido Democrata Cristão é o partido que mais cresce no Chile. Seu programa social e fervor evangélico permitiram competir com sucesso com os comunistas pelos votos de estudantes e trabalhadores. O Partido Democrático Cristão é o único partido não comunista no Chile em posição de atacar diretamente os comunistas, sua base é de massa. Isso foi demonstrado nas eleições municipais de abril do ano passado, nas eleições estudantis e na luta pelo controle dos sindicatos, que, embora ainda controlados pelos comunistas, estão mostrando os sinais do Partido Democrata Cristão. In: Memorandum do Chefe da Divisão de Hemisfério Ocidental do Diretor de Inteligência Central ao Diretor de Inteligência Central McCone, 1, Washington, 3 de janeiro de 1964. Arquivo de Segurança Nacional, Relações Exteriores, 1964-68 XXXI, América do Sul e Central; M doc. Doc. 245. <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/news/20040925/docs.htm> (Acesso em 17 de fevereiro de 2019).

O fato de essa participação na ajuda eleitoral ter sido discutida, no entanto, resulta de uma observação do assessor de política externa do Chanceler Osterheld, “nesta visita (a Kennedy em novembro de 1962), o Chanceler discutiu uma série de questões comigo e me perguntou, para inserir um episódio, entre outras coisas, se poderíamos fazer algo sobre a disseminação da fidelidade na América do Sul, por exemplo, apoiando partidos ou sindicatos cristãos? Lembrei-me do comentário de Rusk no verão de que nos propusemos a agir, não apenas por razões financeiras, mas também porque os europeus na América do Sul tinham muito menos animosidade. Em vista das feridas cubanas ainda abertas, não devemos ser muito ativos, pelo menos apenas em estreita coordenação com os americanos.” A situação na Alemanha também foi discutida em uma reunião entre o chanceler e o embaixador americano Dovling em 10 de setembro de 1962, ele, Adenauer, “na época disse também que os sul-americanos haviam pedido à República Federal para fazer mais a América do Sul e perguntou ao Sr. Rusk se isso era do interesse dos Estados Unidos. Rusk respondeu afirmativamente à pergunta e ofereceu uma carta sobre o assunto. Essa carta nunca chegou e o embaixado”.<sup>241</sup>

O governo dos EUA inicialmente apoiou o PDC com quantias menores para criar uma coalizão entre o Partido Radical (PR), um membro da Internacional Socialista e o PDC. No entanto, esse plano não compreendeu completamente a estrutura dos partidos chilenos.<sup>242</sup> Em 1962, o PDC foi apoiado pelos Estados Unidos com US \$ 230.000, o PR recebeu 50.000,98 em 1963. Nessa situação, o apoio adicional dos “amigos” europeus era de particular valor. Durante uma viagem de campanha pré-eleitoral em maio de 1963, o gerente de campanha de Freis, Sergio Ossa, recebeu as promessas correspondentes em Roma e Bonn. Frei há muito buscava contatos políticos com partidos europeus. Em 1959, ele conheceu Adenauer pela primeira vez. Frei visitou a República Federal em 1961 e deu uma palestra em Münster em novembro. Em maio de 1963, ele voltou à Alemanha em uma viagem de campanha e viu o ministro federal Erhard em Goslar e, possivelmente, o chanceler federal Adenauer. No outono de 1963, ele participou do Congresso Mundial dos Democratas-Cristãos em Estrasburgo.

---

<sup>241</sup> Arquivo do Auswartiges Amt. Documento 150, 1962.

<sup>242</sup> Embora o PR e o PDC não estivessem muito distantes em suas idéias sócio-políticas, o PR era tradicionalmente anticlerical e mais inclinado à aliança com os conservadores, enquanto o PDC era enfaticamente baseado na igreja e tinha uma ala esquerda forte. O candidato presidencial do PR, Durán, estava na ala direita do PR. “Um dos objetivos originais em março de 1962 era fortalecer o Partido Democrata Cristão, para que ele fosse mais atraente para o Partido Radical como parceiro da coalizão. Até abril de 1963, os radicais eram o maior partido único e os cristãos o segundo maior no Chile. Portanto, uma coalizão desses partidos com o maior apelo dos eleitores foi vista como uma barreira não-comunista viável. Desde que o Partido Radical se uniu aos Conservadores e Liberais em sua própria aliança, a Frente Democrática, em 11 de outubro de 1962, esse objetivo não é mais agora possível.” Memorando do Chefe da Divisão do Hemisfério Ocidental do Diretor de Inteligência Central ao Diretor de Inteligência Central McCone / 1 / Washington, 3 de janeiro de 1964. Arquivo de Segurança Nacional, Relações Exteriores, 1964-68 XXXI, América do Sul e Central; Doc. México 245. <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/news/20040925/docs.htm> (acessado em 17 de fevereiro de 2012)

De acordo com os documentos americanos, Frei não foi informado sobre o apoio “não atribuível” americano. Não é mais possível determinar se isso também se aplica ao apoio da Europa. A pedido do Chanceler Federal, no mesmo ano, o PDC recebeu US \$ 80.000 para apoiar a campanha eleitoral, provavelmente uma quantia semelhante foi recebida da Democrazia Cristiana, Adenauer escolheu os canais de comunicação da Chancelaria Federal para isso. O Ministério Federal das Relações Exteriores não estava envolvido porque manifestaria preocupação com a assistência direta às eleições.

Esse apoio deveria ter sido discutido diretamente com a Casa Branca. Os interlocutores de Adenauer durante esse período foram o consultor de segurança nacional do presidente, McGeorge Bundy, e o diretor de inteligência central, John Alexander McCone. Ambos eram membros do Grupo Especial (Comitê Eleitoral), que decidiu ajudar a campanha no Chile. Esses dois, especialmente o ex-ministro e não o Exterior, decidiram sobre essas questões. Nas datas da conversa Adenauer com Cone em 4 de junho de 1963 (AA. Documento 362, 1962), durante a visita do Presidente Americano Kennedy. Nesse sentido, vale a pena notar que, quando Frei visitou a Alemanha em 1965, um jornalista lhe perguntou sobre a ajuda eleitoral sobre um artigo publicado na revista alemã *Der Spiegel*<sup>243</sup> de setembro de 1964, Frei reagiu extremamente violento a essa “suposição ultrajante”. O pagamento foi feito em 1963 em duas parcelas, a primeira via CDU do Bundestag Heinrich Gewandt, a segunda via Dr. Johannes Schauff. A *Spiegel* relatou isso em dois artigos em 16 de setembro de 1964 e 17 de março de 1965 e a ajuda insinuada no valor de milhões. No entanto, o KAS não estava autorizado a fazê-lo nos estatutos, e os membros do conselho executivo do instituto estavam envolvidos na coordenação com os americanos (MOLT, 2012, p. 116).

Além de seu valor material, a ajuda da Alemanha também teve um peso substancial. Isso distraiu a atenção da mídia chilena e dos opositores políticos de Frei ao financiamento dos EUA para sua campanha. Além disso, o “país do milagre econômico” da República Federal da Alemanha era popular na economia social de mercado como uma alternativa “anticapitalista” ao comunismo, conforme a fala do presidente do CDU Gewandt, que discursou no evento de abertura da campanha de Frei em novembro de 1963. A virada decisiva na campanha eleitoral de Frei foi a eleição de um parlamentar para a Assembléia Nacional em 15 de março de 1964. Seu resultado foi visto como um primeiro ânimo para a orientação dos eleitores nas próximas eleições presidenciais, com uma vitória predominantemente esperada para o candidato do bloco de direita que significava mais do que apenas um jogo em casa perdido. Para impedir Allende, os direitos tinham que ser apoiados livremente.

---

<sup>243</sup>Der Spiegel. *Hilfe aus Bonn*. 16 de setembro de 1964.

O governo dos EUA concordou com essa opinião e, em abril de 1964, decidiu apoiar massivamente a campanha de Freis. Novamente, isso não deve ser informado da origem dos custos de campanha financiados internacionalmente, mas na crença que deixou que viesse de seus amigos europeus, principalmente da Itália e da Alemanha <sup>244</sup>. Sob essa premissa, o presidente em exercício da América Latina, Richard Goodwin, iniciou negociações entre a embaixada americana e a equipe de campanha do PDC. Em 26 de abril de 1964, ele enviou um orçamento de campanha eleitoral de US\$ 1,5 milhão aos negociadores americanos, dos quais o próprio lado chileno ou outras fontes queriam levantar 500.000. De fato, a campanha eleitoral de Washington recebeu US\$ 2,6 milhões. Além disso, uma intensa campanha anticomunista e anti-allende foi financiada com US\$ 3 milhões <sup>245</sup>. As eleições presidenciais no Chile em 1964 se tornaram o resultado da Guerra Fria e como consequência da Crise dos Mísseis Cubanos, a mais longa, mais cara e violenta campanha eleitoral até hoje a história do Chile.

No entanto, é preciso duvidar se a intervenção massiva na campanha eleitoral chilena nos últimos meses fez sentido. Ele endureceu as frentes sociais e aprofundou a divisão política. O fator decisivo para a vitória de Eduardo Frei foi a decisão dos partidos de direita mencionada após a pós-eleição em Curicö. Os “amigos” europeus de Freis não tiveram mais papel nesta última fase. Sua parte no sucesso foi a ajuda inicial, relativamente modesta, e o apoio da candidatura à mídia.

A ajuda na campanha do Chile foi o início de um maior engajamento político da República Federal da Alemanha na América Latina. O Ministério das Relações Exteriores respondeu aos pedidos americanos até junho de 1963, muito mais lentamente do que o Chanceler. A embaixada em Washington estava se preparando para uma conferência de embaixadores nas Américas do Norte, Central e do Sul para apresentar teses sobre uma política mais ativa na América Latina. A principal razão dada para isso é a insistência do governo dos EUA em apoiar a Aliança para o progresso, especialmente a ajuda ao desenvolvimento. Uma estreita coordenação com os Estados Unidos é necessária para isso, mesmo que a ajuda federal deva ser principalmente bilateral, para não sobrecarregar o

---

<sup>244</sup> O Grupo Especial, ao aprovar a assistência ao Partido Democrata Cristão, insistiu que essa assistência não fosse atribuível. Como a segurança foi mantida com firmeza, Eduardo Frei, líder do Partido Democrata Cristão, desconhece o fato de estar sendo auxiliado pelo governo dos Estados Unidos e acredita a assistência está sendo fornecida por seus amigos alemães. Memorando do Chefe da Divisão do Hemisfério Ocidental do Diretor de Inteligência Central ao Diretor de Relações Exteriores, 1964-68 XXXI, América do Sul e Central; Doc. México 245. <http://www.gwu.edu/~nsarchive/news/20040925/docs.htm>. (Acesso em 17 de fevereiro de 2019).

<sup>245</sup> Chile 1964: CIA Covert Support in Frei election detailed. Press Release September 25, 2004 Updated: September 27, 2004. <http://nsarchive.gwu.edu/news/20040925/> (Abruf 17. Dezember 2012)

antiamericanismo predominante. As teses também enfatizaram a importância do diálogo político e cultural, o apoio às reformas sociais, a participação das forças sociais e a prioridade da assistência técnica para alcançar crescimento econômico, recuperação social e estabilização democrática, na tradição das relações alemãs com a América Latina. O “germanismo na América Latina”, como um fator particularmente valioso na política alemã, também deve ser cuidadosamente cultivado e promovido. Pela primeira vez, foi discutida a orientação política dos destinatários de que:

Apesar do princípio da não interferência, não poderemos evitar favorecer certos círculos na América Latina em detrimento de outros. Nossa simpatia e apoio particulares merecem aquelas pessoas, grupos e governos que agem com responsabilidade em questões de política global e exercem a vontade de seguir uma política de reforma social doméstica, mas não os grupos oligárquicos que apoiam urgentemente o combater as reformas sociais necessárias. No entanto, a observância das regras democráticas parlamentares do jogo não deve ser considerada essenciais <sup>246</sup>

Havia a ideia de uma política de auxílio econômico para a América Latina por parte dos institutos políticos. A proposta do chanceler Adenauer era de ampla ajuda econômica, um Plano Marshall para a América Latina <sup>247</sup>, que ele também discutiu em conversa com Kennedy em novembro de 1962 <sup>248</sup>, e não foi aceita pelo presidente. Isso o encaminhou à Aliança para o Progresso. Embora o chanceler não tenha obtido nenhuma aprovação do Ministério Federal das Relações Exteriores ou do Ministério Federal de Economia ele se apegou à ideia e tentou ganhar de Gaulle <sup>249</sup> em janeiro de 1963. Os problemas mais urgentes e próximos dos meses anteriores à renúncia de Adenauer colocaram os problemas da política da América Latina em segundo plano. Após a visita do Ministro Federal Scheel, no outono de 1962, o governo dos EUA ficou inicialmente satisfeitos com os esforços da ajuda ao

<sup>246</sup>Auswartiges Amt. Documento 195, 443, 1963.

<sup>247</sup> A proposta original era do senador republicano de Nova York, Javits, que visitou Adenauer em 12 de novembro de 1962. Osterheld relata, “bem, como estão as coisas, no dia seguinte, no dia 12 de novembro, Javits, o senador de Nova York, foi ao chanceler. A conversa também se voltou para a América do Sul. Javits era um defensor animado de um oficial de justiça para esses países, nos quais os europeus também deveriam participar. In: Osterheld. *Ich gehe nicht leichten Herzens*, S. 160, zur Vorbereitung des besuch Adenauer mit Kennedy am 14./15. november 1962.

<sup>248</sup> “Ele, portanto, quer mencionar os pensamentos que já foram expressos por outras partes, se os Estados Unidos e a Europa não estão juntos em relação à África do Sul como um todo, a OCDE deve ser fundada”. In: Arquivo do Konrad Adenauer. Documento 446, 1962.

<sup>249</sup> De Gaulle exigiu que “agora fosse preciso desenvolver uma ambição 'europeia' diferente, no sentido mais estrito, que deveria ser suportada pela França e pela Alemanha juntas. Esta ambição tinha que ser uma força motriz e a vontade de querer existir por si só ao lado da América, o que obviamente era um aliado, mas do qual era preciso ser independente. Não é fácil perseguir esse objetivo. Já existe um forte vínculo entre a França e a Alemanha e também existe o perigo comum. Sugerir que uma política comum da América Latina fosse seguida para salvar a América Latina do comunismo. De Gaulle concorda e também concordou que a cooperação deve ser organizada com vistas à América Latina”. Arquivo do Konrad Adenauer. Memórias, 1965, p. 210.

desenvolvimento da República Federal. Após a renúncia de Adenauer, o desenvolvimento político da América Latina continuou a ocupar o pequeno grupo de políticos, funcionários públicos e interessados, fundações e agências de ajuda religiosa, enquanto os principais políticos perderam o interesse em um papel ativo na América Latina. O Gabinete Federal raramente lidou com o tópico nos anos seguintes.

No entanto, o apoio eleitoral aos democratas-cristãos no Chile fez com que a ajuda econômica para o país se tornasse um exemplo teste para averiguar melhor questões relacionadas a cooperação alemã e latino-americana para o desenvolvimento econômico. Embora isso se estenda além do tempo da chancelaria de Adenauer, reflete a importância de seu envolvimento precoce em outros eventos no Chile. Em 1970, o socialista de esquerda Salvador Allende foi eleito presidente como Freis fora (e derrubado em 1973 devido a um golpe militar). Existe uma ampla gama de interpretações. Isso não será discutido em detalhes aqui.

A mudança da chancelaria de Adenauer a Erhard inicialmente não mudou a relação da América Latina e o foco de esforços políticos e apoio econômico. De acordo com os objetivos de todos os parceiros da Aliança Ocidental, o principal interesse da Alemanha na América Latina é preservar esse subcontinente para o mundo livre do Ocidente <sup>250</sup>. A Alemanha está, portanto, empenhando-se em contribuir para a estabilização política, econômica e social, bem como para a luta contra o comunismo nos países latino-americanos. A cooperação para o desenvolvimento não deve ser aumentada apenas em termos absolutos, mas proporcionalmente, e os fundamentos políticos devem ser promovidos para a cooperação com os partidos democratas-cristãos ou os sindicatos.

Como parte da análise das próximas eleições presidenciais de 1964 e como complemento de seus próprios planos, em 1963 o governo dos EUA propôs ao governo federal que medidas de desenvolvimento apropriadas fossem tomadas para o Chile. Isso coincidiu com as sugestões feitas pelo embaixador alemão e a pressão das agências de ajuda da igreja que mantinham laços estreitos com o arcebispo de Santiago. Em 30 de março de 1964, com base nos anseios americanos, o Governo Federal concordou com o Chile em conceder 70 milhões de marcos alemães em capital, uma quantia relativamente alta na época. Em junho de 1964, 21 milhões deles foram dedicados a um programa habitacional porque se esperava que isso “tivesse um impacto positivo nas próximas eleições presidenciais”. <sup>251</sup>

---

<sup>250</sup> Auswärtiges Amt. Documento 443, 1963.

<sup>251</sup> Um importante mediador foi o padre católico Wallisfurth, que trabalhou no Chile e veio de Bonn. Adenauer, que o conhecia, também poderia mencionar o projeto de habitação social (embora Wallisfurth tivesse iniciado,

A polêmica “interferência na política chilena pelas fundações alemãs”, que se tornou visível durante a campanha eleitoral presidencial em 1964, recebeu considerável atenção no contexto contemporâneo, mas o compromisso do Instituto de Solidariedade Internacional era voltado exclusivamente à educação política e fazia parte dela as doações financeiras, que foram dadas por iniciativa do Chanceler Adenauer. Ao contrário de projetos em outros países da América Latina, o trabalho da Fundação Konrad Adenauer no Chile foi bem recebido pelo Ministério Federal das Relações Exteriores, porque foi realizado em acordo com o governo. Depois que Frei assumiu o cargo, a fundação se esforçou inicialmente para educar os sindicatos cristãos <sup>252</sup>. No entanto, eles estavam apenas fracamente representados no Chile e não tinham o apoio do PDC, que dependia dele, dentro da “Central Unitaria de Trabajadores” (CUT). O estabelecimento de um centro de estudos e educação política do PDC também foi lento, pois os interesses das várias alas do partido precisavam ser levados em consideração. A Fundação Konrad Adenauer apoiou três projetos de treinamento durante o governo de Freis: um centro de estudo e documentação política, um centro de treinamento sindical e um centro de treinamento para funcionários da “Promoção Popular” <sup>253</sup>. Este último foi convertido em uma organização estatal sob o governo de Frei, de acordo com seu programa governamental. Esse projeto foi apoiado pelo BISH com 2 milhões de DM para seus projetos <sup>254</sup> durante o mandato de Freis. No geral, o financiamento da KAS e do BISH com pouco mais de 3 milhões de marcos alemães para os anos de 1965 foi uma contribuição externa relativamente modesta, mas eficaz, ao experimento chileno da “Revolução na Liberdade”.

---

ele o mencionou em sua conversa com o Secretário Geral do GAS em 20 de julho de 1962) que ele também acrescentaria que não tinha conhecimento de uma empresa em Colônia que lida com a construção de apartamentos no Chile. Isso ressalta que nosso interesse pela América Latina não se limita apenas a tomar café, mas que estamos cientes da situação e queremos fazer o que fazemos para ajudar outras pessoas. Áreas para ajudar. Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Documento 296, 1962.

<sup>252</sup> Antes da mudança de cargo, o Instituto de Solidariedade Internacional apoiou seminários para estudantes e líderes juvenis do PDC em 1963 e 1964 com o apoio do Ministério Federal das Relações Exteriores, bem como o início do programa de desenvolvimento social, a “Promoción Popular”, que mais tarde foi assumido pelo governo. E o Friedrich-Ebert-Stiftung apoiou seminários para cooperativas e líderes sindicais. Esses programas foram financiados pelo Ministério Federal das Relações Exteriores (Kulturfonds) e, obviamente, foram direcionados para a campanha eleitoral, mas não foram usados diretamente para financiar o partido. O financiamento desses projetos para o Konrad-Adenauer-Stiftung foi de 170.000 DM em 1963, 104.000 DM em 1964 e 57.600 DM em 1965. A Friedrich-Ebert-Stiftung recebeu 125.000 DM pelo seu projeto em 1963. Fonte: Auswärtiges Amt. Politischen Stiftungen für den Haushaltsausschuss des Deutschen Bundestages. 6 de maio de 1965; Artikel B 126/14362.

<sup>253</sup> Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Signatur: 12-001-671-673; e 07-001-12153 (Chile)

<sup>254</sup> O Escritório de Assistência Social Internacional (BISH) foi fundado em consulta com o BMZ como uma rede independente, mas com pessoal, de estrutura social com a Fundação Konrad Adenauer no final de 1964, porque a estrutura social não fazia parte do escopo estatutário da Fundação Konrad Adenauer na época. O Ministério Federal de Cooperação Econômica queria participar no Chile. Fonte: Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Signatur: 07-001-12150.

O Instituto Friedrich-Ebert tentou aproveitar o sucesso do Instituto Konrad Adenauer, especialmente quando o PDC temia que as divergências no conselho do KAS pudessem afetar a cooperação. No ano seguinte, a convite de Frei durante sua visita de estado a Bonn em 1965, o FES abriu oficialmente um escritório em Santiago do Chile depois de enviar um oficial ligado aos sindicatos em 1964. Inicialmente, o foco do trabalho era o aconselhamento e a pesquisa; a colaboração direta com os partidos não foi planejada inicialmente. À luz de desenvolvimentos posteriores, o trabalho das fundações políticas alemãs no Chile, no início, é uma das importantes contribuições da Alemanha na América Latina. No entanto, eles não tiveram significado para o desenvolvimento político na década de 60 <sup>255</sup>.

Apesar da extensa ajuda, as melhorias nos setores agrícola e social não eram tão perceptíveis que causariam uma queda no potencial de eleitores dos partidos de esquerda, como demonstrado pelas eleições presidenciais de 1970, as razões para a vitória eleitoral de Allende não estavam na ajuda internacional ao desenvolvimento e na ineficácia das reformas introduzidas, mas nas fixações ideológicas das elites políticas chilenas e na capacidade dos partidos de esquerda de mobilizar os eleitores (NOHLEN, 1973, p. 105-112), mas sobretudo em uma imperícia na economia e na disfuncionalidade do sistema político. “No final de seu reinado”, Frei desfrutou de popularidade como nenhum outro presidente antes. Se existisse a possibilidade constitucional de reeleição, Frei sem dúvida teria vencido o mandato eleitoral para um segundo mandato. O sistema político teve assim uma influência decisiva na resposta dos eleitores à questão de saber se a revolução social iniciada deveria continuar na forma e no conteúdo que os democratas-cristãos lhe deram. Como Frei não podia mais concorrer como candidato e devido à natureza muito pessoal da política chilena nas grandes questões nacionais, que não permitiram prontamente a transferência da popularidade do democrata-cristão Frei para outro democrata-cristão, a questão básica foi distorcida e, portanto, não pôde ser resolvida de maneira autêntica nas eleições de 1970 <sup>256</sup>.

Além do conteúdo problemático das reformas, o fracasso do experimento chileno mostrou que a ajuda internacional ao desenvolvimento poderia, na melhor das hipóteses, dar uma contribuição modesta, mas de modo algum sustentável e decisiva para resolver os problemas dos países em desenvolvimento. Até onde sabemos hoje, as iniciativas políticas lançadas pelo KAS em seus últimos anos desde 1960, em conexão com a nova cooperação para o desenvolvimento, foram malsucedidas da perspectiva do país receptor, com exceção do

---

<sup>255</sup> O projeto era um ramo da fundação, portanto, em contraste com a Fundação Konrad Adenauer, não apoiava nenhuma instituição local (ADAM, 2013, p. 344)

<sup>256</sup> Ibidem, p. 107



apoio de Israel. Essa foi uma das razões pelas quais os governos posteriores, Erhard, Kiesinger, Brand e Schmidt, impediram-se de participar significativamente de iniciativas políticas semelhantes (MOLT, 2017, p.282).

#### **4.3.A formação e atuação da Fundação Konrad Adenauer (*Konrad Adenauer Stiftung* – KAS)**

A Fundação Konrad Adenauer (KAS) é uma fundação em que sua missão e autoimagem são políticas, baseada nos preceitos de “uma responsabilidade cristã” - essa é a base de valor venal do trabalho. Isso também marca claramente as questões relacionadas ao desenvolvimento. O KAS trabalha com parceiros em muitos países do mundo desde 1962, que são responsáveis por questões culturais, sociais, econômicas e políticas, ensejando mudar as condições de seus países através de meios pacíficos, para que os direitos humanos, a democracia, a economia social de mercado e a justiça social se tornem componentes independentes e eficazes da ordem política e social (THESING, 1996, p. 169).

As fundações políticas sempre tiveram seu escopo questões relacionadas a educação desde 1962, foi expandido para incluir a cooperação internacional. No último gabinete de Konrad Adenauer após as eleições federais de 1961, havia um ministro federal que representava um novo ministério: o Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ). A Alemanha foi o primeiro país industrializado a destacar a importância da cooperação com os países em desenvolvimento por meio de seu próprio ministério. Depois de ter se recuperado economicamente, quis demonstrar sua vontade política de ajudar dessa maneira.

Por um lado, o governo federal trabalhou diretamente junto aos governos nos países da África, Ásia e América Latina, mas ao mesmo tempo decidiu que organizações não-governamentais, como as as agências de ajuda eclesiástica e as fundações políticas pudessem receber fundos públicos para realização de programas e projetos de desenvolvimento por sua própria responsabilidade. Desde 1962, o Governo Federal utiliza recursos públicos para apoiar projetos de educação sócio-política realizados pelas fundações políticas.

A decisão de incluir a área da educação sociopolítica no programa de ajuda ao desenvolvimento do Governo Federal foi baseada na convicção de que uma contribuição efetiva para o desenvolvimento de comunidades economicamente saudáveis e politicamente estáveis nos países do Terceiro Mundo não se baseia no apoio puramente econômico, mesmo sendo uma área primordial, era necessário uma assistência adicional para tornar mais fácil para esses países encontrar soluções de justiça social e liberal para seus

problemas sócio-políticos (...). As atividades sócio-políticas das fundações políticas ocorrem em um campo de forças muito complexo, que destaca muitos dos problemas encontrados na implementação dos projetos e também as dificuldades em superá-los, e que podem ser caracterizados da seguinte forma: o Estado (o governo federal) concede a certas instituições alemãs privadas com diferentes orientações políticas e ideológicas, o direito de realizar projetos educacionais e medidas consultivas em cooperação com os parceiros correspondentes nos países em desenvolvimento, que também são política e ideologicamente diferentes e que buscam seus próprios objetivos sociopolíticos em seus países. Além de influenciar o desenvolvimento nesses países, orientando suas forças em um certo sentido sócio-político.<sup>257</sup>

Baseado nessas premissas, o Konrad-Adenauer-Stiftung (KAS) iniciou seu trabalho de política de desenvolvimento em 1º de julho de 1962. Já no âmbito internacional, o KAS iniciou seus trabalhos na América Central (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá) em outubro de 1966. Naquele momento a situação em cada país da América Central era determinada pelas ditaduras militares (Guatemala, El Salvador, Honduras), pela dinastia de enriquecimento de Somozas na Nicarágua e pela situação instável no Panamá. Somente a Costa Rica iniciou seu próprio desenvolvimento democrático desde 1948. Nos outros países, a violência e os interesses da classe alta e dos militares determinaram os eventos políticos, inclusive as ditaduras eram apoiadas pelos norte-americanos (THESING, 1996, p. 171). Após a investida e ameaça de Fidel Castro no projeto de lançamento dos mísseis de Cuba que poderiam alcançar os EUA, a região da América Central tornou-se política e estrategicamente importante como nunca antes, sendo um ponto de disputa nevrálgica entre as duas principais potências, os EUA e a União Soviética na América Latina.

A cooperação internacional sempre fora uma preocupação central na política alemã. As atividades políticas de desenvolvimento do KAS era treinar os líderes políticos e sociais, fortalecer grupos populacionais desfavorecidos, promover comportamentos orientados para o desenvolvimento, levando em consideração a independência cultural, estabelecimento e expansão de organizações sociais, prestação de ajuda e intercâmbio mundial de informações e experiências.

É importante ressaltar que concomitante a formação do instituto, houve a constituição de seu arquivo para preservar a memória do Instituto desde 1964, porém, devido a dificuldades financeiras e de infraestrutura, esse sonho foi abandonado (SCHWARZ, 2019, p. 02), sendo apenas na década de 70 esse objetivo alcançado. Conforme os fundadores e políticos que “encabeçavam” o partido CDU em determinada época, a fundação foi se

---

<sup>257</sup> Bericht des BMZ vom Juni 1969 über die Förderung der gesellschaftspolitischen Bildung in Entwicklungsländern, S. 1f.

modificando assim como sua memória. A figura de Helmut Kohl foi muito importante para a construção do arquivo, se tornando uma figura central do partido, pois uma boa parte das fontes foi doada por ele, sendo considerado o verdadeiro fundador do arquivo.

Outro membro influente foi Heinrich Krone, um político veterano do CDU que mais tarde fundou o “Círculo Krone” que virou o “Círculo de Anciãos da CDU” mais tarde; nesse meio, era comentado sobre a importância da “política da história”. Esse conceito surgiu em virtude de uma carta que ele escrevera a Helmut Kohl em 4 de fevereiro de 1974, quando a execução do arquivo começava a falhar novamente devido a problemas de financiamento:

Estou preocupado que até agora não haja nenhuma instituição do nosso partido que, como o arquivo de social democrata do SPD, se preocupe com a apresentação e avaliação histórica do que a União faz nos governos federal e estadual no passado. Receio que, no futuro previsível, o quadro histórico da República Federal seja determinado apenas pelos materiais e publicações das outras partes, se não compensarmos imediatamente o que foi perdido até agora. Mesmo agora determinar como as grandes realizações históricas da União são distorcidas e apresentadas de maneira inverídica. (...) Na minha opinião, deve ser fundada uma instituição, “Arquivo da Democracia Cristã”, que colete sistematicamente os materiais da história da CDU, coloque-os em uma ordem de arquivamento apropriada e os prepare para avaliação e depois, e por último, mas não menos importante, sua apresentação histórica.<sup>258</sup>

Na Alemanha, essas Fundações muitas vezes se apresentam como uma espécie de “braço” do Estado, pelos quais muitos partidos competem, mas também coabitam entre si. Em relação aos arquivos políticos, essas instituições coletam, armazenam e avaliam as suas próprias fontes. Um exemplo de criação exitosa foi a Fundação Friedrich Ebert que sempre esteve à frente na fase de fundação dos arquivos do partido, foi criada em 1925, imediatamente após a morte do Presidente Ebert, ofertando bolsas para jovens socialdemocratas, restabelecida após a II Guerra. Um personagem importante nessa consolidação foi o tesoureiro do Partido Socialdemocrata (SPD), Alfred Nau, que, de 1970 a 1985, foi presidente da Fundação Friedrich Ebert, editor e supervisor da *Concentrations GmbH*, uma empresa que reunia várias editoras com o intuito de divulgar os ideais do partido. Esse arquivo foi inaugurado em 5 de junho de 1969 pelo presidente do partido Willy Brandt (na época ministro das Relações Exteriores), com fontes relacionadas aos movimentos operários alemães e internacionais e história sindical.

---

<sup>258</sup>Heinrich Krone an Helmut Kohl, 4. Februar 1974. ACDP NL Heinrich Krone 01-028-027/1. Zur weitverzweigten Gründungsgeschichte des ACDP siehe den reichhaltigen Aufsatz von Carsten Pickert: Der Gründungsprozess und die Etablierung des Archivs für Christlich-Demokratische Politik, in: HPM 20 (2013), S. 397–422

A RFA era uma democracia partidária que tinha o postulado de que as fundações dos partidos deveriam ser financiadas com recursos federais em suas diversas atividades, tanto na Alemanha quanto no exterior, e seus arquivos não eram considerados estaduais, eram financiados pela Federação, assim como suas coleções. Elas deveriam, contudo, desempenhar a tarefa de gerar pesquisa própria, ter pesquisadores independentes e instalações de serviço. Kai-Uwe von Hassel foi um dos principais políticos que pediu o estabelecimento de um arquivo para a política democrática cristã, relatou Bruno Heck em uma visita a Alfred Nau, na primavera de 1972. Disse, inclusive, que a fundação deveria solicitar orçamento do *Bundestag* alemão para cumprir tal tarefa <sup>259</sup>.

O modelo criado pela Fundação *Friedrich Ebert* sob o patrocínio de Willy Brandt foi muito utilizado por Helmut Kohl no instituto. Em uma carta, em 1973, a Bruno Heck, presidente da Fundação *Konrad-Adenauer*, se referiu explicitamente a este exemplo:

Acho que o SPD resolveu essa questão de maneira excelente, o Arquivo da Social Democracia está localizado em um grande edifício que é alimentado por fundos públicos e já apresentou uma grande variedade de publicações. Ficaria grato se você considerasse se a possibilidade de realizar um projeto semelhante dentro da Fundação Konrad-Adenauer.<sup>260</sup>

Nesse contexto, outro personagem também é corriqueiro na história da fundação do arquivo, Hans-Dietrich Genscher, então ministro federal do Interior no governo de Brandt. Heck entrou em contato com Genscher, responsável pelo orçamento da fundação, no outono de 1973, e soube dele que “em princípio não haveria dificuldade em disponibilizar parte do orçamento para isso a partir de 1974”, no entanto, este último não se esqueceu de salientar que a doação deveria também se aplicar à Fundação *Friedrich Naumann* (o “Arquivo do Liberalismo” que foi criado em 1968, sendo, a rigor, o mais antigo dos arquivos do partido). Genscher também insistiu “enfaticamente” que os fundos para os arquivos passem pelas fundações e não pelos partidos, para que nenhum partido de direita e de esquerda possa criar atrito. Heck também é um dos pais fundadores do Arquivo do KAS, pois aconselhou Kohl a tomar uma decisão rápida na primeira oportunidade, referindo-se, dessa forma, “porque

---

<sup>259</sup>Kai-Uwe von Hassel an Bruno Heck, 18. Juni 1973. ACDP Bestand Konrad-Adenauer Stiftung 12-001-1371.

<sup>260</sup>Helmut Kohl an Bruno Heck, 22. Oktober 1973. Ebd. Schon am 13. September hatte Kohl im Bundesvorstand der CDU auf die Errichtung eines Archivs gedrängt. Kohl: Wir haben alle Chancen. Die Protokolle des CDU-Bundesvorstandes 1973–1976. 1. Halbband 1973–1974. Bearbeitet von Günter Buchstab (Forschungen und Quellen zur Zeitgeschichte 67/1). Düsseldorf 2015, S. 103f

realmente vejo um “Arquivo para a política democrata-crista”, essa é uma das principais tarefas que o *Konrad-Adenauer-Stiftung* pode realizar pelo partido.”<sup>261</sup>

Outro fator a ser mencionado que influenciou a fundação foram os impulsos da ciência histórica. Evidentemente, o campo da história contemporânea, entre 1945 e o início dos anos 70, não era uma área ainda muito explorada, além da política contemporânea, do jornalismo e da análise da política e da sociedade, era a pauta da chamada era Adenauer e depois operada principalmente por duas disciplinas: ciência política e sociologia. Ambos os assuntos focaram naturalmente em questões sistemáticas ou atuais. No final da década de 1960, alguns professores mais jovens de ciências históricas profissionais achavam que já era hora de capturar a história contemporânea mais recente com uma metodologia historiográfica mais rigorosa. No entanto, o pré-requisito para isso era o desenvolvimento de novas fontes internas, que também poderiam gerar novas questões,<sup>262</sup> dois historiadores começaram a ir nessa direção na Alemanha, Konrad Repgen e Rudolf Morsey. Em particular, começaram com essas considerações. Repgen misturou a mais recente história da igreja católica com questões de reforma na comissão de história contemporânea (Bonn), e Morsey na comissão parlamentar (Bonn), a história do centro. Ambos defendiam o avanço da pesquisa na era Adenauer. Klaus Gotto foi o diretor da Comissão de História Contemporânea.<sup>263</sup>

De acordo com seu memorando, em junho de 1972, a CDU deveria “criar um arquivo, salvar e iniciar o “Arquivo da Democracia Cristã”, com as tarefas específicas: 1) coletar e armazenar os arquivos do partido e da facção, 2) pesquisa sistemática de acordo com materiais, especialmente propriedades, e sua adoção, 3) incentivar a avaliação jornalística e científica do material arquivado, 4) atividade independente de publicação, publicando um a) O Anuário da Democracia Cristã (que se tornou a Comunicação Histórico-Política fundada em 1994), b) edições e monografias. Estes arquivos deveriam ser integrados à Fundação *Konrad Adenauer* como um “instituto independente.” O orçamento para o pessoal e o equipamento material foi estimado em 550.000 DM<sup>264</sup>, com um período de duração de dois anos, e destacou que o estabelecimento de um arquivo só faz sentido se “o partido e o grupo

---

<sup>261</sup>Helmut Kohl an Bruno Heck, 22. Oktober 1973. Ebd. Schon am 13. September hatte Kohl im Bundesvorstand der CDU auf die Errichtung eines Archivs gedrängt. Kohl: „Wir haben alle Chancen“. Die Protokolle des CDU-Bundesvorstandes 1973–1976. 1. Halbband 1973–1974. Bearbeitet von Günter Buchstab (Forschungen und Quellen zur Zeitgeschichte 67/1). Düsseldorf 2015, S. 103f

<sup>262</sup>Helmut Kohl an Bruno Heck, 22. Oktober 1973. Ebd. Schon am 13. September hatte Kohl im Bundesvorstand der CDU auf die Errichtung eines Archivs gedrängt. Kohl: „Wir haben alle Chancen“. Die Protokolle des CDU-Bundesvorstandes 1973–1976. 1. Halbband 1973–1974. Bearbeitet von Günter Buchstab (Forschungen und Quellen zur Zeitgeschichte 67/1). Düsseldorf 2015, S. 103f

<sup>263</sup> Ibidem

<sup>264</sup>Denkschrift Klaus Gotto vom Juni 1972. ACDP 12-001-1278.

parlamentar disponibilizarem seus materiais históricos ao arquivo e adicionarem continuamente material atualizado, isso significa que havia uma delimitação clara de competências a ser realizada”,<sup>265</sup> esse memorando convenceu todos os envolvidos, percebendo que Klaus Gotto era o homem certo para esta tarefa.

Havia um político importante na CDU que pensava diferente no KAS, era Helmut Kohl. Não havia necessidade de convencê-lo de que o renascimento historiográfico do falecido Konrad Adenauer e o estabelecimento simultâneo de um arquivo partidário com os objetivos descritos acima deveriam ser prioritários. Portanto, o ano de 1976 foi memorável de várias maneiras, não foi apenas o ano das eleições federais de 1976 em que Kohl quase venceu, foi também o ano da disputa entre CDU/CSU sobre Kreuth. E também o fato mais importante, a fundação do Arquivo de Política Democrática Cristã com a ressurreição historiográfica de Adenauer<sup>266</sup>.

No início do exercício financeiro de 1976, o Arquivo de Política Democrata-Cristã recebeu o *status* de instituto independente do KAS.<sup>267</sup> Na primavera de 1976, ele já publicou um extenso volume chamado de “Konrad Adenauer e seu tempo”, com contribuições de todos os principais políticos aposentados ou afastados da vida política, arcebispos, generais, diplomatas, publicitários e líderes empresariais que tinham algo a dizer sobre Adenauer – Lucius D. Clay, John McCloy, Anthony Eden, arcebispo Frings, Hermann Josef, Willy Brandt, Hans Dietrich Genscher, Gerhard Schröder, Franz Josef Strauß Walter Hallstein e Wilhelm Grewe.<sup>268</sup> No outono de 1976, foi publicado o Volume II, intitulado “Contribuições da Ciência” – uma antologia abrangente, interdisciplinar e também crítica, no qual muitos outros estudos científicos sobre Adenauer começaram a se desenvolver.

Em 1977, foi tomada a decisão de assumir o arquivo do grupo parlamentar da coligação CDU/CSU, seguida por negociações complicadas, mas bem-sucedidas, para obter o arquivo do partido da CDU. Em maio de 1977, quando foi inaugurado o novo edifício do KAS, na cidade de Sankt Augustin, na Westfália, os arquivos também receberam aquelas amplas salas no porão, onde ainda permanecem armazenados.

É importante ressaltar que hoje os arquivos das fundações partidárias cumprem uma importante tarefa que vai muito além dos interesses individuais do respectivo partido ou

<sup>265</sup>Vermerk Könitz an Philipp Ludwig über eine Besprechung zwischen Ludwig, Giso Deussen, Gotto und Barbara Könitz über den Aufbau eines Parteiarchivs, 15. Oktober 1974.

<sup>266</sup>Ibidem

<sup>267</sup>Bruno Heck an Klaus Gotto, 10. März 1975. Ebd

<sup>268</sup>Konrad Adenauer und seine Zeit. Politik und Persönlichkeit des ersten Bundeskanzlers. Beiträge von Weg- und Zeitgenossen. Hg. von Dieter Blumenwitz u. a. (Veröffentlichung der Konrad-Adenauer-Stiftung. Archiv für Christlich-Demokratische Politik). Stuttgart 1976.

fundação. Num sentido mais amplo, a pesquisa sobre o sistema político na Alemanha tem quatro grandes grupos de arquivos primeiro os arquivos estaduais (arquivo federal, arquivos estaduais dos estados federais), depois os arquivos parlamentares (*Bundestag* alemão e parlamentos estaduais), em terceiro lugar, os arquivos dos partidos, e por fim e quarto, os inúmeros arquivos municipais, também importantes para a compreensão da política e da sociedade. Claro que ainda são relevantes os arquivos de jornais e da mídia, os arquivos das associações, os arquivos das empresas, os arquivos das universidades e as ciências sociais, que também contemplam informações importantes sobre o sistema político.

De qualquer forma, deve-se reconhecer que os arquivos das fundações do partido fazem parte de um sistema abrangente de arquivos mantidos pelo Estado. Quando os chefes de fundações políticas e financiadores do Ministério Federal do Interior e do Bundestag alemão determinam o orçamento das fundações, eles não devem esquecer que o título “arquivo” não se refere apenas à respectiva fundação, mas faz parte de uma tarefa nacional. Inicialmente não planejadas, mas agora claramente reconhecíveis, as fundações, com seus arquivos partidários totalmente equipados, executam uma tarefa pública para a pesquisa de história contemporânea. Pessoas particulares acreditavam que era correto colocar seus arquivos pessoais aos cuidados das fundações do partido, porém, isso gera um custo que, mesmo na era da digitalização, não está diminuindo, mas aumentando.

Este é um serviço para o público que faz parte da cultura política de nações democráticas. A pesquisa em história contemporânea como um todo é uma daquelas que constituem a autoconfiança de uma sociedade livre, crítica, esclarecida e orientada com valores estabelecidos. Com seus arquivos, as fundações do partido, assim como os arquivos do Estado ou os arquivos parlamentares, fornecem funções de serviço para uma ciência independente que luta pela verdade e se desenvolve na luta pela verdade. O trabalho desta ciência também contribui para a conscientização política no Estado constitucional pluralista e democrático.

Esse sistema de fundações partidárias entrou na era das redes digitais na Europa por cerca de quinze anos, isso abre oportunidades sem precedentes que ainda não foram totalmente exploradas, mas está associado a altos custos. Para que esse material se torne algo disponível globalmente, é necessário que se arque com essas despesas, dentre elas, a digitalização do inventário existente, criação de redes de recursos, colocação on-line de minutas abrangentes dos principais comitês das partes, comunicados de imprensa, estatísticas, fotos, pôsteres etc. Por último, mas não menos importante, a própria pesquisa dos arquivos do



partido (edições de origem, monografias, Anuários, antologias, resultados de trabalho de conferências ou workshops) é disponibilizada ao público alemão e internacional interessado.

O KAS tem tarefa já reconhecida há duas décadas na coleta de todas as fontes de partes relacionadas à CEE, CE e UE e com o original alemão das fontes para pesquisa. Também possui pesquisa em relação à formação da rede europeia sobre política de integração. Aliás, a pesquisa europeia também encontra uma dificuldade no que diz respeito à acessibilidade das fontes, pois é relativamente fácil trabalhar através do Grupo PPE no Parlamento Europeu, no Partido Popular Europeu ou nas eleições europeias.

#### **4.4.Intenções, planos e relações do KAS no Brasil, na década de 70**

A fundação *Konrad Adenauer* sempre traçou objetivos específicos de ação em como atuar em cada país parceiro; no caso do Brasil, não fora diferente, em suas análises estratégicas, fora feito uma coleta de dados, avaliação real da situação e das tendências – o que mais chama atenção é o interesse em aplicar no Brasil uma política de centro ou de terceira via, algo bem declarado nas intenções.<sup>269</sup>

Segundo os estudos da Instituição, a maior parte da população brasileira vivia uma situação catastrófica, e essa situação iria piorar nas próximas décadas. O KAS considerava o crescimento econômico e tecnológico, o chamado “milagre brasileiro”, um fator que não permitisse superar isso de forma automática. A superação só pode ser atingida como consequência de uma decisão política e de uma transformação da consciência. O crescimento do país seria a consolidação de uma nova camada da classe média, que aumenta em números absolutos, a qual se somou à camada tradicional, porém a classe baixa era ainda maioria, correspondendo a no mínimo 70% da população brasileira.<sup>270</sup>

O Brasil pretendia se tornar um país totalmente desenvolvido dentro de 30 anos e uma grande potência da política internacional, com uma população duplicada em tamanho, “entretanto, o anseio de avançar nesse aspecto gigantesco, que está aderido a todos os planos dos tecnocratas brasileiros, desperta ideias levemente opressoras quanto à lógica militar abstrata e politicamente perigosa”<sup>271</sup>, ou seja, o próprio KAS, sendo um instituto democrático, reconhecia a censura do regime brasileiro e se questionava se a política social brasileira iria conseguir, neste meio tempo, a participação das massas e da população marginalizada para

---

<sup>269</sup> Strategische Ueberlegungen zur arbeit des IIS in Brasilien. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1973. Signatur12-001-0408-8.

<sup>270</sup> Op cit. Tradução de Sônia Marques.

<sup>271</sup> Op cit.



cumprir os meios de se chegar no progresso econômico, social, cultural e político, em qual dimensão, com qual qualidade.

Ao citar os trabalhos de Myrdal e Tinbergen, o instituto bradava que os investimentos e reformas na área da informática e da educação ou no desenvolvimento de instituições sócio-políticas não exercem efeito rápido e também não podem ser tiradas do chapéu de um mágico em curto prazo. Eles necessitavam de um longo tempo de edificação, a fim de estarem acessíveis em determinado momento ou gradualmente, em que muitos elementos necessários para uma nova sociedade só podem ser construídos e desenvolvidos ao longo de décadas.

A visão social de Brasil por parte do KAS também era algo alarmante, pois, nessa época, a vida das camadas baixas da população brasileira se caracterizava pelo não atendimento das necessidades básicas, vivendo em extrema pobreza, em favelas das cidades e em cabanas miseráveis no interior, em condições higiênicas perigosas e desumanas; doente, subnutrida ou erradamente nutrida, têm baixo ou nenhum poder de compra, desempregada ou com ocupação parcial ou inadequada; suas habilidades práticas e intelectivas e os seus potenciais estão atrofiados devido à falta de instrução e informação, a problemas de saúde e ao meio sociocultural desfavorável. No aspecto econômico, social, cultural e político, são marginalizados, ou seja, são deixados de lado pelo progresso, uma vez que 85% da população tinha nível de formação extremamente insatisfatório. Por isso, havia uma espécie de “passividade” social frente ao Estado, pois “a influência que a população exerce sobre o governo depende do status da educação da população (*Tinbergen*)”, pois “a educação não somente disponibiliza força de trabalho; a educação rompe estruturas sociais e filosóficas encrustadas, mobiliza o ser humano, solidariza grupos e cria uma consciência de cidadania” (Erhard Eppler) <sup>272</sup>.

Considerando o Brasil um país pobre e subdesenvolvido, são considerados como ponto de referência não somente os 10% de crescimento, mas também a situação inalterada da população marginalizada. Uma pequena camada de intelectuais e tecnocratas altamente qualificados engana facilmente quanto à situação de desesperança do sistema global de informação e de instrução. Havia de se ressaltar do ponto de vista econômico e do poder político uma desenvoltura de um sistema de ordem, estabilidade e segurança, de grandes

---

<sup>272</sup> Esse intelectual foi um político social-democrata alemão e fundador da *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)*. Ele estudou inglês, alemão e história em Frankfurt, Berna e Tübingen, fez doutorado e trabalhou como professor. Ele conheceu Gustav Heinemann no final da década de 1940, que se tornou um modelo. Eppler foi membro do Bundestag de 1961 a 1976. Foi nomeado Ministro da Cooperação Econômica pela primeira vez em 1968 durante a grande coalizão de Kurt Georg Kiesinger (CDU) e Willy Brandt (SPD), continuando sob o Chanceler Brandt em 1969 e o Chanceler Helmut Schmidt (SPD) em 1974, quando deixou o cargo. Fonte: HOFMANN, Gunter. Erhard Eppler / Seiner Zeit weit voraus. In: *Die Zeit* (em alemão). Publicado em 20 de outubro de 2019.

empresas estatais e internacionais, sindicatos e salários controlados, um progresso tecnológico e econômico impossível de não ser visto.

Num discurso do presidente Médici, televisionado em 31 de março de 1973, as camadas da população de renda mais baixa bem como as regiões brasileiras menos favorecidas precisam ser favorecidas pelo aumento de riqueza. Também o Ministro do Planejamento Veloso e o Ministro das Finanças Delfim Neto trataram ultimamente do problema de distribuição de renda com mais ênfase do que antes, possivelmente devido à influência da crítica do presidente do Banco Mundial. O modelo de desenvolvimento brasileiro é controlado de cima e por um poder executivo em fortalecimento. A atuação conjunta das massas, a sua mobilização e sua qualificação mais elevada permanecem insignificantes, do mesmo modo, são baixos o status de desenvolvimento e as possibilidades de cooperação da maioria dos grupos político-sociais relevantes.

Portanto, no que tangia ao enfoque de parcerias e acordos entre o KAS e o Brasil, sua ideia era desenvolver uma estratégia de desenvolvimento político-social que iria partir das necessidades básicas de todas as pessoas da sociedade: alimentação, higiene e saúde; moradia; educação e informação; postos de trabalho e renda; segurança social; comunicação; participação. O atendimento gradual dessas necessidades requer um nível crescente da produção e da produtividade. Sendo nisso e não somente no crescimento econômico que se encontra o grande desempenho político.

Havia um reconhecimento de que o país era orientado ao mundo ocidental e ao capitalismo, do ponto de vista político, econômico e, de modo crescente, também intelectual, o Brasil é influenciado pelos EUA. Além disso, existem fortes vínculos com a Europa Ocidental e o Japão. Dentro deste espaço, o Brasil tenta encontrar o seu próprio caminho, o “modelo brasileiro” e o “projeto brasileiro”.

O Instituto argumentava que o desenvolvimento das instituições e estruturas políticas avançava lentamente no país e que, embora o poder se encontrasse nas mãos dos militares (que internamente não eram uma unidade de pensamento), era dirigido por burocratas e tecnocratas civis. A base externa de poder, segurança, estabilidade, ordem e paz eram garantidas pelos militares. Dentro desta base, a atuação conjunta de especialistas, burocratas e ministros era muito grande. Ideologicamente, reconhecia que o sistema não era organizado de modo totalitário. Os círculos que, de acordo com os detentores do poder, queriam romper a base de segurança recebem uma lição dura e conseqüente, os chamados “subversivos”, e justificavam que era necessária, em algumas particularidades, uma ditadura:

Com muita frequência, este poder político dos generais é emocionalmente rejeitado de modo bem globalizado. Entretanto, esta recusa em massa nem sempre corresponde às condições da Europa, tão diferentes das latino-americanas. Sob determinadas condições numa fase de transição no processo de desenvolvimento, como uma espécie de estado de emergência, é possível que um determinado governo militar, como forma de transição política, possa até ser adequado e recomendado.<sup>273</sup>

Um sistema político desta natureza tem, naturalmente, uma forma de manifestação autoritária e mais disciplinada e abriga em si restrições da possibilidade de atuação conjunta da sociedade e de seus porta-vozes civis nas decisões políticas. Mas, quando se examinam alternativas a regimes militares, não se deveria subestimar também o perigo originado de pseudodemocratas civis, que, muitas vezes, apenas representam ou adotam um método de enriquecimento de poucas famílias ou demagogos, para os quais o povo pouco tem a dizer, ou ditaduras civis, que, na grande maioria das vezes, têm o seu sucesso no culto pessoal e na corrupção que beneficia apenas os interesses de pequenos grupos, isso como uma espécie de justificativa para esse tipo de regimes.

Em relação à escolha de parcerias e trabalhos de cooperação, o KAS era muito preocupado em relação ao sistema político que determinado país parceiro tinha, pois havia países dominados por governos civis ou militares com tendências mais ou menos autoritárias ou totalitárias, o que representava problemas no sentido de que, devido ao estilo autoritário da política, as parcerias são também mais ou menos atingidas por isso, pois não podem atuar sem uma certa cooperação com o governo, seja por circunstâncias condicionadas ao sistema ou porque a sua área de tarefas assim o exige.

Na avaliação deles, era necessário analisar também a estrutura política de uma sociedade subdesenvolvida, que necessariamente era muito precária e que levaria um período mais longo para desenvolver-se juntamente com os demais setores no sentido de modernizar-se. Por isso, o esforço inicial deveria ser primeiro procurar compreender as condições históricas concretas e as chances de um sistema político de um país, principalmente sob o ponto de vista do fator tempo, considerando as comparações, muitas vezes, ingênuas com sociedades altamente desenvolvidas, como democracias modernas.

Muitos projetos do KAS tinham o teor de serem na área da educação das massas e desenvolvimento de centros sociais para libertar a maioria da população que vive em condições desumanas, devendo ocorrer em cooperação com órgãos estatais ou, pelo menos, no espaço de operação não totalmente independentes desses, então, a meta a ser alcançada

---

<sup>273</sup> Strategische Ueberlegungen zur arbeit des IIS in Brasilien. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1973. Signatur12-001-0408-8, p. 6.

estaria em primeiro plano. A principal preocupação do instituto era desenvolver parcerias para atingir as metas de favorecer a população e o desenvolvimento da sociedade, sendo de importância secundária, nesta ponderação de interesses, descobrir quais coalisões são apropriadas ou também inevitáveis para atingir estas metas.<sup>274</sup>

Inserido no KAS havia o Instituto Internacional da Solidariedade (IIS), que congregava membros da Igreja Católica da Alemanha e dos demais países parceiros, essa divisão era uma fundação política que tinha como tarefa a promoção e formação de estruturas sociais decentes dentro da estrutura da política de desenvolvimento, reconhecendo o direito de toda sociedade de determinar a forma, os objetivos e o conteúdo de seus sistemas organizacionais.<sup>275</sup> Além disso, há um enfoque de sempre visar à questão da ordem aos moldes do ordoliberalismo, de forma humana, política e liberal com aspectos da caridade e da ética cristã. Desse modo, o parceiro teria de ter os seguintes objetivos para terem uma parceria exitosa: inviolabilidade da dignidade humana, justiça social e igualdade de oportunidades para participar de uma ordem social livre (regra pluralista e formação de vontade competitiva), prioridade do direito ao trabalho e disposição para mobilizar autoajuda e orientação para o desempenho.

O IIS se esforçava constantemente em reunir organizações parceiras de interesses diferentes ou opostos, em nível nacional e internacional, para troca de pontos de vista e cooperação em sistemas ou ideias básicas comuns, procurando cooperação com organizações guarda-chuva internacionais e nacionais, como no caso do Instituto Naumann. Sempre havia o cuidado de não interferir na autodeterminação dos povos, por isso, esses princípios deveriam ser concretizados com vistas a sua implementação em um processo social permanente.<sup>276</sup>

A cooperação internacional se pautava principalmente com organizações sindicais nacionais e internacionais, particularmente com a CLASC (Confederação Latino Americana de Sindicalistas Cristãos) e a BATU (Brotherhood of Asian Trade Unions), que se iniciou em 1970. Os países, parceiros sindicalistas, eram: Venezuela, Costa Rica, Uruguai, Chile, República Dominicana, Equador, Colômbia e Peru, já na Ásia eram as Filipinas e a Coréia do Sul, e na África o Congo.

As cooperativas também eram incentivadas como organizações de autoajuda e de grande importância nos países em desenvolvimento para processos de mudança na economia e na sociedade. Em particular, o IIS apoiava os esforços de cooperativas que visavam

---

<sup>274</sup> Strategische Ueberlegungen zur arbeit des IIS in Brasilien. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1973. Signatur 12-001-0408-8, p. 8.

<sup>275</sup> Die Konrad Adenauer Stiftung für politische bildung und studienforderung. Jahresbericht 1970.

<sup>276</sup> Op cit, p.20.

trabalhar com outras organizações de base, realizando consultoria para cooperativas existentes, tendo como parceiros o Peru, a Bolívia e Gana; em especial na América Latina, eram associados com a Organização Democrata Cristã da América (ODCA).

Havia também um trabalho específico que pensava a questão do empreendedorismo nos países em desenvolvimento, promovendo medidas destinadas a mudar a mentalidade e fortalecer a responsabilidade social dos empreendedores juntamente com o UNIAPAC (União Internacional de Dirigentes de Empresa), que financiava instituições educacionais regionais no Uruguai e no México.

A área de trabalho ideológico e político do KAS abrangia também as universidades em parcerias com outras organizações, como a Corporação de Promoção Universitária (CPU) cujo objetivo era permitir que o corpo discente assumisse a responsabilidade social e política o mais cedo possível, discutindo as reformas do ensino superior, a representação e participação dos estudantes e o fomento de iniciativas estudantis no campo social. Além disso, havia a promoção do “trabalho social”, organizando seminários especializados com troca de experiências na área. Dentre os escritórios mais importantes de atuação direta nas políticas dos países membros, está o Brasil.<sup>277</sup>

A estratégia político-social do IIS visava a contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais capaz e mais justa, devendo ser alcançado por meio de projetos de informação e de educação, com novos métodos e por meio de fomentos a estruturas sociais modernas, condutas e concepções com enfoque em programas de formação e informação para diferentes grupos-alvo.<sup>278</sup> Ao contrário da formação alemã tradicional para adultos, que pôde se edificar sobre um sistema escolar formal de desenvolvimento relativamente elevado, era algo que não era o caso de países em desenvolvimento, dessa maneira, o IIS nunca pensou em fazer uma formação política única, mas libertadora.<sup>279</sup> Os nossos programas educacionais e informacionais, como parte essencial da política social, são muito mais abrangentes e bem mais diretos. Consistia como meta da estratégia político-social o atendimento das necessidades humanas básicas, a superação da miséria material, social e intelectual das massas e, em seu todo, o desenvolvimento de uma sociedade mais capaz e mais justa para todas as pessoas (com isso, uma sociedade mais livre).

---

<sup>277</sup> Op cit, p 25.

<sup>278</sup> Dentre esses programas de formação estão principalmente os televisivos ligados a TVE brasileira.

<sup>279</sup> Strategische Ueberlegungen zur arbeit des IIS in Brasilien. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1973. Signatur12-001-0408-8, p. 7.

Um dos aspetos mais relevantes e que se julga pertinente destacar é a chamada “estratégia e conceito de ordem” que o IIS e o KAS tinham em comum e pensavam para as parcerias no Brasil:

Na estratégia dos nossos projetos, partimos de uma concepção política da ordem. Pelo menos, esta pode ser nitidamente delimitada em relação à economia do mercado do capitalismo tipicamente ideal bem como em relação à ditadura totalitária do partido líder no comunismo moderno. No meio disso tudo existe uma série de variações do modelo: economia de mercado social, modelo de prosperidade, formas do socialismo humano e democrático, teorias de sociedades do ponto de vista cristão ou do marxismo moderno, que podem ser aceitas por nós, considerando as respectivas condições adicionais de cada país e de cada parceiro. Pelo menos pragmaticamente, partimos de um modelo próprio, com base nas nossas experiências alemãs e nas influências de determinadas escolas politológicas, quando formularmos metas de desenvolvimento comuns, quando definimos pontos fortes para o projeto e quando escolhemos parcerias. O papel fundamental da IIS, lógico e convincente em si mesmo, é uma base para a estratégia da ISS, embora tenhamos que nos perguntar se isso realmente se torna eficaz no trabalho diário da elaboração, execução e avaliação de projetos.<sup>280</sup>

O KAS seguia princípios liberais para guiar suas políticas de cooperação com outros países parceiros, tais como: princípio do estado de direito (garantias legais para a vida e liberdade diante de atos arbitrários); princípio do Estado social (orientação ao bem-estar comum para todos e não somente para os interesses de uma camada ou grupo); princípio pluralista como oposição ao princípio totalitário (proteção contra arbitrariedades pelo poder do Estado na manifestação de opiniões e na percepção dos interesses pela formação de grupos). Estes princípios do Estado de direito social e da estrutura pluralista da formação da vontade da sociedade fornecem a base para um conceito de ordem político-social e para o desenvolvimento criativo de uma teoria político-social própria. Os princípios partem de uma determinada compreensão, passando pelo ser humano como indivíduo e cidadão e pela vida social do ser humano na comunidade. E, por último, o princípio democrático como meta de desenvolvimento; de acordo com este princípio, todas as camadas da população devem participar com os mesmos direitos do processo da formação de opinião política e de formação da vontade, com base num mínimo de concepções em comum entre os diferentes grupos sobre as ideias básicas que regulamentam a sociedade.

Essa ética era semelhante aos postulados do Cristianismo, sob este ponto de vista teórico. Justamente na América Latina, as Igrejas eram de grande importância na política de

<sup>280</sup> Strategische Ueberlegungen zur arbeit des IIS in Brasilien. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1973. Signatur 12-001-0408-8, p. 08-09.

desenvolvimento de populações mais marginalizadas, isso era passado a suas organizações e associações por elas influenciadas, assim como na teoria ordoliberal, devido ao critério de dupla avaliação de ordem, enquanto a eficiência é uma condição necessária para uma boa ordem, não é unicamente suficiente, se essa ordem não permitir a liberdade e a justiça na vida humana, essa ordem deve ser descartada, assim como a eficiência. (EUCKEN, 1952, p. 373-374).

Outros fatores também complementavam esses postulados acima, como: o direito de existência de diferentes grupos político-sociais concorrentes entre si e as manifestações de vontade, direito de autonomia de áreas de vida e esferas culturais fora do meio político; direito à liberdade, direito de liberdade pessoal, direito e proteção ao indivíduo; reconhecimento de falhas na política e em seus representantes, domínio relativo; concepção de ordem política aberta, abertura na formação de opinião; participação ativa de pessoas e grupos na formação da vontade política. Existiam, inclusive, estratégias voltadas para fins de melhoramento das condições de vida em sociedades subdesenvolvidas, focando mais na questão do indivíduo, através de uma política adequada. Estado de direito social e estrutura pluralista, formação de vontade político-social são princípios apropriados, além de estruturas sociais e transformação criativa, cuja real tarefa é solucionar de modo convincente os problemas básicos da população e da vida humana em sociedade. Neste contexto também está definido o ingresso político do IIS, a sua competência política e técnica.

Dentre os aspectos da política social e projetos em que o IIS acreditava, havia a questão do trabalho de formação político-social, ou seja, a formação de um plantel de grupos de organizações, tais como partidos e sindicatos, dos quais é esperada uma influência sobre a solução dos problemas político-sociais existentes. Por grupos político-sociais e instituições podem ser entendidos: partidos, sindicatos, associações de empresários, cooperativas, associações de agricultores, igreja e militares em sua área de atuação político-social, pessoal administrativo.

Os projetos político-sociais servem à política de maior justiça social, à superação da pobreza, à melhoria das condições de vida.<sup>281</sup> Visto que a pobreza e a injustiça estão profundamente arraigadas nas bases institucionais e, na estrutura do poder do sistema, por isso havia a necessidade de dar apoio além dos programas que tenham efeito direto sobre as massas, também há tais projetos que modernizam estas bases institucionais.

---

<sup>281</sup> Instituto Konrad Adenauer. Strategische Ueberlegungen zur Arbeit des IIS in Brasilien. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1973. Signatur 12-001-0408-8, p. 10

O KAS entendia que cada projeto político-social tinha um caráter político, a participação de fundações políticas na ajuda ao desenvolvimento político-social é necessária para a concretização satisfatória, embora tenha uma importância direta apenas numa abrangência limitada, considerando o aspecto da política interna alemã, ou seja, o vínculo ao partido alemão e aos seus grupos. Com frequência, este aspecto é verbalmente tão superestimado quanto é insignificante na prática do projeto. A ISS realizava projetos da política social no âmbito do desenvolvimento internacional, sob crescente aumento da importância do aspecto técnico.

Em relação ao conteúdo dos projetos, partindo da orientação política do IIS, havia o estímulo de programas que contribuíssem para o desenvolvimento de uma sociedade mais capacitada, socialmente mais justa e mais livre. Esta estratégia complementa o crescimento econômico e tecnológico por meio de medidas que favorecem as necessidades básicas do ser humano e da vida social em comunidade – o que exigia uma alta competência intelectual e especializada para elaborar e executar estratégias para soluções concretas, sendo imprescindível e necessário em nível intelectual e na qualidade do trabalho uma melhor seleção do quadro de pessoal e uma administração eficiente, bem como o estímulo a uma documentação referida à aplicação, informação e pesquisa.

#### **4.5.Os projetos da TV educativa do KAS**

Um dos primeiros projetos que o KAS desenvolveu no país foi o Telecentro, juntamente com a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE-Rio) – atual TV Brasil, que buscava instalar um canal de televisão educativa no Rio de Janeiro colaborando com os primeiros equipamentos de transmissão em 1972. Porém, as conversações se iniciaram já no ano de 1970, com as intenções de ampliar o acesso à educação e à contribuição alemã para o desenvolvimento tecnológico.

Deste modo, a estratégia utilizada pela KAS de modo a poder atuar no Brasil em tal conjuntura foi desenvolver iniciativas que teriam desdobramentos em médio e longo prazo. Em seus primeiros tempos no Brasil, a KAS desenvolveu projetos sobre tecnologia da educação e também outros com enfoque social, em parceria com instituições ligadas à Igreja Católica. Além de realizar cursos, seminários e estabelecer diversas parcerias, a KAS também apoiou a aquisição de equipamentos de diversas instituições parceiras, em alguns casos financiando a aquisição de suas sedes. A seleção de bolsistas também se encontra entre as atividades iniciadas nessa época, tendo sido realizada em 1972 a primeira seleção. (DANE; THEMOTEO, 2013, p.58).



Nesse projeto, o KAS realiza um estudo primário sobre os problemas da educação no Brasil e tenta entender o porquê do alto número de analfabetos e diferenças estatísticas entre o número de alunos em cada fase do ensino, dividido na época em primário, médio e superior. Dentre os motivos do alto grau de analfabetos, eles listam dois principais, um seria a dificuldade do acesso à escola pela carência de transporte e o outro pela ausência de professores, principalmente graduados na área que atuavam. Dessa forma, esse projeto visava a ajudar a educação a prosperar, principalmente no sentido da alfabetização, e envolvia entrega de toda tecnologia de estúdio para imagem e som, assessoria para construção de estúdio, treinamento de 6 técnicos na Alemanha com 2 técnicos de estúdio alemães por 2 anos, fornecimento de funcionários especializados (didática de mídia de massa, um produtor (diretor) e um coordenador por um período de 3 anos com aconselhamento profissional durante o período de constituição do centro de produção e mediação da cooperação técnica entre os institutos especializados na Alemanha e a FCBTVE do Rio.<sup>282</sup>

O objetivo era a produção geral de filmes e distribuição de programas e cursos, especialmente para televisão, com foco em aplicação de novas tecnologias de ensino; ajustes mais rápidos no programa de treinamento para desenvolvimento do país; aumento do potencial da força de trabalho; melhoria nos requisitos para democratização do país; maior produtividade no sistema de treinamento; redução da taxa de falhas de transmissão; multiplicação do número de crianças alfabetizadas e desenvolvimento de um sistema remoto de educação de adultos <sup>283</sup>.

O centro de televisão do Rio faz parte de um sistema de Teleducação que combinava instrução com objetivo de políticas de desenvolvimento através do uso de mídias e levava em conta os seguintes aspectos: análise da situação educacional, determinando a prioridade de grupos alvo e currículo (diferenciado conforme região e especificidades) e campanhas motivacionais. Nas questões de desenvolvimento de programas pedagógicos e didáticos, havia uma investigação da situação de aprendizado dos grupos-alvo pretendidos; desenvolvimento de uma estratégia de aprendizagem; desenvolvimento de manuscritos, material de estudos e roteiro baseado em princípios didáticos.

O projeto contaria também com um sistema de tutores (telepromotores) que atuariam nas escolas para treinar o corpo docente a se familiarizar com a mídia no colégio. Haveria temas individuais como alfabetização, programas para a população rural, educação de adultos,

---

<sup>282</sup> Instituto Konrad Adenauer. Unterlagen zum projekt Stiftung Brasilianisches Zentrum fur das Bildung Fernsehen des IIS der KAS. Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1970.

<sup>283</sup> Op cit, p. 10.

etc., além de promover seminários para diretores, pedagogos, produtores, tutores e cientistas juntos para promover a cooperação regional com seus devidos problemas, realizando seminários de formação em determinadas partes do país. Treinamento básico de produção no estúdio de acordo com o modelo CEDO inglês com profissionais treinados, com cursos uma vez ao ano.

Essa parceria com a FCBTVE era antiga, pois a RFA, na figura do Estado alemão, foi uma das responsáveis pela criação da própria fundação na questão de funcionamento de fato, com intermediação do KAS. Já, em 1963, forneceu equipamentos para desenvolvimento tecnológico televisivo, dessa forma, fazendo com que essa TV começasse seus trabalhos. Foram fornecidas, em novembro de 63, duas câmeras (orthikon e vidicon), equipamentos de controle e amplificadores correspondentes a equipamento de som com microfone, mesa de controle, toca-discos e dispositivos portáteis, ou seja, um estúdio completo de som e imagem. Além dos materiais, foram fornecidos também profissionais para aconselhar os técnicos brasileiros e dois engenheiros de televisão para atuar junto ao estúdio. Já o governo brasileiro ficaria com os encargos de fornecer o edifício no Rio de Janeiro, assim como climatização adequada, mão-de-obra para auxiliar na construção e serviços gerais, ou seja, a parte mais imobilizada no acordo. A RFA seria responsável pela questão de aparelhagem tecnológica e treinamento técnico da equipe brasileira.

Esse projeto nem sempre fora bem aceito por todos em sua idealização, havia rivalidades entre Gilson Amado <sup>284</sup>, o fundador da FCBTVE, e Fernando Mendonça do CNAE. Podendo a construção do centro nacional de produção de televisão educacional fracassar <sup>285</sup>, haveria um impasse entre o modelo que a ditadura propunha, o chamado “teatro novo” e o modelo que a CNAE gostaria de implementar. O projeto do CNAE seria aceitar financiamento norte-americano para inaugurar o centro e trazer educação ao país, porém, Amado recusara esse recurso, ficando apenas com o auxílio alemão, achando inoportuno o dinheiro americano <sup>286</sup>, inclusive, essa confusão administrativa e problemas organizacionais eram o que deixava o KAS incomodado quanto a chance de ser exitosa essa cooperação.

Em 1972, Gilson Amado obteve, da Fundação Konrad Adenauer, da Alemanha, os primeiros equipamentos para o Telecentro próprio da FCBTVE. Montado na Av. Gomes Freire, 474, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, o Telecentro, que contava com a concessão do Canal 2 da antiga

---

<sup>284</sup> Para alguns autores, Amado é considerado um dos “pais” da educação a distância, pois sua meta com a FCBTVE era alfabetizar o número máximo possível de pessoas. (BARRETO, THOMAZ, 2012).

<sup>285</sup> Instituto Konrad Adenauer. Arbeitsbericht für die Monate Januar, Februar, März. Bonn, 1971., p.2.

<sup>286</sup> Op cit, p. 13

TV Excelsior (década de 1960), começou a funcionar no dia 26 de novembro de 1973, mas ainda com sua transmissão sendo feita pela TV Rio. Essa transmissão, contudo, fora precedida de vários cursos, seminários, treinamentos e estudos. Destaca-se que a concessão de uso do canal foi outro ponto no qual a ousadia de Gilson Amado foi fundamental, uma vez que o Governo do Rio de Janeiro também pleiteava a concessão do mesmo canal para uso como instrumento da política de Educação Ciência e Tecnologia. Dessa forma, o KAS promoveu junto a FEPLAM o primeiro seminário de treinamento na questão da educação televisiva. (BARRETO, THOMAZ, 2012, p. 272).

Em 1971, o KAS promoveu vários seminários voltados às questões da televisão educativa, promovendo o Seminário Teleduc por iniciativa da UNESCO, para o qual o KAS trouxe suas experiências com a TV inglesa CEDO (vinculada a BBC de Londres) e a brasileira FCBTVE, contando com a estrutura da FEPLAM, em Porto Alegre, para promoção do evento com a temática principal de desenvolvimento de cursos de pedagogia básica televisivos, e realizado em Curitiba.<sup>287</sup>

Esse curso tinha como objetivos aprimorar o desenvolvimento qualitativo do programa Teleducação, aprimorando o trabalho de ensino “prático” que era feito no Brasil para algo mais formal, além de repensar nos cursos oferecidos e na melhoria deles, com a qualidade dos professores.<sup>288</sup> Porém, sempre havia uma espécie de respeito à figura do MEC e do INEP para elaboração dos conteúdos, embora a questão da formação pedagógica de professores vigorasse como tarefa central a ser cumprida.

Outro parceiro na área educacional do KAS era a Fundação Padre Landell de Moura (FEPLAM), uma instituição privada que tinha como objetivos realizar programas de rádio educacionais e formação de uma rede de pesquisa na área pedagógica, produzindo material instrutivo nos cursos de formação de professores e educadores. O KAS julgava a ajuda da fundação primordial para estudo e desenvolvimento de suas pesquisas na área pedagógica, na formação de seus programas televisivos.

Para o projeto de educação pedagógica a distancia fosse um sucesso, o KAS coordenou e colocou como forma de rede de contato várias instituições e segmentos da sociedade – à Igreja Católica do Brasil, na coordenação do Padre Wamir Delfino, trazer a público através das paróquias esses cursos; à Rádio MEC, distribuir o programa que era o Teleduc da FCBTVE; a instituição que auxiliaria com funcionários e mão-de-obra seria o Instituto Friedrich von Naumann, um parceiro do KAS na época – o que culminaria na

---

<sup>287</sup> Instituto Konrad Adenauer. Arbeitsbericht für die Monate Januar, Februar, März. Bonn, 1971.

<sup>288</sup> Op cit, p. 4

Conferência de Funcionários <sup>289</sup> em Caracas, realizada de janeiro a dezembro de 1971 a 1972. Ou seja, para a conclusão desse projeto, foram feitos estudo e prospecção de quase 1 ano de trabalho entre o KAS e as instituições brasileira supracitadas.

Em julho de 1972, o presidente do KAS, Bruno Heck, faz uma visita ao devido à importância e grande menção de esforços do projeto. Esse encontro era com o Ministro da Educação Jarbas Passarinho para tratar dos assuntos referentes ao projeto da educação televisiva em 28 de junho.

Esse primeiro grande projeto televisivo levou o KAS a ampliar seus interesses em relação ao país. Em outro ofício,<sup>290</sup> são demonstrados quais interesses e intenções havia do KAS para com o Brasil; até que ponto a política alemã tinha interesses ou conflitos com essas posições e quais organizações brasileiras poderiam vir a ser possíveis parceiros.

Nos termos de política de informação, era de grande interesse para a instituição saber sobre a ordem econômica e política atual do Brasil, representados nos programas brasileiros, transformando os telespectadores alemães como “cidadãos responsáveis” em relação à outra nação, fornecendo informações corretas, ou seja, programas sobre o país seriam distribuídos na RFA de forma a mostrar o Brasil.

Já em relação à política cultural, o objetivo era formar equipes de trabalho interdisciplinares nas produções de cinema e televisão para aprimorar e ampliar a gama de programas e conteúdo televisivo na RFA. Já nos interesses econômicos, o KAS iria facilitar a entrada e fazer a diplomacia de acordos entre instituições industriais alemãs e brasileiras, porém, consideravam tal tarefa difícil, uma vez que o mercado era praticamente dominado pelos norte-americanos, pois:

Os interesses alemães no desenvolvimento e na política estrutural geralmente residem no desenvolvimento de uma sociedade industrial moderna com uma abordagem democrática, na qual a mídia de massa independente, como na Alemanha desempenha um papel importante dentro de uma sociedade pluralista. Em particular, é necessária uma reconciliação permanente de interesses em qualquer sociedade democrática é inconcebível, sem uma mídia de massa independente em funcionamento.<sup>291</sup>

Além disso, outros projetos estavam sendo feitos, tais como, um projeto de ensino audiovisual para organizações agrícolas; a empresa Transtel alemã com distribuição de

---

<sup>289</sup> Tradução do termo “Mitarbeiter Konferenz” quer dizer que seria uma conferência de participantes do projeto, não necessariamente funcionários.

<sup>290</sup> Instituto Konrad Adenauer. Anmerkungen zur Einrichtung einer horfunk/fernseh-verbildungs-stelle in Brasilien. Bonn, 1975.

<sup>291</sup> Op cit, p. 3

programas alemães para o Brasil; a Internationes distribuindo filmes alemães e o instituto Goethe com pequenas exposições de filmes e promoção de seminários. Inclusive, as operadoras alemãs também tentavam vender programas ao Brasil, porém era considerado difícil, devido a forte pressão competitiva norte-americana, além de vender mais programas a televisão brasileira. O KAS abriu as portas para que os programas televisivos alemães adentrassem ao Brasil de forma a influenciar e educar através dos ideais cristãos, pelo viés da educação pedagógica, estabelecendo uma espécie de esfera de influência.

Portanto, resumidamente, as atividades do KAS no Brasil se iniciam na década de 60, quando a Fundação Adenauer iniciou a organizar seminários avançados de treinamento em fase inicial para promoção de novas tecnologias de ensino, em especial na televisão. Esses esforços culminaram em 1972 na formação de uma parceria brasileira entre a FCBTVE e o KAS, que continuou a receber apoio financeiro da fundação alemã, em especial, para o uso de mídias, aparelhagem e ferramentas de ensino.

Nos anos de 1970, até final de janeiro de 1975, a Fundação Adenauer trabalhou em conjunto com o FCBTVE, na implantação temporária de um estúdio de TV, o Telecentro, juntamente com quatro consultores alemães. Na opinião do KAS, esse projeto foi muito bem-sucedido; embora a estrutura brasileira não pudesse corresponder às ideias alemãs, esse sucesso é muito em virtude do que levou os órgãos brasileiros de rádio e outras emissoras a mudar as suas políticas, trazendo interesse estatal, inovação e cristalização da TV brasileira.<sup>292</sup> Desde 1973, o KAS estava tentando montar um escritório para continuar esse assessoramento, e, em 1975, construir uma escola de formação na área de televisão e mídias.

Essa primeira parceria para o KAS foi muito proveitosa, pois abriu portas para outras futuras, na esfera estatal e governamental; a partir disso, é que se plantou a semente de se criar um escritório no Brasil para auxiliar nos projetos relativos a rádio, televisão e lidar com outras cooperações futuras. São elas: a representação da Transtel e da *Deutsche Welle* alemãs (canais de televisão); consultoria e assistência técnica com elaboração de programas e tópicos de produção conjuntas mediante a organização de consultores a curto prazo; bolsas de estudo e estabelecimento de contatos; vendas e intercâmbio de programas entre instituições alemãs e brasileiras na área de mídia no Brasil<sup>293</sup>.

Porém, como o KAS não possuía ainda escritório fixo no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores, juntamente com a *Transtel* e *Deutsche Welle*, fazia a sede do instituto

---

<sup>292</sup> Instituto Konrad Adenauer. Anmerkungen zur einrichtung einer horfunk/fernseh-verbildungs-stelle in Brasilien. 1975, p.4-5

<sup>293</sup> Op cit, p. 5-6.

provisória, dentro do consulado alemão, no Rio de Janeiro. Havia alguns percalços no andamento exitoso desse projeto: um era o monopólio da TV/rádio Globo nos jornais de massa e imprensa, com fortes pressões dos Estados Unidos; a reciprocidade fraca de outras emissoras de TV e rádio em aprimorar-se; a posição fraca e insignificante de TV's estatais e educacionais na cultura de massa do brasileiro.

Em relatório ao presidente do KAS, Bruno Heck, são relatadas quais as principais dificuldades que permeavam o projeto junto com a FCBTVE e o Estado brasileiro<sup>294</sup>: falta de motivação por parte do Ministério da Cultura (MEC); falta de um plano nacional de educação com prioridades definidas; o sistema de radiodifusão brasileiro é predominantemente estruturado com inadequações ao sistema (falta de funcionários, programas pensados apenas para uma minoria qualificada, etc); a tendência de instituições semigovernamentais fazer programas apenas para uma elite minoritária; alocação de televisão e rádio educacionais apenas para o ensino supletivo, ou seja, organizado e tutelado apenas pelo MEC.

O trabalho do centro de produção de televisão educacional do Rio de Janeiro, financiado pessoal e materialmente pela Fundação Adenauer, recebeu o maior reconhecimento nos altos círculos políticos do país entre as emissoras de rádio e televisão privadas e estatais. O governo brasileiro deseja que a produção de filmes para televisão educacional seja explorada e também transmitidas nas regiões mais pobres e menos populosas no futuro. Por último, o governo criou a empresa Radiobras para expandir a rede de televisão e melhorar a programação, um aumento da produção de filmes para televisão educacional e pelo estudo Tv-Educativo no Rio de Janeiro, com expansão de suas capacidades.<sup>295</sup>

Nesse mesmo relatório, aparece um pedido de auxílio de capital financeiro que fora negado pelo KAS, em virtude de os fundos destinados a esse país estarem totalmente ocupados com outros projetos, mesmo assim, havia o desejo de ampliar e desenvolver projetos futuros.

Um aspecto interessante em relação ao KAS, nessa época, é que não apenas projetos eram desenvolvidos, mas uma sensível atenção à política e economia do país era dada (ou melhor, vigiada). No relatório, é apresentado que, após o governo militar do Presidente Médici, a “democracia ao país seria devolvida”<sup>296</sup> e o Ato Institucional de número 5 (AI-5) seria revogado antes mesmo de sua saída do poder, pois havia uma espécie de pressão do MDB contra o governo para que isso fosse feito. É dito, inclusive, que a “Revolução de 64

---

<sup>294</sup> Instituto Konrad Adenauer. Notiz für Herrn Dr. Bruno Heck. Bonn, 1975.

<sup>295</sup> Instituto Konrad Adenauer. Forderung des brasilianischen erziehungsfemsehens Bonn, 04 de março de 1976.

<sup>296</sup> Instituto Konrad Adenauer. Arbeitsbericht für die Monate Januar, Februar, März. Bonn, 1971, p. 22

serviu para assegurar os direitos democráticos no país”. Em relação à economia, o relatório do presidente do KAS, Lothar Kraft, mencionava que o regime usava os instrumentos da técnica e do desenvolvimento, e que “as belezas da nossa natureza (o Brasil) não exigem poetas, mas engenheiros”.<sup>297</sup>

No relatório de viagem de Fritz Baier, um membro do parlamento alemão e alinhado ao KAS, relata sua compreensão de o Brasil voltar a ser uma democracia em que, “segundo especialistas alemães, o retorno precoce a um sistema político com plena democracia é temporariamente não confiável”<sup>298</sup>, já que o partido dos militares (ARENA) e o de oposição (MDB) eram a favor de uma democratização gradual. A política externa do governo era interessante e reveladora nesse processo, portanto, se questionam se, embora o país se sentisse mais confiante devido à crescente recuperação econômica, estaria ele ainda refém da política norte-americana. O Brasil, devido ao seu militarismo e posição ideológica, seria um dos últimos países a reconhecer a RDA, por isso, essa atitude levaria com que a RFA e o país se tornassem cada vez mais próximos para aumentar os auxílios de capital no futuro, a fim de fomentar esse desenvolvimento ainda mais.

O enviado alemão considera que deveriam ser fomentados mais ainda os auxílios de capitais alocados para melhorar a infraestrutura do país, particularmente, a região norte, o que representa um sucesso político e econômico para a RFA. Complementa, inclusive, que esses discursos e opiniões eram compartilhados pela Igreja Católica do Rio de Janeiro, o Ministro das Relações Exterior, Knocke, e outros membros proeminentes na política entre Brasil e Alemanha.

E por último, adentrando na década de 80, os projetos do KAS ganham outros rumos, se deslocam da promoção de uma TV/rádio, voltados para questões educacionais de base, e vão para as universidades e outros *think-tanks*.<sup>299</sup> É, em janeiro de 1980, que o KAS realiza uma parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que surgira de uma visita do Prof. Dr. Paulo Roberto Motta e da Dra. Celina Moreira Franco ao KAS, no centro de pesquisa de documentação da Fundação. A visita do professor Motta foi para construir parcerias no quesito de concessão de bolsas de estudos aos alunos do curso de Administração, já a da Dra. Celina era para construir um centro de documentação na FGV utilizando as regras mais modernas e técnicas de armazenamento de documentos alemães.

---

<sup>297</sup> Op cit.

<sup>298</sup> Instituto Konrad Adenauer. Reisebericht uber die Amerikareise von 27/12/1972 bis 12/01/1973. Bonn, 1972, p. 01

<sup>299</sup> Instituto Konrad Adenauer. Uber den besuch von zwei institusleitern der Getulio Vargas-Stiftung/Rio de Janeiro. Bonn, 30 de janeiro de 1980.

Dessa forma, em outubro de 1979, ocorreu uma reunião entre os enviados da FGV e os responsáveis pelo KAS, ficando acertado que a instituição alemã oferecia bolsas a alunos graduados que quisessem continuar seus estudos e aprimoramento no exterior, sendo que a seleção desses ficaria aos encargos da FGV. Com isso, ficou acordado que seriam concedidas bolsas anualmente, com pré-seleção da FGV e ao final com o KAS. Em relação ao pedido da Dra. Celina, não pôde ser atendido, uma vez que a FGV queria criar um centro de documentação em larga escala, com fornecimento de equipamento técnico pelo KAS, porém, a fundação aceitou apenas auxiliar de forma a aconselhar nesse projeto em relação aos seguintes aspectos: que tipo de marcação seria a ideal para cada tipologia de objeto; planejamento do novo edifício, levando em conta as condições climáticas do Brasil e como contorná-las; organização do arquivo (armazenamento de material escrito, de documentos, filmes, sons, etc), restauração, conservação, políticas arquivísticas; processamento de questões legais em analogia às alemãs, proteção de dados, etc. Essa visita foi muito importante, pois foi o início da construção do CPDOC.

Além disso, o IIS também teria participação nesse projeto, organizando um programa de visitas de até 10 dias para 7 brasileiros que queiram conhecer as instalações da RFA mais importantes e que sejam relevantes ao FGV; realização de um seminário alemão de até 4 semanas, no qual 25 brasileiros teriam a oportunidade de conhecer importantes instituições alemãs, aprofundando o diálogo com especialistas; organização de um seminário conjunto entre o KAS e a FGV com apoio do IIS.

Dessa forma, ficou acertado o acordo entre ambos os institutos que posteriormente teve cláusulas maiores, tais como intercâmbio entre professores em que seria feita essa troca entre profissionais de determinadas disciplinas escolhidas: economia política, política e economia financeira, ciência e finanças, estatística e pesquisa operacional, história econômica, história comparável, direito do trabalho e política social, organização internacional com foco no direito comunitário e processo de integração latino-americano. No intercâmbio de estudantes, seriam fornecidas essas bolsas de estudo a estudantes brasileiros e alemães anualmente, a fim de obter treinamento na FGV ou no KAS, cada bolsa teria vigência de 2 anos. Os alunos deveriam desenvolver projetos que são de grande importância para os parceiros, principalmente no que diz respeito às atividades econômicas do Brasil e Alemanha, principalmente nas áreas industriais e financeiras. Um comitê formado tanto pelo KAS quanto pela FGV era quem escolheria esses candidatos. É interessante mencionar que ainda hoje essa parceria existe e que muitos intelectuais e políticos influentes usufruíram dessas bolsas de estudo de aprimoramento, produzindo literatura que condiz com os preceitos do acordo, a



exemplo, a tese de doutorado de Christian Lohbauer, “Brasil Alemanha: Fases de uma parceria” (2000).

#### **4.6.A formação e inserção do *Friedrich von NaumannStiftung* na América Latina e no Brasil**

O Instituto *Friedrich von Naumann für die Freiheit* (FNS) é uma fundação política alemã afiliado ao Partido Democrático Livre (FDP), é um think-tank que promove tarefas de política e educacionais sociais, baseado nos valores do liberalismo e das liberdades individuais. Foi fundado em 1958 em Bonn por um grupo de políticos liberais que pensaram em realizar um programa educacional cívico inspirado nos valores liberais. A fundação levou o nome em homenagem a Friedrich Naumann (1860-1919), um teólogo protestante e político liberal influente durante o período do Império Alemão (FREISE, 2010, p. 643).

O FNS tem sua orientação em relação ao conteúdo e a definição dos grupos-alvo do seu trabalho de projeto baseadas em seus princípios políticos de liberdade e economia de mercado. Tendo como base essa política liberal, cujo objetivo principal é garantir esse princípio na dignidade humana em todas as áreas da sociedade. Por isso, muitos dos projetos do Naumann sempre se pautaram nas questões educacionais e sociais, que fomentava o maior desenvolvimento possível do indivíduo de acordo com suas próprias idéias e necessidades, tanto em sua privacidade imediata quanto nos negócios e na sociedade (BERHORST, 1996, p. 190).

O instituto lançou em 2013 um livro que marcou seu jubileu de criação, seus 50 anos de idade desde sua fundação. Esse volume conta com várias entrevistas de pessoas chave que fizeram parte da concepção do mesmo e ainda hoje possuem um papel importante na fundação. O primeiro artigo é uma entrevista com Barthold C. Witte, um político, membro do FDP que fez parte de vários movimentos liberais na Europa, em especial o Movimento Liberal Internacional (do inglês Liberal International - LI) que congrega vários países do mundo, ele foi presidente do instituto de 1978 a 1986. Em sua entrevista ele conta porque ele foi uma peça chave na questão da internacionalização da instituição.

Em sua entrevista ao jubileu ele conta um pouco como iniciou a ideia de criar o instituto e sua ampliação para a esfera internacional. Tudo inicia com as ideias de Walter Schell que começou a construir projetos no terceiro mundo através de doações públicas, segundo Wite (2013, p. 10) ele foi um dos primeiros políticos a reconhecer que o trabalho de desenvolvimento só seria bem-sucedido se as estruturas políticas dos países em

desenvolvimento estivessem em ordem e garantissem um nível mínimo de democracia e proteção dos direitos humanos, sempre acreditando nos preceitos democráticos mesmo em países ditatoriais, reconhecendo o potencial das fundações políticas como atores não estatais na política de desenvolvimento.

Consegui esse papel porque era o único membro do conselho da FNF que tinha alguma experiência internacional. Eu fui presidente da Federação Mundial da Juventude Liberal e tive vários contatos no campo da juventude por meio da Assembleia Mundial da Juventude. Como membro do conselho do grupo alemão da Liberal World Union (agora Liberal Internacional), eu conhecia bem essa aliança. Também desenvolvi meus primeiros contatos com o Oriente, por exemplo, através dos jovens democratas alemães com as associações juvenis soviéticas. Em meados de 1963, assumi a administração do recém-criado departamento internacional e, em 1965, a administração da fundação <sup>300</sup>.

A ideia do que seria um melhor *modus* econômico para os membros do grupo Naumann, incluindo Schell era a ideia de um “mercado que visasse o bem estar social”, pois a economia de mercado era a melhor receita para desenvolver um país, em que uma economia de mercado não seriam um capitalismo desenfreado, mas uma economia de mercado baseada em um sistema de tomada de decisões e regras de Estado limitadas. Porém era difícil chegar a esses países em desenvolvimento com tais ideais devido a falta de contatos nesses locais e falta de experiência. Então, Walter Scheel desenvolveu a ideia de que era preciso ir aos países em desenvolvimento através de organizações internacionais como o respectivo guarda-chuva, para ser ativo nacionalmente, portanto, a primeira tarefa era encontrar organizações internacionais que desejassem cooperar com a Fundação Friedrich Naumann e abordar o desenvolvimento de estruturas democráticas e de economia de mercado no terceiro mundo. A estratégia foi inicialmente trabalhar com parceiros adequados na área pré-política. Esses parceiros durante os primeiros anos foram as associações de jovens por meio da Assembleia Mundial da Juventude, e do sindicato alemão dos empregados com seus laços internacionais. Já as associações relacionadas a negócios foram trazidas através da Sociedade Montpelerin e associações cooperativas.

Na década de 60 começam os primeiros trabalhos de cooperação a serem postos em prática internacionalmente, ocorrendo de duas maneiras: por meio de contatos políticos e empresários na RFA com conexões em determinados países em desenvolvimento, ou ainda através de parceiros de cooperação internacional. O primeiro projeto internacional da

---

<sup>300</sup>Friedrich von Naumann Stiftung. **1963 bis 2013 Jubiläumsschrift**, 2013, p. 10-11.

fundação foi o Instituto *Ali Bach Hamba*, na Tunísia, cujo núcleo era o treinamento e a educação de jornalistas, produzir documentários e treinar líderes sociais – era uma espécie de instituto multiuso. O primeiro contato com a Tunísia foi através de discussões entre Witte e o então cônsul geral da Tunísia, Paul Conrad. O projeto se iniciou em 1964. Na Ásia, o FNF iniciou seus contatos na Indonésia, tentando-se criar um instituto. Após o sucesso do instituto polivalente *Ali Bach Hamba*, na Tunísia. Foi assim que surgiu a Câmara de Comércio e Indústria de Bandung e o Instituto de Pesquisa Econômica e Social, Educação e Informação de Jacarta.

Já na América Latina ainda na década de 60, o contato se deu através de membros da Sociedade Mont Pelérin e das redes de instituições que promoviam a economia de mercado nesse continente, principalmente com executivos e institutos think-tanks desses países. Houve muito sucesso de parceria no Peru com jovens empreendedores independentes, porém na Guatemala esse resultado foi inverso, pois o governo altamente autoritário militar impediu que o FNS atuasse de maneira livre no país.

A Fundação Friedrich Naumann iniciou sua cooperação com a América Latina apenas um ano após iniciar o trabalho de projeto no exterior. Desde 1964, está presente na região sem interrupção, onde desenvolve programas de políticas sociais e de desenvolvimento em todos os países - com exceção de Belize. Na maioria dos países, foi representada - pelo menos temporariamente - com escritório próprio (BERHORST, p. 190)

O instituto iniciou seus trabalhos e projetos na América Central em 1964. O alvo do FNS foram as cooperativas na Guatemala, que nesses anos representavam uma das poucas possibilidades relativamente intocadas de articulação e organização da sociedade civil do país. Um dos primeiros parceiros nessa iniciática foi junto com a escola cooperativa EACA (Escuela de Cooperativismo) e, em 1979, com a fundação do novo parceiro Central de Estudios Cooperativos – o CENDEC (Estudios Cooperativos Centrais) e seu trabalho educacional.

Assim como complementa Berhorst (1996), no final da década de 1970, o FNS expandiu seu trabalho na América Central incluindo outros campos de atuação cujo foco estava na implementação concreta dos direitos humanos e civis: na promoção do treinamento em mídia e jornalismo. Nos anos seguintes, esse projeto também deve desenvolver um forte apelo além da região da América Central para a América do Sul. Por causa de seu papel essencial no funcionamento da democracia, a mídia livre e seus representantes, jornalistas e proprietários de mídia têm sido agentes de atuação central da fundação desde que o FNS foi

fundado em 1956, que eles também usam como parte de seu trabalho político no exterior - até o final da década de 1970 - principalmente na África.

Na África a penetração do FNS foi muito difícil. Esse contato se deu pelos meandros dos jovens junto com o secretário geral da Assembleia Mundial da Juventude, David Wirmark, que veio do Partido Liberal Sueco, e tentou fundar um instituto totalmente africano para a educação e o treinamento de líderes juvenis. Isso foi feito de forma tímida, a fim de não entrar em confronto com os governos locais, e após muito esforço o FNS estabeleceu um instituto no Gana.

O Ministério Federal das Relações Exteriores da Alemanha sempre cooperou com o instituto, porém o órgão sempre auxiliou com foco nos países desenvolvidos numa espécie de diálogo “Leste-Oeste”, mas nunca “Norte-Sul” com os subdesenvolvidos. Pois se acreditava que as fundações poderiam desempenhar um papel muito útil na consolidação da integração da RFA no Ocidente, por um lado, e no início do diálogo com o Oriente, por outro. Logo, toda uma série de iniciativas em um contexto de política externa que a fundação naquele momento havia iniciado, especialmente no diálogo Leste-Oeste, foi então financiada pelo Ministério Federal das Relações Exteriores.

Em relação aos projetos da fundação e sua aceitação nas embaixadas alemãs foi muito diverso, havia embaixadores e diplomatas que entendiam que o trabalho das fundações políticas poderia ser muito útil para eles, porém existiam aqueles que lutaram muito contra essas ideias diferentes. A diplomacia tradicional muda conforme o governo se modifica, logo uma cooperação institucionalizada com as forças da oposição não era algo permitido. Porém as fundações fizeram exatamente isso em muitos países realizando projetos não apenas com governos, mas também com forças da oposição. Alguns representantes da fundação estavam muito bem cientes da situação competitiva com a embaixada. Em casos individuais, por causa de sua cooperação muito próxima com líderes do governo ou da oposição, eles estavam mais bem informados sobre o que estava acontecendo dentro dos sistemas políticos do que algumas embaixadas. Na visão de Witte, os governos geralmente estavam abertos ao trabalho da fundação preparados para fazerem acordos como FNF. Os projetos da fundação foram apoiados por governos estaduais e locais, além de parceiros não governamentais.

O trabalho internacional das fundações políticas teve origem em 1962, por meio da oferta do Ministério Federal de Cooperação Econômica para financiar os projetos das próprias fundações nos países em desenvolvimento como parte da rubrica orçamentária “Educação em Políticas Sociais”. O objetivo do governo federal era influenciar o desenvolvimento da estrutura política nos países de atuação, promovendo projetos sócio-políticos das fundações,

ou seja, apoiar o estabelecimento da democracia, do Estado de direito, da economia de mercado e das sociedades pluralistas em cooperação com os parceiros nacionais. Devendo atuar junto aos partidos políticos, sindicatos, associações de agricultores, jovens e empresas, gestão de empresas e administração pública, bem como instituições de ensino e pesquisa.

Na área internacional, o FNF começou em 1º de julho de 1963 sua atuação mais punjante com a criação do departamento de relações exteriores. Os objetivos estratégicos de seu projeto de trabalho na época eram a formação e o fortalecimento de grupos de gestão responsável na África, Ásia e América Latina, através da qualificação profissional e do ensino de valores básicos liberais; a promoção do desenvolvimento democrático e da estabilidade interna dos países parceiros, com base nos princípios liberais de ordem (ou ordoliberalismo). O foco era o treinamento e a educação continuada de gerentes e jovens profissionais em jornalismo, negócios, associações de jovens, sindicatos de empregados e administração pública. No início eram feitos seminários, conferências, informações e viagens de estudo para iniciar projetos de longo prazo com o envolvimento de escritórios da fundação e gerentes de projetos destacados.

No caso do Brasil, os projetos se iniciaram entre 1964 a 67, os principais parceiros eram principalmente institutos privados de gestão corporativa e treinamento em gestão, associações empresariais e universidades. Os programas se concentraram em transmitir conceitos modernos de negócios, além de questões econômicas e regulatórias. Inúmeros especialistas alemães e internacionais foram convidados a participar como palestrantes por um de curto prazo, incluindo von Hayek.

A partir de 1969, o foco desses projetos mudou cada vez mais para a promoção de organizações associativas e centros de treinamento no setor cooperativo. No Brasil, isso levou ao estabelecimento de cinco centros de serviços cooperativos nas regiões mais importantes do país e no nível federal. O sistema cooperativo brasileiro estava em uma profunda crise estrutural na época. No decurso dos 20 anos de cooperação com a fundação, os parceiros conseguiram promover uma reorganização fundamental das estruturas nacionais de associação, a revisão do Ato Cooperativo e um fortalecimento e dinamização substancial de seu setor econômico. Os efeitos multiplicadores foram consideráveis porque 10% da população foi alcançada através da consolidação das cooperativas. Como prova de gratidão pelos intensos esforços da FNF, a Academia de Cooperativas de Cascavel, Paraná, fundada em 1989, recebeu o nome de Friedrich Naumann.

O fator que levou o FNF a se voltar a América Latina foi em grande parte devido às suas democracias estáveis e economias dinâmicas, além de ser um continente que vive um

longo caminho para a modernização constante. De 1960 a 1990, os sistemas políticos autoritários dominaram na América Latina, principalmente regimes e ditaduras militares, que derivaram sua legitimidade de uma doutrina de “segurança nacional”, da luta contra ações terroristas de grupos guerrilheiros urbanos e da contenção do comunismo na fase da Guerra Fria. Neste período se viu nesses países guerrilhas e conflitos civis entre simpatizantes de esquerda e forças de oposição na América do Sul, o que levou milhares de pessoas a serem assassinadas pelos militares, forças de segurança e esquadrões da morte, muitas pessoas desapareceram violentamente, foram presas e torturadas por razões políticas. As atividades de organizações estrangeiras foram monitoradas de perto pelos órgãos de segurança. Nesse contexto, o escopo de projetos políticos dedicados era muito limitado. Por isso, nas décadas de 1960 a 1980, o FNF procurou aliar-se a organizações independentes, associações e grupos de interesse na economia comercial. Esse foco do programa permaneceu dominante até o início dos anos 90.

Além disso, os projetos de assistência jurídica e mídia começaram em 1978. Somente no decurso da abertura dos regimes militares, a partir de meados da década de 1980, que os projetos de educação política e cooperação partidária puderam começar, a fim de apoiar a transição para sistemas políticos liberais, promovendo estruturas democráticas, de Estado de Direito e pluralistas, como no Brasil. O relacionamento da fundação com executivos da política, negócios, administração e sociedade civil, estabelecido nos primeiros 20 anos, possibilitou iniciar medidas adequadas para a democratização em pouco tempo, quando o processo de abertura começou.

De 1964 a 1967, foram realizados projetos para gerentes econômicos na Guatemala, Peru, Chile e Brasil. Os parceiros eram institutos privados de gestão corporativa e treinamento em gestão, associações empresariais e universidades. A partir de 1970, o foco desses projetos mudou cada vez mais para promover a competitividade e a autonomia do setor cooperativo em nove países da América Latina. Os parceiros eram centros de treinamento cooperativo e sua associação regional, bem como organizações nacionais. Posteriormente, surgiram projetos para fortalecer pequenas e médias empresas por meio de serviços de consultoria em gestão e treinamento em gestão em dez países. Outra abordagem foi a promoção de formas de negócios cooperativos para pequenos produtores, comunidades indígenas, grupos de base locais e iniciativas empreendedoras em favelas urbanas, bem como o treinamento de consultores estaduais de desenvolvimento para projetos de base no Peru, Colômbia, México e República Dominicana.

A partir de 1984, um novo projeto de educação política começou no Brasil para reunir as diferentes correntes de líderes liberais e se preparar para a abertura democrática. No final de 1984, o liberalismo organizado renasceu. A mudança de regime foi iniciada separando uma frente liberal do PDB do partido no poder e formando uma aliança com o PMDB do partido da oposição. Os membros da frente fundaram o Partido da Frente Liberal (PFL). A estreita cooperação com o instituto educacional da PFL (o Instituto Tancredo Neves) no estabelecimento de estruturas democráticas e constitucionais foi imediatamente acordada e implementada com sucesso por muitos anos.

O FNF teve um papel crucial como um instrumento de democratização dos países latino americanos, que mesmo após a mudança para governos democráticos, as forças armadas mantinham uma posição especial no Estado com vários privilégios. Os ministros da defesa eram predominantemente militares com sua própria soberania orçamentária. Violações maciças dos direitos humanos não foram punidas ou julgadas. As forças de segurança (militares, policiais e serviços secretos), portanto, representavam um enorme desafio para os governos civis, principalmente pelo risco de uma nova intervenção militar. Nesse contexto, a FNF foi solicitada a apoiar em vários países. Os objetivos dos projetos de democratizar as forças de segurança eram, realizar uma introdução do primado da política e controle civil de todas as forças de segurança, reduzir a jurisdição especial para militares e policiais, realizar a transparência dos regulamentos e fomentar o direito passivo e ativo de voto para oficiais militares e policiais.

Com a democratização e modernização da América Latina, o trabalho do projeto da fundação concentrou-se na aplicação das liberdades civis e participação política, consolidação da democracia e do Estado de direito, garantir os direitos humanos e civis, especialmente a liberdade de expressão e a imprensa e expandir a liberdade econômica. O foco dos trabalhos modificou-se, estando mais na qualificação do trabalho de partidos liberais e grupos de reflexão, particularmente nas áreas de política regulatória, econômica e ambiental, bem como política local e juvenil. Os principais países da Fundação na região são os mercados emergentes do Brasil e do México, além da Argentina e da América Central. O parceiro regional mais importante desde 2004 tem sido a rede de partidos liberais e grupos de reflexão na América Latina RELIAL (Rede Liberal da América Latina), que inclui 40 instituições de 17 países do continente.

O arquivo do Naumann é conhecido na Alemanha como o “Arquivo do Liberalismo”, responsável pela coleta de documentos sobre a história do liberalismo e sua organização. Além de material documental, pode-se achar material impresso, panfletos, pôsteres e outros

materiais publicitários, além de fotos, filmes, vídeos, fitas de áudio e mídia digital. O foco das coleções está na Alemanha e datam do período após 1945, algumas propriedades individuais datam da República de Weimar, muito poucas do final do século XIX. O arquivo também inclui uma biblioteca científica especializada com cerca de 42.000 volumes (livros, periódicos, impressos, artigos). (BEEKES, 2008).

#### **4.7.A relação de ideias do Instituto Friedrich von Naumann e o Instituto Tancredo Neves**

O Instituto *Naumann* (FNS) atuou no Brasil desde a década de 70 juntamente com o KAS, em função de ambos partidos que são ligados, o FDP e CDU, estarem em coalisão durante esses anos no governo alemão; quando se separam, na década de 80, é que essa instituição inicia de forma mais individual a atuação no Brasil, principalmente em parceria com outros institutos, por isso, muitas vezes, se torna difícil perceber onde começa e termina o que são as ações puramente do KAS ou do FNS. É, em dezembro de 1985, que o Naumann, aliado do Instituto Tancredo Neves do Brasil, iniciou a publicação do chamado “Cadernos Liberais”, analisados aqui, principalmente os cinco primeiros, pois eles exprimem de maneira mais “acadêmica” como deveriam ser difundidos os ideais liberais em economias emergentes. Esses cadernos compõe uma série de artigos que foram escritos por intelectuais brasileiros e alemães, a fim de difundir as ideias do liberalismo e suas variantes, principalmente da Economia Social de Mercado.

Esse avanço temporal se faz necessário, uma vez que os vestígios documentais que levam a perceber como esse outro instituto alemão fomentou a entrada dessas ideias liberais no país aparece apenas de maneira mais clara e “formal” apenas a partir de 80. É, nessa época, que ocorre essa “ruptura” governamental na RFA que leva o Naumann a ter mais independência em suas ações.

O Instituto *Friedrich von Naumann* foi fundado em 1958 pelo primeiro presidente da RFA, Theodor Heuss, um político declaradamente liberal que promovia as liberdades individuais. O arquivo e a sede da Fundação levam o nome dele em sua homenagem, localizado na cidade de Gummersbach, na Westfália; outra parte da Fundação também se localiza em Potsdam, mais ao lado Oriental da Alemanha. Já o Instituto Tancredo Neves (ITN) pertencia ao Partido da Frente Liberal (PFL), e hoje foi anexado ao Instituto dos Democratas – o Instituto Liberdade e Democracia. Enquanto era ITN, era responsável mais



por questões de propagar ideias liberais, do que algo mais audacioso, como bolsas de estudo, como outras fundações.

Nosso propósito, seguindo orientação do ITN nacional, é desenvolver estudos e pesquisas sobre temas ligados à realidade brasileira, oferecendo à população um leque de opções nos desafios do próximo século. O ITN, como opção doutrinária, estará propagando no nosso Estado o conceito de liberalismo, não apenas como uma escolha política, mas sim como um conceito de liberdade política e liberdade econômica, assentado na premissa da total ausência de privilégios e igualdade perante a lei.<sup>301</sup>

Dessa forma, o objetivo dessa seção é analisar os quatro primeiros volumes dos Cadernos Liberais, produzidos com artigos para o “Simpósio Liberalismo e Constituinte”, realizado nos dias 16 e 17 de dezembro de 1985 com apoio de ambos os Institutos. São volumes breves que possuem apenas um texto cada. O artigo que inaugura os cadernos é o de Olavo Setúbal, Ministro de Estado das Relações Exteriores do governo de Tancredo e Sarney, o qual construiu sua vida política lutando pela redemocratização do país. Ele foi filiado ao PFL, conhecido também pela atuação como banqueiro no Itaú (REZENDE, 2016)<sup>302</sup>, seu artigo é intitulado “O liberalismo e os desafios do Brasil contemporâneo”. O texto inicia de maneira que o político assume sua ideologia e seu papel de pregador da ideologia do liberalismo, como expresso no trecho “anima-me estar presente nesses debates, ainda que espiritualmente<sup>303</sup>, a fim de poder dar continuidade à minha pregação liberal num momento particularmente importante para a vida de nosso país”<sup>304</sup>, que era a transição de um autoritarismo para a democratização definitiva das instituições.

Deve-se, porém, atentar que, para fins analíticos, recorrer à análise de conteúdo desses textos é mais proveitosa do que uma análise do discurso propriamente dita, pois a “análise de discurso não é análise de conteúdo: são duas perspectivas completamente distintas.” (PINTO, 2007, p. 80). Nesse sentido, se torna necessário na leitura desse material “buscar compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração.” (CÂMARA, 2013, p. 182). Dessa forma, explorar os sentidos que a palavra liberalismo (muito usada nos textos) é necessário, a fim de compreender a ideia que cada autor tem e a sua aplicabilidade ou não na proposta, por isso, analisar de que liberalismo

<sup>301</sup> CABRERA, Antônio; MELLÃO, João. O Instituto Tancredo Neves em São Paulo. Folha de São Paulo, 10 de junho de 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/6/10/opinia0/9.html>>

<sup>302</sup> Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/catedras-e-convenios/catedra-ola-vo-setubal-de-arte-cultura-e-ciencia/ola-vo-setuba>>

<sup>303</sup> Ele se justifica porque não pôde comparecer ao seminário.

<sup>304</sup> Instituto Friedrich von Naumann. Cadernos Liberais, volume 01, 1985. Alemanha: Gummersbach.

se está falando é importante para perceber se há uma proximidade ou distanciamento teórico das Fundações Tancredo Neves e o FNS ao qual se reportam.

Na escrita, é nítida que se tente mostrar os principais cânones e reflexões acerca do liberalismo clássico, porém se critica um pouco o posicionamento dos governos que atuam em prol de uma maioria, além de que o liberalismo “na sua excessiva ênfase a essa forma institucional de proteção e ao seu pretenso desprezo pela mudança social”. O que chama a atenção é sua alegação que “no Brasil muitos liberais sempre insistiram na defesa da livre iniciativa, todavia, nos momentos de crise, recorreram a conveniente proteção do Estado.”<sup>305</sup> De uma forma geral, o artigo critica o governo autoritário e suas formas de expressão, bradando que a democracia é o modelo mais ideal de governo, guiado pelos auspícios do liberalismo, o qual, com respeito à lei e à soberania dos poderes, era a melhor forma de garantir a individualidade. Isso sem encaixa na relação do paradoxo ortodoxo neoliberal.

A ideologia neoliberal, em sentido amplo, já que está composta por diversas correntes de pensamento que aportaram nuances diferentes, teve um comportamento ambivalente em relação ao autoritarismo e à democracia na região. Proposta discursivamente como herdeira da tradição liberal ajustada aos novos tempos, não raro legitimara saídas autoritárias no político, como ter apoiado de modo ativo todos os regimes de exceção instalados no Cone Sul da América Latina, que adotaram suas diretrizes, principalmente na área econômica. Miles Kahler e Peter Evans qualificaram o fenômeno como Paradoxo Ortodoxo, já que este parecia um evidente contrassenso respeito dos seus postulados. Assim, na comunicação exploraremos essa aparente contradição, mostrando como só se materializa em parte com seu enunciado discursivo, já que, se bem o conceito de democracia é amplo, ao ponto de ser defendido pelos próprios regimes que atentaram contra ela, como solução parcial, às ameaças que supostamente sofria, ela dificulta a implementação do ideário neoliberal, motivo pelo qual apenas de modo excepcional se ajusta à vontade popular, de majorias constituídas pelo voto amplo e direto, guarecendo-se em saídas que a conspiram, seja de forma geral colaborando na instalação de regimes autoritários ou de mais delimitada pela entrega das rédeas em determinadas áreas a instituições guardiãs, que não se submetem a esse crivo, mas que estão sujeitas à ordem tecnocrática e do mercado (RAMIREZ, 2017, p. 65)

E, complementa ao final com uma espécie de elogio ao governo de Sarney o qual “corrigiu as disparidades de renda, com sistemas decentes de taxações, permitindo a mobilidade social e evitando a massificação.”<sup>306</sup> Fica claro que o posicionamento que se reflete aqui era não uma defesa em prol de um governo liberal, mas sim, ressaltar que o primeiro governo democrático pós-ditadura tinha aspectos que se assemelhavam ao

<sup>305</sup> Instituto Friedrich von Naumann. Cadernos Liberais, volume 01, p. 3-5, 1985. Alemanha: Gummersbach.

<sup>306</sup> Op cit, p. 12.

liberalismo, porém, sempre atentando que esse arcabouço teórico era muito difícil de se aplicar num país tão distinto dentro de si como o Brasil.

Já o outro artigo era o de Dante Giadone, intitulado “O liberalismo e a união cívica radical da Argentina”, presidente da Fundação Arturo Illias da Argentina e secretário do presidente argentino Raúl Alfonsín que produzira um texto para o mesmo seminário. É interessante que o autor esclarece que o termo “liberalismo” tinha um caráter pejorativo no país, pois estava identificado com “partidos políticos ligados a interesses oligárquicos, identificados como partidos de direita que se dizem liberais”<sup>307</sup>, ou seja, o oposto de uma política baseada na justiça social, de tal forma, o texto que ele escreve propõe fazer uma definição de cânones desse escopo teórico.

O autor inicia seus escritos falando um pouco do país do liberalismo político e econômico, ele apresenta várias críticas a essas teorias ao longo de seu desenvolvimento, criticando o “velho liberalismo individualista”, pois “esse enfatizava o princípio da maior felicidade para o maior número de homens, a sociedade passaria a funcionar bem quando individualmente cada um alcançasse o máximo de felicidade, isso é uma ilusão porque a máxima felicidade individual não garante a felicidade do conjunto.”<sup>308</sup>

Na sua leitura, o liberalismo passou por várias reformulações para chegar ao que seria hoje a democracia na visão de Dante com o respeito pela pessoa humana, à solidariedade social entre homens e à participação universal, sendo esses os novos postulados liberais contemporâneos. Traz também a questão do liberalismo espanhol que repercutiu no Rio da Prata, analisando Gumersindo Azcárate e a questão da intervenção social ao invés de estatal, ou seja, todos os setores da sociedade deveriam entrar em acordo entre si para melhor convivência. Outro liberal espanhol é trazido para o texto, Julian Sanz del Rio, que fala sobre o “sacralíssimo do ser humano” em que todos têm direitos absolutos que derivam de sua própria natureza e não da vontade de seus semelhantes.

Tudo isso para trazer a questão da União Cívica Radical, “un grupo de políticos que se reconocían en la tradición del alsinismo (...) y que fundaron la Unión Cívica Radical (UCR) en 1892; supuestamente el primer partido de bases ‘representativas y federales’ de Argentina” (SAETONE, 2012, p. 141), sendo um dos primeiros partidos argentinos no sentido moderno do termo, pois, por volta de 1890, não existiam ainda na Argentina – “a ideologia do Radicalismo tinha em mira uma noção política de sociedade, além da estruturação de

---

<sup>307</sup> Instituto Friedrich von Naumann. Cadernos Liberais, volume 02, p. 1, 1985. Alemanha: Gummersbach.

<sup>308</sup> Op cit, p.02.

classes”<sup>309</sup>. Dante fazia parte desse partido e, de certa forma, defende o que ele chama de seu “liberalismo solidarista” que a União Cívica tinha e que, graças a essa filosofia, o partido sobrevivera a perseguições e ditaduras.

O caderno 3 foi escrito por Marco Maciel, Ministro da Educação de Tancredo nessa época. Ao assumir o MEC, Maciel manifestou seu inconformismo com a situação educacional do país e se comprometeu a implementar política educacional baseada na valorização do ensino de primeiro grau.<sup>310</sup> Maciel atuou em vários cargos políticos durante os governos militares, tendo boa parte de sua vida dedicada à política brasileira, participando e “se liberalizando” mais na década de 80, junto ao PFL. Seu artigo é intitulado “A proposta liberal para o país de nossos dias” o qual começa falando sobre os principais conceitos do liberalismo e como tal ideia poderia adentrar no país, porém acredita-se que os ideais no novo liberalismo é que seriam os mais adequados.

A partir da qual pretendemos dar consistência a essa breve análise de que não tem outro objetivo senão o de mostrar que o neoliberalismo que se esboça a partir da decisão política de institucionalizar-se a Frente Liberal, pode representar uma contribuição decisiva para fixação em bases estáveis, de uma nova dimensão da política brasileira.<sup>311</sup>

É um dos maiores artigos produzidos para os anais do seminário. De uma maneira geral, o texto traz um diálogo da história do liberalismo e suas variações no mundo Ocidental, principalmente Europa, até chegar no que seria hoje o neoliberalismo, o qual, segundo seus preceitos seria um liberalismo contemporâneo, com igualdade. Em outra seção do artigo, o autor propõe fazer uma diferenciação entre o liberalismo e o capitalismo, trazendo à tona a questão de que a economia de mercado e o capitalismo são teorias distintas, “pois o mesmo pode induzir muitas técnicas e processos de funcionamento da vida economia, mas não inspirar”.<sup>312</sup>

No final do artigo, há uma espécie de conclusão de qual sistema seria o mais adequado ao Brasil com a redemocratização, apresentando uma espécie de crítica ao governo Vargas e ao que o sucederam até o golpe de 64. Quando se fala desse período, há uma espécie de silêncio que se volta novamente para a questão da redemocratização e o papel do PFL na garantia de implementar os ideais do liberalismo no país, colocando-se como um partido

---

<sup>309</sup> Op cit, p. 7.

<sup>310</sup> Disponível em : <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-de-oliveira-maciel-1>>

<sup>311</sup> Instituto Friedrich von Naumann. Cadernos Liberais, volume 03, 1985. Alemanha: Gummersbach, p.1.

<sup>312</sup> Op cit, p. 8.

neoliberal que atuaria junto com o Estado, pois, nas suas palavras, “o neoliberalismo não tem porque temer o Estado ou segmento que ponha ação a sua vontade, representado pelo Governo. Pelo contrário, o nosso dever é lutar para consultá-lo.”<sup>313</sup>

O último e quarto artigo escrito para o simpósio é da autoria de Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, professor do Departamento de Economia da Fundação Getúlio Vargas, um dos *think-tanks* mais antigos e que possuía certa influência no campo intelectual e político nacional. Esse professor ainda é um grande economista, conhecido pelas suas ideias liberais. O texto produzido para o simpósio é uma escrita voltada ao público da área da economia, devido à profusão de dados e análises estatísticas que se faz.

O artigo inicia com duas tabelas sobre a carga tributária no Brasil e as transferências feitas entre 1970 e 1984, sendo os escritos bem “economicistas”, trabalhando a relação da carga tributária e o crescimento do país. Ao trabalhar tais dados, ele reflete que a maioria dos impostos recai sobre pessoas jurídicas ao invés das físicas, trazendo à tona os motivos do endividamento do país e os pacotes econômicos lançados pelo Estado para contornar a situação. É discutida a questão da presença do Estado na economia, chegando à conclusão de que “não há necessariamente correlação entre a presença do governo na economia e déficit público, sem possível um Estado grande sem déficits, bem como um Estado pequeno com grandes desequilíbrios orçamentários.”<sup>314</sup>

Não é observada uma defesa veemente de uma economia liberal ou da figura da livre empresa e iniciativa, o autor é crítico tanto em relação ao Estado quanto ao mercado livre, pois ambos podem possuir “peso morto” na forma de trabalhar com os tributos, ambos permitem formação de monopólios, oligopólios e outras formas de concorrência imperfeitas, porém o governo nunca é neutro na economia, devendo ser vigiado. Segundo Albuquerque (1985), haveria setores os quais o Estado melhor administra; outros, o mercado, ele não defende veemente nem um nem o outro, mas reconhece que ambos são necessários para que uma economia mais próxima do “justo” ou “ideal” funcione.

Portanto, é interessante perceber que a visão de liberalismo dos autores convidados a escrever aos quatro cadernos referentes ao evento possuem bases liberais nitidamente próximas de uma visão clássica e que, ao mesmo tempo, permitem e pensam um novo ou neoliberalismo quando se trata de incluir o Brasil nessas ideais. É importante ressaltar, por fim, a formação e o percurso profissionais desses escritores, pois quase todos seguiram carreira política ou vinculada a grandes centros dispersores de ideologias como universidades,

---

<sup>313</sup> Op cit, p. 19

<sup>314</sup> Instituto Friedrich von Naumann. Cadernos Liberais, volume 04, p. 6-7, 1985. Alemanha: Gummersbach.

partidos políticos e fundações. Por isso, não é algo impressionante ou novo quando no estabelecimento dessas redes, os mesmos atores se encontram em diferentes posições, defendendo ideais parecidos conforme a conveniência de sua época.

## 5. CONCLUSÃO

Buscou-se com essa tese perceber “se” e “como” houve influência do Ordoliberalismo e da Economia Social de Mercado (ESM) no Brasil, teorias provenientes da Alemanha, postas em prática no pós-guerra, que teriam chegado durante o período da Ditadura Militar, especialmente nas décadas de 60 e 70. Acredita-se que tais marcos teóricos não tiveram uma influência verticalmente direta no país, mas sim por meio de Institutos ou *Think-Tanks* (TT's), como o *Konrad Adenauer* (KAS) e o *Friedrich von Naumann* (FNS) e o próprio Estado alemão, através de políticas de cooperação e auxílio financeiro. Dessa forma, através desse contato nesses três canais distintos, o “espírito do Ordoliberalismo e da ESM” chega ao país e marca de diversas formas: uma de maneira mais direta, através do direcionamento desses acordos para propostas que visassem exclusivamente o fomento a obras e iniciativas de construção e benfeitorias voltadas a infraestrutura e desenvolvimento de regiões mais remotas; outra forma, mais indireta, feita com intermédio dos TT's através de um contato cultural, sugerido aqui como uma espécie de “soft power”, fazendo com que se produza um pensamento semelhante ao que os alemães divulgavam.

No primeiro capítulo, se discutiu sobre a questão do que é o Ordoliberalismo e a ESM, entendido como consequência do outro. Muitas referências são estrangeiras, devido ao fato de ser um tema pouco explorado no Brasil, porém o sucesso econômico que a Alemanha vivenciou devido a aplicabilidade desses aportes teóricos sempre fora motivo de admiração por parte de muitos políticos e intelectuais brasileiros até hoje. Boa parte das consultas foi feita na Alemanha, principalmente as obras do considerado “pai fundador” dessa teoria, Walter Eucken. O *ordo* ajuda a entender de que Alemanha “estamos falando” quando ocorrem os principais e mais importantes acordos de cooperação financeira nas décadas de 60 e 70, período esse considerado como auge da recuperação econômica nesse país.

Os ordoliberais acreditam que os verdadeiros benefícios sociais de sua ordem competitiva derivam inerentemente da estabilidade em longo prazo dos mercados

competitivos, suprimindo o poder político e econômico arbitrário e desordenado, eliminando estruturas monopolistas e oligopolistas e partindo da liberdade e da concorrência individuais. Muitos teóricos consideram que intervenções são importantes, como as redistributivas, sendo indispensáveis para superar algumas questões sociais. Como consequência, os denominados 'princípios reguladores' são projetados, por um lado, para estabilizar e sustentar a competitividade, por outro lado, corrigir certas deficiências do mercado (em termos modernos: falhas de mercado).

Logo, o ordo pratica um controle rigoroso do poder de monopólio, a regulamentação pública de graves anomalias do lado da oferta, como desemprego em massa, a redistribuição de renda através de um sistema tributário progressivo e, por último, mas não menos importante, as correções das externalidades socioeconômicas devido a grandes discrepâncias entre lucros em longo prazo e interesses próprios pessoais e o bem comum ou coletivo. Especialmente, os ensaios originados da cooperação interdisciplinar dentro dos círculos de resistência de Freiburg contra o nacional-socialismo contêm certas medidas redistributivas e conselhos de política social.

O nome vem de “ordo”, ou ordem com objetivo de promover uma sociedade cristã, socioeconômica funcional e humana. Essa ordem se esforça para promover a autorresponsabilidade e a iniciativa individual proativa. Baseia-se em pequenas e médias empresas e impede a decisão de grupos de interesse e de entidades para-governamentais. No entanto, igualmente importante é a prevenção de distribuições injustas de renda, bens e propriedades. O objetivo explícito da política social é proporcionar emprego humano com pagamentos igualmente justos, para evitar a exploração, a pobreza em massa e o desemprego. Eucken, por exemplo, apoia as intervenções de anomalia de fornecimento subsidiando salários mínimos, garantindo um nível mínimo de subsistência. Especialmente importantes são os impostos progressivos.

Outra posição defendida pelos círculos de Freiburg são as questões acerca de o mercado ser igual no que diz respeito ao exercício de poder e influência entre empregadores e empregados. Somente quando o status de equilíbrio de poder for alcançado nos mercados de trabalho e quando empregadores e empregados puderem negociar suas condições de trabalho em um nível igual e com verdadeira liberdade de contrato, é possível minimizar a exploração, reduzir assimetrias, patriarcais e assimétricas, relações paternalistas empregador-empregado; diminuem as dependências e o mau uso do poder e realizam a paz social dentro de uma sociedade. Portanto, é um elemento essencial da política social apoiar os sindicatos até que sejam igualmente poderosos como a federação de empregadores ou rebaixar o nível de poder

dos empregadores até que tenham tão pouco poder quanto os sindicatos. Ambas as partes do mercado de trabalho devem ser igualmente poderosas – desde que não dominem os processos econômicos e não exerçam pressão sobre os processos políticos de tomada de decisão. Sendo assim, o Ordo congrega as teorias da justiça com suas elaborações sobre liberdade e poder.

Já os pressupostos da ESM pertencentes a Escola de Colônia podem ser vistos na Alemanha após 1948, quando uma ordem econômica livre foi introduzida nas zonas de ocupação ocidentais, contra a oposição de todas as potências ocupantes, que pensavam planejavam de forma a favorecer desenvolvimento inflacionário. A nova economia de mercado alemã inicialmente subdesenvolvida foi, ao contrário de algumas representações, imediatamente popular e legitimada por votos no conselho econômico da administração de duas zonas. O sucesso foi baseado em uma política de ordem funcional e taticamente inteligente, apesar de todas as suas deficiências. Foi inicialmente acompanhado por uma política monetária e financeira conservadora.

No segundo capítulo, se trabalhou em que medida a Alemanha com essas políticas ordoliberais bem estabelecidas e adentrando numa economia social de mercado se projeta para o mercado mundial, principalmente o Brasil. É através desse contato diplomático que a RFA iria estabelecer uma espécie de influência no país, de certa forma, mostrando que “sua” ideia era melhor, ou como aparece ao longo dos relatórios, que o capitalismo era a melhor via a ser tomada. Tem-se aí a motivação de dois grupos distintos: os interesses da RFA, através de sua política externa, de maneira a “fazer-se provar” para si e principalmente para o mundo que a forma com que orientavam seu país era a mais acertada, além disso, os interesses transnacionais de grupos de empresas alemãs que investiam no Brasil; enquanto isso, ganhava independência econômica e política frente aos Estados Unidos, tendo outro parceiro comercial.

Dessa maneira, se abordou quais foram os acordos de auxílio financeiros e cooperação entre Alemanha e Brasil, seus entraves políticos e relações internacionais entre as duas nações através da pesquisa documental no Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da Alemanha (*Auswartiges Amt em Berlin*). Nesse arquivo se encontrou vários documentos diplomáticos das relações entre a Alemanha e os demais países do globo desde a época do nazismo aos dias atuais. A documentação referente à República de Weimar e o Império se encontram em Koblenz, numa extensão do arquivo.

Esse estudo forneceu uma espécie de visão geral sobre as relações bilaterais entre ambos os países que ocorreu nos anos 60 e 70, com uma breve explanação sobre os anos anteriores na década de 50, quando a diplomacia é reatada entre ambos. Mostrando, assim,



através da documentação, o papel que o Brasil construiu de si em relação a RFA no contexto das relações internacionais, trazendo à tona uma visão política de Brasil e outra econômica expressa nesses contratos o quais revelam que a Alemanha sempre fora muito crítica com as ditaduras, mas colaboraram com elas. Nos primeiros seis anos, após o fim da Guerra, a situação da economia da Alemanha Ocidental no Brasil pode ser descrita como um novo começo devido ao confisco de ativos alemães no país. Durante sua recuperação econômica, a RFA não conseguiu exportar ativos para países em desenvolvimento, por isso é apenas timidamente na década de 50, com mais pujança em 60 e 70, quando esses capitais adentram o país, e a Alemanha se recupera, tendo uma grande expansão de empresas privadas com caráter multinacional.

Durante a década de 60, as relações entre Brasil e Alemanha nem sempre foram benéficas para ambos, muito em virtude das próprias divergências inerentes entre as nações, principalmente no espectro político e na derrocada da democracia brasileira em 64. Essas relações se pautavam principalmente em aglutinar o Brasil no bloco capitalista, impedindo qualquer relação com os soviéticos ou o socialismo latino-americano, transfigurado em Cuba, isso não apenas por parte dos Estados Unidos, mas pela própria RFA. Além disso, essa documentação nos possibilita perceber que a visão que os alemães tinham sobre o país e seus governantes – mesmo sendo um regime de mercado, eram a favor de uma ditadura e a consideravam algo necessário para estabelecer a ordem no país, por mais contraditório que isso possa parecer.

Em grande parte desses acordos, observa-se que o Brasil sempre fora meramente um distribuidor de matérias-primas e grande importador de tecnologia e capital da Alemanha. E, para obter o seu tão sonhado desenvolvimento, foi obrigado a diversificar seus investimentos e empréstimos com outros países, ampliando, assim, relações e mercado externo. Por isso, a RFA sempre moldou seus acordos visando uma industrialização do país, fomentando acordos que promovessem a ampliação de estrutura necessária para tal como a energia elétrica, por exemplo. É necessário salientar que a expansão financeira de empresas privadas no Brasil ocorreu com relativa autonomia do Estado alemão, o que dificultou as relações diplomáticas e políticas entre ambas as nações. Desse modo, grande parte dos investimentos estatais era feita diretamente ao Estado brasileiro e suas autarquias, não a outras empresas de capital privado.

Na década de 70, os investimentos foram ficando escassos, numericamente falando, os que tiveram, contudo, foram em grandes cifras, incluindo o famoso empréstimo para prospecção, instalação e exploração da energia nuclear no Brasil, o “negócio do século”. Essa escassez de acordos entre as nações surge por dois motivos: a instalação e fomento de

indústrias privadas multinacionais no país de maneira mais consolidada e o papel dos TT's alemães, como o KAS e o FNS, em fazer esses contratos transnacionais, o que envolvia para além da questão monetária, mas capital intelectual e humano. É, no final da década de 70, que se iniciam os intercâmbios de cientistas brasileiros e alemães de uma maneira mais formalizada. Logo em 70, é quando ocorre a passagem de uma política de Estado para uma política de institutos, o que explica a falta de documentos no *Auswartiges Amt*. No final da década de 80, aos poucos o Estado transfere esse papel como principal ator nas relações internacionais para os institutos, por isso, grande parte da documentação dessa época se encontra nos arquivos desses TT's.

Essa parceria com os institutos foi algo explorada no terceiro capítulo, mostrando que houve sucesso muito em virtude do ímpeto brasileiro de se industrializar rapidamente, algo que vinha sendo perseguido desde a Era Vargas. O período ditatorial por mais estadista que fosse, concedeu certa abertura para que se fizessem relações de auxílio com a RFA não apenas financeiras, mas sociais e culturais, como exemplo da Colônia Pindorama em Alagoas e os projetos da TV educativa do Instituto *Konrad Adenauer*, caracterizando, assim, uma influência ideológica. É importante ressaltar que a pesquisa documental do KAS foi feita em sua sede na cidade de Sankt Augustin e a do FNS, na cidade de Gummersbach, ambas na região da Westfália.

Na década de 70 e 80 que se visualiza uma modificação nessas relações, pois o Estado alemão, desde a década de 60, vinha fomentando e financiando seus institutos políticos, vinculados aos partidos mais proeminentes. E são dois institutos desses que viriam a estabelecer relações mais estreitas com o Brasil – o Konrad Adenauer e o Friedrich von Naumann. O Adenauer foi o que mais atuou no país com a implementação da TV educativa e com o acordo junto à FGV de trocas intelectuais entre universidades, sendo um dos maiores institutos *think-tank* alemão de atuação no Brasil, estabelecendo redes de influência e conversações. Já o Naumann sempre atuou junto com o KAS e de maneira mais solitária através de fomento à ideologia política liberal e disseminação desses ideais junto a grupos influentes no país. No ano de 2020, o FNS retirou seu escritório de atividades no país sem declarar motivo aparente.

É importante reforçar que os TT's políticos alemães são financiados pelo governo, dessa forma, eles se apresentam como um braço do Estado, inclusive, ambos os institutos apresentados nessa tese foram fundados por figuras políticas importantes da reconstrução da história democrática alemã. Logo, de maneira indireta, até meados dos anos 70, esses TT's sempre estiveram envolvidos nesse processo de internacionalização. No caso do FNS, essa

preocupação já havia na década de 60, e o KAS em 70; dentre os países latino-americanos, o Brasil sempre fora alvo de interesse de ambos devido às proximidades culturais e, como já mencionado, ao anseio de englobar o país no bloco capitalista.

Dentre os principais objetivos dessas instituições de cunho político alemãs, há um ensejo de que os detentores de políticas sociais deveriam, num país em desenvolvimento, representar em proporções extremamente altas, os interesses da população marginalizada. Já nas sociedades altamente desenvolvidas, esses institutos seriam responsáveis por manter junto ao Estado o bem estar comum, que deve ser exigido em proporções muito mais altas para países em desenvolvimento. Via de regra, os grupos políticos da sociedade são os que lutam por um poder social e defendem os interesses de seus partidários. Entretanto, se, nas condições de uma sociedade subdesenvolvida, estes não se sentirem corresponsáveis pelo destino da maioria marginalizada, então, o seu atuar parcialmente político-social é moralmente questionável.

Esses preceitos valem para sindicatos, cujos membros pertencem com frequência à baixa classe média, assim como, da mesma forma para associações de empresários com os seus membros das classes médias superiores e da classe alta. Um empresário, com o seu poder, a sua influência, o seu dinheiro e as suas informações, trabalha e pensa apenas no sentido da sua economia empresarial, sem aplicar a sua cooperação político-social exclusivamente para defender os restritamente compreendidos interesses de sua empresa, portanto, se não participar do desenvolvimento da sociedade em geral como sendo uma “elite” responsável, então, em sua miopia histórica, ele é o mais perigoso opositor de seus próprios interesses econômicos a longo prazo. O empresário típico no Brasil, nativo ou estrangeiro, não tem uma consciência do problema político-social. Certamente ele vê a lenta infiltração do comunismo e a subversão como um perigo para a estabilidade e o crescimento, mas, a partir de sua visão, ele geralmente deduz as consequências erradas. A falta de inteligência social e política e a ausência de visão mais ampla para um empresário normal pode ser algo danoso para toda a sociedade, inclusive a si próprio.

Por outro lado, temos a questão do Estado e seu peso sob a sociedade e os meios econômicos. Como mostra a História do Brasil, nos últimos tempos, muitos liberais se contrapondo a esse “ente” sempre insistiram na defesa da livre iniciativa. Todavia, nos momentos de crise, sempre recorreram a conveniente proteção do Estado, isso é marcado pela questão apresentada no início desse trabalho – o paradoxo ortodoxo. Muitos liberais também sempre foram contra as soluções de força, por não saberem compreender que a mobilização sindical e o aparecimento de agremiações partidárias trabalhistas são um desdobramento

natural da revolução industrial. Do mesmo modo, o discurso socializante revelou-se igualmente incapaz de transcender os limites do populismo, a retórica do nacionalismo e a inclinação pelo distributivismo paternalista, estimulando expectativas de bem-estar absolutamente inviáveis num país como o nosso.

O ordoliberalismo pode conter algumas lições para os formuladores de políticas atuais, a fim de evitar a possibilidade de reincidência de um desastre financeiro e econômico como o mundo testemunhou desde 2008. A fraqueza da esquerda na maioria dos países industrializados e o enquadramento da crise como resultado do Estado – e não da falha do mercado – parece indicar que a economia pós-crise não será um simples retorno ao keynesianismo, mas continuará a depender amplamente de políticas neoliberais. A teoria ordoliberal nos lembra, por exemplo, que qualquer ordem econômica deve necessariamente ser incorporada a uma sociedade sólida, em que certo padrão de vida e segurança é garantido para todos os membros da sociedade. Os ordoliberais nunca visaram instalar um generoso Estado de bem-estar universal ou perseguir objetivos igualitários, mas sim colocar o bem-estar emocional, econômico e cultural do indivíduo no centro de uma economia de mercado livre.

Essa teoria também mostra que, em uma democracia funcional, a aversão liberal clássica para o Estado pode parecer excessiva, uma vez que a ideia fundamental é um governo pelo povo para o povo. Os neoliberais dos EUA, em sua luta de décadas contra o socialismo e o comunismo soviético, passaram a equiparar o Estado democrático aos regimes autoritários contra os quais os liberais clássicos desenvolveram suas teorias. A visão mais otimista do papel do Estado no ordoliberalismo abre novas maneiras de pensar, a fim de pode contribuir para o desenvolvimento de uma ordem econômica sustentável, em que o governo é visto como eficiente. Nesse contexto, é danosa a concentração de poder econômico em mãos privadas e o surgimento de empresas dominantes, algo que já foi considerado pelos liberais de todas as variações ideológicas conceituais como uma grande ameaça a qualquer ordem econômica e sociedade democrática. O ordoliberalismo também assinala que esse poder econômico não é apenas econômico, mas também político, por isso, é perceptível a participação de detentores de meios econômicos em cargos ou mesmo que participam ativamente de redes de TT's. Assim, a abertura ordoliberal leva a uma compreensão multifacetada dos fenômenos econômicos e análise multidisciplinar que pode nos fornecer ferramentas intelectuais para trabalhar em direção a uma base mais sólida de como a economia funciona.

Dessa maneira, o trabalho proporciona outros desdobramentos para futuros estudos exploratórios. Há um crescimento nas pesquisas sobre TT's transnacionais e suas influências na América Latina e Brasil, trazer o caso de dois institutos alemães é um diferencial na pesquisa que colabora para perceber como essa rede opera no país. Essa tese corrobora para perceber como o Brasil foi um personagem importante no teatro da Guerra Fria, tirando a visão de que sempre fora uma nação passiva frente às demais potências, mas sim, atuou e causou muita admiração por parte de outros governantes. Compreender outras formas de como a ditadura civil militar brasileira atuou no cenário internacional e a visão que ela provocou num país como a Alemanha também é interessante para provocar um olhar complementar a tantos estudos que são feitos. Perceber também de que forma os TT's alemães se aproximaram intelectualmente do Brasil na produção de um capital humano que difundisse suas ideias é algo que podemos caracterizar como parte de uma indústria cultural que amarra bem ideologicamente seus indivíduos na propagação de seus saberes, promovendo, assim, uma compreensão da ascensão dessas novas ideias no Brasil e de sua difusão nos meios mais proeminentes da iniciativa privada e estatal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Erfried. **Vom mühsamen Geschäft der Demokratieförderung: Die internationalen Entwicklungszusammenarbeit der Friedrich-Ebert-Stiftung.** Verlag: Dietz, 2013.

AFFONSO, Almino. Raízes do golpe. **Da crise da legalidade ao parlamentarismo**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

ALMEIDA, Alexandra Ozorio de. **O Programa Nuclear Brasileiro e o Acordo com a Alemanha: da ambição compartilhada aos interesses fragmentados (1975-1978)**. 330 f. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Paulo R. **Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; SANTOS, Tatiane Lopes dos. A dinâmica política da criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear, 1956-1960. In: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.** 8 (1), p. 113–128, 2013.

ANDRADE, Maria R. **A opção nuclear: 50 anos rumo a autonomia**. Rio de Janeiro: MAST, 2006

ASSLÄNDER, Michael S. Lehren aus der Krise: Verantwortung und die Ordnung der Märkte. In: ULSHÖFER, Gotlind e FEUCHTE, Beate (Org.). **Finanzmarktakteure und Corporate Social Responsibility**. Springer, pp. 36-61, 2011.

AZEVEDO, Henrique. **A antropologia como finalidade da filosofia em Kant**. 419 f. 2019. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil, 1961 - 1964**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BANDEIRA, Moniz. **O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil (1949-2011)**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2011.

BAPTISTA, Iuri, Y. O Modelo de Lasswell Aplicado à História das Teorias da Comunicação. In: **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**. Londrina, v. 18, n.3, p. 191-196, 2017.

BARROS, José D'Assunção. História comparada – um novo modo de ver e fazer história. In: **Revista de História Comparada**, vol. 1, n. 1, junho de 2007

BELLERS, Jürgen; PORSCHE-LUDWIG, Markus. **Aussenwirtschaftspolitik der Bundesrepublik Deutschland 1950-2011**. Münster: Lit politik: Forschung und Wissenschaft, Bd. 32, 2011.

BERHORST, Anya. Die Arbeit der Friedrich-Naumann-Stiftung. In: BROCKMANN, Andreas; DABROWSKI, Martin Dabrowski; LAGOS, Ricardo A. **Mittelamerika und Deutschland**. Frankfurt am Main, Madrid: Iberoamericana Vervuert, 1996

BETHELL, Leslie. **História da América Latina**, vol 7. São Paulo: EDUSP, 2009/1997

BLUM, Reinhard. **Soziale Marktwirtschaft**. Tübingen: Mohr, 1969.

BÖHM, Franz. **Die Ordnung der Wirtschaft als geschichtliche Aufgabe und rechtsschöpferische Leistung**. Stuttgart-Berlin: Kohlhammer, 1937.

BÖHM, Franz. Vorwort. In: **ORDO**, vol. 3 (1950), pp. IX-XII. Published by: Lucius & Lucius Verlagsgesellschaft

BOHM, Franz; EUCKEN, Walter; GROSSMANN-DOERTH, Hans. The ordo manifesto of 1936. In: PEACOCK, Alan; WILLGERODT, Hans. **Germany's social market economy: origins and evolution**. New York: San Martin Press, 1989.

BONDS, E. The knowledge-shaping process: Elite mobilization and environmental policy. In: **Critical Sociology**, 37(4), 429–446, 2011.

BÖNKER, Frank; WAGENER, Hans-Jürgen. Hayek and Eucken on the State and Market Economy. in: LABROUSSE, Agnès; WEIZ, Jean-Daniel (Org.). **Institutional Economics in France and Germany. German Ordoliberalism versus the French Regulation School**. Berlin: Springer, p. 183-1999, 2001.

BOUCHER, Stephen. Europe and its Think Tanks: A Promise to Be Fulfilled. Paris: **Notre Europe**, 2004.

BOURGIN, Frank. **The Great Challenge: The Myth of Laissez-Faire in the Early Republic**. George Braziller Inc., 1989; Harper & Row, 1990.

BRAML, Josef. **Think Tanks versus "Denkfabriken"? U.S. and German Policy Research Institutes Coping with and Influencing Their Environments**. Baden-Baden: Nomos, 2004.

BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. **A diplomacia da revolução brasileira**. Brasília: 1964.

BRANDÃO, Rafael V. Da M. O negócio do século: **O acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha**. 2002. 135f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Curso de História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

BRAUCH, Hans Gunther. Sozialwissenschaftliche Interventionsbegriffe und externe: Einwirkungsphänomene im Bereich der internationalen Beziehungen. In: SIMMA; BLENK-KNOCKE (org.). **Zwischen intervention und zusammenarbeit**, 1981.

BRENNAN, Geoffrey; BUCHANAN, James M. **The Reason of Rules – Constitutional Political Economy**. Indianapolis, 1985/2000.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A sociedade estatal e a tecnoburocracia**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRIEFS, Goetz. Ist die katholische Soziallehre antikapitalistisch? Beiträge z. Enzyklika populorum progressio. Offenburger Erklärung d. Sozialausschuss. Köln: Anton Rauscher, 1968.

BROYER, Sylvain. Retour à l'économie de marché: les débats du conseil scientifique attaché à l'administration économique de la Bizone, in: Patricia Commun (Org.), **L'ordolibéralisme allemand, Aux sources de l'économie sociale de marché**. Cergy, p. 201-219, 2003.

BRUNEAU, Thomas C. **The political transformation of the Brazilian catholic church**. London: Cambridge University Press (Perspectives on development, 2), 1974.

CALDWEL, Bruce. A skirmish in the Popper wars: Hutchison versus Calwell on Hayek, Popper, Misses and methodology. In: **Journal of economic methodology**, vol. 16, p. 315-324, 2009.

CALDWEL, Bruce. Hayek the falsificationist?. In: **Research in History of Economic thought and methodology**, v.10, p. 1-15, 1992.

CAMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. In: **Gerais, Rev. Interinst. Psicol**, vol.6, n.2, p. 179-191, 2013.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A Lanterna na Popa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CAMPOS, Roberto. **Do outro lado da cerca: Três discursos e algumas elegias**. Rio de Janeiro: APEC, 1968.

CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José Francisco de. **Economia solidária e autogestão. Ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, UFAL, 2005.

CARROL, W. K. Alternative policy groups and transnacional counter-hegemonic struggle. In: ATASOY, Y. (Org.). **Global economic crisis and the politics of diversity**. London: Palmgrave Macmillan, 2014.

CARVALHO, C. P. de O. **Pindorama: a cooperativa como alternativa**. Maceió: Edufal, 2005.

CASSEL, Dieter. **50 Jahre soziale marktwirtschaft: ordnungstheoretische Grundlagen, Realisierungsprobleme und Zukunftsperspektiven einer wirtschaftspolitischen Konzeption**. Stuttgart: Lucius e Lucius, 1998.

CAVALCANTI, T; DUBNIC, R. As eleições de outubro de 1962: Rio Grande do Sul. In: CAVALCANTI, T; DUBNIC, R. (Org.), **Comportamento Eleitoral no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Direito Público e Ciência Política - FGV, 1964

CAVARZAN, Gustavo M. Economia, discurso e poder: os bastidores políticos do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). In: **Aedos**, v. 1, n. 1, p. 189-214, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **O desafio internacional. A política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Editora UnB, 1994.

COMMUN, Patricia. La conversion de Ludwig Erhard à l'ordolibéralisme (1930-1950). In: COMMUN, Patricia (Org). **L'ordolibéralisme allemand. Aux sources de l'économie sociale de marché**. Cergy, pp. 175-199, 2003.



CONNELL-SMITH, Gordon. **El sistema interamericano**. Medellín: Fondo de Cultura Económica, 1971.

CONNELL-SMITH, Gordon. **The United States and Latin America. An historical analysis of inter-American relations**. New York: Wiley, 1974

COSTA, C. G. **O modelo alemão e a “economia social de mercado” num contexto de globalização**. Lisboa: Informação Internacional, 1999.

CROUCH, Colin. **The Strange Non-death of Neoliberalism**. Cambridge: Polity, 2011

DABROWSKI, Martin; ANDINO, Ricardo L. **Mittelamerika und Deutschland: das Potential einer guten Partnerschaft**. Frankfurt am Main: Vervuert, 1996

DALL' ACQUA, Fernando M. A reforma monetária de 1948 na Alemanha. In: **Pesq. Plan. Economico**, v. 20, p. 141-160. Rio de Janeiro, 1990.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DATTE, Uwe. Walter Euckens Weg zum Liberalismus (1918-1934). In: **ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft**. Stuttgart: Lucius & Lucius, bd. 60, 2009.

FRIEDRICHS, Lidiane. **A atuação política dos think-tanks neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (1983-1998)**. 300f. Tese de doutorado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2019.

DEL VECCHIO, Ângelo; ARAÚJO, Braz José de. **Impasses do regime militar brasileiro: construção de potência, institucionalização e estabilidade política (1964-1979)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DOW, Sheila. David Hume and Modern Economics. In: **Capitalism and Society, Hegemony. A Global Critique**. London, New York: Routledge, 2006

DREIER, John C. **A Organização dos Estados Americanos e a crise do Hemisfério**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

DREIER, John C. **The Alliance for Progress: Problems and Perspectives**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1962.

EMUNDS, Bernhard. Ungewollte Vaterschaft. Katholische Soziallehre und Soziale Marktwirtschaft. In: **Ethik und Gesellschaft**. Wem gehört die „Soziale Marktwirtschaft?“ Herkunft und Zukunft einer bundesrepublikanischen Erfolgsformel, p. 1-26, 2010

ERHARD, Ludwig. Freie Wirtschaft und Planwirtschaft. In: Ludwig Erhard. **Gedanken aus fünf Jahrzehnten**. Düsseldorf, p. 69-72, 1946/1988.

ERHARD, Ludwig. Gestern – Heute – Morgen. In: ERHARD, Ludwig. **Gedanken aus fünf Jahrzehnten**. Düsseldorf, Wien, New York, 1961

ERHARD, Ludwig. **Prosperit through competition**. London: Thames and Hudson, 1958.

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1979.

EUCKEN, Walter. Das ordnungspolitische Problem. In: **ORDO**, p. 56-90, 1948.

\_\_\_\_\_. Die geistige Krise und der Kapitalismus. In: **Die Tatwelt**, vol. 2, p. 13-16, 1962a.

\_\_\_\_\_. Die soziale Frage. In: SALIN, Edgar (Org.). **Synopsis**. Heidelberg, p. 113–131, 1948.

\_\_\_\_\_. **Die Überwindung des Historismus**. Schmollers Jahrbuch, p. 62-86, 1938.

\_\_\_\_\_. **Grundsätze der Wirtschaftspolitik (Principles of Economic Policy)**. Tübingen: JCB. Mohr, 1952.

\_\_\_\_\_. **Grundsätze der Wirtschaftspolitik**. Tübingen: Mohr, 1952/1990.

\_\_\_\_\_. Religion – Wirtschaft – Staat. Zur Problematik des Gegenwartsmenschen. In: **Die Tatwelt**, v. 8., p. 82-89, 1932b.

\_\_\_\_\_. Staatliche Strukturwandlungen und die Krisis des Kapitalismus. In: **ORDO**, bd. 48, pp. 3-24, 1932a.

\_\_\_\_\_. Über die Gesamtrichtung der Wirtschaftspolitik. In: EUCKEN, Walter. **Ordnungspolitik**. Münster: LIT, p. 1-24, 1946/1999.

\_\_\_\_\_. Wissenschaft im Stile Schmollers. IN: **Weltwirtschaftliches Archiv**, Band 52/3, p. 468-506, 1940.

FEHLBERG, Carlos. Krieger recebe a missão de evitar o endurecimento do regime militar. In: **Política para Políticos**, novembro de 2012. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120118003212/http://www.politicaparapoliticos.com.br/interna.php?t=756327#>. Acesso em 15 de julho de 2020.

FISCHER, F; FOSTER, J. **The argumentative turn in policy analysis and planning**. London: UCL Press Limited, 1993.

FISCHER, K. Was ist Neoliberalismus? Geschichte, Grundüberzeugungen und Strategien des neoliberalen Denkkollektivs. In: **SWS-Rundschau**, 56(1), p. 6-26, 2016.

Friedrich von Naumann Stiftung. **1963 bis 2013 Jubiläumsschrift**, 2013

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da biopolítica (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A alma do tempo: Memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1979.

FREISE, Matthias. Friedrich Naumann Stiftung für die Freiheit. In: ANHEIER, Helmut K. e TOEPLER, Stefan (Org.): **International Encyclopedia of Civil Society**. New York: Springer US, p. 738–739, 2010.

FRIEDRICH, Lidiane. **A atuação política dos *think tanks* neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do instituto liberal, do instituto de estudos empresariais e do instituto para el desarrollo empresarial da Argentina (1983-1998)**. 300f. 2019. Tese (doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2019.

FURGER, Franz. **Christliche Sozialethik: Grundlagen und Zielsetzung**. Stuttgart, 1991.

GAGATEK, W; VAN HECKE, S. Towards policy-seeking Europarties? The development of European political foundations. In: **EUI Working Papers, Robert Schuman Centre for Advanced Studies (RSCAS)**, 58, p. 1–24, 2011.

GALBRAITH, John Kenneth. The German Economy. In: HARRIS, S. E. (Org.). **Foreign Economic Policy for the United States**. MA: Cambridge, 1948.

GEPPERTH, Rainer. Die Arbeit der Ilanns-Seidel-Stiftung in Mittelamerika In: BROCKMANN, Andreas; DABROWSKI, Martin Dabrowski; LAGOS, Ricardo A. **Mittelamerika und Deutschland**. Frankfurt am Main, Madrid: Iberoamericana Vervuert, 1996

GERKEN, Lüder. **Walter Eucken und sein werk: Rückblick auf den vordenker der sozialen marktwirtschaft**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2000.

GODOI, Bruno Bezerra Cavalcanti. **A influência de Roberto Campos na economia brasileira(1945-2001)**. 220f. 2007. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo (USP), 2007.

GOLDSCHMIDT, Nils; BERNDT, Arnold. Leonhard Miksch (1901-1950): A forgotten member of Freiburg School. In: **American Journal of Economics and Sociology**, n.64, outubro de 2005.

GOLDSCHMIDT, N. e RAUCHENSCHWANDTNER, H. The Philosophy of Social Market Economy: Michel Foucault's Analysis of Ordoliberalism. **Freiburg Discussion Papers on Constitutional Economics**, volume 7, p. 1-30, 2007.

GOLDSCHMIDT, Nils. **Entstehung und Vermächtnis ordoliberalen Denkens. Walter Eucken und die Notwendigkeit einer kulturellen Ökonomik**. Deutschland: Münster, 2002

GREEN, James N. ; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. In: **Revista Brasileira de História**, 29 (57), p. 67–89, 2009.

GUTIÉRREZ, Ivan L. **El ordoliberalismo alemán y la economía social de mercado**. Trabalho de conclusão de curso em Ciência Política. Universidad Nacional Autónoma de México, 2008.

HALEY, John O. **Antitrust in Germany and Japan: The first fifty years, 1947-1998**. Seattle: University of Washington, 2001.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto alegre: 1999

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: University Press, 2005.

HAUCK, Juliana C. Rosa. **Think tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil**. 198f. 2015. Dissertação (Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2015.

HAYEK, F. A. **The Constitution of Liberty**. Auflage, EUA: Chicago, 1960.

\_\_\_\_\_. The counter-revolution of science. In: **Economica**, 8(31), p. 281–320, 1941.

\_\_\_\_\_. Wissenschaft und Sozialismus. In: KERBER, Wolfgang (Org.). **Die Anmaßung von Wissen**. Tübingen: Mohr Siebeck, p. 267-277, 1979/1996.

\_\_\_\_\_. Evolution und spontane Ordnung. In: WOLFGANG, Kerber(ed.). **Die Anmaßung von Wissen**. Tübingen: Mohr Siebeck, p. 102-113, 1983/1996.

\_\_\_\_\_. **Die Verfassung der Freiheit**. Tübingen, 1971.

\_\_\_\_\_. The best of the OLL. In: HAYEK, F. **Kinds of order in society**. Indianapolis: Liberty fund, 2013.

\_\_\_\_\_. **Der Weg zur Knechtschaft**. Tübingen: Manfred E. Streit, 1944/2004.

\_\_\_\_\_. **Nachlass F.A. von Hayek**. Stanford: Hoover Institution Archives, 1939/1950.

\_\_\_\_\_. The Use of Knowledge in Society. In: **The American Economic Review**, vol. 35/4, 1945.

\_\_\_\_\_. Law, Legislation and Liberty. In: **A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy**, vol. 1. London: Routledge, 1973.

\_\_\_\_\_. **The Counter-Revolution of Science**. Londres: Collier Macmillan, 1964/1955.

\_\_\_\_\_. **The Road to Serfdom**. London 1944.

\_\_\_\_\_. Economics and Knowledge. In: HAYEK, Friedrich. **Individualism and Economic Order**. Chicago: University of Chicago Press, 1958/1948.

HELFRICH, Silke. Commons: **Für eine neue Politik jenseits von Markt und staat**. Verlag: Bielefeld, 2012.

HENNECKE, Hans J. **Friedrich August von Hayek zru Einführung**. Düsseldorf, 2000.

HIEN, Josef. The ordoliberalism that never was. In: **Contemporary political theory**, 12 (4), p. 349-358. Palmgrave Macmillan, 2013.

HOBBSAWN, E. Identity politics and the left. **New left review**, junho, p. 98-47,1996

HOFMEISTER, Wilhelm, CARNEIRO, José Mario Brasiliense (2001). “Franco Montoro e Konrad Adenauer: trajetórias em comunhão”, In: POZZOLI, Lafayette, SOUZA, Carlos Aurélio (orgs.).**Ensaio em homenagem a Franco Montoro: humanismo e política**.São Paulo: Konrad ADeanuer Stiftung, 2001.

HONEGGER, Hans. **Volkswirtschaftliche Gedankenströmungen Systeme und Theorien der Gegenwart besonders in Deutschland**. Karlsruhe: Braun, 1925.

HUTCHISON, T.W. **Knowledge and ignorance in economics**. Oxford: Blackwell, 1977

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1994

IEE. 30 anos formando líderes. Porto Alegre: IEE, 2014. Edição comemorativa de 30

ISPHORDING, Bernd. **Biographisches Handbuch des deutschen Auswärtigen Dienstes**. 1871 - 1945. Deutschland. Paderborn: Schöningh, 2012

ISSING, Otmar ;PETER, Dobias. **Geschichte der Nationalökonomie**, München: Vahlen, 1994.

JACOBSEN, Hans-Adolf. **Sicherheit und Zusammenarbeit in Europa - KSZE -. Analyse und Dokumentation**. Köln: Verl. Wissenschaft und Politik (Dokumente zur Aussenpolitik, Bd. 2,1. 2,2), 1978.

JASANOFF, S. **States of knowledge: The co-production of science and the social order**.London: Routledge, 2006.

JUDT, Tony; O'SHEA, José Roberto. **Pós-guerra. Uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KANT, Immanuel. Grundlegung der Metaphysik der Sitten. In: KANT, Immanuel, **Werke in zehn**, 1963 Bänden, Band 6, hrsg. von Wilhelm Weischedel, Sonderausgabe, Darmstadt, p. 7-102, 1983.

KASPER, W; STREIT, M.Lessons from the Freiburg School. In: **The Institutional Foundations of Freedom and Prosperity**. The Center for Independent Studies, Australia, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários na Europa. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7. Brasília, janeiro - abril de 2012, pp. 349-385.

KIRSTEIN, Roland. Markt und Marktwirtschaft. In S. Gosepath, W. Hinsch, A.Leist and B. Rössler (eds.).**Handbuch der Politischen Philosophie und Sozialphilosophie**.Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2006.

KITCHEN, Martin; DUARTE, Claudia Gerpe. **História da Alemanha moderna. De 1800 aos dias de hoje.** São Paulo: Cultrix, 2013.

KOLEV, Stefan (2010). Hayek as an Ordo-Liberal. In: **HWWI Research Paper**, p. 5-11, 2010.

\_\_\_\_\_. **Macht und Wissen als Determinanten: Zur Rolle des Staates in der Wirtschaftspolitik**, 2008.

KONRAD, Diorge, A. e LAMEIRA, Rafael F. Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 67-98, jul. 2011

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

LANDES, D. **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial desde 1750 até nossa época.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

LEMOS, J. R. **René Bertholet – Pindorama: Um sonho que deu certo.** Coruripe: Jalves, 2006.

LIMA, Conceição M. Cooperativa e desenvolvimento territorial: O caso da cooperativa Pindorama – Alagoas. 280f. **Tese de doutorado em Sociologia.** Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pernambuco, 2011

LIMA, Regina S. e MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo, uma análise da política externa brasileira. In: **Dados revista de ciências sociais.** Rio de Janeiro, 1982, vol. 23 pp. 349-363.

LINK, Werner. **Der Ost-West-Konflikt. Die Organisation der internationalen Beziehungen im 20. Jahrhundert.** Stuttgart: Kohlhammer (Urban-Taschenbücher, 329), 1988.

LIPKAU, Ernst Günther. **Brücke zwischen Brasilien und Deutschland.** 75 Jahre Handelskammer. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1993.

LOHBAUER, Christian. **Brasil e Alemanha: fases de uma parceria.** São Paulo: EDUSP, 2000.

LUCA, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. In: **Rev. Bras. Hist.**, vol.31, n.61, p. 271-296, 2011.

LUIZ, Juliana Ramos. A ditadura civil-militar diante da crise: Os sequestros de diplomatas no Brasil e a análise do processo decisório em política externa. In **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil** 4 (1), 2015, p. 34–44.

LUTZ, F. A. The German Currency Reform and the Revival of the German Economy. In **Economica** 16 (62), 1949.

MAÇZYŃSKA, Elżbieta e PYSZ, Piotr. **Liberalismus – Neoliberalismus – Ordoliberalismus**. Der vorliegende Text basiert auf einem Vortrag, den Piotr Pysz am 28. November 2013 vor dem IX. Kongress Polnischer, 2013.

MAGNOLI, Demétrio. **Da Guerra Fria à Détente**. Campinas: Papirus, 1988.

MALHEIROS, Tania. **Brasil, a bomba oculta: O programa nuclear brasileiro**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1993.

MAIHOLD, Günther. Beiträge der Projektarbeit der Friedrich-Ebert- Stiftung in Zentralamerika. In: BROCKMANN, Andreas; DABROWSKI, Martin Dabrowski; LAGOS, Ricardo A. **Mittelamerika und Deutschland**. Frankfurt am Main, Madrid: Iberoamericana Vervuert, 1996.

MALLMANN, Vinícius Henrique; LUFT MENDES, Carolina; FLÔRES FILHO, Ricardo. O projeto nuclear brasileiro durante o regime militar e as relações bilaterais com a Alemanha: contexto e consequências. In :**RICRI** 5 (9), 2018, p. 69–83.

MASSIERI, Mario A. ; LIMA, Correa de M. Dos escombros à liderança : A reconstrução alemã no pós-guerra e suas bases econômicas para as décadas seguintes. In: **NEIBA**, vol. VII, 2018, pp. 1-10.

MAY, Ernest R. The Alliance for Progress in Historical Perspective. In **Foreign Affairs** 41 (4), p. 757, 1963.

MAYER, Thomas ; THUMMAN, Gunther. Reforma Monetária radical : Alemanha 1948. In : **Finanças e desenvolvimento**, março de 1990.

MCGANN, James G.; WEAVER, Kent. *Think tanks* and civil societies in a time of change. In: MCGANN, James G.; WEAVER, R. Kent (eds). **Think tanks e civil societies**: catalysts for ideias and action. New Brunswick: Transaction Publishers, 2000, p.1-35.

MEDVETZ, T. **Think tanks in America**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2012.

MENDONÇA, Regina. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986

MESQUITA, Gustavo. Da história das ideias à história social das ideias: entre a renovação epistemológica e a prática historiográfica. In: **Em Tempo de Histórias** - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, nº. 18, Brasília, jan/jul. 2011.

MESSNER, Johannes. Liberalismus. In: **Staatslexikon der Görres-Gesellschaft**, Band III, 5. Auflage, Freiburg im Breisgau, p. 968-989, 1929.

MIERZEJEWSKI, Alfred C. **Ludwig Erhard: A biography**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.

MIKSCH, Leonhard. **Wettbewerb als Aufgabe**. Grundsätze einer Wettbewerbsordnung; Godesberg. Verlag Helmut Küpper, 1937/1947.

MIROW, Kurt. R. **Loucura nuclear: os enganos do acordo Brasil-Alemanha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MIROWSKI, Philip e PLEHWE, Dieter Plehwe (Org.). **The Road From Mont Pèlerin**, Harvard: University Press, 2009.

MISES, Ludwig von. Kritik des Interventionismus. In: Ludwig Erhard Stiftung (ed.): **Grundtexte zur Sozialen Marktwirtschaft. Zeugnisse aus zweihundert Jahren ordnungspolitischer Diskussion**. Stuttgart: Fischer, p. 213-225, 1926/1981.

MOLT, Peter. **Die Anfänge der Entwicklungspolitik der Bundesrepublik Deutschland in der Ära Adenauer**. Dusseldorf: Droste-Verlag, 2017.

MOLT, Peter. **Konrad Adenauer und die Anfänge der internationalen Arbeit der Konrad-Adenauer-Stiftung**. Konrad Adenauer Stiftung, 2012.

MORAES, Marcos R. **As relações intergovernamentais na República Federal da Alemanha: uma análise econômico-institucional**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999

MORAES, Thiago Aguiar de. Os think-tanks brasileiros em perspectiva: características gerais, apontamentos conceituais e possibilidades de pesquisa. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013.

MUHS, Karl. Besprechung von: Eucken, Walter: Grundsätze der Wirtschaftspolitik. In: **Schmollers Jahrbuch für Gesetzgebung**. Verwaltung und Volkswirtschaft, Band 74/2, p. 118-122, 1954.

MÜLLER, C. Neoliberalismus und Freiheit – Zum sozialetischen Anliegen der Ordo-Schule / Neoliberalism and Liberty - The social ethical impetus of the German Ordo School. **ORDO** 58, 1, 99-108, 2007.

MÜLLER-ARMACK, Alfred. Die zweite Phase der Sozialen Marktwirtschaft: Ihre Ergänzung durch das Leitbild einer neuen Gesellschaftspolitik. In: Ludwig Erhard Stiftung (ed.): **Grundtexte zur Sozialen Marktwirtschaft. Zeugnisse aus zweihundert Jahren ordnungspolitischer Diskussion**. Stuttgart: Fischer, p. 63-78, 1960/1981

MÜLLER-ARMACK, Alfred. **Genealogie der sozialen Marktwirtschaft. Frühschriften und weiterführende Konzepte**. Bern: Haupt (Beiträge zur Wirtschaftspolitik, 34), 1974.

MURESAN, Stefan. (2014). **Social market economy: The case of Germany**. Springer Books, 2014.

NASS, Elmar. **Der humangerechte Sozialstaat**. Tübingen, 2006.



NAWROTH, Edgar E. **Die Sozial- und Wirtschaftsphilosophie des Neoliberalismus**, Heidelberg, 1961.

NELL-BREUNING, Oswald von. Neoliberalismus und katholische Soziallehre. In: Nell-Breuning, Oswald von: **Wirtschaft und Gesellschaft heute III. Zeitfragen 1955-1959**. Freiburg: Herder, p. 81-98, 1954/1960.

NOHLEN, Dieter. **Chile, das sozialistische experiment**. Hamburg 1973.

NYE, J. S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OCKENFELS, Wolfgang. Wilhelm Röpke als christlicher Wirtschaftsethiker. In: **ORDO**, bd. 50, pp. 53-59, 1999.

OLIVEIRA, Carlos F. IPÊS E IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964. In: **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 2, n. 3, 2008

OLIVEIRA, Ione. **Außenpolitik und Wirtschaftsinteresse in den Beziehungen zwischen Brasilien und der Bundesrepublik Deutschland 1949 - 1966**. Frankfurt am Main: Lang (Moderne Geschichte und Politik, 19), 2005.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **O papel de intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX**. 368 f. 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF), 2018.

OPSVIK, Tor. **Entre la libertad económica y la coerción política : las transformaciones económicas neoliberales en Chile (1973-1983) y Argentina (1976-1983)**. Tese (Doutorado em História). Universidad de Santiago de Chile, 2013.

ORESQUES, N; CONWAY, E. M. **Merchants of doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. London: Bloomsbury Press, 2010.

PATTI, Carlo (org.). **O programa nuclear brasileiro: uma história oral**. FGV: CPDOC, 2014 (versão digital).

PATTI, Carlo. O programa nuclear brasileiro entre passado e futuro. In: **Boletim Meridiano** 47, 14(140), p. 49-55, 2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PINTO, J. M; SILVA, S.(Org.). **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 2007

PLEHWE, D. The politics of policy think tanks. Organizing expertise, legitimacy and counterexpertise in policy networks. In: FISCHER, F.; TORGERSON, D.; *et al* (Org.), **Handbook of Critical Policy Studies**. Cheltenham: Edgar Elgar, p. 358-379, 2015.

PLEHWE, D.; WALPEN, B. Wissenschaftliche und wissenschaftspolitische Produktionsweisen im Neoliberalismus. Beiträge der Mont Pèlerin Society und marktradikaler Think Tanks zur Hegemoniegewinnung und erhaltung. **PROKLA. Zeitschrift für kritische Sozialwissenschaft**, v. 29, n. 115, p. 203-235, 1999.

PLEHWE, D; SCHLÖGL, M. **Europäische und zivilgesellschaftliche Hintergründe der euro(pa) skeptischen Partei Alternative für Deutschland (AfD)**. WZB Discussion Paper SP III, 2014.

PLEHWE, Dieter.; FISCHER, Karin. Continuity and Variety of Neoliberalism: Reconsidering Latin America's Pink Tide. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, n. 2, p. 166-202, 2019.

PLEHWE, Dieter; NEUJEFFSKI, Moritz; KRÄMER, Werner. Saving the dangerous idea: austerity think tank networks in the European Union. In: **POLICY AND SOCIETY**, vol. 37, no. 2, 188–205, 2018.

PLICKERT, Philip. **Wandlungen des Neoliberalismus**. Stuttgart: Lucius & Lucius (Marktwirtschaftliche Reformpolitik, Schriftenreihe der Aktionsgemeinschaft Soziale Marktwirtschaft), 2008.

POCOCK, J. G. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003

PREISER, Erich. Walter Eucken in memoriam. IN: **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**, Band 162, pp. 241-244, 1950

PTAK, Ralf. Neoliberalism in Germany. In: MIROWSKI, Philip e PLEHWE, Dieter Plehwe (Org.). **The Road From Mont Pèlerin**, Harvard: University Press, pp. 98-138, 2009.

RAIMUNDO, Licio da Costa. **Alemanha: Mitos, Fatos e Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

RAMÍREZ, Hernán R. **Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1966)**. 709f. 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2005.

\_\_\_\_\_. **Corporaciones en el poder: institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPÊS, FIEL y Fundación Mediterránea**. San Isidro: Lenguaje Claro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo y discurso nacional: una cara de la Paradoja Ortodoxa en el Cono Sur de América Latina**. Artigo do 56th International Congresso of Americanists/Salamanca – Espanha, 2018

RÉMOND, René. **Por uma nova história política**. São Paulo: FGV, 2003.

REZENDE, Fernanda. **Quem foi Olavo Setubal**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/catedras-e-convenios/catedra-olavo-setubal-de-arte-cultura-e-ciencia/olavo-setubal>>

RICHTER, Rudolf. **German ‘Ordnungstheorie’ from the Perspective of the New Institutional Economics**, 2011. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1815563>. Acesso em 06 de agosto de 2020.

RICHTER, Rudolf. **Institutional Thought n Germany**. Report at the ISNIE Meeting of 2000 at Tübingen, Germany, 2000

RICUPERO, Rubens. A Diplomacia do Desenvolvimento. In: **Três Ensaio sobre Diplomacia Brasileira**, MRE, Brasília, 1989.

RIETER, Heinz; SCHMOLZ, Matthias. The ideas of German Ordoliberalism 1938–45: pointing the way to a new economic order. In: **The European Journal of the History of Economic Thought**, vol. 1, n. 1, p. 87–114, 1993.

RITTERSHAUSEN, Johannes R. B. **The Postwar West German Economic Transition: from Ordoliberalism to Keynesianism**. EUA: IWP. Discussion Paper, 2007.

ROCHA, Décio; DEUSDARA, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. In: **Alea**, vol.7, n.2, pp. 305-322, 2005.

ROCKWELL, Llewelyn H. **The Case for Paleo-libertarianism**. Liberty: Enero, 1990.

RÖPKE, Wilhelm. **Civitas Humana**. Grundfragen der Gesellschafts- und Wirtschaftsreform; Erlenbach: Rentsch, 1944/1949.

\_\_\_\_\_. **Die Gesellschaftskrisis der Gegenwart**. Bernund Stuttgart, 1942/1979.

\_\_\_\_\_. **Die Lehre von der Wirtschaft**. Zürich: Erlenbach, 1965a.

\_\_\_\_\_. Ethik und Wirtschaftsleben. In: Ludwig Erhard Stiftung (ed.): **Grundtexte zur Sozialen Marktwirtschaft**. Zeugnisse aus zweihundert Jahren ordnungspolitischer Diskussion. Stuttgart: Fischer, p. 439-450, 1955/1981

\_\_\_\_\_. Gefährdungen der freien Welt, in: RÖPKE, Wilhelm. **Was müssen wir für die freie Welt tun?**, ASM-TP 24, 1965b.

ROTHBARD, Murray. **Governo e Mercado: A economia da intervenção estatal**. Estados Unidos: Institute for Humane Studies, 1970

RÜSTOW, Alexander von. **Das Versagen des Wirtschaftsliberalismus als religionsgeschichtliches Problem**, 2. Aufl., Heidelberg, 1950

\_\_\_\_\_. Paläoliberalismus, Kommunismus und Neoliberalismus. In: Greiß/Meyer (eds.): **Wirtschaft, Gesellschaft und Kultur**. Festgabe für Müller-Armack; Duncker & Humblot, Berlin; p. 61-70, 1961.

\_\_\_\_\_. Soziale Marktwirtschaft als Gegenprogramm gegen Kommunismus und Bolschewismus. In: HUNOLD, A. (Org.). **Wirtschaft ohne Wunder**. Erlenbach-Zurich: E. Rentsch, pp. 97-108, 1953.

\_\_\_\_\_. Vitalpolitik gegen Vermassung. In: HUNOLD, A. (Org.). **Masse und Demokratie, Volkswirtschaftliche Studien für das Schweizer Institut für Auslandsforschung**. Erlenbach-Zurich: E. Rentsch, pp. 215-238, 1957.

\_\_\_\_\_. Wirtschaftsethische Probleme der sozialen Marktwirtschaft. In: BOARMAN, Patrick (ed.). **Der Christ und die soziale Marktwirtschaft**. Stuttgart: Kohlhammer; p. 53-74, 1955.

SAETTONE, Federico. Las prácticas políticas durante los primeros años del radicalismo argentino (1916-1922). **CONfines relacion. internaci. ciencia política**. Monterrey, v. 8, n. 16, p. 137-156, 2012 .

SALLY, Razeen. Ordoliberalism and the Social Market: Classical Political Economy from Germany. In SALLY, R. **Classical Liberalism and International Economic Order**. London: Routledge, 1998.

SANTOS, Alex R. **As origens do neoliberalismo: Como Lippmann e Rougier influenciaram o ordoliberalismo**. 2018. 40f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Economia) – Curso de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2018.

SANTOS, M.G. Aussenhandel und industrielle entwicklung brasiliens unter besonderer berucksichtigung der beziehungen zu deutschland. In: **Lateinamerika studies**. Munchen: Wilhelm Fink Verlag, 1984.

SANTOS, Marcelo H. Roberto Campos: Homem de ação do governo de Castelo Branco. **São Paulo Perspec**. vol.14, n.2 São Paulo, abril/junho de 2000

SCHERF, Julia. Die Mittelamerikaarbeit des Stiftungsverbandes Regenbogen, p. 199-206. In: BROCKMANN, Andreas; DABROWSKI, Martin Dabrowski; LAGOS, Ricardo A. **Mittelamerika und Deutschland**. Frankfurt am Main, Madrid: Iberoamericana Vervuert, 1996.

SCHLECHT, Otto. Leitbild oder Alibi? Zur rolle der konzeption der sozialen marktwirtschaft in der praktischen wirtschaftspolitik. In: CASSEL, Dieter. **50 jahre soziale marktwirtschaft: ordnungstheoretische grundlagen, realisierungsprobleme und zukunftperspektiven einer wirtschaftspolitischen konzeption**. Stuttgart: Lucius e Lucius, 1998

SCHLESINGER, Arthur M. **A thousand days**. Boston: Houghton Mifflin, 1965.

SCHUMPETER, Joseph Alois. A. The March into Socialism, **The American Economic Review**, v.1, pp. 101-112, 1950.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1942.

SCHWARTZ, Janine O. **Associações cooperativistas durante a ditadura: perspectiva entre estudos de caso de Argentina e Brasil**. 2015. 211f. Dissertação de Mestrado (curso em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2015.

SCWARZ, Hans-Peter. **Die Rolle von Parteistiftungen für die deutsche und europäische Zeitgeschichtsforschung**, 2016.

SILVA, Tales S. **Uma leitura política das teses sobre Filosofia da História de Walter Benjamin**. 2012. 113f. Dissertação de Mestrado (curso de Filosofia). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2012.

SIMMA, Bruno; BLENCK-KNOCKE, Edda. Zwischen Intervention und Zusammenarbeit – Interdisziplinäre Arbeitsergebnisse zu Grundfragen der KSZE. In **VRÜ** 14 (3), p. 299, 1981.

SOARES, G. A. D. O golpe de 64. In: SOARES, G. A. D. & D'ARAÚJO, M. C. (orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOLCHANY, Jan. **Wilhelm Röpke, l'autre Hayek, aux origines du néolibéralisme**, Paris, 2015.

SOUZA, Fabiano Farias de. **Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1975. Questão nuclear na estratégia de valorização internacional brasileira no contexto do pragmatismo responsável do governo Geisel**, 2009. 160f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Curso de História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SPICKA, Mark E. **Selling the economic miracle: Economic reconstruction and politics in West Germany**. New York: Berghahn Books, 2007.

STARBATTY, J. Ordoliberalismus. In: ISSING, Otmar; Dobias, Peter. **Geschichte der Nationalökonomie**. München: Vahlen, 1994.

STONE, D. Garbage cans, recycling bins or think tanks? Three myths about policy Institutes. **Public Administration**, 85(2), 259–278, 2007.

STONE, D.; DENHAM, A.; GARNETT, M. (Orgs.). **Think tanks across nations**. Manchester, NH: St. Martins Press, 1998.

STORRS, Larry K. **Brazil's independent foreign policy, 1961-1964: background, tenets, linkage to domestic politics, and aftermath**. Ithaca: Cornell University, 1973.

STRASSHEIM, H. Politics and policy expertise: Towards a political epistemology. In F. Fischer, D. Torgerson, A. Durnová, & M. Orsini (Eds.), **Handbook of Critical Policy Studies**(p. 358–379), 2016.

STREIT, Manfred E; WOHLGEMUTH, Michael. Walter Eucken und Friedrich A. von Hayek: Initiatoren der Ordnungsökonomik. In: KÜLP, Bernhard; VANBERG, Viktor (Org.). **Freiheit und wettbewerbliche Ordnung. Gedenkband zur Erinnerung an Walter Eucken**. Freiburg: Haufe Verlag, p. 461–498, 2000.

THEMOTEO, Felix D. Cadernos Adenauer. O papel da Fundação Konrad Adenauer na Cooperação Brasil-Alemanha. In: **Cadernos Adenauer XIV**, edição especial Relações Brasil-Alemanha. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, outubro 2013.

THESING, Josef. **Die Friedens-Warte: Internationale Entwicklungszusammenarbeit**. Berliner Wissenschafts-Verlag, vol. 72, n. 2, pp. 173-188, 1997.

\_\_\_\_\_. Politische Stiftungen in Der Entwicklungszusammenarbeit Am Beispiel Der Konrad-Adenauer-Stiftung. In: **Die Friedens-Warte** 72, no. 2 (1997): 173-88.

THIEME, H. Jörg. Wirtschaftssysteme, in: **Vah lens Kompendium der Wirtschaftstheorie und Wirtschaftspolitik**, bd. 1, 8, München 2003, pp. 1-52.

THOMAZI, Alice A; NAVARRO, Andreza R. D. Práticas reformistas na educação brasileira: a contribuição dos irmãos Gildásio e Gilson Amado. In: **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.46, p. 264-277, 2012.

TRIBE, Keith. Ordoliberalism and the social market economy. In: **The History of Economic Thought**, vol.49, n. 01, 2007.

TUCHTFELDT, E; WILLGERODT, H. Wilhelm Röpke – Leben und Werk. In: RÖPKE, W., **Die Lehre von der Wirtschaft**, Bern, Stuttgart, Wien, 1994.

ULIÄNOWA, Olga; FEDIAKOWA, Eugena. Aspects of financial aid to Chilean Communism from the USSR Communist Party during the cold war. **Revista Estudios Públicos**, Santiago do Chile, nº 72,1998, p. 35.

VAISSE, Maurice. **As relações internacionais desde 1945**. Lisboa: Edições 70, 1997.

VANBERG, Viktor J. Consumer Welfare, Total Welfare and Economic Freedom - On the Normative Foundations of Competition Policy. **Diskussionspapier**, Walter Eucken Institut, Freiburg, 2009.

\_\_\_\_\_. Ordnungstheorie as Constitutional Economics – The German Conception of a Social Market Economy. In: **ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft**, v. 39, 1988.

\_\_\_\_\_. **The Freiburg School: Walter Eucken and ordoliberalism**. Freiburg discussion papers on constitutional economy n.4/11. University of Freiburg and Walter Eucken Institute, 2004.

\_\_\_\_\_. **The Freiburg School: Walter Eucken and Ordoliberalism**. Breisgau: Freiburg Discussion Papers on Constitutional Economics, 2011/1998

VIANA, Cibilis da Rocha. **De Getúlio a Jango. Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

VIEGAS, Danielle H. **O planejamento da região metropolitana de Porto Alegre/RS a partir da cooperação técnica entre o Brasil e a república federal da Alemanha (1963-1978)**. 2016. 325f. Tese de doutorado em História (Doutorado em História) – Curso de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

VOGEL, Sabine et alli. (eds.). **Soziale Marktwirtschaft – damals und heute**. Berlin/ Sankt Augustin: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007

WATRIN, Christian. Vom Wirtschaftsdenken der Klassiker zu den neoliberalen Ordnungsvorstellungen. In: LINDER, Willy et all. **Liberalismus – nach wie vor: Grundgedanken und Zukunftsfragen**. Zürich, p. 81-102, 1979.

WELTMAN, Fernando L. Economia e política na reforma do Estado. In: **Lua Nova**, n.37, p.77-92, 1996.

WENTZEL, Dirk. Der Ordnungsbezug der Spieltheorie. In: LEIPOLD, Helmut e PIES, Ingo (Org.). **Ordnungstheorie und Ordnungspolitik**, Stuttgart, pp. 197-223, 2000.

WILDGERODT, Hans. 60 Jahrgänge Ordnungstheorie und Ordnungspolitik. In: **Ordo**. Stuttgart: Lucius e Lucius, bd 60, 2009.

WILLGERODT, H; PEACOCK, A. **German Liberalism and Economic Revival**, p. 1-14, 1989.

WIMMER, Reinhard. **Universalisierung in der Ethik: Analyse, Kritik und Rekonstruktion ethischer Rationalitätsansprüche**. Frankfurt am Main, 1980.

WITT, Ulrich. Ordnungsökonomik und Soziale Marktwirtschaft in Bedrängnis. In: **ORDO Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft**. Stuttgart: Lucius & Lucius, bd. 63, 2012.

WOJTYLA, Karol. **Liebe und Verantwortung: Eine ethische Studie**. München, 1979.

WÖRSDÖRFER, Manuel. On the Economic Ethics of Walter Eucken. In: Konrad Adenauer Stiftung (ed.): **60 Years of Social Market Economy**. Formation, Development and Perspectives of a Peacemaking Formula. Sankt Augustin: KAS, p. 20-41, 2010.

YEAGER, Leland B. **The rationale of central banking**. Indianapolis: Liberty Fund, 1990.

## FONTES

Arquivo de Segurança Nacional das Relações Exteriores, 1964-68 XXXI, América do Sul e Central; Doc. México 245. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/nsarchiv/news/20040925/docs.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

Arquivo do Friedrich von Naumann Institut. Carta de Walter Braun ao Ministro Walter Scheel. Gummersbach (19 de maio de 1964).

Arquivo do Instituto Friedrich von Naumann. Cadernos Liberais, volume 01. Gummersbach, 1985.

Arquivo do Instituto Friedrich von Naumann. Cadernos Liberais, volume 02. Gummersbach, 1985

Arquivo do Instituto Friedrich von Naumann. Cadernos Liberais, volume 03. Gummersbach, 1985.

Arquivo do Instituto Friedrich von Naumann. Cadernos Liberais, volume 04. Gummersbach, 1985.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Adenauer mit Kennedy am 14./15. november 1962.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Anmerkungen zur Einrichtung einer horfunk/fernseh-verbildungs-stelle in Brasilien. Bonn, 1975.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Arbeitsbericht fur die monate Januar, Februar, Marz. Bonn, 1971.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Ata StBKAH III/60/229

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Bruno Heck an Klaus Gotto, 10. März 1975.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Cadernos Adenauer XIV (2013), edição especial Relações Brasil-Alemanha Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, outubro 2013. Denkkollektivs. SWS-Rundschau, 56(1), 6-26

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Denkschrift Klaus Gotto vom Juni 1972. ACDP 12-001-1278.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Die Konrad Adenauer Stiftung fur politische bildung und studienforderung. Jahresbericht 1970

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. **Documento 296**, 1962.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. **Entrevista com o editor-chefe da Weltwoche, Lorenz Stucki**, em 6 de junho de 1963. Adenauer: Tea Talks 1961-1963, nº 29, p. 358

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. FRUS 1961-63. IX Política Econômica Externa, doc. 104.



Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. FRUS 1961-63. IX Política Econômica Externa, doc. 104

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Heinrich Krone an Helmut Kohl, 4. Februar 1974. ACDP NL Heinrich Krone 01-028-027/1. Zur weitverzweigten Gründungsgeschichte des ACDP siehe den reichhaltigen Aufsatz von Carsten Pickert: Der Gründungsprozess und die Etablierung des Archivs für Christlich-Demokratische Politik, in: HPM 20 (2013), S. 397–422

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Helmut Kohl an Bruno Heck, 22. Oktober 1973. Ebd. Schon am 13. September hatte Kohl im Bundesvorstand der CDU auf die Errichtung eines Archivs gedrängt. Kohl: „Wir haben alle Chancen“. Die Protokolle des CDU-Bundesvorstandes 1973–1976. 1. Halbband 1973–1974. Bearbeitet von Günter Buchstab (Forschungen und Quellen zur Zeitgeschichte 67/1). Düsseldorf 2015.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Kai-Uwe von Hassel an Bruno Heck, 18. Juni 1973. ACDP Bestand Konrad-Adenauer Stiftung 12-001-1371.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Konrad Adenauer und seine Zeit. Politik und Persönlichkeit des ersten Bundeskanzlers. Beiträge von Weg- und Zeitgenossen. Hg. von Dieter Blumenwitz u. a. (Veröffentlichung der Konrad-Adenauer-Stiftung. Archiv für Christlich-Demokratische Politik). Stuttgart, 1976.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. **Memórias**, 1965

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Notiz für Herrn Dr. Bruno Heck. Bonn, 1975.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. OSTERHELD, Horst. Ich gehe nicht leichten Herzens, p. 160, zur Vorbereitung des besuch

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Reisebericht über die Amerikareise von 27/12/1972 bis 12/01/1973. Bonn, 1972.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Signatur: 07-001-12150.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Strategische Ueberlegungen zur arbeit des IIS in Brasilien. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1973. Signatur 12-001-0408-8

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Über den besuch von zwei institusleitern der Getulio Vargas-Stiftung/Rio de Janeiro. Bonn, 30 de janeiro de 1980.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Unterlagen zum projekt Stiftung Brasilianisches Zentrum für das Bildung Fernsehen des IIS der KAS. Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1970.

Arquivo do Instituto Konrad Adenauer. Vermerk Könitz an Philipp Ludwig über eine Besprechung zwischen Ludwig, Giso Deussen, Gotto und Barbara Könitz über den Aufbau eines Parteiarchivs, 15. Oktober 1974.

Arquivo do Konrad Adenauer. Ata StB KAH II 1/60/002-003

Arquivo do Konrad Adenauer. Documento 446, 1962.

Auswartiges Amt. Carta ao embaixador da RFA. Berlim (22 de dezembro de 1965)

Auswartiges Amt. Contrato de empréstimo entre Kreditanstalt für Wiederaufbau e Companhia hidro-elétrica do São Francisco. Berlim (13 de julho de 1965).

Auswartiges Amt. Contrato de garantia referente ao contrato de empréstimo de 12 de julho de 1965 entre o Kreditanstalt für Wiederaufbau e as Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. Berlim (12 de julho de 1965).

Auswartiges Amt. Aide Mémoire. Auswartiges Amt: Berlim (04 de Agosto de 1975)

Auswartiges Amt. Aide Memoire. Berlim (06 de fevereiro de 1974)

Auswartiges Amt. Ajuda financeira ao Brasil, empréstimo de 3,1 milhões DM para o abastecimento de água no Ceará. Berlim (15 de fevereiro de 1966).

Auswartiges Amt. Ata do gabinete de 1962, 33ª reunião em 20 de junho de 1962.

Auswartiges Amt. Aufzeichnung des Leiters der Abteilung 4. Deutsch-Brasilianische und multilaterale Verhandlungen über finanzielle Wirtschaftshilfe für Brasilien. Berlim (22 de setembro de 1961)

Auswartiges Amt. Aussenpolitische Grundsätze der neuen brasilianischen Regierung. Berlim (17. August 1964).

Auswartiges Amt. Aussenpolitische Grundsätze der neuen brasilianischen Regierung. Berlim (17 de agosto de 1964)

Auswartiges Amt. Auswartiges Amt an das Bundesministerium für Wirtschaft offizieller Besuch des brasilianischen Außenministers San Tiago Dantas in der Bundesrepublik. Berlim (14 de maio de 1962).

Auswartiges Amt. Aviso 121/70. Berlim (13 de agosto de 1970).

Auswartiges Amt. Besuch des brasilianischen Außenministers San Tiago Dantas. Berlim (07 de maio de 1962).

Auswartiges Amt. Besuch des Herrn Bundespräsidenten in Brasília am 7 und 8 Mai 1964. Berlim (março de 1964)

Auswartiges Amt. Bildung einer Deutsch-Brasilianischen Gemischten Kommission zur Intensivierung der beiderseitigen Wirtschaftsbeziehungen. Berlim (29 de Agosto de 1973).

Auswartiges Amt. Botschaft der Bundesrepublik Deutschland in Rio de Janeiro an das Auswartiges Amt. Brasilianische Wirtschaftspolitik auf Grund der Richtlinien der Regierungspolitik des neu gewählten brasilianischen Präsidenten Jânio Quadros. Berlim (27 de outubro de 1960)

Auswartiges Amt. Botschaft der Bundesrepublik Deutschland in Rio de Janeiro an das Auswartiges Amt. Brasilianischer Aussenhandel im Jahre 1960 – anlage 3. Berlim (27 de junho de 1961).

Auswartiges Amt. Carta a Dr. Francesco Chagas Pinto Coelho. Berlim (15 de abril de 1971).  
Auswartiges Amt. Carta a Wagner Pimenta Bueno. Berlim (14 de fevereiro de 1961).

Auswartiges Amt. Carta ao Diretor da SUDENE de Leonides Alves da Silva Filho. Berlim (24 de abril de 1968).

Auswartiges Amt. Carta ao Diretor de Serviço Cartográfico do Exército ao Sr. Superintendente da SUDENE. Berlim (23 de abril de 1968).

Auswartiges Amt. Carta da CHESF a Embaixada da Alemanha. Berlim (05 de novembro de 1973)

Auswartiges Amt. Carta de August Friedberg a Kirschhoff. Berlim (07 de julho de 1975)

Auswartiges Amt. Carta de Azeredo da Silveira ao presidente Geisel. Berlim (sem data)

Auswartiges Amt. Carta de Gruber ao Bundesministerium fur Forschung. Berlim (26 de julho de 1976)

Auswartiges Amt. Carta de Ramiro Guerreiro ao Embaixador do Brasil. Berlim (16 de setembro de 1974)

Auswartiges Amt. Carta de René Bertholet ao professor O Schiller. Berlim (16 de julho de 1960).

Auswartiges Amt. Carta de Wizemann a Comissão Mista. Berlim (18 de julho de 1975)

Auswartiges Amt. Carta do General Aurélio de Lyra Tavares (Ministro do Exército) a José Magalhães Pinto (Ministro das Relações Exteriores). Berlim (08 de julho de 1968).

Auswartiges Amt. Carta do Ministério das Relações Exteriores ao Auswartiges Amt. Berlim (25 de Agosto de 1971)

Auswartiges Amt. Carta do Secretário Geral H.H. Haunschild. Berlim (1975)

Auswartiges Amt. Carta para Sérgio Wit coordenador do CNPq de Hertling. Berlim (21 de julho de 1976)

Auswartiges Amt. Carta urgente – DCT/DEOc. Auswartiges Amt: Berlim (24 de abril de 1969).

Auswartiges Amt. Centrais Elétricas de Minas Gerais. Carta a Hermes de Lima, Ministro da Embaixada da Alemanha. Auswartiges Amt (02 de maio de 1963).

Auswartiges Amt. Centrais Elétricas de Minas Gerais. Carta ao Conselheiro da Embaixada Alemã Helmus Middelmann. Berlim (26 de julho de 1961).

Auswärtiges Amt. Comunicação Interna. Berlim (21 de julho de 1978)

Auswärtiges Amt. Contrato de aumento de 19 de maio de 1969 ao contrato de empréstimos de 14 de junho de 1966 entre o Kreditanstalt für Wiederaufbau e a Companhia do Vale do Rio Doce – Programa de expansão da Vale do Rio Doce. Berlim (19 de maio de 1969)

Auswärtiges Amt. Contrato de Empréstimo ao Banco Nacional do Desenvolvimento no montante de 40.000,00 DM. Berlim (19 de maio de 1969).

Auswärtiges Amt. Contrato de empréstimo entre o Kreditanstalt e o Estado do Ceará. Berlim 26 de maio de 1966).

Auswärtiges Amt. Conversa de Adenauer com o Secretário-Geral da OEA, Montana, em 20 de julho de 1962, doc.296

Auswärtiges Amt. Darlehensvertrag zwischen Kreditanstalt für Wiederaufbau und federativen Republik Brasilien. Auswärtiges Amt: Berlim (15 de novembro de 1972)

Auswärtiges Amt. Der Bundesminister des Auswärtiges Amtes an den Staatssekretar des Bundeskanzleramtes. Deutsch-brasilianische Verhandlungen über eine Gesamtbereinigung von unerledigt gebliebenen deutschen Anliegen zusammen mit brasilianischen Wirtschaftshilfewünschen. Berlim (05 de dezembro de 1961)

Auswärtiges Amt. Deutsch-brasilianische Gemischte Kommission. Berlim (11 de Outubro de 1971).

Auswärtiges Amt. Deutsch-Brasilianischen Gemischte Kommission. Berlim (29 de Setembro de 1971).

Auswärtiges Amt. Discurso do Embaixador Sérgio Corrêa Affonso Costa, ao assumir a secretaria geral do Itamaraty em 20 de março de 1967. Rio de Janeiro (20 de março de 1967).  
Auswärtiges Amt. Documento 195, 443, 1963

Auswärtiges Amt. Documento confidencial expedido pelo Presidente da Delegação da República Federal da Alemanha. Berlim (março de 1968).

Auswärtiges Amt. Einsetzung von 2 Arbeitsgruppen für Joint Ventures von kleineren und mittleren Unternehmen sowie Verlagerung von Produktionseinheiten nach Brasilien. Berlim (22 de Agosto de 1974)

Auswärtiges Amt. Entsendung von 3 deutschen Diplomlandwirten für die Genossenschaft Pindorama. Berlim (22 de maio de 1963).

Auswärtiges Amt. Entwicklungsplan des Staates Rio de Janeiro, Vereinbarkeit der Errichtung von KWU-Kernkraftwerken mit gleichzeitig geplanter Entwicklung als Fremdenverkehrsgebiet in der Zona Angra dos Reis. Berlim (30 de julho de 1976)

Auswärtiges Amt. Entwurf: einer Rede des Herrn Bundespräsidenten im Supremo Tribunal Federal. Berlim (Março de 1964)

Auswartiges Amt. Extrato do esboço para u convênio sobre pesquisas geológicas no Estado de Minas Gerais e em partes do Espírito Santo, a serem efetuadas no âmbito da assistência técnica por uma comissão mista brasileiro-alemã. Berlim (1970).

Auswartiges Amt. Geologische Mission nach Minas Gerais und Espírito Santo. Berlim (Agosto de 1968).

Auswartiges Amt. Grundlinien der brasilianischen Aussenpolitik unter Castello Branco. Berlim (20 de Janeiro de 1967).

Auswartiges Amt. Grundlinien der brasilianischen Aussenpolitik unter Castello Branco. Berlim (20 de Janeiro de 1967).

Auswartiges Amt. Grundung der Deutsch-Brasilianischen Gemischten Kommission. Berlim (30 de agosto de 1971).

Auswartiges Amt. Grundung der Deutsch-Brasilianischen Gemischten Kommission. Berlim (12 de Agosto de 1971).

Auswartiges Amt. Introdução de aeronaves de grande capacidade. Berlim (10 de janeiro de 1974)

Auswartiges Amt. Kapitalhilfe fur Brasilien. Berlim (1972)

Auswartiges Amt. Kapitalhilfe fur Brasilien: Zweites Kapitalhilfe-Abkommen 54 Mi DM. Berlim (13 de março de 1968).

Auswartiges Amt. Kapitalhilfe hier.: Regierungabkommen. Berlim (16 de setembro de 1968)

Auswartiges Amt. Landwirtschaft Cooperativa Pindorama. Berlim (27 de agosto de 1960).

Auswartiges Amt. Landwirtschaftliche in Entwicklungslaender. Berlim (14 de setembro de 1960).

Auswartiges Amt. Memorando DE-I B46 F36. Berlim (24 de janeiro de 1974)

Auswartiges Amt. Nota 15/7/70 Aide Memoire. Berlim (16 de março de 1971).

Auswartiges Amt. Nota verbal 801-84/120/61. Berlim (26 de setembro de 1961).

Auswartiges Amt. Nota verbal 801-88-50211. Berlim (16 de outubro de 1961).

Auswartiges Amt. Nota verbal do acordo básico de cooperação técnica teuto-brasileiro. Berlim (13 de maio de 1968).

Auswartiges Amt. Nota Verbal. Berlim (30 de abril de 1974)

Auswartiges Amt. NUCLEN, NUCLEP, NUCLEI E NUCLAN são as quatro subsidiárias da Nuclebrás. Berlim (26 de julho de 1976)

Auswartiges Amt. O Cooperado – Noticiário de Pindorama. A visita do embaixador da República Federal Alemã Dr. Seelos. Berlim (1965).

Auswartiges Amt. O Cooperado – Noticiário de Pindorama. A visita do embaixador da República Federal Alemã Dr. Seelos. Auswartiges Amt: Berlim (1965).

Auswartiges Amt. Office Memorandum de Robert Skillings – Brazil Bilateral Financing for the Paulo Afonso IV Project. Berlim (15 de novembro de 1973)

Auswartiges Amt. Oficio 59/822.1. Berlim (13 de março de 1972)

Auswartiges Amt. Oficio do Ministério das Relações Exteriores a RFA. Berlim (25 de julho de 1968).

Auswartiges Amt. Oficio urgente a Embaixada da Alemanha. Berlim (17 de outubro de 1968).

Auswartiges Amt. Palestra do ministro Juracy Magalhães sobre a política exterior do Brasil, no encerramento do curso de política internacional, do curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco, no Palácio do Itamaraty em 21/11/1966.

Auswartiges Amt. Pedido de ajuda econômica. Carta de Mario Bhering a embaixada da Alemanha. Berlim (03 de maio de 1963).

Auswartiges Amt. Personalkeits aufzeichnungen. Auswartiges Amt: Berlim (18 de setembro de 1968).

Auswartiges Amt. Plan zur schaffung einer deutsch-brasilianischen gemischten kommission. Berlim (01 de Setembro de 1971).

Auswartiges Amt. Politischen Stiftungen für den Haushaltsausschuss des Deutschen Bundestages. 6 de maio de 1965; Artikel B 126/14362.

Auswartiges Amt. Program fur den besuch des Herrn Bundesaussenministers und frau Dr. Scheel in Brasilia. Berlim (23 de abril de 1971)

Auswartiges Amt. Projektprüfungsbericht Brasilien wassersordnung des Staates Ceará. Berlim (18 de agosto de 1964).

Auswartiges Amt. Projeto de estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM. Berlim (15 de agosto de 1969).

Auswartiges Amt. Protocolo sobre cooperação financeira. Berlim (03 de agosto de 1972)

Auswartiges Amt. Protocolo sobre cooperação financeira. Berlim (30 de junho de 1972)

Auswartiges Amt. Quadro de Rotas. Berlim (06 de fevereiro de 1974)

Auswartiges Amt. Regimento da Comissão Mista Teuto-Brasileira de cooperação econômica. Berlim (s/d 1974)

Auswartiges Amt. Relatório da Diretoria da Colônia Pindorama referente ao exercício de 1961. Berlim (28 de abril de 1961).

Auswartiges Amt. Relatório e parecer da inspeção feita na cooperativa de colonização agrícola Pindorama limitada. Berlim (17 de setembro de 1961).

Auswartiges Amt. Resumo acerca dos contatos havidos entre as empresas Confab/Furnas/Thyssen objetivando o fornecimento de vasos de contenção dentro dos princípios estabelecidos pelo acordo nuclear Brasil-Alemanha. Berlim (19 de setembro de 1977)

Auswartiges Amt. Segundo convênio suplementar ao Acordo básico de cooperação técnica entre o governo da República Federal da Alemanha e o governo dos Estados Unidos do Brasil. Auswartiges Amt: Berlim (30 de novembro de 1963).

Auswartiges Amt. Siedlungsgenossenschaft Pindoram. Berlim (19 de junho de 1964).

Auswartiges Amt. Staatsbesuch des Herrn Bundespraesidenten in Brasilien. Berlim (10 janeiro de 1964) Auswartiges Amt. Grundsätze der brasilianischen Aussenpolitik. Berlim (02 de março de 1964)

Auswartiges Amt. Staatssekretar des Bundesministerium der Finanzen an den Bundesminister des Auswartiges Amtes. Finanzkredite aus öffentlichen mitteln für brasilien. Berlim (06.de julho 1961)

Auswartiges Amt. Stellung brasiliens zur politikder USA und der Gaulles gegenueber Latinamerika. Auswartiges Amt: Berlim (27 de março de 1964).

Auswartiges Amt. SUDENE – Projekt kartographisches Arbeitsgruppe Bereitstellung eines Kraftwagen für Projektleiter. Auswartiges Amt: Berlim (21 de fevereiro de 1968).

Auswartiges Amt. Technische hilfen für brasilien – Lagestatkundliche untersuchung im Gebiet von Minas Gerais. Berlim (18 de junho de 1969).

Auswartiges Amt. Verbalnote - Uebersetzung. Auswartiges Amt: Berlim (sem data).

Auswartiges Amt. Verbalnote. Berlim (16 de janeiro de 1969).

Auswartiges Amt. Westdeutscher botschafter an das Auswartiges Amt. Berlim (17 de janeiro de 1963).

Auswartiges Amt. Bundesminister für Wirtschaft, Ludwig Erhard, an den Staatssekretar des Bundeskanzleramter. Wirtschaftshilfe für Brasilien, Berlim (14 de junho de 1961).

Chile 1964: CIA Covert Support in Frei election detailed. Press Release September 25, 2004 Updated: September 27,2004. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/news/20040925/>> (Abruf 17. Dezember 2012)

Dazu auch Berner: Die sowjetische Lateinamerika-Politik; Goldenberg: Lateinamerika und die Kubanische Revolution. Arquivo de Segurança Nacional, Relações Exteriores, 1964-68

XXXI, América do Sul e Central; M doc. Doc. 245. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/news/20040925/docs.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

Instituto Konrad Adenauer. Forderung des brasilianischen erziehungsfernsehens Bonn, 04 de março de 1976.

Memorando do Chefe da Divisão do Hemisfério Ocidental do Diretor de Inteligência Central ao Diretor de Inteligência Central McCone, 1, Washington, 3 de janeiro de 1964.

Ministério das Relações Exteriores. Agenda das conversações com a Missão Granow. Brasília (28 de maio de 1962)

Ministério das Relações Exteriores. Bonn – Ofícios recebidos, número 313. Brasilianische Botschaft in Bonn na den brasilianischen Aussenminister Afonso Arinos. A doutrina Hallstein (02 de agosto de 1961).

Ministério das Relações Exteriores. Nota Verbal B4-C7. Brasília (22 de fevereiro de 1972)

Ministério das Relações Exteriores. Ofícios Expedidos, n. 355. Relatório mensal da Embaixada do Brasil em Bonn. (05 de novembro de 1962).

Ministério das Relações Exteriores. Ofícios recebidos, n.883 Programa alemão de auxílio aos países subdesenvolvidos. Brasília (25 de janeiro de 1962)

Ministério das Relações Exteriores. Sem título. DCNET/CNAT/40. Rio de Janeiro (24 de maio de 1963).

Ministério das Relações Exteriores. Telegramas expedidos, n. 6800. Brasilianisches Aussenministerium na die brasilianische botschaft in Bonn. Fundo alemão de auxílio aos países em desenvolvimento. Projetos brasileiros. Brasília (05 de janeiro de 1962).

Ministério das Relações Exteriores. Telegramas expedidos, n.10.302. Brasilianisches aussenministerium na die brasilianische botschaft in Bonn. Visita do Ministro da Cooperação Econômica da Alemanha ao Brasil, Brasília (14 de agosto de 1962).

Relatório Anual da Câmara de Comércio Brasil e Alemanha em São Paulo (1963 a 1965).



### Fontes Hemerográficas

A cooperação alemã. **Correio da Manhã**, Portugal, 23 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha

AC salienta importância das pesquisas no Estado. **Jornal do Comércio**. Auswärtiges Amt: Berlim (05 de julho de 1970).

ANDRADE, Luís E. **Da bipolaridade ao policentrismo**. **Jornal do Brasil**. 06 de abril de 1967. Auswärtiges Amt: Berlim

ASSADAKIS, Alexis e SCHMELZER, Matthias. Solidarität statt Liberalismus. In: **Die Zeit**, 11 de fevereiro de 2011. URL: <http://www.zeit.de/wirtschaft/2011-02/liberalismus-wachstumi>. Último acesso em 12 de maio de 2019.

Brasil assina com Alemanha acordo nuclear. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha

Brasil e Alemanha assinam hoje acordo nuclear. **O Globo**. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha

Brasil tenta anular atraso na mineração. **Jornal o Correio da Manhã**. 31 de janeiro de 1970. Auswärtiges Amt: Berlim

CABRERA, Antônio; MELLÃO, João. O Instituto Tancredo Neves em São Paulo. **Folha de S. Paulo**, 10 de junho de 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/6/10/opinia0/9.html>> Acesso em 05 jul. 2020.

Chanceler alemão chegou para inaugurar embaixada. **A Notícia**. 23 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha

Colaboração fecunda. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha

Correspondência da embaixada da RFA. Instituto Latino-Americano para o desenvolvimento social. **Veja** (17/6/70).

**Die welt**. Militardiktatur. Nr. 51, 20 de dezembro de 1968.

GALL, Norman, “O que dará ao Brasil o acordo nuclear” in: **O Estado de São Paulo**, 13 de junho de 1976.

Gibson a Scheel: segurança econômica, caminhos da paz. **Correio da Manhã**, Portugal, 24 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha

Gibson: paz sem injustiças. **Diário de Notícias**, Portugal, 24 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha

Hilfe aus Bonn. **Der Spiegel**. 16 de setembro de 1964

Médici trata com Scheel do intercâmbio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

Scheel chega esta manhã ao Rio e diz que problemas do Brasil o impressionam. **Correio da Manhã**, Portugal, 22 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha

Scheel grato ao Brasil. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha

Scheel inaugurou embaixada alemã. **Correio da Manhã**, Portugal, 24 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha.

Scheel veio propor maior intercâmbio. **Correio da Manhã**, Portugal, 23 de abril de 1971. Arquivo do Friedrich von Naumann Institut, Gummersbach, Alemanha

Sem autor. Política externa. **Jornal do Brasil**. 06 de abril de 1967. Auswartiges Amt: Berlim.

Colaboração fecunda. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1971. Arquivo do Instituto Friedrich von Naumann. Gummersbach, Alemanha.

## ANEXOS

Anexo 1: Debates do governo no Congresso usando gráficos perspicazes, mostrando os interesses mútuos e outros aspectos dos acordos

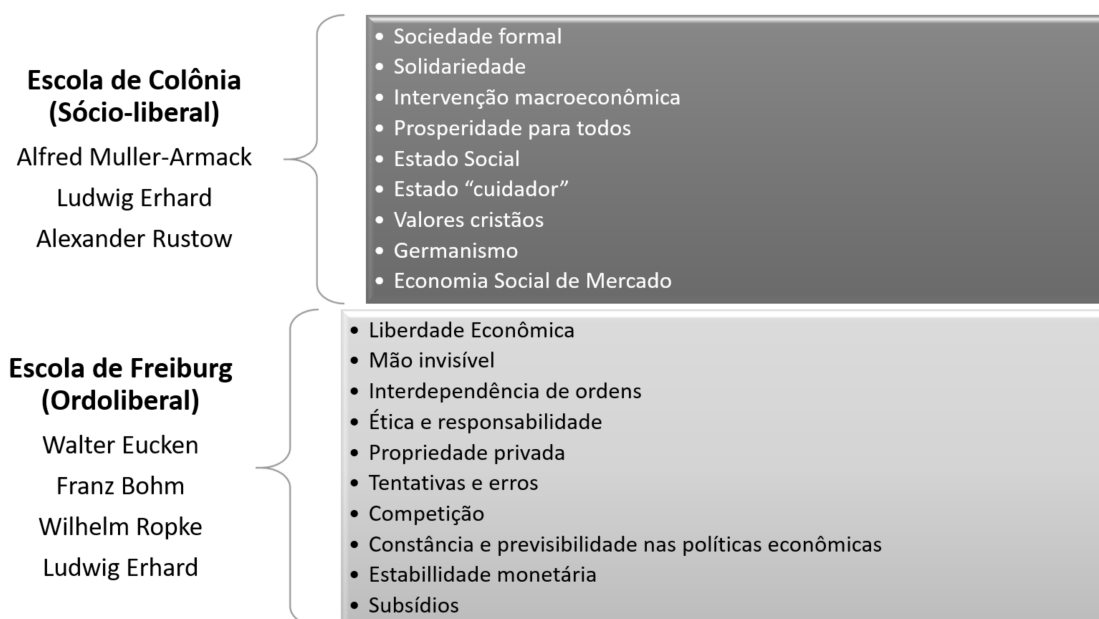
<b>Aspectos Políticos</b>	
Brasil	Alemanha
Pesquisa mais veloz nas reservas de Urânio e Tório;	Lucratividade segura de fontes de matérias-primas;
Observação da importância das reações com garantia de produção;	Acelerado desenvolvimento de uma alternativa industrial para o exterior;
Produção de reatores com poder de força superior a 1300 Mega Watts no Brasil com duração constante e permanente de tecnologia;	Parceria lucrativa com um parceiro adequado no com maior porção de território no Hemisfério Sul-Americano, com estabilidade política e social;
Transferência de tecnologia sem obrigação dos brasileiros mudarem sua posição política internacional;	

<b>Aspectos Econômicos</b>	
Brasil	Alemanha
Facilidade de duplicar as capacidades de geração de eletricidade a cada 6 anos para manter o crescimento da mão-de-obra, cuja meta é uma renda per capita de US\$ 1.000 até 1980;	Expansão do mercado Latino Americano como resultado de uma conexão de interesse mútuo com o Brasil;
Evitar a saída de moeda, ocorrendo apenas com a compra de oito usinas nucleares no exterior a preços de cerca de 700 milhões de dólares cada;	Garantia de entrega e saída de materiais para desenvolvimento do programa nuclear;
	Contribuição para o surgimento de uma indústria importante em um país na esfera de influência de grande desastre econômico;

Busca de novos parceiros além dos EUA na RFA, a economia mais forte do oeste europeu;	Apesar das relações comerciais tradicionais do Brasil com os EUA, a posição da Alemanha sempre foi ter uma indústria particularmente voltada para o desenvolvimento;
Compensação dos déficits provindos das fracas políticas agressivas de exportação de provedores de capital;	Aumento no volume de negócios com o Brasil, um dos maiores países da América Latina com reservas naturais ricas ainda em desenvolvimento e grandes áreas ainda não totalmente utilizadas;

Fonte: Auswartiges Amt: Berlim. (30 de outubro de 1975).

## Anexo 2 - Diferenças e proximidades entre as ideias das Escolas de Colônia e Freiburg.



Fonte: Muresan (2014).

Anexo 3 - Esquema Social e Econômico da Alemanha após 1945.

<b>Parlamento</b>		
Corte Contitucional	O Chanceler	Banco Central
Ministério da Economia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Finanças, Ministério das Relações Exteriores		
Tribunal Federal do Trabalho, Tribunal Federal do Meio Ambiente, Comitê Consultivo da Avaliação de Crescimento Macroeconômico		
Tribunal Social Federal, Equalização dos Bancos Alemães	Comitê Cosultivo de Experts em Meio Ambiente	Escritório Federal de Supervisão de Crédito
<b>Parlamento da Terra, Ministros e Cidades</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redistribuição intertemporal</li> <li>• Conformidade com a economia de mercado</li> <li>• Seguro compulsório</li> <li>• Autoadministração</li> <li>• Respeito às diferenças</li> <li>• Equidade</li> <li>• Máximo de conquistas</li> <li>• Cuidado pelo Estado</li> <li>• Segurança Coletiva</li> <li>• Redistribuição Social da Renda</li> <li>• Subsídios</li> <li>• Solidariedade pelo bem comum</li> <li>• Justiça Social</li> </ul> <p><b>Liberdade coletiva</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limites</li> <li>• Direitos de emissão</li> <li>• Taxas de poluição</li> <li>• Bem comum</li> <li>• Princípio causador</li> <li>• Internalização dos custos ambientais</li> <li>• Reponsabilidade pelo meio ambiente</li> </ul> <p><b>Meio ambiente como criação divina</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Negociações tripartidas</li> <li>• Co-determinação</li> <li>• Autonomia de salários</li> <li>• Interdição de negócios</li> <li>• Política independente do Banco Central</li> <li>• Contância e previsibilidade das políticas econômicas</li> <li>• Estabilidade monetária</li> <li>• Competição</li> <li>• Propriedade privada</li> <li>• Tentativa e erro</li> <li>• Liberdade econômica</li> <li>• Responsabilidade</li> </ul> <p><b>Mão invisível</b></p> <p><b>Liberdade individual</b></p>
Ordem Social	Proteção Ambiental	Economia de Mercado
Constituição Federal Democrática (1949)	Plano Marshall (1948-1952)	Reforma Econômica e Monetária (1948)

Fonte: Tabela adaptada *The Villa of Social Market Econoy* (MURESAN, 2014)